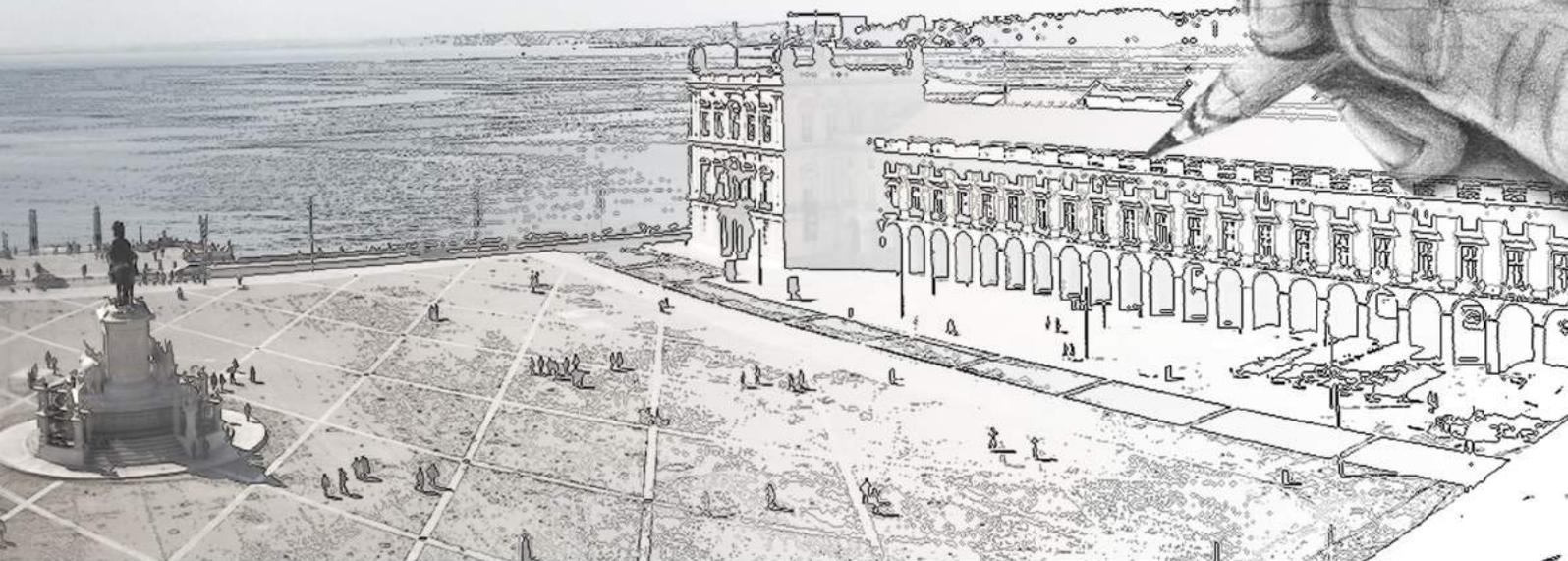


ESTUDOS SOBRE A CIDADE

# ESPAÇOS

VIVIDOS • CONSTRUÍDOS



Número 5 | Volume 1 | 2017

ISSN 2183-4644

OBSERVAR E INTERVIR NO LOCAL  
PORTUGAL

LEFEBVRE E VIDA QUOTIDIANA

TURISMO E MERCANTILIZAÇÃO

INTERVIR NAS MARGENS URBANAS

RETÓRICA DA HABITAÇÃO SOCIAL

TERRITÓRIOS DE GÉNESE ILEGAL

PARTICIPAÇÃO E REFLEXIVIDADE

INTERVENÇÃO LIMINAR E DISSENSO

INVESTIGAÇÃO-AÇÃO E AUTOGESTÃO

ARQUITETOS REBELDES E RESISTÊNCIA

---

ATELIERMOB: TRABALHAR COM OS 99%

---

LOCALS APPROACH E PARTICIPAÇÃO

HABITA E O DIREITO À HABITAÇÃO



## Ficha Técnica

### **Título**

*Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade - Revista nº5, Volume nº1: Observar e intervir no Local. Portugal*

### **Organização**

Isabel Raposo e Sílvia Jorge, Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL).

Revista Semestral

### **Edição**

Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/CIAUD

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Rua Sá Nogueira | Pólo Universitário | Alto da Ajuda

1349-055 Lisboa – PORTUGAL \_ Tel.: +351 21 361 5817

E-mail: [ciaud@fa.ulisboa.pt](mailto:ciaud@fa.ulisboa.pt) \_ Sítio: <http://ciaud.fa.ulisboa.pt/>

### **Conselho de Redação**

Maria Manuela Mendes; Teresa Sá; José Luís Crespo; Carlos Ferreira; Jorge Nicolau

### **Conselho Editorial**

Alessia de Biase, Laboratoire Architecture Anthropologie, ENSA Paris La Villette; Elisabete Freire, FAUL; Fernando Moreira da Silva, FAUL; Filipa Ramalheite, UAL; Frank Eckardt, Bauhaus-Universität Weimar, Fakultät Architektur und Urbanistik; Graça Índias Cordeiro, CIES-ISCTE; Graça Moreira, FAUL; Hugo Farias, FAUL; Inês Simões, FAUL; Isabel Guerra, ISCTE-IUL e UCP; Isabel Raposo, FAUL; João Cabral, FAUL; Jorge Macaísta Malheiros, IGOT-UL; Rita Almendra, FAUL; Sofia Morgado, FAUL; Tânia Ramos, FAUL; Tommaso Vitale, Centre d'études européennes, Sciences Po Urban School; Vírgilio Borges Pereira, ISFLUP

### **Diretora**

Maria Manuela Mendes

Créditos

### **Ilustração da Capa**

Miguel Rafael

### **Design gráfico**

Samantha Alves Martinho

### **Edição digital**

ISSN: 2183-4644

url: [http://biblioteca.fa.ulisboa.pt/images/revistas/espacos\\_vividos\\_e\\_espacos\\_construidos05.pdf](http://biblioteca.fa.ulisboa.pt/images/revistas/espacos_vividos_e_espacos_construidos05.pdf)

### **Apoios**

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação e Ciência

CIAUD – Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Apresentação de originais:

Os textos submetidos para publicação terão que respeitar um conjunto de normas formais indicadas em lugar próprio (ver Índice).

ESTUDOS SOBRE A CIDADE

# ESPAÇOS

VIVIDOS • CONSTRUÍDOS

Revista número 5, volume 1  
julho 2017

# ÍNDICE

7

Editorial, *Maria Manuela Mendes*

9

Lista de Autores

10

Nota de apresentação, *Isabel Raposo, Sílvia Jorge*

## » Artigos

12

Na esteira de Henri Lefebvre. Vida quotidiana e espaço urbano, *Teresa Sá*

21

Turismo e mercantilização da cidade, *Fabiana Pavel*

29

Intervir nas margens do urbano: o papel da academia, *Isabel Raposo*

40

A retórica na habitação social, o SAAL e os novos paradigmas, *Catarina Ruivo*

47

Da reconversão à qualificação dos territórios de génese ilegal: vicissitudes e (in)suscetibilidades. O caso da freguesia de Unhos, *Sílvia Jorge*

55

O processo da Iniciativa Bairros Críticos no bairro da Cova da Moura. Participação e reflexividade, *Ana da Palma Valente*

**63** Sobre o dissenso. Considerando o laboratório ‘Este Largo Podia ser Assim’, no Bairro da Cova da Moura, *Joana Lages, Danny Wildemeersch, Júlia Carolino, Joana Braga e Inês Veiga*

**73** Investigação-ação no Bairro da Torre, em Loures, *Daniel Lobo*

**82** Intervir n(outro) Local. Encontro com arquitetos rebeldes em Lisboa, *Rosa Arma*

## » Práticas profissionais | Testemunhos e experiências

**91** Arquitetura do comum: doze anos de prática do atelier-mob a trabalhar com os 99%, *Tiago Mota Saraiva*

## » Entrevistas

**97** Associação LocalsApproach: projetos participados de desenvolvimento local, *por Isabel Raposo e Sílvia Jorge (Gestual)*

**103** Habita – Coletivo pelo Direito à Habitação e à Cidade, *por Isabel Raposo e Sílvia Jorge (Gestual)*

**109** Normas para apresentação

**113** Referees



## Editorial

O presente número da revista *Espaços vividos, Espaços construídos*: estudos sobre a cidade compõe-se de um conjunto de textos que oscilam entre um registo mais de natureza teórica e um outro em que subsiste um entrosamento claro e profícuo entre teoria e empiria. Não deixa de ser interessante verificar que entre os vários textos há claramente afinidades teóricas comuns e resultados estimulantes e inovadores de investigações recentemente desenvolvidas em Portugal em domínios que cruzam as áreas da arquitetura, urbanismo, design e ciências sociais.

Este número é um importante contributo para a difusão dos conhecimentos em especial os produzidos no âmbito da Faculdade de Arquitetura de Lisboa, para além disso, inauguram-se aqui duas novas seções que passarão a figurar em números subsequentes: entrevistas e testemunhos em torno de experiências ao nível das práticas profissionais de quem estuda e intervém diretamente sobre o território.

A Direção da Revista agradece ao Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (GESTUAL), principalmente à Isabel Raposo e à Sílvia Jorge, a coordenação deste número.

*Maria Manuela Mendes*

## Lista de Autores

*Ana Valente* - Arquiteta, doutoranda em Arquitetura na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Investigadora no Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL), do CIAUD da FAUTL.

*Catarina Ruivo* - Arquiteta, doutoranda em Arquitetura na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

*Daniel Lobo* – Arquiteto, doutorando em Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Membro do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL). Bolseiro da Universidade de Lisboa.

*Danny Wildemeersch* – Professor emérito de ‘*Cooperative, Social and Intercultural Education*’ da Universidade de Lerven, na Bélgica, e Professor convidado da Universidade de Chulalongkorn, em Bangkok.

*Fabiana Pavel* – Arquiteta italiana, doutora em Arquitetura, especialidade em Conservação e Reabilitação, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Investigadora do CIAUD e membro e do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL).

*Inês Veiga* – Designer de Comunicação pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa e doutoranda em Design na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, onde também leciona.

*Isabel Raposo* – Arquiteta, doutora em Urbanismo, Professora Associada da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, investigadora do CIAUD e coordenadora do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL).

*Joana Braga* – Arquiteta, doutoranda em Arquitetura no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), membro do Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (Dinâmia-ISCTE-IUL) e do Instituto em Investigação em Arte, Design e Sociedade (i2ads, FBA-UP).

*Joana Lages* – Arquiteta, doutora em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, investigadora do CIAUD e membro do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL).

*Júlia Carolino* – Antropóloga e doutora em Antropologia, investigadora do CIAUD e membro do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL).

*Rosa Arma* – Arquiteta italiana, doutoranda em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, investigadora do CIAUD e membro do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL). Bolseira da FCT.

*Sílvia Jorge* – Arquiteta, doutora em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Investigadora e bolseira do CIAUD e membro do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL).

*Teresa Sá* – Socióloga, doutora em Sociologia, Professora Auxiliar da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, investigadora do CIAUD.

*Tiago Mota Saraiva* – Arquiteto, sócio-gerente do ateliermob, arquitetura, design e urbanismo lda., administrador único da cooperativa “Trabalhar com os 99%” Crl e membro da direção da cooperativa Sou Largo Crl.

## Nota de apresentação

Em resposta ao desafio lançado pela revista “Espaços vividos, Espaços construídos: estudos sobre a cidade”, organizou-se este quinto número, em torno de um dos principais temas em que o Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual/CIAUD-FAUL) tem centrado a sua investigação-ação: “Observar e Intervir no Local”, a partir da leitura do espaço como *produto social*, na linha crítica de Henri Lefebvre (1974). Agregou-se um conjunto de ensaios de carácter mais teórico ou mais empírico desenvolvidos por membros do Gestual ou por investigadores ou técnicos parceiros com abordagens similares, em torno da produção e transformação do espaço habitacional, em diferentes contextos, com ênfase nas margens urbanas e nos grupos de menores recursos. São contributos para uma visão crítica do modelo hegemónico de produção do espaço e de mercantilização da cidade e para uma reflexão alargada sobre intervenções alternativas e resistências, visando uma cidade mais inclusiva e justa, bem como sobre o papel de diferentes atores, arquitetos-urbanistas e academia, entidades públicas, organizações da sociedade civil, organizações comunitárias de base e movimentos sociais. Abordam territórios concretos e diferentes tipos de espaços habitacionais, desde bairros autoproduzidos, ditos ‘informais’, loteamentos ou bairros de génese ilegal, bairros de promoção pública e de realojamento, a bairros mais centrais ou, noutra dimensão, a campos de refugiados. Pretendeu-se desta forma cruzar diferentes territórios, situações de exclusão e experiências de intervenção alternativa ou de luta pelo direito à habitação, ao lugar e à Cidade, na perspectiva emancipadora e de coprodução do espaço de Henri Lefebvre (1968). Dado o grande número de contribuições, organizaram-se dois volumes: o primeiro (nº5) centrado em Portugal e o segundo (nº6) em outros países da lusotopia (Angola, Brasil e Moçambique), ao qual se acrescenta um dossier sobre “cidades” de refugiados em outras paragens. Os dois números (5 e 6) incluem ainda testemunhos de experiências profissionais e de investigação-ação, com intervenção direta no território, bem como entrevistas neste número 5 a membros da sociedade civil e ativistas intervindo nas margens do urbano.

Este número, apresenta um conjunto de dez artigos seguidos de duas entrevistas a atores da intervenção local em Lisboa. Os dois primeiros artigos assumem um carácter mais teórico. **Te-**

**resa Sá** retoma duas noções que estruturam o pensamento crítico de Henri Lefebvre, a produção do espaço e a vida quotidiana, focando-se em dois temas de grande atualidade: a alienação e os mitos do quotidiano de naturalização das injustiças e a crítica ao urbanismo e planeamento racional, base da sua proposta de um “novo urbanismo”, que privilegia o habitar, a *praxis* e a festa. **Fabiana Pavel**, alerta para o impacte cada vez mais desestruturante da globalização do turismo de massas, considerado no novo milénio um dos setores económicos mais poderosos, e sublinha o seu papel na mercantilização da cidade, acelerando fenómenos de gentrificação e expulsão dos grupos de menores recursos das áreas centrais.

Seguem-se dois artigos que questionam o papel do arquiteto e da academia ao nível da intervenção local e da habitação social. **Isabel Raposo**, tendo subjacente a polarização do mundo atual, e inspirando-se na noção de 'produção do espaço social' de Lefebvre, sublinha o papel do ensino da arquitetura e do urbanismo no desenvolvimento da capacidade de leitura crítica do espaço e de uma prática criativa insurgente, alternativa e de resistência, que contribua para a criação de uma cidade mais inclusiva. **Catarina Ruivo** confronta os limites da recente retórica, apolítica, em torno de uma arquitetura social, mediada pelos grupos Elemental e Urban-Think Tank, com o posicionamento político da ação técnica das brigadas SAAL de 1974-76, recentrando o debate atual sobre o papel do arquiteto, no contexto político, socioeconómico e ideológico.

Os quatro artigos seguintes são contributos de investigadores do Gestual sobre alguns dos projetos de investigação-ação que têm vindo a ser desenvolvidos, referentes a territórios de génese ilegal e a dois bairros autoproduzidos, que o Grupo acompanha há alguns anos, o Bairro da Cova da Moura, na Amadora, e o Bairro da Torre, em Loures. **Sílvia Jorge** reflete sobre os processos de transformação e reconversão dos territórios de génese ilegal e sobre o impacto destes processos na qualificação e coesão sócio-espacial, a partir do caso da freguesia de Unhos, em Loures, marcada por uma diversidade de situações paradigmáticas. **Ana Valente** propõe uma releitura da Iniciativa Bairros Críticos no bairro da Cova da Moura, na ótica do Direito à Cidade e do empoderamento, a partir das noções de arena sociopolítica e de reflexividade, desafiando

discursos e ações e as diferentes racionalidades e percepções entre cumprimento das normas e direitos. **Joana Lages, Danny Wildemeersch, Júlia Carolino, Joana Braga e Inês Veiga** focam-se na dimensão processual do laboratório experimental que conduziram no bairro da Cova da Moura – Este Largo Podia Ser Assim –, numa perspectiva de intervenção liminar, explorando a articulação do dissenso em torno do futuro do bairro, como uma oportunidade de construção democrática entre investigadores e moradores. **Daniel Lobo** restitui parte da investigação-ação conduzida pelo Gestual no Bairro da Torre, em torno da higiene urbana, questionando o seu contributo ao nível do empoderamento local, tendo subjacente o contexto de crise e como referência a noção de autogestão, de Henri Lefebvre.

Os dois artigos finais são contributos auto-reflexivos sobre formas de intervir de outros grupos, nas margens urbanas de Lisboa. **Rosa Arma**, atualmente investigadora do Gestual, contrapõe às lógicas tecnocráticas e *top-down* dominantes, uma abordagem interativa e transformadora, que alguns pequenos projetos de intervenção local têm ensaiado, como os “espaços de resistência” abertos pelo atelier Artéria, na linha de uma “arquitetura da quotidianidade”. **Tiago Mota Saraiva**, a partir de um olhar autorreflexivo sobre a própria prática profissional, questiona o papel do arquiteto e da arquitetura em contexto de austeridade e enquadra a ideia de “Trabalhar com os 99%” como um ensaio de caminhos emancipatórios de uma arquitetura de intervenção em territórios marginais.

As duas entrevistas finais completam esta mostra reflexiva com a apresentação de duas associações: a LocalsApproach, reunindo um grupo de jovens arquitetos diplomados na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FA-UL), dinamizadores de projetos BIP-ZIP em Lisboa, de escala local, como o Projeto “2 de Maio todos os dias”, ou mais abrangente, como o Fórum Lisboa; e o Habita, baluarte da resistência e da luta pelo direito à habitação e à cidade, um coletivo de ativistas contra os despejos forçados em bairros autoproduzidos ou decorrentes dos recentes processos de valorização e especulação imobiliária.

*Isabel Raposo e Sílvia Jorge*

# Na Esteira de Henri Lefebvre: Vida Quotidiana e Espaço Urbano

Teresa Sá<sup>a</sup>

## Resumo

Este artigo reflete sobre certos aspetos associados à vida quotidiana e à produção do espaço, partindo das interações espaço-tempo e urbano-quotidiano que estruturam o pensamento de Henri Lefebvre. O processo de produção do espaço na sociedade capitalista leva Lefebvre a pensá-lo enquanto um objeto virtual que irá organizar o tempo – a vida quotidiana –, de uma maneira cada vez mais burocrática e consumista, processo no qual o urbanismo teve e tem um papel central. Refletiremos ao longo deste artigo sobre a visão de Lefebvre quer relativamente à crítica do urbanismo pós-segunda guerra mundial em que o *habitat* se sobrepôs ao *habitar*, a segregação espacial cresceu no espaço urbano e a funcionalidade consumista dirigiu a vida quotidiana; quer relativamente à sua proposta de criar um novo urbanismo visando, não uma “cidade nova”, mas uma “vida nova” em que prevalece o *habitar* sobre o *habitat*, o lazer, o lúdico, a festa.

## Palavras-Chave

Henri Lefebvre, Vida quotidiana, Espaço urbano, Urbanismo, Novo urbanismo.

## Abstract

This article reflects on certain aspects associated with everyday life and the production of space by considering the space-time interactions and the urban-everyday interactions that structure Henri Lefebvre's thinking. The process of the production of space in a capitalist society takes Lefebvre to think of it as a virtual object that will organize time – in everyday life – in a way that is increasingly bureaucratic and consumerist, a condition which urbanism has played a central role in creating. This article will reflect upon the vision of Lefebvre and his critique of urbanism after the second world war in which the idea of the *habitat* superseded *l'habiter*, spatial segregation increased in cities, and consumerism drove everyday life. Concerning Lefebvre's proposal of creating a new kind of urbanism that, rather than creating a "new city", aims to create a "new life" in which the act of "inhabiting" prevails over *habitat*, leisure, and entertainment.

## Keywords

Henri Lefebvre, Everyday life, Urban space, Urbanism, New urbanism.

## Introdução

Neste artigo propomos uma abordagem do pensamento de Henri Lefebvre sobre a sociedade moderna, procurando relacionar a produção do espaço com a vivência quotidiana do tempo. Começamos por situar o pensamento de Henri Lefebvre nesta problemática, cuja importância o seu livro *Du Rural à L'Urbain* sublinha. Num segundo momento centramo-nos na análise da vida quotidiana realizada pelo autor, que defende que esta se tornou o objeto privilegiado do modo de produção capitalista. Ao tomar como objeto de estudo a vida quotidiana, Lefebvre apresenta-a como um objeto de conhecimento científico apesar da sua difícil definição e da sua carga ideológica e política subjacente. No âmbito desta análise desenvolvemos especificamente

o conceito de alienação, apresentando alguns exemplos, sendo este para Lefebvre um conceito chave na crítica da sociedade urbana. No terceiro e último ponto do artigo, analisamos a sua crítica ao urbanismo e planeamento “racional”, característicos do pós-guerra e as propostas do autor para a construção de um novo urbanismo. Terminamos com uma breve conclusão onde se torna claro que essas propostas se mantêm mais do que nunca atuais.

### 1. Situar o pensamento de Lefebvre nesta problemática

Numa intervenção no Seminário de Sociologia em Madrid em 1968, Lefebvre afirmou a importância da relação entre o espaço e o tempo na

<sup>a</sup> Doutorada em sociologia pelo ISCTE-IUL; Professora auxiliar na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Investigadora no CIAUD - Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa.

análise da sociedade: “O espaço, é a manifestação de um emprego do tempo numa determinada sociedade”<sup>1</sup> (2001 [1970a], p.235)<sup>2</sup>. Estes dois elementos abstratos – o espaço e o tempo – materializam-se de certo modo nos dois principais objetos de estudo de Lefebvre: o urbano e o quotidiano.

É na construção das «cidades novas»<sup>3</sup>, numa lógica de planeamento “racional”, que emerge a sociedade urbana: “chamaremos «sociedade urbana» à sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real” (Lefebvre, 1970b, p.7). O «tecido urbano» não será só constituído pelas grandes cidades, estas vão-se espalhando no espaço rural como uma mancha de óleo, através da construção de empreendimentos habitacionais, autoestradas, grandes cadeias de supermercados, grandes centros comerciais, etc. Essa transformação do espaço impõe uma nova organização do tempo, e é aí, na vida quotidiana, que Lefebvre centra a sua análise: “[...] é o tempo desses homens que são os habitantes que se trata de organizar de uma maneira enfim humana” (2001 [1970a], p.224).

O livro *Du Rural à L'Urban*<sup>4</sup> é muito importante para compreendermos o seu pensamento relativamente aos dois temas sobre os quais iremos refletir: o urbano e a vida quotidiana. Os primeiros artigos tratam da investigação de Lefebvre sobre a sociedade rural, inscrevendo-se no âmbito de uma sociologia rural. Seguem-se artigos sobre a vida quotidiana, as «cidades novas», a sociologia e a ideia de sociedade urbana, bem como um conjunto de textos que se caracterizam pela crítica do urbanismo e a proposta de um novo urbanismo. Todos os escritos, embora com temas diferentes, têm subjacente um conjunto de problemas de âmbito epistemológico e político que se mantêm profundamente atuais. Salientamos os seguintes: especialização científica, interdisciplinaridade, metodologia das ciências sociais, relação entre ciência e política, vida quotidiana enquanto objeto científico, definição do urbanismo, proposta de um «novo urbanismo».

Os textos apresentam uma ordem cronológica que nos permite ver de certo modo como os objetos de investigação em Lefebvre foram mudando à medida que a sociedade também se ia transformando.

Perto da sua aldeia natal, Navarrenx, emerge uma “cidade nova”, Mourenx, e ao “olhar” uma e outra, Lefebvre vai-as analisando, comparando. Encontramos uma certa nostalgia na sua análise de Navarrenx, aldeia onde viveu e da qual, como ele próprio afirma, conhece todas as pedras (Lefebvre, 1977 [1962b]), e uma perspetiva crítica sobre Mourenx, a «cidade nova». No entanto, aponta também alguns aspetos positivos perceptíveis na «cidade nova» e interroga-se sobre a possibilidade de transformação da cidade pelos seus futuros habitantes. Mas o que é interessante neste texto, a par da força do seu registo literário, é a análise de dois processos de produção do espaço, ambos contemporâneos, dos quais um representa o passado, e o outro, o futuro.

Espacialmente muito próximos, encontramos o passado que se vai deteriorando e um futuro que vai emergindo. Navarrenx, aldeia cuja edificação remonta ao século XIV, cujo espaço se foi produzindo lentamente como uma concha (*ibid.*), e Mourenx<sup>5</sup>, a «cidade nova», que iria ser ocupada por uma população operária, onde tudo ou quase tudo foi previamente pensado e planeado, e tudo se quer perceptível sem dificuldade: “O texto que a cidade oferece aos nossos olhos é perfeitamente legível, tão pobre como claro apesar dos esforços dos arquitetos visando introduzir variedade nas linhas. A surpresa? O possível? Desapareceram nesse lugar que deveria ser o das possibilidades” (*id.*, p.124).

São duas formas de produzir um espaço, dois tempos: um lento, o outro rápido; dois processos: um que vai emergindo com o tempo, o outro que é desde o início globalmente planeado. No primeiro, as práticas sociais e o poder económico vão transformando o espaço; no segundo, um urbanismo que se baseia no planeamento “racional” cria um espaço novo, planeado na sua totalidade.

Quais são então as soluções para a construção das «cidades novas»? Como se cria o tempo lento das cidades antigas? É a questão que Lefebvre coloca (1970a; 1970b) e à qual vai procurar responder ao longo de toda a sua obra. É a sociedade urbana que está em causa, o urbanismo, as ciências sociais, a política, a vida de cada um de nós.

A sociologia, que para Lefebvre tem necessariamente uma dimensão histórica, e o urbanismo serão as duas disciplinas chave para se perceber

<sup>1</sup> As traduções são da responsabilidade da autora do artigo.

<sup>2</sup> Nas referências bibliográficas, quando se trata de uma citação colocamos primeiro a data do livro utilizado e, depois, entre parênteses retos, a data da primeira edição. Nas outras situações colocamos apenas a data da primeira edição.

<sup>3</sup> A partir de 1950 surgem em França os grandes centros comerciais e as zonas de alojamento social. Depois de 1965, no quadro do plano diretor da região parisiense, surge o projeto das «cidades novas» inspiradas na ideia de racionalidade técnica e científica (Costes, 2009).

<sup>4</sup> Contém um conjunto de conferências e artigos que Lefebvre escreveu durante as décadas de 1950 e 1960. Foi também durante esse período que publicou uma série de obras sobre autores franceses clássicos: Descartes, Diderot, Pascal, Musset, Rabelais (Hess, 1988, p.141). Como afirma o próprio Lefebvre, “Ora aqui reconhece-se o trajeto de um pensamento ameaçado, por vezes quase quebrado” (2001 [1970a], p.15).

<sup>5</sup> Noutro artigo publicado em 1960 e reeditado em 1970 no livro já referido *Du Rural à L'Urban*, Lefebvre vai comparar a «cidade nova» de Mourenx com os bairros novos de uma cidade antiga Aix-en-Provence (2001 [1970a], p.116-124).

a sociedade urbana. No entanto, ao considerar o objeto da sociedade urbana um objeto virtual, Lefebvre levanta uma série de questões epistemológicas à análise científica, nomeadamente: a questão dos valores que está subjacente à tomada de decisões das questões urbanas; e a questão do rigor científico que exclui ou reduz tudo o que não pode ser medido e quantificável.

É a partir do pensamento de Lefebvre sobre a sociedade urbana<sup>6</sup>, que procuraremos refletir neste artigo sobre dois temas que cruzam a análise das ciências sociais com as questões do urbanismo: a vida quotidiana e a construção de um «novo urbanismo».

## 2. Sobre a crítica da vida quotidiana e a sociedade urbana

É no cruzamento entre a vida quotidiana e o espaço urbano que Lefebvre encontra os dois elementos chave para compreender não só o espaço *concebido*, mas também o espaço *percebido e vivido*<sup>7</sup> (Lefebvre, 1974). O espaço urbano impõe ritmos de vida e impõe um uso do tempo quotidiano: “Um espaço não é senão a inscrição no mundo de um tempo. Os espaços são realizações, inscrições na simultaneidade de um mundo exterior de uma série de tempos: os ritmos da vida, os ritmos da população urbana.” (Lefebvre, 2001 [1970], p.224).

Tendo em conta essa interação entre espaço-tempo e urbano-quotidiano, que estrutura o pensamento de Lefebvre, iremos refletir sobre alguns aspetos associados quer à vida quotidiana quer à produção do espaço habitado.

### Vida quotidiana e crítica da vida quotidiana

Lefebvre publica em 1947 o primeiro volume do que virá a ser uma trilogia intitulada *Crítica da Vida Quotidiana*<sup>8</sup>. Propõe-se tornar a vida quotidiana um objeto científico, centrando-se não numa descrição axiológica e politicamente neutra, mas na crítica das formas da vida quotidiana que encontra na sociedade capitalista ocidental contemporânea.<sup>9</sup>

O primeiro problema com que se depara é o da sua definição: o que é a vida quotidiana? Trata-se de algo que não se deixa definir por uma propriedade específica: é “uma mistura de natureza e de cultura, de histórico e de vivido, individual e social, real e irreal, um lugar de transição e de reencontro, de interferências e de conflito, ou seja um *nível* de realidade” (Lefebvre, 2014a [1962a], p.52). Ora parece ser algo muito superficial – banal, trivial, repetitivo –, ora algo muito profundo – a existência, o «vivido». Se podemos prever muitos aspetos da vida quotidiana, muitos outros resultam do acaso e são completamente imprevisíveis, tal como a doença e a morte. Acontecem-nos. O seu curso fluído, a sua irracionalidade, a sua magia, a sua tragédia e o seu aleatório tornam-na um objeto difícil de captar através do pensamento racional. Mas evitar ou deixar escapar esses seus aspetos é deixar de lado uma parte da realidade, fingindo que não existe.

O que está subjacente à proposta de Lefebvre ao tomar como objeto de estudo científico a vida quotidiana é uma crítica à corrente científica “positivista” e a defesa de uma nova ideia de ciência social, na qual não exclui da realidade o que não se deixa reduzir à neutralidade do rigor científico<sup>10</sup>. Procurar apenas aquilo que sabemos já como procurar, é limitar a nossa capacidade racional de conhecer o mundo. É, no fundo, um ato bem irracional.

A vida quotidiana não é, portanto, um campo fechado, que se deixe fixar nos termos de uma definição exata, mas um fluxo que carrega consigo os tempos, os ritmos e, no fundo, a vida de cada um de nós.

Ora, um dos obstáculos maiores ao conhecimento crítico da vida quotidiana remete para aquilo a que Lefebvre chama alienação, que constitui um dos temas centrais do seu pensamento (1947; 1962a; 1968b).

Como surge a alienação na quotidianidade? É esta a pergunta que Lefebvre faz retomando a análise filosófica e o pensamento de Marx. Ao contrário das teses marxistas que privilegiam a alienação económica, imaginando uma sociedade socialista cuja infraestrutura resolveria o problema da alienação, Lefebvre entende que há uma multiplicidade de alienações e que só muito lentamente, pela tomada de consciência da reali-

<sup>6</sup> Para uma introdução geral ao pensamento do autor, há três livros, dois deles referidos neste texto, cuja leitura aconselhamos: Rémi Hess, *Henri Lefebvre et l' aventure du siècle*; Sandrine Deulceux e Remi Hess, *Henri Lefebvre. vie. oeuvres. Concepts*; Andy Merrifield, *Henri Lefebvre. A Critical Introduction*.

<sup>7</sup> Para Lefebvre o espaço é sempre um «espaço social». Contém três elementos: a Prática Espacial (espaço percebido); as Representações do Espaço (espaço concebido); Espaços de Representação (espaço vivido). O autor analisa de uma forma aprofundada estes aspetos no livro *La Production de L' Espace*.

<sup>8</sup> Em 1962, publica *Critique de la vie quotidienne II*; em 1981, *Critique de la vie quotidienne III*. Em 1968, *La Vie quotidienne dans le monde moderne*.

<sup>9</sup> Segundo Rémi Hess, esta é uma das contribuições mais originais do autor para o pensamento do século XX (Hess, 1988, p.300).

<sup>10</sup> Lefebvre, partindo do seu método dialético, vai construir novas metodologias de análise, tais como: a transdução, o método regressivo-progressivo, a utopia experimental. No entanto, este artigo não tem por propósito a análise do seu pensamento sobre a epistemologia das ciências.

dade e através da ação, conseguiremos desfazer-mo-nos delas.

Para abordarmos o tema da alienação, ou melhor, para apresentarmos algumas pistas em vista da sua análise crítica, discutiremos aqui dois aspetos: o primeiro refere-se à superficialidade com que entendemos o que está próximo, o que nos é familiar; o segundo à construção e à desmontagem dos mitos do quotidiano.

Sobre a banalidade e a estranheza do quotidiano, lembremos um texto de Gilberto Velho (1994), quando nos mostra, seguindo o pensamento de Da Matta, como o familiar está simultaneamente tão próximo e tão distante de nós, e como facilmente o “conhecemos” partindo de um conjunto de estereótipos que interiorizámos, sem deles a maior parte das vezes termos consciência. A proximidade física, que tem a ver com o familiar, o habitual, o quotidiano, pode ser tão ou mais difícil de explicar e perceber, do que aquilo que nos é estranho e está distante. Mas não é essa a sensação que cada um de nós tem. Sigamos o exemplo de Gilberto Velho. Sentem-se à janela da vossa casa a olhar a rua do bairro onde vivem: vejo numa esquina um grupo de trabalhadores da construção civil, à entrada da padaria conversam duas senhoras da classe média, na padaria vejo empregadas domésticas. A atravessar a rua, dois polícias; um grupo de surfistas sentado no café.

Todo este cenário me é familiar. Estou habituada à sua presença. E, embora o meu conhecimento da vida destas pessoas — dos seus hábitos, valores, gostos — seja muito limitado, tudo o que delas vejo está arrumado na minha cabeça, tenho um «mapa» deste mundo, há uma ordem que me tranquiliza. Há uma hierarquia, um conjunto de estereótipos, que organiza o meu olhar sobre as pessoas: o trabalhador das obras é ignorante, pouco ambicioso, pobre; os jovens surfistas não gostam de trabalhar, nem de estudar, etc.: “Assim, em princípio, dispomos de um mapa que nos *familiariza* com os cenários e situações sociais de nosso quotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos” (*id.*, p.127). Mas essa inteligibilidade do quotidiano é «superficial», é «falsa», é um mundo de aparências. É como um puzzle onde colocamos as imagens reais num espaço já pré-definido. Tudo está perfeitamente arrumado no seu lugar, permitindo-nos continuar sem nada questionar.

O segundo aspeto refere-se à construção de mitos que emergem do quotidiano e das frustrações da vida na cidade cuja realidade ao mesmo tempo assinalam e mascaram (Lefebvre, 1947).

Em Portugal, durante o período da ditadura salazarista, assiste-se à criação de um “mito da

pobreza” que procurava promover a passividade e a resignação quotidianas da população urbana a condições de vida marcadas pela opressão e exploração, através de uma idealização do passado rural. Como exemplo típico desta mitificação da “pobreza feliz”, poderemos indicar o fado *Uma Casa portuguesa* cantado por Amália Rodrigues.

A letra contém uma série de dicotomias que faz com que a pobreza (pouco dinheiro, pouco conforto, poucas necessidades, poucos objetos) aliada a um conjunto de sentimentos que a idealizam (alegria, simplicidade, bondade, afeto, amor) transforme uma casa pobre, pequena, pouco confortável, habitada por famílias de trabalhadores assalariados rurais ou operários, num espaço sagrado onde reinam a felicidade e o amor.

*Pouco dinheiro e pouco conforto / “muito carinho e amor”*

*Poucas necessidades / “amor, pão e vinho”*

*Alegria da Pobreza / “dar o pouco que há e ficar contente”*

*Poucos objetos / “o Sol entra na janela”*

*Simplicidade / “quatro paredes caiadas”*

*Afetividade / “o cheiro, as flores”*

*Amor / “Uma promessa de beijos, Dois braços à minha espera”*

O que é interessante e inquietante neste fado é que não enuncia o objetivo de “ocultar uma realidade”. Não se declara ao serviço de um programa explícito: o de nos tornar alienados face às diferenças sociais que caracterizavam (e caracterizam) a sociedade portuguesa. Parte de um conjunto de ideias e de emoções, que estão profundamente interiorizadas, enraizadas, no quotidiano de todos nós. “Leva-nos” a aderir a uma certa imagem do mundo e da vida que de certo modo nos seduz. É esse o perigo da alienação, que ao “esconder” ou “adornar” o real, cria uma ilusão que de certo modo nos tranquiliza, nos acalma. “Esta ilusão tem de resto fundamentos sólidos, reais, porque não é uma ilusão teórica; é uma ilusão prática” (Lefebvre, 1977 [1947], p.182).

A criação destes estereótipos corresponde a uma “naturalização” das situações que provocam nos indivíduos, atores e espectadores da vida quotidiana, uma certa tranquilidade, tranquilidade essa que advém da existência de uma ordem social que suporta a ambiguidade, o espontâneo, o informal e a injustiça do quotidiano. Este é necessariamente complexo, resulta de múltiplas interferências: “Não há rutura entre os objetos e as pessoas, os seus gestos, os seus atos, situações, discursos.

Todos estes elementos entram num conjunto que se chama: «civilização.» (2014b [1981], p.19).

Se é verdade que estes mitos estão profundamente enraizados na cultura interiorizada por cada um de nós através do processo de socialização, também é verdade que eles são muitas vezes desmontados pela crítica social e política, pelas ciências sociais, mas sobretudo, segundo Lefebvre, através da arte. É a arte, segundo o autor, quem melhor desmonta este *status quo* do quotidiano que se instala em todos nós.

Charlot, o personagem criado por Charlie Chaplin, é um dos exemplos dessa capacidade de pôr a nu a realidade da vida quotidiana. Funde num só personagem a figura do burguês (perseguição do dinheiro, ética do trabalho, conquista do prestígio) e a do vagabundo (que vagueia pelas ruas da cidade, sem casa, sem trabalho fixo, gozando os pequenos momentos do dia a dia). É um personagem que “ridiculariza” a figura do burguês: utilizando os mesmos objetos (bengala, chapéu, casaca), mas colocando-os no corpo de alguém que sonha ser burguês quando é afinal um vagabundo. Charlot surge como um tipo ambíguo, entre o “ser” e o “querer ser”. O vagabundo persegue o trabalho, o dinheiro, o prestígio, mas não deixa de procurar também o amor, a felicidade, o “momento”. Entre eles, o burguês e o vagabundo, vive-se o cómico e o trágico (Lefebvre, 1947).

Lefebvre chama a atenção para esta capacidade que Charlot tem de nos mostrar, através do humor, o outro lado do mundo burguês, lado que faz parte de uma realidade que permanece na sombra, escondida: “O humor torna o quotidiano mais leve, permite um discurso que o aceita sem capitular” (2014b [1981], p.66).

Também Jacques Tati, e concretamente no seu filme *Mon Oncle* (1958), apresenta de uma forma cómica e simultaneamente irónica a nova vida quotidiana, que emerge em França nas décadas de 1950 e 1960, numa classe que ascendeu socialmente, e na qual, os novos objetos (automóvel, eletrodomésticos, roupa, casa, etc.) e os novos valores de uma nova burguesia dirigente (diferenciação social, homogeneização, consumo, ordem, etc.), se contrapõem à vida simples do personagem principal que anda a pé, de bicicleta ou de carroça, que vive no prédio labiríntico de um bairro pobre e barulhento, e cujos passeios divertem o sobrinho que se sente profundamente aborrecido no seu mundo assético.

Em Portugal, o humorista Ricardo Araújo Pereira no programa *Mixórdia de Temáticas*, cultivava uma forma mordaz e irónica, mais ou menos subtil, de crítica social. Trata-se de um programa

diário da Rádio Comercial com a duração de cerca de 5 minutos, patrocinado por uma cadeia de supermercados, e uma marca de automóveis.<sup>11</sup>

O programa constrói-se a partir de uma crítica humorística a acontecimentos da atualidade: cenas da vida quotidiana como uma ida ao supermercado, programas da televisão muito populares e muito pouco interessantes, notícias da comunicação social como a fuga de três presos de Caxias ou as afirmações políticas do ministro das finanças holandês, presidente do Eurogrupo, relativamente à maneira como os países do Sul da Europa gastam o dinheiro.

Ricardo A. Pereira desmonta estas situações através do humor. No caso da fuga dos presos, entrevista um suposto guarda prisional que lhe relata como é o dia a dia na prisão e como se sobrevive à falta de meios humanos, e técnicos, excesso de burocracia, etc. É o quotidiano que emerge, em termos exagerados, mas nos quais todos reconhecemos a realidade.

Os exemplos apresentados mostram como é possível, através da arte e do humor, desmontar um quotidiano que contém diversas formas de alienação a que todos estamos sujeitos e, ao mesmo tempo, como é difícil, quer tomar consciência dessas alienações, quer lutar contra elas.

### Sistema capitalista e vida quotidiana

Segundo Lefebvre, o modo de produção capitalista centra-se cada vez mais na organização do quotidiano que se foi transformando no seu objeto privilegiado: “é a «base» a partir da qual o modo de produção tenta constituir-se em sistema, através da programação dessa base” (2014b [1981], p.46).

Ao longo do século XX, verificaram-se enormes transformações na vida quotidiana que têm, segundo Lefebvre, duas causas principais: as lutas de libertação da mulher e as transformações técnicas (1981). Mas o autor também refere a enorme capacidade de recuperação do sistema, que rapidamente assimila e transforma aquilo que se lhe opõe (*ibid.*).

A emancipação feminina, que provocou enormes transformações na vida quotidiana, pondo em causa os valores conservadores relativamente ao papel da mulher na sociedade, foi também rapidamente reapropriada nos anos que se seguiram a 1968 em termos extremamente simplistas, reduzindo a ideia *Changer la vie* à libertação sexual: “Ora, foi durante esses anos que [...] a sexualidade se tornou mercadoria suprema” (*id.*,

<sup>11</sup> É sem dúvida um programa de crítica social, que põe em causa uma sociedade cuja economia assenta nos grandes interesses económicos e financeiros. São, no entanto, as grandes empresas que permitem tornar pública uma desconstrução da sociedade capitalista que elas próprias sustentam. Trata-se de um processo de “recuperação” que Lefebvre também desconstrói e a que voltaremos mais adiante.

p.78). Por outro lado, as novas tecnologias que permitem um conjunto de facilidades no nosso dia a dia, também impõem um quotidiano cada vez mais repetitivo, calculável, previsível, sem tempos livres nem espaços vazios, onde tudo está impecavelmente organizado, programado, como numa empresa: “[...] tal é a primeira e a última palavra da ética tecnocrática: todos os instantes previstos, tudo quantificado em dinheiro, tudo programado no tempo e no espaço.” (*id.*, p.59).

Depois da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo subordina novos setores da sociedade, nomeadamente a agricultura, e a cidade histórica – com o turismo e os lazeres –, mas subordina sobretudo o quotidiano. Lefebvre pergunta: o quotidiano reage, recusa essas mudanças? Resiste a elas? Ou, pelo contrário, aceita-as passivamente ou ativamente? Simultaneamente, mostra como o quotidiano é o recetáculo das novas mercadorias que emergem da imaginação e da capacidade produtiva da sociedade capitalista: o automóvel, o frigorífico, a rádio, a televisão e, mais tarde, diríamos nós, também o computador pessoal, o telemóvel, o *iPad* e o *iPhone*, entre muitos outros exemplos possíveis. Há uma aceitação pacífica da necessidade destes objetos e, embora com alguma resistência dos mais velhos, mais pobres, mais conservadores, mais críticos, estes vão-se tornando imprescindíveis para a vida de todos os dias. Segundo Lefebvre, o modo de produção capitalista centra-se cada vez mais na organização do quotidiano, entendido como “a «base» a partir da qual o modo de produção tenta constituir-se em sistema, pela programação dessa base” (*id.*, p.46).

Em França, no período que segue à Primeira Grande Guerra, numa sociedade que começa a recuperar dos efeitos de uma guerra muito dura, a economia através do modelo de produção taylorista cria uma nova ordem económica que vai reorganizar de uma forma global o quotidiano dos indivíduos.

É neste contexto que, em 1925, dois grupos de intelectuais – os surrealistas e alguns jovens filósofos (entre os quais se conta Lefebvre) – iniciam uma discussão em torno da ideia de «quotidiano». Apesar das divergências de pensamento existentes entre os dois grupos, ambos estão de acordo sobre dois pontos: o surgimento na sociedade de um quotidiano repetitivo, monótono e aborrecido, e a necessidade de criar um novo quotidiano libertador. As soluções apresentadas são, contudo, diferentes: os surrealistas defendem que a solução só pode ser encontrada na poesia; os jovens filósofos afirmam que só a revolução comunista mudaria a vida quotidiana

(Hess, 1988). Com o tempo, Lefebvre vai desiludir-se com a “revolução” preconizada pelos partidos comunistas fiéis à “construção do socialismo” na União Soviética, dando-se conta que a estatização dos meios de produção não provocava necessariamente a transformação da vida quotidiana nem o fim do trabalho alienado.

No segundo momento, de 1941 a 1961, surgiram uma série de correntes críticas da sociedade tecnocrática que se estava a implantar, com ideias diferentes em relação a muitos domínios, com propostas diferentes face ao futuro, mas todas elas defendendo um imperativo: *changer la vie* (mudar a vida). Rejeitavam a ideologia do «crescimento» e o culto do trabalho: “Contra o economicismo desprovido de outros valores senão o da troca, a contestação tomava partido pela reunião da festa e do quotidiano, pela transformação do quotidiano em lugar de desejo e de prazer” (Lefebvre, 2014b [1981], p.29/30). Um desses grupos é o grupo *Cobra*, muito ativo no Norte da Europa, composto por artistas, escritores e arquitetos. Dele fazia parte Constant, um arquiteto holandês que, já em 1953, “inventava uma nova arquitetura de ambiente e de situações, incorporando por assim dizer no espaço a crítica do quotidiano” (*id.*, p.28). Havia, portanto, vozes que lutavam contra a sociedade que se estava a instituir, opondo aos valores dessa sociedade outros que estavam associados ao não-trabalho, ao lazer, à festa e à transformação da vida quotidiana.

O terceiro momento, é marcado por uma rutura social e económica, que, segundo Lefebvre, corresponde à transição da sociedade moderna para a sociedade pós-industrial, a sociedade da informação. Neste processo Lefebvre (*ibid.*) chama a atenção para a metamorfose do cidadão em cliente. Perde-se a figura política do cidadão substituída por alguém que se reduz a reivindicar o bom funcionamento dos serviços, ao mesmo tempo que se torna recetáculo de uma «indústria cultural», que lhe fornece cada vez mais mercadorias. Por paradoxal que pareça, num mundo em que todos os problemas assumem uma dimensão “global”, assistimos simultaneamente ao isolamento sobre si próprio do “homem privado” que olha o mundo, reduzido à sua impotência.

### O novo quotidiano libertador

É contra esta programação da vida quotidiana que Lefebvre luta, propondo a construção de um novo quotidiano libertador, marcado por duas

ideias-chave: a primeira aproxima-se do pensamento dos surrealistas, ao defender a importância da arte e da criatividade no quotidiano<sup>12</sup>. A segunda dimensão, que vai assumir uma grande importância no pensamento de Lefebvre, tem a ver com a ideia de festa. Mas é importante sublinhar que, para Lefebvre, a festa não é algo que surge como oposição ao trabalho ou ao quotidiano, mas algo que se deve incorporar no quotidiano como parte das suas pulsações e do seu ritmo (1962a; 1962b; 1981).

### 3. Crítica ao urbanismo do pós-guerra, defesa de um novo urbanismo

Lefebvre é profundamente crítico do urbanismo das «cidades novas», cujo principal objetivo era resolver o problema do *habitat*<sup>13</sup> de um grande número de trabalhadores que corriam para a cidade respondendo à oferta de trabalho nas fábricas. Era de facto urgente construir habitações para os operários, mas, ao colocar como fundamental a questão do alojamento, o urbanismo deixou de lado a problemática da cidade e do urbano (Lefebvre, 1968a).

Na produção das «cidades novas», há uma preocupação de tudo organizar, de tudo racionalizar. O urbanismo, aliado ao conhecimento técnico e ao planeamento “racional”, substitui o espaço real vivido por um espaço abstrato onde a *ordem* se pode finalmente instalar de uma forma pura. A ideia de zoneamento mostra bem essa preocupação: O espaço é globalmente desenhado logo no início e separado em partes, em «zonas», como peças de um puzzle, onde cada peça representa um fragmento, uma parte da realidade: uma peça para a habitação, outra para o comércio, outra para os serviços, outra para o lazer, etc. Todas juntas criam a «nova cidade». Mas o todo não é igual à soma das partes... a cidade não é um somatório de necessidades.

Segundo Lefebvre, neste processo racional de produção do espaço, a “cidade perdeu a quotidianidade e a festa” (1968a, p.103). O arquiteto e o urbanista desenham o espaço de longe, mais preocupados com a racionalidade perfeita da lógica das “coisas”, do que com a vida que o quotidiano contém. Ora, como destaca Lefebvre “O espaço concreto é o do *habitar*: gestos e percursos, corpos e memória, símbolos e gentes, maturação difícil do imaturo-prematuro (do «ser humano»), contradições e conflitos entre desejos e necessidades, etc.” (1970b, p.240).

Na análise crítica que opera do urbanismo, Lefebvre deixa clara a diferença entre o papel dos urbanistas considerados individualmente, sendo que aqueles muitas vezes defendem boas propostas, e a lógica subjacente que anima todo este processo. É exatamente essa lógica, que “obriga” a pensar a sociedade como um todo e não de uma forma fragmentada, que Lefebvre procura encontrar na análise do urbanismo. Associa a crítica do urbanismo à crítica da sociedade capitalista, na qual a organização da produção já não se refere somente aos objetos, mas também à organização da produção do espaço. No período que Lefebvre caracteriza, o urbanismo refletindo uma falsa imagem racional e técnica, funcionou como um instrumento ideológico do Estado no processo de urbanização: “O urbanismo aparece assim como o veículo de uma racionalidade limitada e tendenciosa cujo espaço, ilusoriamente neutro e não político, constitui o objeto (objetivo)” (*id.*, p.217).

Lefebvre mostra-nos o que não é facilmente visível, ou seja, que o urbanismo não resulta de um processo científico e técnico, mas sim da “sociedade burocrática de consumo dirigida” (1967; 1968a; 1968b; 1970) que dirige o consumo do espaço e do *habitat*.

Embora desde sempre os grupos dominantes tenham produzido o espaço, o que se passou no processo de urbanização foi a descoberta pelo capitalismo através da especulação imobiliária desta nova mercadoria (Lefebvre, 1970b). A racionalização desse novo investimento obrigou a uma reorganização da produção, feita através do urbanismo.

Entender o urbanismo com uma componente apenas técnica e científica, sem desenvolver qualquer discussão epistemológica sobre a disciplina, é excluir da produção do espaço a sua dimensão política, associada a normas e valores, que lhe é profundamente intrínseca.

### O Novo Urbanismo

Lefebvre não se limita a criticar o urbanismo do pós-guerra. Propõe um novo-urbanismo associado a uma «vida nova» na sociedade urbana.

Este novo-urbanismo assenta em duas ideias-chave: considerar o urbano como um objeto virtual e articular o estudo do urbano com a crítica da vida quotidiana.<sup>14</sup>

Considerar o urbano como um objeto virtual, corresponde de certo modo ao trabalho do

<sup>12</sup> Quando Lefebvre critica a cidade como “produto”, privilegiando as relações de troca, e toma partido pela cidade como “obra”, privilegiando o valor de uso, está de certo modo a apelar para a criatividade dos indivíduos: “O urbano é, assim, em maior ou menor grau, obra dos cidadãos e não algo que lhes seja imposto como um sistema: como um livro concluído.” (2012 [1968a], p.75).

<sup>13</sup> Durante a Terceira República (1870-1940) concebe-se a ideia de *habitat* que vai destruir a ideia de “*habitar*” que incluía a participação na vida social de uma comunidade, aldeia ou cidade (Lefebvre, 1968a).

arquiteto/urbanista quando projeta. Mas a proposta de Lefebvre sobre “como projetar”, concretamente a sua ideia de «utopia experimental», apresenta algo de inovador: “O método utilizado é assim o das *variações imaginárias* à volta de temas e de exigências definidas pelo real no sentido mais lato: pelos problemas que a realidade coloca e pelas virtualidades que esta contém.” (2001 [1970a], p.130). Trata-se de uma proposta cuja concretização resulta não só da imaginação, criatividade, conhecimento do arquiteto/urbanista, como também do seu profundo conhecimento do espaço concreto sobre o qual vai projetar, tendo em conta os seus problemas e virtualidades, os seus habitantes, os seus modos de vida, gostos, aspirações e desejos. Este procedimento ou metodologia<sup>15</sup> situa-se entre “o puro praticismo e a teorização pura” (*id.*, p.130). Não se trata de projetar para continuar um movimento já existente, nem de idealizar um projeto a partir de um espaço abstrato sem ter em conta o que já existe. Trata-se de um processo dialético entre a teoria e a praxis.

O arquiteto/urbanista projeta habitualmente os novos espaços partindo dos seus “sistemas de significações”<sup>16</sup> e de um conhecimento técnico (*ibid.*). A abordagem do novo-urbanismo é diferente. Estes dois elementos – «sistemas de significações» e conhecimento técnico – devem ser sempre mediados por outros elementos: as ideias subjacentes à criação de um novo quotidiano, as propostas do novo-urbanismo; os sistemas de significações dos indivíduos que habitam o espaço; e a *praxis*, ou seja, a maneira como o espaço está a ser usado, como os indivíduos se apropriam ou não do espaço. As propostas do novo urbanismo estão associadas à ideia de uma «vida nova» na cidade, onde prevalece o *habitar* sobre o *habitat*, o lazer, o lúdico, a festa. Por outro lado, ter em conta os sistemas de significações das pessoas que habitam o espaço significa defender que os habitantes têm algo a dizer sobre a forma como querem viver. Na introdução ao capítulo “Introduction a l’étude de l’habitat pavillonnaire” (*id.*, p.159-181), Lefebvre reflete sobre o significado de *habitar*, afirmando que a questão principal é saber o que os seres humanos querem no habitar, e responde: “querem um espaço maleável, apropriado tanto à escala da vida privada como à escala da vida pública, da aglomeração, da paisagem” (*id.*, p.180). Querem e têm direito a um espaço que não resulte

de uma abstração da realidade, mas que assente na vida vivida pelos indivíduos, permitindo a sua apropriação pelos próprios indivíduos. Estes dois últimos aspetos implicam uma observação atenta do espaço que já existe e da maneira como este é ocupado pelos indivíduos. É a partir daí que tudo se deve desenrolar.

A segunda ideia, que procura articular o estudo do urbano com a crítica da vida quotidiana, remete-nos para uma investigação simultânea entre o urbano e o quotidiano. Ambos vão a par, ou seja, se queremos mudar um teremos que mudar o outro.

A abordagem que Lefebvre faz da vida quotidiana (1947; 1962a; 1962b; 1968b; 1981), utilizando uma diversidade de conhecimentos em que a arte (cinema, literatura) e a ciência (filosofia, sociologia, história, semiologia, comunicação, etc.) se cruzam, mostra, por um lado, a complexidade do objeto em causa e, por outro, a vasta cultura do autor. Lefebvre opõe-se ao conhecimento cada vez mais parcelar e fragmentado das ciências, que permite maior rigor, mas aplicado a uma realidade cada vez mais fragmentada, cada vez mais irreal.<sup>17</sup> Quando toma como objeto a vida quotidiana, o que procura é exatamente o contrário: um conhecimento global da sociedade.

Assim como a crítica da vida quotidiana na sociedade capitalista do século XX contém a proposta de uma nova vida quotidiana, a crítica do urbanismo contém a proposta para um novo urbanismo. Ambas as propostas se fundem claramente numa proposta política, um projeto de transformação da quotidianidade que pouco ou nada teria a ver com o urbanismo existente (Lefebvre, 1970a).

### Uma espécie de conclusão

A ideia de que o objeto teórico, sociedade urbana, é um objeto virtual e não simplesmente dado na realidade, torna-se crucial tanto na crítica que Lefebvre faz do urbanismo e planeamento tradicionais, como na proposta de um “novo urbanismo” (1968a; 1970a; 1970b). É verdade que o urbanismo e o planeamento tradicionais resolvem, ao agir, alguns problemas da sociedade urbana, mas a objeção que Lefebvre lhes move é a de que o fazem procurando receitas empíricas para responder pontualmente aos problemas que

<sup>14</sup> Estes dois aspetos são analisados num artigo que considero fundamental, “Utopie expérimentale: pour un nouvel urbanisme” (Lefebvre, 2001 [1970a], p. 129/140).

<sup>15</sup> Lefebvre chama-lhe «transdução», definindo-a como um raciocínio que não se reduz à indução nem à dedução. Na «transdução» constrói-se um objeto virtual a partir de informações sobre a realidade e de uma problemática determinada (2001 [1970a], p.131).

<sup>16</sup> Corresponde a um conjunto de valores associados a práticas quotidianas. Os arquitetos criam uma ideia de *habitar* a partir de significações percebidas e vividas por eles próprios.

<sup>17</sup> A discussão sobre a epistemologia das ciências sociais aparece de uma forma dispersa, mas nem por isso menos profunda, no livro *Du Rural à l’Urbain*.

a sociedade capitalista enfrenta. A técnica e as técnicas permitem-lhes escamotear as dimensões ideológica e política, bem como agir no sentido de uma corrente que os leva a continuar um movimento já existente, como se se tratasse de algo “natural”. Ao contrário, o novo urbanismo será a disciplina que vai conseguir fazer a ligação entre o pensamento crítico e a *praxis*: “Esse urbanismo será digno das suas ambições quando conhecer e propuser as formas dos tempos e dos espaços em direção aos quais quer abrir um mundo que tende a fechar-se” (Lefebvre, 1967, p.39).

Para que um tal urbanismo possa existir de facto, é necessária uma nova abordagem intelectual (construção de novos conceitos e análise dos já existentes), assim como a construção de novos procedimentos metodológicos.<sup>18</sup> Neste artigo procurámos tornar claro que a obra de Lefebvre, e essa uma das razões da sua importância atual, foi construída a partir de um novo olhar científico-político sobre a realidade urbana.

A posição de Lefebvre é clara ao defender que a complexidade do objeto, o urbano (onde inclui a vida quotidiana), torna necessário definir uma nova estratégia, simultaneamente científica e política.

É ao novo urbanismo que compete definir essa estratégia.

### Referências bibliográficas

- Costes, Laurence (2009), *Henri Lefebvre. Le droit à la ville*, Paris: Ellipses.
- Deulceux, Sandrine; Hess, Rémi (2009), *Henri Lefebvre. Vie. Oeuvres. Concepts*, Paris: Ellipses.
- Hess, Rémi (1988), *Henri Lefebvre et l'aventure du siècle*, Paris: Éditions A.M. Métailié.
- Lefebvre, Henri (2014b [1981]), *Critique de la vie quotidienne III*, Paris: L'Arche Éditeur.
- Lefebvre, Henri (1974), *La Production de L'espace*, Paris: Anthropos.
- Lefebvre, Henri (2001 [1970a]), *Du rural à l'urbain*, Paris: Anthropos.
- Lefebvre, Henri (1970b), *La révolution urbaine*, Paris: Galimard.
- Lefebvre, Henri (2012[1968a]), *O Direito à Cidade*, Lisboa: Letra Livre.
- Lefebvre, Henri (1968b), *La vie quotidienne dans le monde moderne*, Paris: Gallimard.
- Lefebvre, Henri (1967), *Position: contre les technocrates*, Paris: Gonthier.
- Lefebvre, Henri (2014a [1962a]), *Critique de la vie quotidienne II*, Paris: L'Arche Éditeur.
- Lefebvre, Henri (1977 [1962b]), *Introduc-*

*tion à la modernité*, Paris: Éditions Minuit.

• Lefebvre Henri (1977 [1947]), *Critique de la vie quotidienne I*, Paris: L'Arche Éditeur.

• Pereira, Ricardo Araújo, “Mixórdia de Temáticas”, programa na *Rádio Comercial*. Disponível em: <http://radiocomercial.iol.pt/player/mixordia-de-te-maticas> [Cons. 23/03/2017].

• Velho, Gilberto (1994), *Individualismo e Cultura*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

<sup>18</sup> Embora Lefebvre tenha mais praticado estes procedimentos do que teorizado sobre eles, encontramos informação importante a seu respeito no livro *Du Rural à l'Urbain*.

## Turismo e mercantilização da cidade

Fabiana Pavel<sup>a</sup>

### Resumo

O turismo tornou-se um fenómeno de massas e um instrumento das políticas neoliberais. É uma das indústrias atualmente mais importantes, estimulando diversas cidades a apostar nele como estratégia de crescimento económico. No entanto, o turismo tem consequências para paisagens, cidades e populações. A comercialização da cidade pode provocar fenómenos de turistificação, levando à segregação socio-espacial da população residente. Este texto constitui-se como um ensaio teórico que, através de um olhar crítico, pretende refletir sobre estas temáticas.

### Palavras-Chave

Turistificação; Deslocamento; Mercantilização da cidade; Direito à cidade.

### Abstract

Tourism has become a phenomenon of earth and an instrument of neoliberal policies. It is one of the industries currently more important, factor that stimulates different cities to invest in tourism as a strategy for economic growth. However, tourism has consequences for landscapes, cities and populations. The commodification of the city can lead to phenomena of tourism gentrification, leading to socio-spatial segregation of the resident population. This text constitutes a theoretical essay that, through a critical look, aims to reflect on these themes.

### Keywords

Tourism gentrification; Displacement; Commodification of the city; Right to the city.

### Introdução

Nas últimas décadas, o turismo tem evoluído e mudado de feições de forma radical, tornando-se um fenómeno de massas. Se por um lado esta situação permite uma maior democratização da viagem, antes apanágio de alguns privilegiados, por outro tem vindo a alterar de forma cabal os territórios e as cidades.

A indústria turística tende a fabricar cenários atemporais, utilizando um *marketing* urbano que reinventa os conceitos de cultura e história, retirando aos lugares a sua identidade, ou transformando-os em zonas híbridas desprovidas de valor histórico. O espaço histórico-cultural é aproveitado para uso dos turistas, aos quais, em muitos casos, é oferecido um cenário atemporal e disneyficado (Delgado, 2006, p.21). Por sua vez, o turista é levado a criar expectativas de consumo do mesmo espaço que é essencial para o morador como condição de estar no mundo. Surgem assim processos de *tourism gentrification* (turistificação) que podem conduzir a conflitos de que os moradores (em muitos casos de parques recursos económicos) podem sair desfavorecidos. Neste sentido, é importante interpre-

tar as transformações urbanas também à luz de quem delas vai usufruir e de quem por elas pode ser excluído (Semi, 2015, p.105).

Neste contexto, este texto propõe refletir, do ponto de vista urbanístico, arquitetónico e cultural, sobre as mudanças que o turismo de massas traz nos territórios e nas cidades.

O texto constitui-se como ensaio teórico e pretende, através duma metodologia hipotético-dedutiva, relacionar conceitos teóricos presentes em parte da literatura científica existente neste campo de investigação, com o objetivo de permitir ao leitor uma reflexão ampla sobre o tema. A metodologia adotada não inclui a análise de um ou mais casos de estudos. Alguns casos empíricos, documentados na bibliografia dedicada aos estudos urbanos recentes, serão intercalados no texto para melhor ilustrar as questões teóricas expostas.

Importa referir que a discussão em torno da gentrificação tem subjacente visões dicotómicas, sendo que o processo pode ser lido de diferentes ângulos e pontos de vista, levando a avaliações distintas do mesmo fenómeno. O presente texto segue a abordagem científica delineada por Smith (1987, 2002), e que tem como principal foco

<sup>a</sup> Arquiteta italiana, doutora em Arquitetura, especialidade em Conservação e Reabilitação, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Investigadora do CIAUD e membro do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL).

a análise económica e a luta pela produção e uso do espaço.

### Breve génese do turismo de massas

As bases da moderna Indústria turística foram lançadas na metade do século XIX, em plena Revolução industrial, pelo inglês Thomas Cook, o primeiro empresário a organizar *tours* com itinerários de viagens (1845), a criar o primeiro guia de viagens (1846), e a constituir, com o filho, a primeira agência de viagens do mundo, a Thomas Cook & Son (1851). Já a partir de 1866, Cook internacionalizou a sua empresa, abrindo agências em território norte-americano. As inovações trazidas por Cook foram diversas e transformaram “[...] uma atividade de tipo artesanal numa empresa lucrativa e de carácter industrial, e o turismo de exclusivo de uma pequena elite a acessível para as classes populares do Norte” (Miranda, 2011, p.32).

Os dotes empresariais de Cook não teriam sido suficientes se não tivessem sido coadjuvados pelas mudanças trazidas pela Revolução Industrial. As importantes melhorias no sector dos transportes, a consolidação da burguesia europeia, com elevadas possibilidades económicas e de tempo livre, foram, entre outros, fatores chave para o florescer da indústria turística. Como sublinha Miranda (2011, p.35):

*“[p]or além da redução progressiva dos custos, este ampliamiento [do turismo] esteve diretamente vinculado ao consumo por imitação do comportamento das elites, um consumo motivado por fatores de tipo aspiracional. Ambas as dinâmicas relacionadas a esta atividade tenderiam necessariamente a um processo de massificação”.*

Paralelamente, as reivindicações sindicalistas na Europa das últimas décadas do século XIX possibilitaram à classe operária a obtenção, entre outros, do direito a férias remuneradas, conquistando assim tempo livre e recursos económicos que, em parte, poderiam ser utilizados para a aquisição de produtos turísticos.

Destaca-se, no início do século XX, o contributo de alguns governos (Itália, União Soviética, França, entre outros) que incentivaram o lazer e o turismo das populações locais. Em particular, Boyer (2003) evidencia o papel, em França, do governo de esquerda Frente Popular no período de 1936 a 1938, que criou uma Subsecretaria de Desportos e Lazer e incentivos para as viagens

daqueles que possuíam poucos recursos para pagar as deslocações. Este tipo de iniciativa terá contribuído para o desenvolvimento daquilo que inicialmente foi chamado turismo popular e posteriormente turismo social.

O turismo continuou a sua evolução, para a qual foram fundamentais também os avanços tecnológicos em termos de transporte, até à Segunda Guerra Mundial.

É no período de prosperidade económica pós-guerra que se marca a passagem para o turismo chamado de massas ou contemporâneo. Nesta altura, a atividade turística foi fortemente favorecida pelas conquistas económicas, sociais e de trabalho da classe operária, especialmente dos países do Norte, onde se obtiveram melhores condições salariais e um aumento dos tempos livres. Outro fator importante para o desenvolvimento do turismo foi alcançado a nível jurídico internacional, com a incorporação, nas leis de imigração de grande parte dos países do mundo, da categoria de ‘turista’.

Desta forma produziu-se uma “[...] democratização do turismo [...] para a classe média dos países enriquecidos. Ao mesmo tempo que este turismo se convertia paulatinamente num produto de consumo cada vez mais massivo, também começava a configurar-se como um indicador de bem-estar destas populações” (Miranda, 2011, p.42).

Enquanto o boom turístico, especialmente no modelo de ‘sol e praia’, se desenvolvia amplamente nas costas do Mediterrâneo, o mesmo alcançava lugares considerados ‘exóticos’ como o Arquipélago das Antilhas ou o mar do Caribe.

Neste contexto, nos anos setenta do século XX, o Banco Mundial “[...] começou a conceder linhas de crédito a países do Sul económico para promover o desenvolvimento turístico [...], assim contribuindo para a criação de uma importante dívida pública, e promovendo um modelo de crescimento centrado na atividade turística” (Miranda, 2011, p.44).

Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), desde 1950 o movimento internacional a nível mundial de turistas tem aumentado de forma exponencial, passando dos 25 milhões de 1950 para os 1087 milhões de 2013 (OMT, 2014).

A partir da década de 1990, e com a progressiva aceitação do neoliberalismo como doutrina de desenvolvimento, aumentou o crescimento do turismo de massas como indústria e “[...] se construíram discursos que atribuíam consenso social e legitimidade a este processo de globalização turística” (Miranda, 2011, p.47).

Neste contexto, a OMT considera o turismo

como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento dos países mais pobres, declarando que:

*“O turismo sustentável é se calhar uma das poucas oportunidades de desenvolvimento para os pobres [...] leva aos países do Sul alguns consumidores relativamente endinheirados, que podem constituir um importante mercado para os empresários locais e um motor de desenvolvimento económico sustentável para o lugar. Para os países em desenvolvimento trata-se, portanto, de uma poderosa ferramenta de desenvolvimento”<sup>1</sup>.*

Como sublinha Cabrierizo (2016, p.31), a capacidade de “[...] gerar importantes fluxos monetários e trabalho, é o que converteu o turismo numa das peças chave das políticas públicas nacionais, regionais e locais, e nos últimos tempos também transnacionais, orientadas para o desenvolvimento e para a competitividade”.

De facto, no início do século XXI, a indústria do turismo tem vindo a configurar-se como um dos sectores económicos mais poderosos, reconhecida como tal, entre outros, pela União Europeia (2010, p.136).

Contudo, se o turismo por um lado produz crescimento económico, por outro cria impactos ambientais e socioeconómicos negativos.

Os seus efeitos positivos, a nível económico e em termos quantitativos, estão amplamente difundidos por órgãos nacionais e internacionais, contribuindo “[...] para a extensão do fenómeno turístico pelo planeta, convencendo das suas bondades” (Cabrierizo, 2016, p.45).

Já os efeitos negativos do turismo de massas são menos difundidos, e abrangem diversas áreas. Destacam-se, entre outros, os efeitos sobre: a pegada ecológica; as economias locais, sobre as quais pode recair, entre outros, a precarização do trabalho, podendo mesmo favorecer o desaparecimento dos métodos produtivos locais e das pequenas empresas<sup>2</sup>; ou, ainda, o possível aniquilamento das identidades locais e do direito à cidade por parte da população através da mercantilização da mesma.

### **O papel do turismo na mercantilização da cidade neoliberal**

No sistema capitalista, o tempo livre é visto como tempo para o consumo, sendo o turismo uma das atividades que podem ser praticadas neste período de tempo. Segundo Cabrierizo (2016,

p.58), “[...] hoje em dia, o consumo não é apenas sinónimo da aquisição de produtos materiais, mas também de experiências, de emoções, de desejos e, também, de sonhos”. Neste contexto, a indústria turística apodera-se de tudo quanto o território pode oferecer (história, património material e imaterial, gastronomia, música, paisagens naturais, entre outros), transformando-o em mercadoria.

Para que a cidade ganhe uma posição de destino turístico, é essencial o investimento de capitais económicos destinados a dotá-la das infraestruturas necessárias. Ao mesmo tempo, é necessário investir na ‘valorização’ dos seus capitais simbólico e cultural, em muitos casos modificando-os “[...] para torná-los legíveis nos imaginários dos turistas e para converter a cidade num lugar atrativo para o consumo turístico” (Cabrierizo, 2016, p.72). Para tal, é utilizado um *marketing* urbano cada vez mais elaborado que joga, por um lado, com as especificidades do lugar e, por outro, com a modulação e repetição para tornar estas especificidades rentáveis.

O turista tende a criar expectativas sobre o lugar já antes da própria viagem, sendo estas expectativas ‘manipuladas’ pela promoção turística através de imagens, vídeos promocionais ou guias de viagens, entre outros, que tendem a estereotipar ou mesmo (re)criar *ad hoc* os capitais histórico, arquitetónico e simbólico dos lugares. Ao mesmo tempo, a promoção turística, ao eleger as informações sobre cada lugar, permite a seleção da tipologia de consumidor desejada (reformados, jovens, desportistas, boémios, LGBT, entre outros).

Em muitos casos, o poder público alia-se à indústria turística no desenvolvimento do *marketing* urbano necessário para colocar, no mercado internacional, a ‘marca’ da cidade, competindo com outras cidades para a captação de capitais. Por exemplo, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) declara abertamente que:

*“A afirmação do turismo na cidade de Lisboa potencia, em termos nacionais e internacionais, a inscrição da região de Lisboa como uma das regiões europeias mais competitivas neste setor de atividade e a projeção da marca Lisboa e a divulgação da cultura e património histórico da cidade, da região e do país” (CML, 2015, p.35-36).*

De facto, o turismo é hoje apresentado como uma das peças chave das políticas públicas necessárias para alcançar o desenvolvimento eco-

<sup>1</sup> Panorama OMT del turismo internacional, 2005, em Cabrierizo (2016, p.31).

<sup>2</sup> O turismo, do ponto de vista empresarial, tornou-se numa atividade extremamente competitiva, sendo hoje liderada por grandes multinacionais que passaram a englobar todas as áreas da indústria turística, desde hotelaria, agências de viagens, companhias aéreas, sociedades imobiliárias e financeiras, entre outras (Cabrierizo, 2016, p. 52).

nómico e a regeneração dos territórios. A Comissão Europeia (2003) alertou para o facto de ser essencial garantir a sustentabilidade económica, social e ambiental do turismo na Europa, e para a situação de existirem, a nível do turismo sustentável<sup>3</sup>, desafios ligados tanto aos modelos de consumo quanto aos modos de produção. Porém, a própria Comissão Europeia (2010) realça a importância do turismo como “atividade económica essencial”, sendo “o seu impacto no crescimento económico e no emprego na Europa [...] muito positivo”.

É hoje comum a ideia segundo a qual a principal fonte de desenvolvimento das cidades é a sua identidade cultural. Todavia, como sublinha Zukin, “[q]uando a mesma ideia [...] é aplicada em muitas cidades do mundo, resultará numa evidente homogeneização” (2009, p.1).

A cidade é parte da memória coletiva dos seus residentes e, neste sentido, o património urbano, cultural e edificado contribui para “[...] a construção de uma identidade coletiva baseada na originalidade e na diferença entre culturas e povos” (Delgadillo, 2015, p.115). Contudo, na cidade neoliberal globalizada, o património material e imaterial converteu-se em mercadoria: o ‘valor de uso’ é substituído pelo ‘valor de troca’ (Harvey, 2001). Desta forma, “[...] a cidade, longe de ser vista como o lugar que promove a coesão social, é um lugar de coerção social, ou seja, ao invés de integrar, agora separa e fragmenta a sociedade” (Delgadillo, 2015, p.116).

Para tal contribui a (re)utilização do património construído na ótica de valorizar uma alegada ‘vocalização turística’ dos lugares que, no caso da cidade, está normalmente vinculada à sua história e ao seu património artístico e arquitetónico, tornando-a alvo dos interesses imobiliários. Este facto produz, em muitos casos, processos de *tourism gentrification*, definida por Gotham como sendo a “[...] transformação de um bairro de classe média num enclave relativamente rico e exclusivo marcado pela proliferação de entretenimento corporativo e locais de turismo” (2005, p.1102).

Esta transformação não acontece necessariamente em bairros de classe média, mas também em bairros com residentes pertencentes a classes com menor poder de compra, como, por exemplo, no caso do Bairro Alto em Lisboa (Pavel, 2015, 2016), e prevê, geralmente, uma gentrificação tanto habitacional quanto comercial.

Apesar de a definição de *gentrification* (gentrificação) lançada em 1964 por Glass não ter em

conta as transformações urbanas e económicas que ocorreram aceleradamente desde a década de setenta do século XX, segundo a linha de pensamento delineada por Slater (2006), o que permanece válido e caracterizador do processo é a mudança de classe social dos residentes.

Esta mudança é normalmente coagida através de processos de deslocamento, que podem ser mais ou menos diretos (Cócola-Gant, 2016). Neste sentido, o turismo de massas, como é sublinhado por diversos autores (Cabrierizo, 2016; Delgadillo, 2015; Cócola Gant, 2016; Gotham, 2005; Mendes, 2016; Pavel, 2015; entre outros), pode provocar processos de gentrificação turística, por causar o deslocamento da população residente, substituída por uma população turística de passagem, bem como do comércio tradicional.

Perante o aumento da procura, muitos proprietários optam por transformar ou vender as suas propriedades para aumentar os lucros (Smith, 1987). Neste contexto, grandes companhias compram edifícios inteiros para transformá-los em hotéis, em alguns casos desalojando os residentes e efetuando obras ditas de reabilitação mas que são, de facto, de renovação, por manterem a fachada e alterarem ou reconstruírem o seu interior (obras estas efetuadas com um certo consenso por parte da administração pública). Paralelamente, a hiperespecialização das cidades no setor turístico faz com que o fenómeno dos apartamentos destinados ao arrendamento de curta duração<sup>4</sup> tenha aumentado exponencialmente em numerosas cidades. Duma forma geral, os proprietários preferem alugar as suas casas a turistas por breves períodos (normalmente poucos dias), do que alugar a famílias que nelas habitem de forma continuada.

Importa sublinhar que, em muitos casos, não é o próprio proprietário a explorar o arrendamento de curta duração. São cada vez mais as médias ou grandes empresas especializadas no setor que, oferecendo valores mais altos de aluguer aos proprietários, exploram os apartamentos, ou, por vezes, prédios inteiros, encarregando-se de toda a organização necessária a receber os turistas (promoção on-line, marcação, *check-in* e *check-out*, limpeza, entre outros).

De uma forma geral, o arrendamento temporário contribui para a não colocação das habitações no mercado de arrendamento de longa duração, impedindo que a população tenha acesso às mesmas, ao mesmo tempo que provoca o desalojamento direto dos arrendatários por parte dos proprietários.

<sup>3</sup> Entendendo-se por turismo sustentável “[...] qualquer forma de desenvolvimento ou atividade turística que respeite o ambiente, assegure a conservação a longo prazo dos recursos naturais e culturais, e seja económica e socialmente compensador e justo” (Paiva, Aguiar, Pinho, 2006, p.99).

<sup>4</sup> Em Portugal, a figura jurídica do “alojamento local” (AL) veio legalizar o arrendamento de curta duração, e é regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, e seguintes, que aprova o Regime Jurídico da Exploração dos Estabelecimentos de Alojamento Local.

O arrendamento de curta duração é um fenómeno em forte aumento em numerosas cidades. Por exemplo, alguns estudos recentes (Mendes, 2016; Pavel, 2015, 2016) demonstram o crescimento exponencial do fenómeno na cidade de Lisboa, bem como os seus impactes negativos para a população e comércio locais.

Paralelamente, as empresas vocacionadas para o arrendamento temporário utilizam um *marketing* que se foca em oferecer, durante a estadia, a oportunidade de morar numa casa 'autêntica' e viver 'como os locais' (imagens 1,2), enquanto de facto, como sublinha Delgado (2006:24), "[...] o turista apenas se encontra com outros turistas, em cenários dos quais o habitante está em retirada ou já foi expulso" (imagem 3).

Ao mesmo tempo, o comércio de proximidade ou tradicional é substituído por um comércio especializado e homogeneizado a nível global, criado para responder à procura de consumo dirigida à população de turistas e que, em alguns casos, reinventa tradições locais com uma linguagem globalizada que lhe retira a sua autenticidade (Imagem 4,5).

Como evidencia Gotham, "[...] a turistificação não é o resultado das preferências comerciais de um grupo, pois o capital não se limita a reagir aos desejos do consumidor". Ao contrário, "[o] gosto do consumidor por espaços gentrificados é [...] criado e comercializado, e depende das alternativas oferecidas por poderosos capitalistas interessados sobretudo em produzir o ambiente construído a partir do qual podem obter o maior lucro" (2005, p.1114).

Importa referir que a transformação do comércio por um lado desaloja os pequenos comerciantes, em muitos casos constituídos por núcleos familiares que não conseguem sustentar o aumento dos preços de aluguer, e, por outro, elimina os serviços necessários para a vida quotidiana dos habitantes do bairro, contribuindo assim, de forma indireta, para o seu desalojamento. Como sublinha Cocola-Gant (2015, p.5) "[é] bastante paradoxal que o turista procure espaços autênticos que não encontra no seu meio habitual, mas ao mesmo tempo destrói-os e contribui para o seu desaparecimento".

Neste contexto, os residentes sofrem também a perda do espaço público que tende a passar de um lugar de convívio para um espaço de consumo. Segundo Cabrierizo (2016, p.67), para responder à "improdutividade do espaço público", em muitos casos as administrações locais optam pela "conversão dos espaços centrais e históricos em centros comerciais a céu aberto, elitistas e destinados ao ócio".

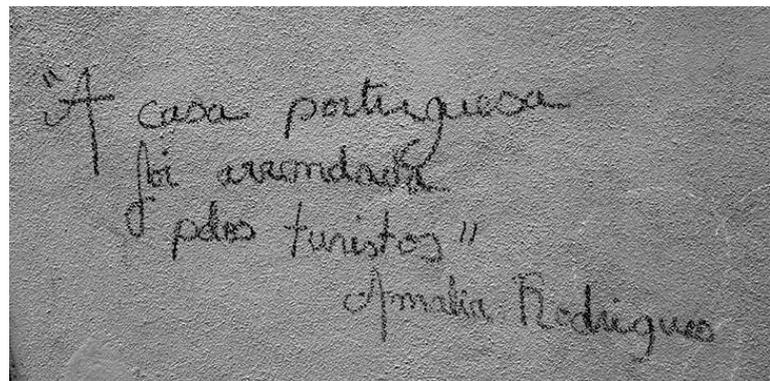


Imagem 1 e 2 - ANÓNIMO. Formas de comercialização das cidades turísticas

Fonte: [Cons. 6 Fev. 2016] <http://travellingbuzz.com>

Imagem 3 - LEFT HAND ROTATION. Demonstração do descontentamento popular na fachada duma casa portuguesa, Alfama, Lisboa.

Fonte: conceção do autor.

(leitura de cima para baixo)

Por último, para justificar a utilização e a transformação do património histórico construído, o discurso dominante tende a sublinhar a existência dum parque edificado degradado que pode ser reabilitado (fisicamente) graças à intervenção do setor privado. No entanto, atrás



Imagem 4 e 5 - ANÓNIMO. Logo e interior da loja O Mundo Fantástico da Sardinha Portuguesa, Rossio, Lisboa, Portugal.  
Fonte: [Cons. 26 Mar. 2017], [www.facebook.com/MundoSardinhaPortuguesa](http://www.facebook.com/MundoSardinhaPortuguesa)

Imagem 6 - ANÓNIMO. Protesto da população de Veneza contra o turismo de massas

Fonte: [Cons. 26 Mar. 2017], <http://www.tpi.it>.  
*(leitura de cima para baixo)*

de processos de reabilitação (física) do edificado escondem-se, de facto, operações de renovação e fachadismo (Pavel, 2015).

Verifica-se que os conceitos de reabilitação são, em muitos casos, utilizados de forma estratégica para justificar processos de exclusão da população mais carenciada (Smith, 2002). Para tal é essencial o apoio das políticas locais e nacionais, sendo que:

*“[...] a gentrificação como expoente máximo das desigualdades de classe geradas pela produção da cidade capitalista não é apenas uma questão económica, mas também uma questão política [...]. Não nasce através da evolução ‘natural’ do mercado imobiliário, mas é também o resultado de políticas públicas que abrem caminho para que o capital privado possa retirar lucros da cidade. Neste sentido, a aliança entre o Estado e o capital é um exemplo do que se chama empreendedorismo urbano (Harvey, 1989) e significa, em última instância, uma transferência contínua de fundos públicos para empresas privadas. Pela mesma razão, as alternativas para garantir acesso justo à habitação ou promover o ‘direito à cidade’ também dependem da vontade política e não de um mercado autorregulável” (Cócola Gant, Durán, Janoschka, 2016, p.13).*

Alguns estudos de caso demonstram como as políticas públicas baseadas na suposta revitalização dos centros históricos e centradas essencialmente na promoção turística, podem provocar uma excessiva terciarização das áreas interessadas, causando abruptas diminuições demográficas.

Em Portugal, e em particular em Lisboa, alguns estudos (Mendes, 2016; Pavel, 2015, 2016; entre outros) demonstram como algumas das políticas recentemente implementadas a nível nacional e local têm apoiado os setores imobiliário e turístico com o intuito de ‘dar vida’ aos centros das cidades, na ótica da *positive gentrification* (Cameron, Coaffe, 2005). Por outro lado, estes processos têm vindo a provocar o deslocamento da população residente de menores recursos económicos, bem como do comércio tradicional.

Um caso paradigmático de turistificação é o da cidade de Veneza, que passou dos 200mil habitantes em 1992 para os 58mil em 2012, tendo, em 2012, uma média de turistas diários quase igual à dos residentes, e onde se supõe que, em 2030, não haverá mais residentes (Pichler, p.2012).

Esta situação, por sua vez, coloca dúvidas relativamente à utilização do espaço público da urbe. De facto, os turistas utilizam espaços (praias, ruas, praças, jardins, entre outros), cujos custos de construção e manutenção são normalmente assumidos pela população residente (Cabrierizo, 2016, p.66-67). Esta, segundo o economista Jan Van Der Borg (Pichler, 2012), é uma das razões principais pela qual a Câmara Municipal de Veneza, apesar de ser um dos mais importantes destinos turísticos do mundo, se encontrava em 2012 em recessão económica.

Para enfrentar o jogo empresarial coadjuvado pelas políticas nacionais e locais, torna-se indispensável a resposta da sociedade civil que se começa a insurgir (imagem 6) contra os efeitos destruturantes destas ações de transformação urbana marcadas por processos de renovação e de gentrificação, que retiram a uma parte da população o direito à cidade.

## Conclusões

O presente artigo procurou ilustrar, brevemente, a evolução do turismo desde a segunda metade do século XIX até a atualidade, evidenciando o seu contributo atual para as economias locais. Paralelamente, mostrou como este mesmo contributo pode ser tanto positivo como negativo, e destacou algumas das suas implicações para o património material e imaterial, bem como para as comunidades locais.

As breves referências empíricas apresentadas apontam para a existência de conflitos económicos e de luta pela produção e uso do espaço, nos territórios que mostram um forte investimento no setor turístico por parte dos poderes locais e das empresas privadas.

Com base nos factos históricos, na discussão teórica e nas referências empíricas acima apresentados, torna-se urgente uma reflexão profunda em torno dos efeitos destruturantes do turismo de massas sobre paisagens, territórios e cidades.

Desta forma, parece importante refletir sobre a existência duma problemática difícil de resolver relativamente à preservação do património e da diversidade cultural. O património e a cultura têm, de facto, uma relação profunda com a dimensão económica, e esta circunstância pode pôr em causa o direito de todos os indivíduos e comunidades a usufruírem destes bens comuns.

Por estas razões, torna-se pertinente ampliar a discussão em torno da produção capitalista do espaço contemporâneo e, especificamente, das relações estabelecidas entre turismo de massas e

gentrificação, com o objetivo de encontrar soluções que possam contribuir para a construção de territórios mais inclusivos.

## Referências bibliográficas

- Boyer, Marc (2003), *História do turismo de massa*, Bauru, SP Salvador: EDUSC EDUFBA.
- Cabrierizo, China C. (2016), *La ciudad negocio: Turismo e movilización social en pugna*, Madrid: Cisma Editorial.
- Cameron, Stuart, Coafee, Jon (2005), "Art, gen-trification and regeneration: from artist to pioneer to public art", *European Journal of Housing Policy*, Vol. 5, n.º 1, pp.39-58.
- CML (2015), *Grandes opções do Plano 2015/2018 para a cidade de Lisboa*, Lisboa: CML.
- Cócola-Gant, Agustin (2015), "Gentrificación y turismo en la ciudad contemporánea", *Turismo y Desarrollo*, n.º14, pp.1-7.
- Cócola Gant, Agustin (2016), *Apartamento turísticos, hotels y desplazamiento de población*, Barcelona. Disponível em: [www.agustincocola-gant.net](http://www.agustincocola-gant.net) [Cons. 12/02/2016].
- Cócola Gant, Agustín; Durán, Gustavo; Janoschka, Michael (2016), "La ciudad del siglo XXI: políticas públicas urbanas, desplazamientos y contestaciones: apresentação do dossier", *Iconos*, n.º56, pp.11-18.
- Comissão das Comunidades Europeias (2003), *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Orientações de base para a sustentabilidade do turismo europeu*, Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu>. [Cons. 02/05/2010].
- Comissão das Comunidades Europeias (2010), *Comunicação da Comissão: Europa, primeiro destino turístico do mundo – novo quadro político para o turismo europeu*, Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu>. [Cons. 02/08/2014]
- Delgadillo, Víctor (2015), "Patrimonio urbano, turismo y gentrificación", em Víctor Delgadillo, Ibán Diaz, Luis Salinas (org.), *Perspectivas del estudio de la gentrificación en México y América Latina*, México: UNAM, Instituto de Geografía, pp. 113-132.
- Delgado, Manuel (2006), "Ciudades de Mentira: El turismo cultural como estratégia de desactivación urbana", *Archipelago*, n.º68, pp.17-28.
- Glass, Ruth (1964), *London: aspects of chan-*

ge, London: MacGibbon & Kee.

- Gotham, Kevin Fox (2005), "Tourism Gentrification: The Case of New Orleans' Vieux Carre (French Quarter)", *Urban Studies*, Vol. 42, n.º 7, pp.1099–1121.

- Harvey, David (2006 [2001]), *A Produção Capitalista do Espaço*, São Paulo: Annablume.

- Mendes, Luís (2016), "What can be done to resist or mitigate tourism gentrification in Lisbon? Some Policy Findings & Recommendation", em Marc Glaudemans, Igor Marko (eds), *City Making & Tourism Gentrification*, Tilburg: Stadslab, pp.34-41.

- Miranda, Rodrigo Fernández (2011), *Viajar perdendo el Sur: Crítica del turismo de masas en la globalización*, Madrid: Libros en Acción.

- OMT (2014), *Panorama OMT del Turismo Internacional: Edición 2014*. Disponível em <http://www2.unwto.org/en>. [Cons. 18/03/2017]

- Paiva, José; Aguiar, José; Pinho, Ana (2006), *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional*, Lisboa: Instituto Nacional de Habitação, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

- Pavel, Fabiana (2015), *Transformação urbana de uma área histórica: o Bairro Alto: Reabilitação, Identidade e Gentrification*, Tese de Doutoramento, Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

- Pavel, Fabiana (2016), "El Bairro Alto En Lisboa Entre Gentrificación, Turistificación Y Derechos De La Población, Em Serie (IV-4b)", em *Congreso Internacional Contested\_Cities, Eje 4 Gentrificación*, Madrid: Grupo de Estudios Urbanos y Teoría Social. Disponível em: <http://contested-cities.net/working-papers/2016/>[Cons. 08/10/2016]

- Pichler, Andreas (2012), *Teorema Venezia*, Campi Bisenzio: CG Entertainment. DVD, 79 min.

- Semi, G. (2015), *Gentrification, Tutte le città come Disneyland?*, Bologna: il Mulino.

- Slater, Tom (2006), "The Eviction of Critical Perspectives from Gentrification Research", *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol.30, n.º4, pp.737-756.

- Smith, Neil (1987), "Gentrification and the Rent Gap", *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 77, n.º3, pp.462-465.

- Smith, Neil (2002), "New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy", *Antipode*, Vol.34, pp.427-450.

- União Europeia (2010), *Versões Consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia: Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

- Zukin, Sharon (2009), "Destination Culture: How Globalization Makes All Cities Look the Same", *Inaugural Working Paper Series*, Vol. I, n.º1, Londres: Center for Urban and Global Studies, Trinity College.

## Intervir nas margens do urbano, o papel da academia

Isabel Raposo<sup>a</sup>

### Resumo

As margens do urbano, habitacionais, semi-urbanizadas e, amiúde, autoproduzidas, em expansão acelerada a nível mundial, expressam relações de força desiguais ao nível da produção do espaço e são palco de lutas pelo direito à cidade. Nas últimas três décadas de hegemonia neoliberal, a arquitetura do estrelato e o urbanismo competitivo dominaram estas disciplinas. Neste milénio, reemergem programas, práticas profissionais e formas de ensino alternativas, baseadas em leituras críticas dos processos em curso e em abordagens mais criativas, colaborativas e/ou sustentáveis, em prole de uma cidade mais inclusiva e justa. Inspirado na ‘produção do espaço’ de Lefebvre (1974), este texto contextualiza os contornos de uma didática alternativa a partir de uma perspetiva histórica e crítica.

### Palavras-Chave

Margens do urbano, Produção do espaço, Alternativas de intervenção local, Papel da academia.

### Abstract

The margins of the urban, housing, semi-urbanized and, often, self-produced, in accelerated expansion worldwide, express unequal power relations at the spatial production level and they are scene of struggles inscribe in the right to the city. In the last three decades of neoliberal hegemony, the architectural star system and the competitive urbanism dominated these disciplines. In this millennium, alternative programs, professional practices and forms of teaching reemerged, based on critical reading of ongoing processes and on more creative, collaborative and sustainable approaches, in the offspring of a more inclusive and just city. Inspired by Lefebvre's (1974) 'production of space', this text contextualizes the contours of an alternative teaching from a historical and critical perspective.

### Keywords

Margins of the urban, Space production, Local intervention alternatives, Role of the academia.

### Introdução

Para refletir sobre o papel da academia, no campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo, em torno da conceção de intervenções, nas margens do urbano, alternativas ao sistema hegemónico, parto de duas constatações, uma mais empírica e outra mais teórica. Em primeiro lugar, refiro-me à explosão urbana a nível mundial, que emerge no dealbar do século XIX e acelera, desde a década de 1960, associada a um crescimento exponencial dos subúrbios habitacionais não ou semi-urbanizados e maioritariamente auto ou co-produzidos<sup>1</sup>, predominantes nos países do Sul, mas que voltam a marcar as cidades do Norte. Em segundo lugar, tendo subjacente o entendimento do ‘espaço (social) como um produto (social)’, na linha de Lefebvre (1974, p.35), e sendo os arquitetos-urbanistas profissionais

ligados à conceção do espaço, considera-se que este ‘espaço concebido’, ou a ‘representação do espaço’ destes técnicos (*id.*, p. 42-48), traduz as relações de força desiguais inerentes à produção da cidade capitalista: a hegemonia das classes dominantes e as resistências sociais, passivas ou ativas. Esta contradição manifesta-se desde a génese da cidade capitalista.

Nas últimas três décadas de hegemonia neoliberal e globalização financeira, a arquitetura de estrelato e o urbanismo competitivo têm dominado a prática e o ensino destas disciplinas, mas, ao mesmo tempo, (re)emergem, com intensidades diferentes segundo os contextos, programas e projetos, práticas profissionais e formas de ensino alternativas. A academia, ao nível da arquitetura e do urbanismo, tem um papel chave no desenvolvimento da capacidade de leitura crítica dos processos e projetos em curso, no ensaio de

<sup>a</sup> Arquiteta e doutora em Urbanismo pela Universidade de Paris XII, Professora Associada na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL), investigadora do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD) da FAUL e coordenadora do Grupo de Estudos Socio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (GESTUAL).

<sup>1</sup> A noção de espaço (sub)urbano auto ou co-produzido tem vindo a ser utilizada desde 2012 nos debates e pesquisas do GESTUAL, em que preferimos a referência ao processo de produção destes espaços em vez do foco no que estes lugares não têm, como nas noções de informal ou ilegal (ver, nomeadamente, Raposo, 2016)

abordagens mais criativas, colaborativas e sustentáveis que contribuam para a construção de uma outra cidade mais democrática, inclusiva e menos desigual, bem como para a divulgação desses ensaios com vista a discuti-los, criticá-los, reforçá-los e replicá-los. Neste sentido, este texto visa contribuir para uma reflexão crítica e contextualizada sobre as intervenções alternativas nas margens do urbano, aprendendo com o passado para delinear premissas de práticas e de aprendizagens mais transformadoras no presente. Tomo como referência o argumento de Lefebvre (197, p. 481-482) de que a produção de ‘outro espaço’ supõe uma ‘sociedade outra’, um outro modo de produção, e requer a conceção de um ‘contra-projeto’ ou ‘contra-plano’, resultante da “intervenção ativa e massiva dos ‘interessados’”. Esta “capacidade de elaborar contra-projetos, de os discutir com as ‘autoridades’ e de as obrigar a tê-los em conta, torna-se a medida da democracia ‘real’”, condição para a criação ou produção de um “espaço planetário como suporte social de uma vida quotidiana metamorfoseada, aberta a possibilidades múltiplas” (*id.*, p.485). Esta é, para Lefebvre, a aceção última de ‘produção do espaço’ e o que a distingue do modo de produção das coisas no espaço promovido pelo capitalismo.

Organizei o texto em quatro pontos. No primeiro, revisito o impacto da explosão urbana, traça da ‘prática espacial’<sup>2</sup> da sociedade capitalista, no crescimento das margens do urbano. No segundo, parto da noção de Lefebvre (1974) de ‘contra-projeto’ ou ‘contra-plano’ na construção de um ‘outro espaço’, ou ‘outra cidade’, para esboçar uma visão crítica diacrónica de ensaios alternativos, desde o século XIX até à década de 1970. No terceiro ponto, contextualizo as mudanças geradas com a nova ordem neoliberal e as práticas alternativas e de resistência que provoca. No quarto ponto, reflito sobre os contornos de uma didática alternativa, a partir de uma perspetiva histórica e crítica.

## 1. Explosão das margens do urbano

Com a explosão demográfica que eclodiu com a revolução industrial assistiu-se, em dois séculos, entre 1804 e 2004, ao crescimento da população mundial em cerca de 6,5 vezes<sup>3</sup> e da taxa de urbanização em cerca de 5,3, resultando num aumento de trinta e cinco vezes da população urbana: esta passou de cerca de 90 milhões de pessoas, em 1804, para cerca de 3.127 milhões, em 2004, e, desde então, já aumentou quase um bilião<sup>4</sup>. Este aumento exponencial da população urbana, que se traduz na explosão e concentração urbana, acentuou-se desde meados do século passado, com a aceleração da urbanização dos ditos países em desenvolvimento.

De acordo com estimativas das Nações Unidas, entre 1950 e 2014, enquanto nas ‘regiões mais desenvolvidas’ a população urbana pouco mais que duplicou, passando de 420 para 980 milhões de habitantes, nas ‘regiões menos desenvolvidas’ a população urbana mais que nonuplicou, passando de cerca de 310 para 2.899 milhões<sup>5</sup>. A explosão urbana em países de economias pobres ou emergentes, de industrialização tardia e pouco industrializados, traduziu-se no crescimento exponencial de áreas não ou semi-urbanizadas, maioritariamente auto ou co-produzidas, que se estendem nas margens, geográficas ou sociais, do urbano. Sem habitação condigna, com falta de água potável e de saneamento, sem alimentação, saúde e educação suficientes, estas áreas são marcadas por uma forte insegurança fundiária e uma grande concentração de pobreza e de riscos ambientais.

Atualmente, quase um bilião de pessoas em todo o mundo (Un-Habitat, 2016, p.2)<sup>6</sup> – o total de habitantes do planeta no dealbar do século XIX! – vive nestas margens do urbano, não ou semi-urbanizadas, concentradas sobretudo nos ditos países em desenvolvimento<sup>7</sup>, geralmente apelidadas pelas suas faltas – clandestinas, in-

<sup>2</sup> A “prática espacial” de uma sociedade, ou seja, o espaço que esta lentamente produz, ou o seu “espaço vivido”, constitui um dos termos da triplicidade espacial de Lefebvre (1974, p.42-48). Os outros dois termos propostos pelo autor para um conhecimento crítico do espaço são: a “representação do espaço” ou o “espaço concebido” por arquitetos e urbanistas; e o “espaço de representação” ou “espaço percebido” pelos habitantes e utentes.

<sup>3</sup> A população mundial passou de um bilião de pessoas em 1804 para cerca de 6,5 biliões em 2004, tendo desde então aumentado mais um bilião, sendo hoje, no final de 2017, 7,5 biliões. Disponível em: <http://www.worldometers.info/world-population/world-population-by-year/> (consultado em Dezembro de 2017).

<sup>4</sup> A taxa de urbanização passou de 9% em 1804 (Bairoch, 1985) para 48% em 2004 e, atualmente, já está em 54%, com um total de cerca de 4.110 milhões de urbanos em 2017 (Disponível em: <http://www.worldometers.info/world-population/world-population-by-year/> (consultado em Dezembro de 2017).

<sup>5</sup> Ver: United Nations. Population Division. World Urbanization Prospects: The 2005 revision and The 2014 revision (United Population of Urban and Rural Areas at Mid-Year (thousands) and Percentage urban). Disponível em: [http://www.un.org/esa/population/publications/WUP2005/2005WUP\\_FS5.pdf](http://www.un.org/esa/population/publications/WUP2005/2005WUP_FS5.pdf); [https://esa.un.org/unpd/wup/CD-ROM/WUP2014-F01-Total\\_Urban\\_Rural.xls](https://esa.un.org/unpd/wup/CD-ROM/WUP2014-F01-Total_Urban_Rural.xls) (consultado em Dezembro de 2017).

<sup>6</sup> De acordo com o *The Millennium Development Goals Report* (MDGR) das Nações Unidas (2015), em 2000, 792 milhões de pessoas residiam em *slums*, sendo 880 milhões em 2015. Todavia, como o cálculo do MDGR apenas considera, na generalidade dos países, quatro dos cinco indicadores de *slums* e, em alguns, com mais limitada informação disponível, apenas um dos indicadores, no *Slum Almanac 2015/2016*, a UN-Habitat (2016: 2 e nota 1) aponta para cerca de 1 bilião.

<sup>7</sup> Mais precisamente, considerando que 12,2% da população mundial vive em *slums*, são cerca de 915 milhões de habitantes no total do planeta, dos quais, pelo menos 881.080 mil, vivem em países em desenvolvimento (UN-Habitat 2016: nota 1). Olhando para os países menos desenvolvidos (de acordo com a classificação das Nações Unidas), em 2004, a percentagem da população a viver em *slums* era muito superior, 63%, ultrapassando, nalguns países mais pobres, os 85%, como é o caso da República Centro Africana (com 93%), de São Tomé e Príncipe (87%), do Sul do Sudão (96%) e do Sudão (com 92%). In: <https://data.worldbank.org/indicator/EN.POPSLUM.UR.ZS> (consultado em Dezembro de 2017).

formais ou ilegais, *slums*, *bidonville* (em língua inglesa e francesa) ou bairros precários (hoje em Portugal). No início do novo milénio, no quadro do 7º Objetivo de Desenvolvimento do Milénio, que visava assegurar a sustentabilidade ambiental, as Nações Unidas traçaram como uma das metas a melhoria das condições de vida de 100 milhões de habitantes de *slums* até 2020. No balanço que fazem em 2015, avaliam positivamente as medidas tomadas, que, de acordo com os seus dados, beneficiaram cerca de 320 milhões de pessoas – através do acesso a água potável, a saneamento melhorado e a habitação condigna – e permitiram diminuir (de 39,4% para 29,7%) a percentagem da população urbana a viver em *slums* (*id.*, p.60-61). Todavia, reconhecem que “o trabalho não está completo” (*id.*, p.4), já que, com o rápido crescimento da população urbana, no contexto de neoliberalismo globalizado, é a população de *slums* que continua a aumentar de forma mais acelerada.

Este crescimento das margens do urbano persiste, em menores taxas e em menor número, nos países semiperiféricos, como Portugal, e reemerge nas cidades mais ricas dos países centrais, com o acentuar da especulação imobiliária, do número de despejos e da desigualdade social, ou com o aumento do número de refugiados. É o que dá conta, por exemplo, o novo número de 2017 da revista *Urbanisme*, com um dossier sobre a *Actualité du bidonville*, que foca o seu ressurgimento na Europa, a tendência dominante para a sua erradicação e, ao mesmo tempo, o investimento emergente na valorização patrimonial e da memória de antigos *bidonvilles* (Deboulet, 2017, p.24-25).

A cidade capitalista, que emerge com a revolução industrial e se metamorfoseia ao ritmo da transformação económica, e as suas extensas margens deixam uma profusão de problemas para resolver, ao nível político e socioeconómico, urbano, habitacional e ambiental. Para alguns analistas, esta elevada concentração urbana não constitui um problema irresolúvel, como deixa transparecer o título da conferência para a qual este texto foi esboçado “*Cities are problem makers but they are also problem solvers*”<sup>8</sup>. Parto aqui da perspetiva crítica de que esta urbanização concentrada, acelerada e ilimitada que se estende à escala mundial sob pressão do mercado global, constitui uma das características estruturantes da ‘prática espacial’

da sociedade capitalista, em busca da expansão constante da produção e do consumo. Este sistema apodera-se do solo e da produção do espaço como mercadorias para a produção de mais-valias (Lefebvre, 1974, p.387, 400). Tendo como premissa fundamental a acumulação através da obtenção de lucro, concentrada atualmente em cada vez menos mãos, o sistema tem-se mostrado incapaz de resolver a pobreza que gera, ou seja, como refere o mesmo autor (*id.*, p.482), o sistema soluciona alguns problemas, mas não consegue resolver as contradições do espaço que produz. Nesta perspetiva crítica, as margens do urbano, enquanto lugares de concentração de pobreza, são, como sublinhavam os autores de *The challenge of slums* (UN-Habitat, 2003, p.6), consequência direta das políticas neoliberais.

Múltiplas respostas têm sido delineadas, desde a génese do sistema capitalista, para a diminuição dos problemas urbanos e para o funcionamento da urbe. Já no século XIX, a urbanística começou a preocupar-se com o acesso de todos aos “benefícios potenciais da revolução industrial” e com a “construção de uma comunidade democrática” (Benévolo, 1979, p.52-55). Desde então, têm-se ensaiado caminhos alternativos ao sistema dominante. O ponto que segue convoca alguns desses ensaios neste esboço reflexivo sobre o papel do arquiteto-urbanista e da academia na emancipação do presente.

## 2. Outra cidade é possível? Estímulos históricos ao pensamento alternativo

Pensadores críticos da sociedade e da cidade industrial capitalista, visionários de um outro urbanismo, emergiram desde o século XIX: Sant Simon, Owen, Fourier ou Godin, desenharam modelos alternativos para a melhoria das condições de vida de todos, embora as suas visões não se ancorassem na ação social. Para Marx e Engels (1973/1848, p.75, 121, 137-139), estas experiências de utopia social, desligadas das condições históricas da emancipação do proletariado, estavam por isso destinadas ao fracasso. Na visão destes dois autores, só a mudança do modo de produção, por uma associação universal do movimento proletário e através de uma revolução, podia conduzir à melhoria das condições de vida e alojamento da maioria. Para Lefebvre (1974,

<sup>8</sup> Este texto desenvolve a comunicação “*Another city is possible? The role of the academy*”, apresentada na conferência *Cities as problem-makers and problem-solvers*, organizada pela Ordem dos Arquitetos e pelo *Architects’ Council of Europe*, no quadro da Trienal de Arquitetura de Lisboa, em Lisboa, a 16 de Novembro de 2016.

<sup>9</sup> Esta noção “outra cidade é possível”, inspirada em Lefebvre (1974, p.441), tem sido apropriada recentemente por vários autores. É o caso de Rolnik, num artigo com esse título em que se refere à mobilização da sociedade civil no Recife contra um megaempreendimento imobiliário. Ver <https://www.archdaily.com.br/622192/uma-outra-cidade-e-possivel-raquel-rolnik> (consultado em Dezembro de 2017). E é o caso de Cabannes, em várias conferências com esse título e num livro de 2017: *Another city is Possible. Alternatives to the city as commodity: Participatory Budgeting*. Ver <https://www.bertrand.pt/livro/another-city-is-possible-yves-cabannes/20894544> (consultado em Dezembro de 2017).

p.485), pensadores da utopia como Fourier, ou como Marx e Engels “não foram ‘utopistas’ pois mostravam os possíveis” e, se os seus conceitos não foram então apropriados pelo pensamento hegemónico, “estimulam [ainda hoje] o pensamento teórico” e a praxis. Inspirado na dialética marxista, Lefebvre (*id.*, p.471-472) atribuiu um novo papel ao espaço, como instrumento ou meio da transformação social, argumentando que a produção de um ‘outro espaço’ pode gerar as condições para acabar com o dogmatismo do crescimento (quantitativo), da propriedade privada e do valor de troca, diretrizes do capitalismo, e fazer prevalecer a apropriação e o valor de uso.

Outro autor que estimula o pensamento alternativo é Howard (1969/1898), com a sua ‘Cidade Jardim’, onde se inscrevem duas noções que, como afirmamos em Raposo, Crespo e Lages (2017), mantêm toda a atualidade. Para além da noção de integração dos benefícios do mundo rural e urbano, apropriada pelo pensamento hegemónico, importa destacar a noção transformadora de ‘propriedade inalienável’, controlada pela municipalidade<sup>10</sup>, visando ao mesmo tempo impedir o crescimento urbano ilimitado e a especulação fundiária, duas marcas centrais da prática espacial do capitalismo. Howard (1969/1898, p.102) explicita claramente que:

*“Os terrenos que envolvem a ‘Cidade-Jardim’ não estão na mão de privados: estão nas mãos do povo e devem ser administrados não para servir os supostos interesses de uma minoria, mas segundo os verdadeiros interesses de toda a comunidade.”<sup>11</sup>*

Esta proposta constitui um dos pilares da produção de um ‘outro espaço’ de Lefebvre (1974, p.484):

*“Uma transformação da sociedade supõe a posse e a gestão coletiva do espaço, através da intervenção perpétua dos “interessados”, com os seus múltiplos interesses, diversos e mesmo contraditórios”.*

A ideia de uma posse comunitária da terra, não passível de ser vendida, foi retomada no século XX na noção emancipatória de *Community Land Trust* (Ross e Cabannes, 2014, p.52-54), implementada nos Estados Unidos<sup>12</sup>, no Canadá, em Inglaterra e em outros países, em pequenas comunidades rurais e, desde a década de 1980, também urbanas, como forma de luta contra a

gentrificação e os despejos. Estas e outras experiências de propriedade comum inspiram novas abordagens, que privilegiam o direito à habitação, ao lugar e à cidade, em vez do direito de propriedade, princípio estruturante do modo de produção capitalista.

A visão utópica de Howard, implementada em Letchworth que ainda hoje subsiste, não respondia aos desígnios da sociedade capitalista do final do século XIX. O que então prevalecia, e se prolongou pelo início do século XX, foi o traçado urbano ordenador da cidade burguesa de Haussmann, em Paris, de Cerdá, em Barcelona, ou de Ressano Garcia, em Lisboa. Em contrapartida, expandiu-se rapidamente a nível mundial a visão higienista, racionalista, funcionalista e prescritiva, traçada três décadas depois de Howard, na Carta de Atenas de 1933, pelos arquitetos modernos e pela mão de Le Corbusier (1957), objetivando um bom funcionamento da sociedade e da cidade industrial capitalista. Este modelo normativo instilou-se nas racionalidades tecnicistas, profissionais e académicas, da reconstrução do Pós-Segunda Guerra, e persistiu até hoje, como uma ferramenta ao serviço da compacta e extensa cidade capitalista.

Este paradigma urbano suscitou, todavia, fortes críticas que se manifestaram desde o 9º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, de 1953 (Bonillo *et al.*, 2006). As décadas de 1960 a 1980 foram prolíferas na busca de um pensamento alternativo sobre o urbano, destacando-se Lefebvre (1974), e sobre como intervir na cidade e nas suas margens. Entre as noções que emergem neste período, sublinho a de participação popular ao nível do habitat, incorporada por Hassan Fathy desde 1945 na construção do seu novo Gourna, no Egipto, e adotada a nível mundial na primeira conferência sobre o Habitat, organizada em 1976 pelas Nações Unidas. Neste encontro, Fathy defendeu também a figura do ‘arquiteto de pé-descalço’ (Granotier, 1980, p.266), cujo perfil profissional foi sancionado e definido no Congresso da União Internacional dos Arquitetos, em 1978, no México.

Ainda na Conferência do Habitat I, traça-se como um dos principais objetivos a melhoria rápida da qualidade de vida de todos e assume-se, como principal estratégia para o combate à pobreza urbana, a autoconstrução assistida. John Turner era já seu grande defensor, a partir do trabalho que desenvolvera nos *barrios* pobres do Perú, nas décadas de 1950 e 1960, em que se apercebeu das capacidades e recursos dos seus habitantes e apelou ao seu reconhecimento e regularização.

<sup>10</sup> Como sublinhou Lewis Mumford no prefácio escrito em 1945 à reedição em 1946 do livro de Howard (1969, p. xli-xliii).

<sup>11</sup> Tradução pela autora da edição francesa (Howard, 1969/1898).

<sup>12</sup> Ver <http://cltnetwork.org/topics/community-land-trusts/> (consultado em Dezembro de 2017)

A violência dos processos de erradicação dos bairros precários suscitou desde a década de 1970 várias críticas, passando-se a defender outras formas de intervenção. Foi o caso das malhas infraestruturadas (*sites and services*), em zonas de expansão urbana, implementadas pelo Banco Mundial desde 1972, hoje raras, que melhoravam o acesso aos serviços urbanos básicos, mas mantinham o paradigma da cidade extensiva e da periferização dos pobres. Em contrapartida, a reabilitação urbana de bairros existentes começou a ser defendida desde a década de 1970, em vez da sua *tábula* rasa e do despejo dos seus habitantes, persistindo até hoje. Deu origem a ensaios inovadores, de outra arquitetura e de outro urbanismo, laboratórios de democracia participativa, favorecendo o direito ao lugar e a uma ‘centralidade renovada’ (Lefebvre, 1968), o acesso a melhores infraestruturas e serviços urbanos e a diminuição do estigma socioespacial. Em geral, todavia, a sua escala pontual e a falta de continuidade do apoio exterior reduzem o seu impacto e não se logra reverter a dualidade urbana. Um exemplo mais recente de referência mundial é o Programa Favela Bairro, implementado no Rio de Janeiro a partir de 1995, extinto em 2010, mas retomado em 2017. A reabilitação *in situ* é hoje o paradigma defendido pelas agências internacionais, discutido nas conferências preparatórias do Habitat III (especificamente na de Pretória, realizada em 2016, sobre os ‘bairros informais’), mas sofre a resistência de muitos governos e das classes dominantes e a concorrência dos promotores imobiliários, que apostam no despejo ou realojamento e na periferização das populações de menores recursos (Deboulet, 2016, p.22). A regularização fundiária é outra das formas de intervenção nas margens do urbano que visa o reconhecimento e a integração urbana dos bairros, assumindo características distintas e resultados variáveis segundo países e contextos e não conduzindo necessariamente à melhoria das condições de vida dos habitantes (Fernandes, 2011).

Outros autores visam uma intervenção nas causas demográficas e económicas da explosão dos *shums*. É o caso de Granotier (1980, p.364-369), quando defendia em 1980, para os países em desenvolvimento: (1) a nível nacional, por um lado, o reforço do ordenamento territorial e do investimento em meio rural como forma de controlar o êxodo rural e, por outro, o aumento do orçamento público no habitat urbano; e (2) a nível internacional, o reforço das transferências de recursos dos países industriais para o ‘Terceiro Mundo’, como forma de assegurar a reabili-

tação dos ‘estabelecimentos humanos’<sup>13</sup> destes países. Uma visão economicista estava, todavia, subjacente à sua abordagem, quando justificava que a redistribuição da riqueza a nível mundial permitiria estimular a procura dos consumidores dos países pobres e, dessa forma, beneficiar as exportações das indústrias dos países ricos.

Uma importância crescente tem sido dada, por vários autores, ao papel dos movimentos sociais e urbanos que emergiram em todo o mundo, desde o final da década de 1960, contra a mercantilização da cidade e a renovação e gentrificação de áreas centrais, reivindicando o direito à habitação e, mais recentemente, à cidade. Jane Jacobs (1961) foi uma voz decisiva na resistência contra a modernização urbana e o planeamento tecnocrático e autoritário, em meados do século passado, em Nova Iorque e em Toronto. No final da década de 1960, Henri Lefebvre (1968) publicou o seu manifesto sobre o Direito à Cidade, pouco antes de despoletarem em Nanterre os movimentos estudantis de Maio de 1968, que se estenderam a outros setores e cidades. Na década de 1960, estes ‘movimentos sociais urbanos’ (Castells, 1973), que eclodem a nível internacional, em torno da questão urbana, exerceram grande pressão sobre os Estados e a economia.

### 3. Uma nova ordem neoliberal: os movimentos e os ensaios de ‘contra-projetos’

Com a crise do petróleo em 1973 e a progressiva afirmação de uma nova ordem neoliberal global, os movimentos sociais perdem força e, no campo disciplinar da arquitetura, o *star system* ganha hegemonia, tal como a abordagem *glamour* de um urbanismo competitivo. A situação acentua-se na década de 1990 e estende-se pelo novo milénio, com a crescente globalização do capitalismo financeiro neoliberal e a complexidade dos fenómenos sociais e urbanos. Multiplicam-se os processos de renovação e gentrificação das áreas centrais, aumenta a desigualdade socioespacial, bem como a exclusão e a periferização dos mais pobres. Simultaneamente, os movimentos sociais urbanos e as organizações da sociedade civil voltam a ganhar expressão política e incrementam o diálogo entre si e com os governos e organizações internacionais. A noção do Direito à Cidade volta a ser reclamada desde o dealbar do milénio, tornando-se um pilar fundamental da Nova Agenda Urbana do Habitat III, de 2016. No novo milénio, ressurgem práticas, programas

<sup>13</sup> Noção difundida na Conferência de Vancouver sobre o Habitat I, no documento de apoio do arquiteto grego Konstantinos Doxiadis, que lança as bases de uma ‘ciência dos estabelecimentos’, a ‘ekística’ (Granotier, 1980, p.366).

e projetos alternativos, sustentáveis, de pequena escala, assentes em abordagens colaborativas e ativistas.

O colapso financeiro de 2007-2008 desvenda as ‘sombras’ que sustentam este sistema, bem explicadas por Louçã e Ash (2017), e agudiza as contradições da urbanização planetária, ao serviço dos grandes interesses financeiros, em detrimento dos interesses das comunidades locais e dos equilíbrios ambientais, como testemunha Rolnik (2017). O que se segue a esta crise deixa grandes interrogações: “Uma longa depressão, uma estagnação secular, novos colapsos financeiros? Justiça ou desigualdade?” (Louçã e Ash, 2017). Para Wallerstein (2010), estamos numa longa “crise estrutural do sistema capitalista mundial”, em que se extremam duas posições políticas antagónicas. Do seu confronto, emergirá uma nova ordem mundial, cuja configuração dependerá, para o autor, da relação de forças em presença: mais autoritária, hierárquica e polarizada socialmente; ou, pelo contrário, mais democrática e mais justa. É isto que reclamam múltiplos movimentos e manifestações em todo o mundo, contra o poder do capital. Harvey, referindo-se à luta contra Wall Street, sublinha a sua natureza ao mesmo tempo global e local, que se articula com as lutas nos vários cantos do mundo contra a repressão do sistema, como a dos agitadores da praça Tahrir ou a dos indignados espanhóis, concluindo que: “não temos outra opção senão lutar pelo direito coletivo [à] construção de uma alternativa” (Harvey, 2012, p.235-236).

Como argumentei em texto anterior (Raposo, 2016), esta dualidade e este confronto têm clara expressão espacial: por um lado, uma arquitetura de espetáculo e de megaprojetos e um urbanismo que aposta nas grandes infraestruturas, na competitividade, no crescimento económico e no lucro, acentuando a gentrificação, a desigualdade, a fragmentação e a periferização e que se afirma como a prática espacial neoliberal; por outro, uma arquitetura sustentável e um urbanismo colaborativo e de proximidade, que privilegia a coesão socio-territorial, o desenvolvimento social e o empoderamento, promovendo a interação e a inclusão, e constituem a expressão espacial das diversas posições de resistência à violência da ordem neoliberal e da luta social por uma outra cidade.

São múltiplos os ensaios que visam colaborar na construção de uma cidade mais justa e que urge conhecer, discutir e divulgar, para fortalecer e replicar outras práticas e formas de

fazer. Em texto anterior (Raposo, 2016), questionando-me sobre quais as práticas que mais se aproximavam da luta pelo direito à cidade<sup>14</sup>, referi-me a três âmbitos que aqui sintetizo: (i) os programas públicos, de nível central ou municipal, direcionados para as áreas urbanas menos urbanizadas e que visam a sua qualificação ao nível material e imaterial, promovendo a interação entre os técnicos municipais, restantes atores e moradores<sup>15</sup>; (ii) os diferentes tipos de urbanismo alternativo ao sistema dominante, geralmente projetos de pequena escala, realizados com ou desencadeados pelos residentes, com equipas multidisciplinares que priorizam o reforço das identidades locais e da solidariedade e a qualificação do existente; e (iii) os projetos de arquitetura atentos às práticas locais de habitar e de construção, que se focam na discussão dos projetos com os atuais e futuros residentes ou utentes, recorrem a materiais locais, renováveis, ecológicos e baratos, bem como a energias alternativas, à sustentabilidade da construção e à adaptação aos usos e ao lugar, sem esquecer a qualidade plástica e a poética do espaço produzido.

Sager (2016) segue outra sistematização das formas de ‘planeamento ativista’ ou em oposição ao neoliberalismo, que cruza a afetação (ao poder público ou à sociedade civil e dentro ou fora do grupo alvo) e o nível da ação (comunitária, estratégica ou relacional). O autor distingue e ilustra práticas de ‘planeamento radical’ e ‘iniciativas de alternativa crítica’, como exemplos de resistência ao neoliberalismo e de mitigação dos seus efeitos desestruturantes nos segmentos mais vulneráveis das populações urbanas. Ora, como alerta Cabral (2017), uma prática ativista progressiva requer uma capacidade de contínua mobilização, o que tem de ser construído sobre consensos e dissensos.

Sager não coloca a questão que norteia este artigo, de distinguir, entre as diversas formas de resistência ao sistema dominante, quais as que conduzem à ‘produção de um outro espaço’, palco de uma ‘vida urbana metamorfoseada’ que privilegie a propriedade comum e o valor de uso. Nesta indagação que norteia este artigo coloca-se a reflexão sobre o papel do arquiteto-urbanista neste processo. A este respeito, Harvey (2007/2000, p.279, 290) introduz a figura do ‘arquiteto insurgente’, com coragem mental e disposição para “dar um salto [...] especulativo para o desconhecido”, que entende como um sujeito ativo, com “ânsia de ação transformadora”, que “empurra conscientemente as possibi-

<sup>14</sup> Referi-me a três dimensões do direito à cidade inscritos na abordagem de Lefebvre (1968): o acesso a uma habitação adequada e a serviços urbanos; o acesso a uma centralidade renovada regida pelo valor de uso; e o direito à Obra, à participação e apropriação.

<sup>15</sup> Em Portugal, no novo milénio, destaca-se o Urban I e II, o PROQUAL, a Iniciativa Bairros Críticos, o BIP/ZIP, que constituem interessantes laboratórios experimentais de abordagem interativa, assentes na criação de estruturas executivas locais, focalizadas no lugar e no urbanismo de proximidade e na adaptação das ações aos problemas locais.

lidades humanas até aos seus limites”<sup>16</sup>. A relação dialética entre a transformação do mundo e a nossa própria transformação, que atravessa o pensamento de Harvey (2007/2000, 2012) e norteia o ponto sobre o papel da academia, que abordo de seguida, aproxima-se do argumento de Lefebvre (1974) de que só uma ‘sociedade outra’, que conceba um contra-plano e se transforme no ato mesmo da transformação do espaço, pode produzir um ‘outro espaço’. Este é assim, ao mesmo tempo, produto, instrumento e meio da transformação social.

#### 4. O papel da academia na construção de uma outra cidade, mais inclusiva e democrática

*“As universidades formaram-nos apenas para atuar no formal; [...] Há que repensar a academia na sua relação com a realidade e particularmente com a comunidade [...]. O mais importante é construir cidadania [...]. Deixar de fazer somente no referencial idílico que nos propõem as passarelas da arquitetura mundial: ‘dubaizar’ a arquitetura, não é o caminho; o nosso caminho tem que ‘barrializar’ a nossa arquitetura [...] e aí produzir com as pessoas e com os recursos que existem.” (Handel Guayasamín)<sup>17</sup>*

Este excerto da entrevista ao arquiteto equatoriano Guayasamín ilustra a inquietação de profissionais e professores em arquitetura e urbanismo que, em várias partes do mundo, se questionam sobre o sentido da sua profissão e da formação que ministram e de como a colocar ao serviço da construção de um território e uma cidade mais justos como mostra nomeadamente a obra de Montaner e Muxí (2011). Esta questão não é de hoje. Desde meados da década de 1960, John Turner levou a discussão sobre a habitação, a autoconstrução, a reabilitação e o reconhecimento de *barrios* resultantes de ‘invasões’ populares, para as universidades onde lecionou, nos Estados Unidos (Massachusetts Institute of Technology) e em Londres (*Developing Planning Unit, University College of London*). O tema da autoconstrução levantou polémica entre os pares, nomeadamente de críticos marxistas, como Rod Burgess (1977), no seu artigo: “*Self-help*

*housing: a new imperialist strategy? A critique of the Turner school*”<sup>18</sup>, mas a abordagem de Turner continuou a inspirar debates e pesquisas académicas<sup>19</sup>. No Brasil, nas décadas de 1960 a 1980, destaca-se o arquiteto e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que levou para a Universidade a discussão de uma abordagem similar, ao nível da habitação popular e da ‘urbanização de favelas’, que implementou no bairro de Brás de Pina e que serviu de base para o já referido programa Favela Bairro.

Estas abordagens eram, todavia, minoritárias. Na década de 1960, como referiu Lefebvre (1974, p.476), o saber institucional da Universidade erguia-se “acima do vivido, como o Estado acima do quotidiano”, provocando convulsões sociais contra o capitalismo e a emergência de diversos movimentos estudantis, como a luta pela autogestão em Turim e Roma, em 1964, ou a luta pela democratização do ensino em Paris, que despoletou o Maio de 1968.

Também em Portugal, no início do ano letivo de 1968-69, os estudantes de arquitetura e professores das Escolas Superiores de Belas Artes de Lisboa e do Porto (ESBAL e ESBAP), substituíam as aulas por reuniões diárias conjuntas, ‘aulas magnas’, em que refletem sobre a situação do ensino e sobre a “função do arquiteto na sociedade, ao serviço das populações, e conseqüentemente sobre a orientação do ensino na formação desse outro arquiteto”. Reivindicam um novo sistema de ensino, mais crítico, autorreflexivo e experimental, assente no diálogo e na investigação, numa sociedade em profunda transformação (Moniz, 2010, p.68, 74). Este debate sobre a função social do arquiteto, particularmente aceso no Porto, contribuiu para a participação ativa da ESBAP e de (ex-)alunos da ESBAL, entre 1974 e 1975, no Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), um programa público de habitação, participativo e inovador, direcionado para os moradores dos então denominados ‘bairros de lata’. Traçado pelo arquiteto Nuno Portas, integrando as reflexões sobre o que de interessante se fazia neste domínio na Europa e na América Latina e implementado em contexto revolucionário, o SAAL tornou-se num importante laboratório de experimentação ao nível social, urbano e arquitetónico, uma espécie de escola prática de formação social do arquiteto, integrado em equipas interdisciplinares e em estreita interação com

<sup>16</sup> Tradução pela autora a partir da edição espanhola *Espacios de Esperanza* da obra de Harvey (2007/2000) *Spaces of Hope*.

<sup>17</sup> Arquiteto equatoriano, ex-Presidente do *Colegio de Arquitectos del Ecuador*, entrevistado na XX Bienal de Arquitectura de Quito em Novembro de 2016 por José T. Franco. Publicado a 21 Março 2017, na *Plataforma Arquitectura*. <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/867420/handel-guayasamin-la-universidad-es-inutil-para-actuar-en-procesos-con-los-pobres-y-eso-es-gravisimo> (consultado em Novembro de 2017)

<sup>18</sup> Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8330.1977.tb00710.x/abstract> (consultado em Dezembro de 2017).

<sup>19</sup> Ver referência de Monique Rose (13 March 2017) “Towards an Autonomy of Housing – The Legacy of John F C Turner in Latin America and beyond: Event Review”. London: The Bartlett Development Planning Unit. <http://blogs.ucl.ac.uk/dpublog/2017/03/13/towards-autonomy-housing-legacy-john-f-c-turner-latin-america-beyond-event-review/> (consultado em Dezembro de 2017).

os moradores. O SAAL esboçou assim a ‘prática espacial’ de uma sociedade mais inclusiva, que se ensaiava nesses anos da revolução de Abril, mas foi abruptamente extinto em Outubro de 1976 por ordem ministerial, subjogado pela afirmação da sociedade capitalista dominante e da emergente democracia constitucional.

Desde então, configura-se a nível mundial uma ordem neoliberal assente no domínio da finança (e da finança-sombra), que se afirmou, segundo Louçã e Ash (2017, p.187-189, 235), pela criação de um sistema de crenças preparado por meio da aprendizagem social e do funcionamento das instituições de ensino, ao nível de programas académicos e projetos especiais, da atração de alunos estrangeiros, de fóruns internacionais e doutrinação. Como referem os autores (*id.*, p.236), “o poder sobre a educação é uma condição essencial para a disputa da hegemonia”. Chomsky (2014) fala da conversão das universidades em empresas desde a década de 1970, da multiplicação dos seus níveis burocráticos e do recurso a trabalho precário, como forma de maximizar o benefício e de garantir a disciplina e o controlo. Contrariamente à acumulação de conhecimento, este autor defende uma escola que promova programas imaginativos e criativos e desenvolva a capacidade de criar, descobrir, inovar, desafiar, colaborar, se auto-estimar e resolver problemas difíceis; e desafia o recurso “à retórica empresarial contra o assalto empresarial à universidade”.

É neste quadro que a academia, especificamente o ensino da arquitetura e do urbanismo, pode desempenhar um papel chave no desenvolvimento da capacidade de leitura crítica de noções de referência como o Direito à Cidade e de processos e projetos em curso, na procura de respostas mais responsáveis, criativas, partilhadas e sustentáveis, de forma a contribuir para a construção coletiva de uma cidade mais inclusiva. No novo milénio, reemergem entidades, redes e programas didáticos de escala nacional ou internacional, mais ou menos institucionais, que colocam o combate às políticas urbanas neoliberais e a construção de alternativas no centro da sua atenção, dirigindo outro olhar para as margens do urbano. Como exemplos, entre muitos outros: os trabalhos promissores de investigação e extensão universitária em ocupações na periferia de Belo Horizonte, no Brasil, desenvolvidos pelo grupo PRAXIS, da Universidade Federal de Belo Horizonte (Nascimento, coord., 2016); e, a nível global, a International Network for Urban Research and Action (INURA) – representada em Portugal pelo Centro de Estudos Sociais de

Coimbra<sup>20</sup>–, que reúne pessoas e grupos envolvidos em investigação e ação direta contra a desigualdade de direitos, sobretudo em contexto urbano e peri-urbano.

Em Portugal, as faculdades de arquitetura estiveram, desde a década de 1980, alheadas destas abordagens, sendo raros os professores que assumiram a reabilitação das margens do urbano como tema de reflexão e de projeto. Em contrapartida, manteve-se o interesse de alunos, particularmente de Erasmus, por este tipo de temas. A Trienal de Arquitetura de Lisboa de 2010, ao escolher o bairro do Alto da Cova da Moura como local para o concurso arquitetónico académico, contribuiu para uma mudança de olhar das faculdades de arquitetura sobre estas áreas urbanas marginais.

Na presente década, têm surgido pesquisas e didáticas de arquitetura e urbanismo direcionadas para a intervenção nas margens do urbano. São exemplo: o curso sobre “Territórios Colaborativos” conduzido pelo ISCTE, em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa; a disciplina “Urbanização da Pobreza” lecionada na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP); a iniciativa “Territórios Informais: Direitos Legitimidade e Cidadania”, por organização conjunta do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e da FAUP; o Laboratório de Habitação Básica, com a experiência concreta de reabilitação da Ilha da Bela Vista, no Porto; o projeto de investigação “Casas para um planeta pequeno”, promovido na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL), ensaiando uma arquitetura sustentável em cidades do Sul; e, na mesma instituição, a disciplina de Qualificação de Subúrbios Habitacionais, os ciclos de debate e os projetos de investigação-ação conduzidos pelo Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual), do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD), que cruzam a reflexão e a praxis sobre as margens do urbano na Área Metropolitana de Lisboa (AML) com a leitura das cidades da Lusotopia.

Estas diferentes iniciativas esboçam uma rede de intercâmbio entre escolas em torno desta temática que merece ser sedimentada, reforçando eventos e debates, fortalecendo a colaboração em vez da competitividade e seduzindo mais colegas para estes temas e territórios. Urge o reforço da investigação, da reflexão crítica coletiva e do ensaio de contra-projectos arquitetónicos e de contra-planos urbanos para áreas urbanas segregadas do centro e da periferia, antigas e recentes, bem como a promoção de trabalhos de

<sup>20</sup> <http://ces.uc.pt/pt/investigacao/redes-de-investigacao/inura>

extensão universitária nestas margens, dando-lhes maior credibilidade e visibilidade.

O Grupo de Estudos Gestual<sup>21</sup> que coordeno, tem direcionado, desde a sua criação em 2007, o seu olhar, ao nível do ensino, da investigação e da ação ou extensão universitária, para as margens do urbano e outros territórios habitacionais em transformação, lidos no quadro da urbanização à escala global e numa perspetiva crítica e diacrónica. Três noções orientam a pesquisa-ação: a reflexividade, a produção social de conhecimento e a restituição dos resultados da investigação, não apenas à comunidade técnico-científica, mas também às comunidades dos territórios estudados. A interação estreita entre os investigadores e os atores do território, na linha de uma observação participante e do envolvimento prático, norteia o trabalho do grupo. Estas noções estão associadas a três direitos fundamentais: o direito à habitação, o direito ao lugar e o direito à cidade. Os projetos de pesquisa-ação conduzidos pelos membros do Gestual em cinco bairros da AML (Cova da Moura, Vertente Sul de Odivelas, 2 de Maio, Torre, Terras da Costa) visam a qualificação do território, a capacitação, o empoderamento, a promoção da transformação emancipadora local e a reflexão sobre os paradigmas de intervenção. Os processos em que se insere a ação do Gestual em cada um destes bairros são distintos – mais pontuais ou mais continuados, por iniciativa da sociedade civil ou das autarquias, com um envolvimento mais ativista ou mais técnico/académico – e os resultados alcançados também são distintos e mais ou menos promissores. Em todos eles se coloca a complexidade da relação com e entre os vários atores (residentes, associações, poder local, privados) e o confronto com as distintas racionalidades, interesses, estratégias, práticas e relações de poder, que configuram uma arena social. É sempre um processo de aprendizagem mútua e de transformação individual e coletiva. Fica a questão sem resposta, que requer uma avaliação partilhada, se a transformação que se opera em cada um de nós, com ‘ânsia de ação’, desencadeia a desejada transformação do espaço, expressão de uma “sociedade outra”, em construção.

### Breves notas finais

Considerando a urbanização concentrada e limitada, uma característica estruturante da prática espacial da sociedade capitalista de crescimento e consumo ilimitado, e a explosão das

margens do urbano, não ou semi urbanizadas, particularmente expressivas nos países em desenvolvimento, uma consequência das políticas neoliberais, as intervenções no espaço urbano e nas suas margens expressam as contradições que emanam do sistema capitalista. O colapso financeiro de 2007-2008 veio agudizar as contradições desta urbanização planetária, bem como o confronto de duas posições antagónicas com clara expressão espacial: uma prática espacial neoliberal *versus* uma prática espacial emancipatória, articulada com os movimentos sociais urbanos e com os ensaios de construção de alternativas, ao nível de programas públicos, de formas de urbanismo ativista ou de projetos arquitetónicos inovadores e sustentáveis. Em reflexão anterior questionava se e quando esses ensaios contribuíam para o Direito à Cidade na ótica de Lefebvre, centrada no Direito à Obra, ou à participação na transformação do espaço. Neste texto, o foco da questão foi perceber quando esses ‘ensaios outros’ participam na produção de ‘outro espaço’, à escala local e global, expressão da construção de ‘outra sociedade’, de ‘vida quotidiana metamorfoseada’, em que os interessados são agentes principais da conceção de um contra-plano e da sua negociação, como praxis de democracia ‘real’ ou participativa. O desfiar numa perspetiva histórica das teorias e das praxis dos utópicos, ou dos críticos ao sistema hegemónico, estimula o pensamento crítico atual e devolve os campos mais significativos para a transformação do presente: a relação dialética entre a transformação do mundo e a nossa própria transformação, entre a transformação do espaço e a transformação social; da propriedade privada da terra à propriedade comum, à apropriação, e à gestão coletiva do espaço; do valor de troca ao valor de uso; a participação popular e a autoconstrução; da *tábula* rasa ao reconhecimento das malhas do urbano não ou semi-urbanizadas; da sua renovação à reabilitação e regularização fundiária; a distribuição de recursos a nível mundial e o investimento no rural e no habitat popular; e o papel dos movimentos sociais urbanos na resistência ao sistema hegemónico e no ensaio de ‘outro espaço’ e ‘outra sociedade’. Nestes campos se situa o debate sobre o papel do arquiteto-urbanista e a sua função social, das virtualidades do exercício *glamour*, à figura do profissional insurgente com ‘ânsia de transformação social’. Subjacente está o papel da academia na formação social do arquiteto reclamada pelos movimentos estudantis na década de 1970 e esquecida nas décadas posteriores, como resultado da ofensiva neoliberal visando a mercadori-

<sup>21</sup> <http://www.gestual.fa.utl.pt/>

zação da academia nos vários campos disciplinares. No novo milénio, com o agravar da crise do sistema global financeiro, paralelamente à reemergência dos movimentos sociais urbanos que interagem em redes globais, voltam a afirmar-se os ensaios de outras formas de ensino e de produção do espaço. A sua consolidação requer o reforço: de ensaios outros em projetos urbanos e arquitetónicos; da atração de mais colegas para estes temas, abordagens e territórios; da reflexão académica e do pensamento crítico sobre estas temáticas; do trabalho de extensão universitária em áreas urbanas segregadas e da sua divulgação para lhes dar maior credibilidade e visibilidade; da avaliação coletiva das experiências em curso, ao nível local, nacional e transnacional; da articulação e interação dentro e entre escolas e com movimentos sociais urbanos, em redes de interconhecimento e ação e em alianças promotoras de diálogo, colaboração e reforço mútuo, visando o empoderamento de cada um e de todos. Esta outra forma de ensino para um outro arquiteto-urbanista, com ‘ânsia de ação’ na co-produção de um ‘outro espaço’, requer, a montante, a procura partilhada de novos programas, conteúdos e didáticas, mais interdisciplinares e interativos, mais abertos e flexíveis, mais críticos e solidários, dentro e fora da academia, mais imaginativos, criativos e integrando outros saberes, mais articulados com o território, os seus diversos atores e as comunidades e, em particular, com as áreas de exclusão. Este é o desafio utópico que aqui convoco de uma outra escola para um ‘outro espaço’ e uma outra cidade, expressão de uma ‘sociedade outra’, mais justa, democrática e colaborativa.

### Referências Bibliográficas

- Bairoch, Paul (1985), *De Jerico à Mexico. Villes et économie dans l'histoire*, Paris: Gallimard.
- Benevolo, Leonardo (1979 [1ª ed. it. 1963]), *Origenes del urbanismo moderno*, Madrid: H. Blume Ediciones.
- Bonillo, Jean-Lucien; Massu, Claude; Pinson, Daniel (eds.) (2006), *La modernité Critique autour du CIAM 9 d'Aix-en-Provence*, 1953, Marselha: Editions Imbernon.
- Burgess, Rod (1977), “Self-Help Housing: A new imperialist strategy? A critique of the turner SCHC”, *Antípode. A Radical Journal of Geography*, Vol 9, n.º 2, pp. 50-59.
- Cabral, João (2017), “Progress(es) in planning – theory and practice and the quest for activist modes”, *Proceedings of the 3rd International Multidisciplinary Congress (PHI 2017 – Progress(es) – Theories and Practices*, Bari.
- Castells, Manuel (1973), *Luttes urbaines et pouvoir politique*, Paris: Maspero.
- Chomsky, Noam (2014), “Noam Chomsky: El trabajo académico, el asalto neoliberal a las universidades y cómo debería ser la educación”. *Sciólogos | Blog de Actualidad y Sociología*. Disponível em: <http://ssociologos.com/2014/03/13/noam-chomsky-el-trabajo-academico-el-asalto-neoliberal-a-las-universidades-y-como-deberia-ser-la-educacion/>[Cons. 01/12/2017].
- Deboulet, Agnès (2017), “La dignité, un agenda encore lointain”, em *Urbanisme. Dossier Actualité du Bidonville*, Paris, pp. 24-25.
- Deboulet, Agnès (2016), “Introduction”, em Agnès Deboulet (dir.) *Repenser les quartiers précaires*, Paris: Agence Française de Développement, pp. 9-37. Disponível em: <https://www.afd.fr/fr/repenser-les-quartiers-precaires> [Cons. 01/12/2017].
- Fernandes, Edésio (2011), *Regularization of informal settlements in Latin América*, Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy.
- Granotier, Bernard (1980), *La planète des bidonvilles. Perspectives de l'explosion urbaine dans le Tiers Monde*, Paris: Seuil.
- Harvey, David (2012), *Rebel Cities. From the Right to the City to the Urban Revolution*, Londres e Nova Iorque: VERSO.
- Harvey, David (2007[1ª ed. ing. 2000]), *Espacios de esperanza*, Madrid: Akal.
- Howard, Ebenezer (1969), *Les cités jardins de demain*. Paris: Dunod (2ª ed. inglesa editada em 1946, *Garden Cities of To-morrow*. Londres: Swan Sonnenschein & Co, Ltd; 1ª ed. inglesa editada em 1902, atualizando o livro editado em 1898, com o título *To-morrow: A Peaceful Path to Real Reform*).
- Le Corbusier (1957), *La Charte d'Athènes*, Paris: Les Éditions Minuit.
- Lefebvre, Henri (1974), *La Production de l'espace*, Paris: Éd. Anthropos.
- Lefebvre, Henri (1968), *Le Droit à la Ville I*, Paris: Éd. Anthropos.
- Louçã, Francisco; Ash, Michael (2017), *Sombras. A desordem Financeira na Era da Globalização*, Lisboa: Bertrand Editora.
- Moniz, Gonçalo C. (2010), “A formação social do arquiteto: Crise nos cursos de arquitetura, 1968-1969”, *Revista Crítica de Ciências*, n.º 91, pp.59-76.
- Montaner, Josep Maria; Muxí, Zaida (2011),

*Arquitectura y política. Ensaïos para mundos alternativos*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL.

- Nascimento, Denise M. (org.) (2016), *Saberes [auto]construídos*, Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária.

- Raposo, Isabel; Crespo, José Luís; Lages, Joana (2017), "Participatory approaches in the qualification of semiurbanised periurban areas: The case of the Odivelas Vertente Sul Area", em Manuela Mendes, Teresa Sá, João Cabral (eds.), *Architecture and the Social Sciences Inter and Multidisciplinary Approaches between Society and Space*, Londres: Springer, pp. 151-176.

- Raposo, Isabel (2016), "Marginal urban areas: A new global Phenomenon needs new ways of thinking and intervening. Lisbon Metropolitan Area (Portugal)", em Ognen Marina e Alessandro Armando (eds.), *Inclusive/Exclusive cities*, Skopje: Sinergi Project / City of Skopje / Europe for Citizens Programme' of the European Union, pp. 68-92.

- Rolnik, Raquel (2017), *A Guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças*, São Paulo: Boitempo

- Ross, Philip; Cabannes, Yves (2014), *21<sup>st</sup> Century Garden Cities of To-morrow: A Manifesto*, Common Wealth Series: Hawthorn Press. Disponível em: [www.Lulu.com](http://www.Lulu.com) [Cons. 01/05/2016].

- UN-Habitat For a Better Future (2016), *Slum Almanac 2015-2016. Tracking improvement in the lives of slum dwellers*, Nairobi: PSUP, UN-Habitat. Disponível em: <https://unhabitat.org/slum-almanac-2015-2016/> [Cons. 01/12/2017].

- UN-HABITAT (2003), *The challenge of slums. Global Report on Human Settlement 2003*, Londres e Sterling, VA: Earthscan and UN-Habitat.

- United Nations (2015). *The Millennium Development Goals Report*. Nova Iorque: United Nations.

- (Outono 2017). *Urbanisme. Dossier Actualité du Bidonville*. Paris. Disponível em: [www.urbanisme.fr](http://www.urbanisme.fr) [Cons. 01/12/2017].

# A retórica na habitação social, o SAAL e os novos paradigmas

Catarina Ruivo<sup>a</sup>

## Resumo

Procura-se abordar a questão da linguagem e do discurso em Arquitetura no contexto do reaparecimento da problemática da habitação social no debate contemporâneo dominante, tendo em conta o binómio “conhecimento-poder” de Foucault. Para isso, vão ser analisados dois casos de grande impacto mediático no panorama disciplinar contemporâneo, pela associação que fazem entre discurso teórico e obra construída: os chilenos Elemental e os Urban-Think Tank. Com o objetivo de contribuir para a compreensão da evolução do discurso ao longo das últimas décadas e da importância do contexto sociopolítico no mesmo, ter-se-á como referência o programa de Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL).

## Palavras-Chave

Arquitetura social, Habitação, Análise de discurso, Media.

## Abstract

The paper will focus on the question of language and discourse in Architecture in the context of a reappearance of social housing as a problematic in mainstream contemporary discussion, taking into account Foucault’s binomial “knowledge-power”. Two cases of great media impact will be studied for the association they achieve between theoretical discourse and construction: Elemental and Urban-Think Tank. With the objective of contributing for the understanding of discourse’s evolution during the last decades, and of the importance of its sociopolitical context, the Local Ambulatory Support Service program (SAAL) will be used as reference.

## Keywords

Social architecture, Housing, Discourse analysis, Media.

## Introdução: Linguagem, discurso e forma

*“No caso de uma palavra como democracia, não só não existe nenhuma definição acordada, mas a tentativa de estabelecer uma é resistida por todos os lados. É quase universalmente aceite que quando chamamos democrático a um país o estamos a elogiar: consequentemente os defensores de todo o tipo de regime reivindicam que é uma democracia, e receiam ter de parar de usar a palavra se ela estivesse associada a um único significado.”*<sup>1</sup> (Orwell, 2013[1946], p. 9)

O discurso contemporâneo sobre Arquitetura de cariz social é marcado por um conjunto de conceitos que, imprecisos em termos de significado, têm um valor conotativo mais ou menos bem estabelecido na disciplina. É pontuado por expressões que, não acompanhadas de definições claras, são repetidamente utilizadas com fins

diferentes em contextos diferentes e por outras cuja definição mais rigorosa é muitas vezes alterada para uma maior eficácia do discurso.

Esta capacidade de, através de conceitos sem significado concreto, apresentar a realidade da forma mais conveniente e ter esta representação aceite como sendo uma verdade única e consequentemente neutra, é um tipo de poder social (Foucault, 1980). É por esta razão que, na medida em que o ato arquitetónico é também um ato com poder social, se considera essencial analisar o discurso a este associado enquanto ferramenta de condicionamento ideológico, com um conjunto de valores em nada inócuos ou inocentes em si mesmos.

Num momento em que a questão da habitação social tem vindo a reaparecer no discurso arquitetónico dominante como uma das grandes preocupações disciplinares contemporâneas, a problemática da linguagem enquanto ferramenta do poder ganha uma relevância significativa. Assim, no contexto de uma investigação de doutoramento que procura relacionar modos de

<sup>a</sup> Arquiteta, doutoranda na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> Tradução da autora

interação social com as formas tipológicas próprias de diferentes tipos de promoção habitacional, sentiu-se a necessidade de aprofundar o entendimento dos mecanismos através dos quais o discurso traduz um conjunto de valores que se reflete nas relações sociais proporcionadas pela Arquitetura. Embora não seja o discurso, mas o espaço produzido, o foco da investigação em curso, considera-se que o tipo de estudo apresentado neste artigo é indissociável de qualquer análise que aborde a Arquitetura na sua capacidade de produção e reprodução ideológica.

As abordagens contemporâneas à habitação retomam, das experiências projetuais e desenvolvimentos teóricos dos anos 1970, a ideia de uma auto-organização das populações mal alojadas, incentivada pelos arquitetos através do desenvolvimento de modelos de autoconstrução e de habitação evolutiva, e são caracterizadas por uma descrença quase global no papel do Estado enquanto motivador de mudança social, ao mesmo tempo que se vão desenvolvendo mais ou menos aliadas aos grandes promotores privados.

Assentando num discurso que apela ao bem comum, ao compromisso e ao papel ético e moral de um arquiteto socialmente empenhado, grande parte destas abordagens afasta-se de qualquer noção de luta de classes, de reivindicação social ou da posição da Arquitetura dentro do sistema dominante. Isto acontece em contraste a certos modelos de que são herdeiros, que, embora céticos de governos aliados ao grande capital, procuravam muitas vezes promover uma consciencialização das populações face aos seus direitos.

Em simultâneo, uma mediatização crescente da disciplina nas últimas décadas abandona uma abordagem centrada em questões formais para, aparentemente incidindo menos sobre a questão do Arquiteto e da autoria, se fazer sentir num panorama mais geral de preocupações sociais. A Bienal de Veneza 2012, sobre o tema “*Common Ground*”, de onde emergiu a investigação dos Urban-Think Tank sobre a Torre David em Caracas, pode ser vista como um dos primeiros grandes momentos de projeção deste debate, que continuaria com a sucessiva atribuição do Prémio Pritzker a arquitetos reconhecidos pelo seu empenho social e, finalmente, a Bienal de Veneza de 2016, curada por Alejandro Aravena.

Porque o estudo dos significados que a linguagem adquire passa pela compreensão do discurso como parte de um sistema maior, tendo em conta as características do seu autor, da sua audiência e do contexto em que se insere (Markus, 2012), vai-se num primeiro momento contextualizar esta discussão arquitetónica

social e teoricamente. Em seguida, a partir da análise mais aprofundada de três casos – a produção teórica e projetual dos gabinetes Elemental e Urban-Think Tank, tendo como referência a evolução do discurso sobre o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) em Portugal – far-se-á uma breve apresentação da sua prática em confronto com as escolhas linguísticas presentes no discurso. Procura-se apontar incoerências ou imprecisões que permitam demonstrar a importância de tornar explícitas as relações entre a utilização da linguagem, o contexto político e socioeconómico e a forma arquitetónica para o estudo da disciplina como uma questão verdadeiramente social. Não se pretende neste espaço um estudo exaustivo das questões linguísticas de cada um dos exemplos abordados. Procura-se, sim, demonstrar o interesse global de uma análise de discurso deste que aparece agora associado às correntes dominantes da arquitetura – e chega, com inevitáveis diferenças formais, ao público em geral, à academia e ao meio arquitetónico –, para a compreensão tanto do seu papel no entendimento das formas que assume, como na disseminação ideológica da disciplina.

### 1. O Arquiteto *versus* o Estado

À medida que as condições precárias de alojamento das classes trabalhadoras começam a deixar de ser eficazes na reprodução da força de trabalho necessária ao capital, o tema da habitação tem reaparecido no campo da discussão arquitetónica. Associado à problemática da autoconstrução e dos assentamentos ditos informais, levanta-se sobretudo a questão das consequências sociais dos extensos subúrbios pobres construídos em torno das grandes cidades (Davis, 2006).

Sobre contextos tão variados como os *grands ensembles* em Paris ou os subúrbios da classe média americana, esta questão tem sido sistematicamente abordada ao longo das últimas décadas. A vizinhança, na sua relação com a questão da segregação urbana, tem sido estudada enquanto fator de grande imprevisibilidade social, espaço onde a consciência de classe é substituída por uma consciência de comunidade que, ainda assim, será difícil de manter numa configuração apropriada ao interesse capitalista. Estas comunidades tendem a ser destruídas pela atividade especulativa e a ser transformadas de acordo com as necessidades de crescimento e acumulação de capital (Harvey, 1985; Bourdieu, 2000).

Através da organização e reorganização destas vizinhanças e da sua inserção no espaço urba-

no, a habitação define os grupos que estão mais ou menos segregados e, através do reforço do valor jurídico da propriedade privada, desempenha um importante papel no envolvimento das classes dominadas numa rede de dependências que lhes é conveniente. O Estado, principal órgão regulador, aparece como o poder organizado das classes dominantes (Engels, 1942/1872), sendo as suas políticas habitacionais muitas vezes manifestação do interesse do capital em facultar alojamento apenas suficientemente digno para prevenir a propagação de doenças e a exaustão dos trabalhadores e, portanto, manter a sua produtividade.

Em momentos particulares, a Arquitetura tem procurado, enquanto disciplina, desenvolver-se como alternativa a um sistema ineficaz ou cúmplice dos interesses do grande capital. Se as experiências dos anos 1960 e 1970 se afirmaram como tal, conseguindo muitas vezes construir um discurso de reivindicação social e política que se afastava da ideia do arquiteto como motor de mudança social, alternativa viável à inexistência de políticas habitacionais sistemáticas e coerentes que reaparece hoje no discurso disciplinar; a retórica contemporânea parece procurar um afastamento do pensamento arquitetónico no âmbito de objetivos sociais ou políticos, sendo o social, como apontado por Frey Massad e Alicia Guerrero Yeste (2014, p.3), “[...] parte do seu material [...]”, sendo que “[...] a força motriz do seu trabalho não é gerar efeitos sociais, mas arquitetónicos.”

Este discurso aparece no contexto de um Estado não intervencionista em termos de políticas habitacionais, que, embora um problema global, tem particular relevância em países do chamado terceiro mundo e economias emergentes resgatados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) nos anos 1980, herdeiros de políticas neoliberais de redução do investimento estatal e monopolização do mercado imobiliário por promotores privados. Nalguns destes países, as organizações não governamentais (ONGs) têm vindo a preencher o espaço ocupado pelo Estado, muitas vezes negociando diretamente com as instituições de financiamento externo. Apresentando um discurso assente em conceitos imprecisos como os de “autoajuda”, “governança participativa” e “empoderamento das comunidades”, o trabalho destas organizações tem sido simultaneamente louvado e criticado. Davis (2006, p.72), por exemplo, nota o modo como “louvar a prática dos pobres tornou-se uma cortina de fumo para renegar compromissos históricos do Estado para acabar com a pobreza e a falta de alojamento”<sup>2</sup>, acusando as ONGs de realizarem um trabalho

sistemático de desconsciencialização de classe, ao sustentarem uma retórica que faz do acesso à habitação uma questão de solidariedade em vez de um direito.

Assim, autoproclamada apolítica e sem ideologia, aparece disseminada uma nova ideia de Arquitetura de cariz social. Sem pudores, Justin McGuirk (2014) glorifica o novo arquiteto-empregador, ativista por contradição ao que era o arquiteto modernista, que, aceitando a sociedade contemporânea, sabe mexer-se dentro desta, criando redes de aliados políticos ao mesmo tempo que se integra nas comunidades locais.

Os Urban-Think Tank (U-TT) seguem a mesma linha e vão deixando claro no seu discurso: a ideologia é inocente e ineficaz, o pragmatismo é a solução. Os arquitetos que não procurem trabalhar dentro do sistema “são igualmente convencionais e igualmente ‘liberais’ no seu desejo de usar a arquitetura como o meio para melhorar as vidas e condições de vida dos mais pobres do mundo. Os seus impulsos são ideológicos, não práticos.”<sup>3</sup> (U-TT, 2013, p.261). Embora claramente posicionados dentro de um discurso dominante que volta a trazer a habitação de massas para o topo da problemática arquitetónica, os U-TT tornam clara a amplitude e complexidade do debate arquitetónico, distantes do que parece ser a posição predominante como mediaticamente apresentada ao público em geral. Se o discurso dos U-TT é cínico quanto ao impacto que uma Arquitetura planeada pode ter nas condições de vida das populações, os seus projetos focam-se muitas vezes em cuidados paliativos à auto-organização – sendo exemplo disso a conclusão projetual à qual chegam após a análise da Torre David –, enquanto a Bienal de Arquitetura de Veneza de 2016 e toda a polémica associada seguem posicionamentos bastante diferentes.

Alejandro Aravena (2016), curador da Bienal e vencedor do Prémio Pritzker 2016, introduz o tema *Reporting From the Front* como uma oportunidade para aprender com as várias experiências e soluções encontradas para os grandes problemas da Arquitetura contemporânea, sendo a disciplina abordada, não como um objetivo em si mesma, mas como um meio para melhorar a qualidade de vida das populações, de acordo com um – muito repetido, mas nunca definido – “bem comum”. Paolo Baratta (2016) segue a mesma linha de pensamento, apresentando a Bienal como um espaço para os arquitetos partilharem histórias de sucesso e “casos exemplares onde a arquitetura fez, é e vai fazer a diferença.”<sup>5</sup> Deixa aqui explícita a questão também levantada pela atribuição do Leão de Ouro ao

Pavilhão Espanhol, cujo curador quase enaltece a capacidade da crise económica de potenciar soluções “mais intensas, mais radicais, e ainda melhores”<sup>6</sup> (Carnicero, 2016). Dentro das condicionantes políticas, institucionais e legais, onde se insere o papel da Arquitetura?

Críticas ao discurso subjacente a esta Bienal têm aparecido de várias frentes e sido disseminadas pelos principais *opinion makers* da disciplina. Desde o problema levantado por Mimi Zeiger (2016), que questiona se uma disciplina tão intrinsecamente ligada ao poder e ao capital pode ser tão franca como é apresentada na Bienal 2016, até aos vários comentários nas redes sociais de Patrick Schumacher (2016), que acusa a Arquitetura de negligenciar a sua contribuição natural para o mundo ao ser dominada por um discurso “politicamente correto”, o debate continua a levantar questões. O discurso dominante é acusado de romantizar a pobreza e estetizar as comunidades precárias (Hancox, 2013), enquanto a falta de visão política do mainstream arquitetónico, perfeitamente ilustrada na leveza do concurso *What Design Can Do*, é pontualmente questionada (Pater, 2016).

## 2. O SAAL e os novos paradigmas

### 2.1. Elemental

Como pode ser adivinhado pela abordagem da Bienal de Veneza de 2016, Elemental existe, tanto no discurso como na prática de projeto, como o paradigma de uma Arquitetura de cariz social dependente do engenho do arquiteto e independente de um contexto altamente desfavorável. Se é claro no discurso de Elemental que o arquiteto pode – e deve – fazer a diferença, esta diferença é puramente arquitetónica e desenvolve-se de forma mais ou menos hábil dentro dos limites bem estabelecidos pelo contexto político e socioeconómico.

*Pragmatismo e realismo*: fazer o melhor possível da situação existente é a premissa base do projeto Elemental (Aravena, Iacobelli, 2013). A “boa meia casa”, o modelo de habitação social de cariz evolutivo pelo qual Aravena é mais conhecido, é uma resposta direta às políticas habitacionais do Chile. O mercado imobiliário é dominado pela promoção privada, que, para além de ser a única a construir, é quem dita a regulamentação da construção e qualidade. O Estado financia parte do processo ao atribuir subsídios de apoio às famílias incapazes de aceder a habitação no mercado formal, sendo a mediação entre o financiamento, os empreiteiros e os can-

didatos feita, tanto por entidades públicas, como por entidades privadas e ONGs. O custo da obra é pré-definido, sendo parte coberto pelo subsídio estatal e o resto pago em prestações mensais na forma de uma hipoteca de baixo interesse administrada pelo Estado.

A “meia boa casa” aparece como uma solução pragmática a este modelo. Rejeitando as políticas de dispersão e redução da habitação aplicadas pelos promotores, a “meia boa casa” usa o financiamento disponível para construir as infraestruturas essenciais ao habitar, igualmente as partes mais caras e difíceis de produzir em autoconstrução. Pretendem assim possibilitar um desenvolvimento da casa ao longo do tempo e a sua valorização, de forma a garantir às famílias abrangidas condições semelhantes às da classe média (Aravena, Iacobelli, 2013).

Quando Massad e Yeste (2014) citam Giancarlo di Carlo em relação à discussão em torno da habitação mínima possível no CIAM de 1929 – “Ao concentrar-se nos problemas relativos ao ‘como’, caíram no jogo da estrutura de poder. Ao evitarem os problemas relativos aos ‘porquê’, perderam a pista das razões mais importantes para o seu compromisso cultural. Aquelas propostas transformaram-se em álibis para a mais obtusa ineficácia política.” – contextualizam a experiência Elemental numa das grandes questões da Arquitetura do século passado. Este otimismo apolítico, presente em todo o discurso de Elemental, assenta na crença de que a solução e o problema são a mesma coisa, se vistos de pontos de vista diferentes.

### 2.2. Urban-Think Tank e Torre David

*“Como esperamos que este livro deixe completamente claro, o nosso enfoque aqui [...] não é político. [...] Não somos ideólogos; não subscrevemos nenhum ‘-ismo’, quer político ou arquitectónico. A nossa preocupação é o papel ético e moral do arquitecto na sociedade, qualquer sociedade, independentemente do seu governo. Acreditamos que as responsabilidades do arquitecto precedem e suplantam qualquer sistema político.”*<sup>6</sup> (U-TT, 2013, p.26)

Abrindo a publicação da sua investigação sobre a Torre David em Caracas e distanciando-se de qualquer posicionamento político ou ideológico, os U-TT baseiam o seu trabalho numa descrença assumida na capacidade e vontade de qualquer governo resolver a disparidade entre ricos e po-

<sup>6</sup> Tradução da autora

bres – algo que, à semelhança de Aravena, acreditam depender de um qualquer ideal de “bem comum” – e colocam a sua fé na realização de soluções práticas por arquitetos, “nos nossos colegas em engenharia e planeamento urbano e design, na promoção e indústria privada, e na vasta população global alojada em condições precárias”<sup>7</sup> (U-TT, 2013, p.26).

A Torre David – uma torre no centro de Caracas que, tendo ficado inacabada depois da crise financeira venezuelana de 1994 ter causado o colapso do grupo que a promovia, acabou por ser ocupada por pessoas alojadas em condições precárias nos *barrios* da cidade – é utilizada como base de trabalho pelos U-TT, numa tentativa de compreender como pode, depois de conhecer as condições de vida dos seus residentes, servir de exemplo para a ocupação de edifícios vazios.

Desde a apresentação do projeto com o qual ganhariam o Leão de Ouro na Bienal de Veneza de 2012, os U-TT têm sido alvo de várias críticas, sendo frequentemente acusados de uma romantização e exploração mediática da pobreza (Alcock, 2012; Hancox 2014; Massad & Yeste, 2013; Pinto & Pinto, 2012; Oscar, 2012). No entanto, as propostas concretas que fazem em termos projetuais não se afastam muito das de outros arquitetos que lidam com a mesma problemática.

Com os objetivos explícitos de melhorar a qualidade de vida dos residentes e diminuir o impacto ambiental da Torre, de forma “orgânica” e participativa, as propostas dos U-TT consistem em intervenções sobretudo infraestruturais – procurando uma melhoria dos sistemas de água e eletricidade através da utilização de energias renováveis e da implementação de um novo sistema de armazenamento de água e do desenvolvimento de um elevador mecânico, tendo como conceito o funcionamento dos transportes coletivos – e de embelezamento do exterior. Procurando desenvolver as condições necessárias para que a Torre David seja quase um “bom meio prédio”, o conceito por trás da resposta concreta não se afasta muito da procura de fazer o melhor possível com o mínimo indispensável de Aravena.

### 2.3. O SAAL

Tendo surgido no contexto das várias experiências sobre a habitação social dos anos 1970, num pós-25 de Abril propício à movimentação popular, o SAAL reaparece agora no discurso disciplinar. Mediatizado a nível nacional pelos simpósio e exposição *SAAL em Retrospectiva*, ressurgiu também no contexto internacional, centrando-se

a intervenção portuguesa na Bienal de Veneza de 2016 na problemática da participação social e da vizinhança, a partir do projeto do bairro da Bouça de Álvaro Siza.

Sendo difícil não traçar paralelos de nível estético entre esta obra e as tipologias da “meia boa casa” de Aravena, parece relevante compreender o lugar do SAAL no enquadramento arquitetónico contemporâneo. Se na retórica de contacto com as populações e melhoria das suas condições de vida, bem como na adoção de tipologias ligadas a uma ideia de habitação popular, as operações SAAL aparecem de forma clara dentro desta nova estética dominante, é importante também lembrar que o programa decorreu aliado a um processo constante de discussão onde era sistematicamente lembrado que uma arquitetura ao serviço das classes trabalhadoras existiria apenas dependente de um contexto social, económico e político-ideológico favorável.

Se o posicionamento ideológico das brigadas foi mais ou menos claro, dando azo a grandes discordâncias dentro das organizações, o posicionamento político era explícito, a discussão ideológica existia e a consciência da existência de condicionantes e contradições materiais manifestava-se, tanto no discurso como na prática. Embora isto se tenha também refletido no assumir do papel do arquiteto enquanto providente de um “melhor possível” – e tal tenha sido criticado mesmo dentro do projeto – o processo foi de forma geral acompanhado por trabalho político e social que procurava, passo a passo, melhorar o “melhor possível”. Nas palavras de Portas (1986), “[a] expectativa de que tudo podia – devia – mudar num ápice, qualitativa e sobretudo quantitativamente, nas condições de vida das camadas menos solventes, contrastaria, passado o primeiro momento de surpresa, com as limitações objetivas dos meios materiais de um País dependente e as contradições de um aparelho de Estado herdado que, apesar do centralismo, não mudaria de direção nem de velocidade, apenas pela relativa mudança do vértice político e as crescentes pressões de base.”

No entanto, no seu reaparecimento contemporâneo no centro do debate em Portugal, a leitura destas contradições, quando existente, despolitiza-as. A exposição *O Processo SAAL, Arquitetura e Participação* e o *colóquio SAAL em retrospectiva*, que decorreram entre Novembro de 2014 e Fevereiro de 2015, são um bom exemplo disto. Com 40 anos de distanciamento histórico do fim do Processo SAAL, e salvo raras intervenções, resultaram mais num processo de mistificação e estetização do carácter revolucionário e altamente político de projeto.

Embora a crítica a esta visão exista (Dominigues & Bismarck, 2014; Costa 2014), a maior parte da retórica sobre o projeto parece seguir a cor-

<sup>7</sup> Tradução da autora

rente discursiva que aqui se tem vindo a analisar. O SAAL – em particular o SAAL/Norte – existe num enorme fervor revolucionário, mas um fervor revolucionário que aparece agora sem teor político ou ideológico e procura um novo modelo de sociedade e arquitetura. No entanto, é o conteúdo estético e, mais uma vez, um conjunto de conceitos indefinidos – “participação”, “democracia”, “revolução” – que transparece no discurso: “Nas operações SAAL no Porto, nos antípodas da famigerada tábua rasa ou da atopia do imóvel para repetir infinitamente, é no âmago da cidade, com as populações – com o que existe –, que se pretende instalar a revolução” (Figueira, 2002).

Quando um imaginário estético de fervor revolucionário e processo democrático associado ao SAAL é apropriado pelo discurso dominante apolítico e não ideológico da disciplina, uma das principais lições a retirar do processo será exatamente esta noção de que uma verdadeira política habitacional pela melhoria das condições de vida das classes sem acesso à habitação no mercado formal, tem de ser procurada em aliança com os princípios ideológicos que a proporcionem.

## Conclusão

*“[t]raz à mente Diógenes, o filósofo ascético de quem dizem que viveu num barril de madeira. Independentemente de tal ser verdade, ilustra a sua abstenção de todas as coisas supérfluas na vida, como foi registado por múltiplas fontes do seu tempo. Este ascetismo incluía o seu alojamento. Diz-se que Diógenes apontava para o Estoa de Zeus e o Pompeion e declarava que Atenas lhe proporcionava casas excelentes. Usava os edifícios públicos construídos pelos atenienses para viver e dormir porque eram de livre acesso e ofereciam muito espaço. Assumindo o direito do indivíduo a usar as estruturas existentes construídas pela comunidade, ele criou a base teórica para todos os ocupas.”<sup>8</sup> (U-TT, 2013, p.35)*

A análise de dois importantes casos do *mainstream* arquitetónico contemporâneo realça mecanismos através dos quais um discurso aparentemente socializante da disciplina tem contribuído para a sua tendencial despolitização, contagiando até abordagens históricas de movimentos assumidamente políticos, como o foi o SAAL. Conceitos imprecisos, de senso comum desejáveis, mas conotando apaziguamento e resignação, são sistematicamente encontrados na produção contemporânea de Ar-

quitetura dita social. Parece então importante enfrentar criticamente o discurso vigente, nomeadamente noções como “bem comum”, “participação” e o papel “ético e moral” do arquiteto, de forma a ser possível construir – e contribuir para – uma verdadeira discussão sobre as consequências e os limites da Arquitetura social.

No livro *Radical Cities*, Justin Mcguirk descreve uma série de experiências de intervenção social não necessariamente de cariz arquitetónico, exaltando nomes como Antana Mockus e Túpac Amaru, como um expoente bem-sucedido de abordagens não ortodoxas, e coloca-os na mesma linha de discurso de Aravena. Todos eles “tentarão as coisas mais rebuscadas, anteriormente impensáveis. Construir meia casa para alguém? Construir uma rede de teleféricos digna dos Alpes Suíços em Caracas? Construir piscinas e parques temáticos para os pobres? Usar espaços públicos para reabilitar a capital de assassínios do mundo? Guiar políticos através da fronteira entre os Estados Unidos e o México através de uma seca? Ridículo! Mas eficiente”<sup>9</sup> (Mcguirk 2014, p.31).

Quando, integrados neste discurso em que tudo vale, os autoproclamados apolíticos Urban-Think Tank aventuram evocar o ascetismo de Diógenes num trabalho de investigação sobre as habitações de pessoas alojadas no que são, segundo todos os critérios (UN-HABITAT, 2011), condições precárias, parece estar-se a poucos passos de poder aceitar a ideia de vender meio bom barril subsidiado pelo Estado a cada família desalojada como solução para o problema da habitação de massas – desde que suficientemente estetizada ao gosto dominante do mercado.

Ao assumir a Arquitetura como solução em si própria, o problema torna-se apenas disciplinar em vez de também político, socioeconómico e ideológico. Não pretendendo que o problema da habitação esteja fora do âmbito disciplinar – já que é tão problemático situar no arquiteto o poder de melhorar a sociedade, como o discurso que, romanticamente elogiando o engenho das populações pobres, lhe retira essa responsabilidade –, os resultados de um discurso que, otimista, existe acriticamente do contexto em que se insere só podem existir como produto do sistema. As soluções projetuais, do melhor possível com os mínimos recursos a um paliativo quase-naif – mas com nada de inocente – só podem refleti-lo.

## Referências Bibliográficas

- AA.VV. *Livro branco do SAAL 1974-1976* (1976), Lisboa: Conselho Nacional do SAAL.

<sup>8,9</sup> Tradução da autora

- Alcock, Jimmy (2012), *Carta de Jimmy Alcock a Alfredo Brillembourg y su «think-tank»*. Disponível em: <http://latorrededavid.blogspot.pt/2012/08/carta-de-jimmy-alcock-alfredo.html> [Cons. 01/06/2017].
- Aravena, Aravena (2016), *Reporting from the front [la biennale]*. Disponível em: <http://www.labiennale.org/en/architecture/archive/15th-exhibition/aravena/> [Cons. 01/06/2017].
- Aravena, Alejandro; Iacobelli, Andrés (2012), *Elemental: manual de vivienda incremental y diseño participativo*, Nova Iorque: Distributed Art Pub Incorporated.
- Bandeirinha, José António (2007), *O processo Saal e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Bandeirinha, José António (2014), *SAAL 1974-2014: Por uma Arquitectura. Em O Processo SAAL, Arquitectura e Participação 1974-1976*, Porto: Serralves.
- Bandeirinha, José António; Sardo, Delfim; Canto Moniz, Gonçalo (2015), *74-14 SAAL and Architecture*, e |d | arq - Publications of the Department of Architecture, University of Coimbra, Centre for Social Studies Fundação Serralves.
- Baratta, Paolo (2016), *Introduction by Paolo Baratta, President of La Biennale di Venezia*. Disponível em: <http://www.labiennale.org/en/architecture/archive/15th-exhibition/baratta/> [Cons. 01/06/2017].
- Baratta, Paolo (2012), *Introduction by the President of la Biennale di Venezia, Paolo Baratta: The Exhibition of Resonances [la biennale]*. Disponível em: <http://www.labiennale.org/en/architecture/archive/13th-exhibition/baratta/> [Cons. 01/06/2017].
- Bourdieu, Pierre (2000), *Les structures sociales de l'économie*, Paris: Éditions du Seuil.
- Brillembourg, Alfredo; Klumpner, Hubert (2013), *Torre David: Informal Vertical Communities*, Zurique: Lars Müller.
- Costa, Ana Catarina (2014), *O simpósio SAAL: em retrospetiva*. Disponível em: [http://www.revistapunkto.com/2014/06/o-simposio-saal-em-retrospectiva-ana\\_6.html](http://www.revistapunkto.com/2014/06/o-simposio-saal-em-retrospectiva-ana_6.html) [Cons. 01/06/2017].
- Davis, Michael (2006), *Planet of Slums*, Londres: Verso.
- Domingues, Álvaro; Bismark, Pedro (2014), *Quanto do teu «saal» são lágrimas de Portugal*. Disponível em: [http://www.revistapunkto.com/2015/01/quanto-do-teu-saal-sao-lagrimas-de\\_75.html](http://www.revistapunkto.com/2015/01/quanto-do-teu-saal-sao-lagrimas-de_75.html) [Cons. 01/06/2017].
- Engels, Friedrich (1942 [1872]), *The housing question*, Londres: Lawrence and Wishart, ltd.
- Figueira, Jorge (2002), *Escola do Porto: um mapa crítico*, Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC.
- Foucault, Michel (1980), *Power/knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*, Nova Iorque: Pantheon Books.
- Fulcher, Merlin (2014), *Some like it squat: Residents evicted from the world's tallest squat*. Disponível em: [www.architectural-review.com/archive/some-like-it-squat-residents-evicted-from-the-worlds-tallest-squat/8666315.article](http://www.architectural-review.com/archive/some-like-it-squat-residents-evicted-from-the-worlds-tallest-squat/8666315.article) [Cons. 01/06/2017].
- Hancox, Dan (2014), *Enough Slum Porn: The Global North's Fetishisation of Poverty Architecture must End*. Disponível em: [www.architectural-review.com/archive/enough-slum-porn-the-global-norths-fetishisation-of-poverty-architecture-must-end/8668268.article](http://www.architectural-review.com/archive/enough-slum-porn-the-global-norths-fetishisation-of-poverty-architecture-must-end/8668268.article) [Cons. 05/05/2017].
- Harvey, David (1985), *Consciousness and the Urban Experience: Studies in the History and Theory of Capitalist Urbanization*, Maryland: John Hopkins University Press.
- Markus, Thomas A.; Cameron, Deborah (2002), *The Words Between the Spaces: Buildings and Language*. Londres: Psychology Press.
- Massad, Fredy; Guerrero Yeste, Alicia (2014), "A Arquitectura Social na Era do Espectáculo", em Baptista, Luís Santiago [et al.], *Arquitectura Social: Três Olhares Críticos*, Lisboa: Centro Cultural de Belém, p.37-59.
- McGuirk, Justin (2014), *Radical Cities: Across Latin America in Search of a New Architecture*, Londres: Verso.
- Orwell, George (2013 [1946]), *Politics and the English Language*, Londres: Penguin UK.
- Oscartenreirodegwitz. (2012), *El triunfo del cinismo*. Disponível em: <https://oscartenreiro.com/2012/09/01/el-triunfo-del-cinismo/> [Cons. 01/06/2017].
- Pater, Ruben (2016), *Treating the refugee crisis as a design problem is problematic*. Disponível em: <https://www.dezeen.com/2016/04/21/ruben-pater-opinion-what-design-can-do-refugee-crisis-problematic-design/> [Cons. 01/06/2017].
- Portas, Nuno (1986), "O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp. 635-644.
- UN-HABITAT (2011), *State of the World's cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide*, Londres: Earthscan.
- Zeiger, Mimi (2016), *Mimi Zeiger reviews Alejandro Aravena's Venice Architecture Biennale*. Disponível em: <http://www.dezeen.com/2016/06/01/opinion-mim-zeiger-venice-architecture-biennale-2016-honest-fronting/> [Cons. 29/06/2017].

## Da reconversão à qualificação dos territórios de génese ilegal: vicissitudes e (in)suscetibilidades. O caso da freguesia de Unhos

Sílvia Jorge<sup>a</sup>

### Resumo

Os territórios de génese ilegal assumem, à escala nacional, particular relevância ao nível da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Seguindo uma abordagem territorializada, o artigo incide nos processos de transformação e reconversão destes territórios, tomando como caso de estudo a freguesia de Unhos, no município de Loures, na margem Norte da AML, pela diversidade de situações paradigmáticas que reúne. Através desta análise, pretendemos compreender de que forma o modelo de reconversão vigente pode, ou não, contribuir para a qualificação urbana e para a coesão socio-espacial, na ótica do direito à cidade preconizado por Lefebvre.

### Palavras-Chave

(I)Legal; Territórios de génese ilegal; Reconversão.

### Abstract

The phenomenon of illegal genesis territories assumes, at the national scale, particular relevance at the level of the Lisbon Metropolitan Area (LMA). Starting from a territorialized approach, the article focuses on the processes of transformation and reconversion of these territories, taking as case study the Unhos parish, in the municipality of Loures, on the north margin of LMA, by the diversity of paradigmatic situations that gathers. Through this analysis, we intend to understand how the current model of intervention can, or cannot, to contribute to the urban upgrading and socio-spatial cohesion, in the perspective of the right to the city advocated by Lefebvre.

### Keywords

(I)Legal; Illegal genesis territories; Reconversion.

### Introdução

O fenómeno dos clandestinos, aqui designados de territórios de génese ilegal, na senda de Raposo (2011), emerge em Portugal na década de 1960, com particular expressão na Área Metropolitana de Lisboa (AML), como resposta à escassez de oferta pública e privada de habitação. Marcados pela falta de infraestruturas básicas e equipamentos coletivos de apoio à população, estes territórios são objeto, a partir de 1974, de intervenções de infraestruturização e urbanização, sendo sujeitos ao cumprimento de normas e regulamentos jurídico-urbanísticos específicos, de forma a assegurar o seu adequado ordenamento e legalização.

O primeiro regime de reconversão surgiu em 1976, com a publicação do Decreto-Lei n.º804/76, de 6 de Novembro (ver Craveiro, 2010). Mais tarde, em 1995, face à prevalência do fenómeno e à diversidade de situações existentes (ver Rolo, 2006; Raposo, 2010), foi apro-

vado o “regime excecional para a reconversão das áreas urbanas de génese ilegal” (AUGI): a Lei n.º91/95, de 2 de Setembro, mais conhecida como Lei das AUGI. Publicada na mesma década em que se elaboraram os planos diretores municipais (PDM) de primeira geração<sup>1</sup>, esta Lei atribui o dever de reconversão aos (com) proprietários, estabelecendo duas modalidades de reconversão: por iniciativa da administração conjunta<sup>2</sup> ou por iniciativa municipal.

Apesar do impacte positivo do regime jurídico vigente, persistem, como sublinhou Raposo (2010), alguns entraves na aprovação dos planos e na reconversão fundiária, bem como situações particularmente problemáticas, sobre as quais incidirá a nossa atenção. Estas situações dependem de fatores de ordem física/ambiental, urbanística e normativa, mas também de fatores de ordem social, económica e jurídica, que são independentes da viabilidade urbanística da reconversão (Jorge, 2010). Para além dos territórios de génese

<sup>a</sup> Arquiteta, doutora em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Investigadora e bolsista do CIAUD e membro do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL).

<sup>1</sup> Figura instituída em 1982, através da publicação do Decreto-Lei n.º208/82, de 26 de Maio, e simplificada pelo Decreto-Lei n.º69/90, de 2 de Março.

<sup>2</sup> De acordo com o artigo 8.º, o(s) prédio(s) integrados na mesma área urbana de génese ilegal ficam sujeitos a administração conjunta, assegurada pelos respetivos (com)proprietários.

ilegal considerados insuscetíveis de reconversão – identificados nos municípios de Cascais, Loures e Almada – destacamos a este nível também: alguns processos de reconversão de iniciativa municipal, pelo cenário de incerteza em que se encontram há vários anos; as situações com edifícios de rendimento sem condições mínimas de habitabilidade, dificilmente passíveis de legalização, pela sua precariedade e pelo desinteresse dos respetivos proprietários na reconversão; e as situações com moradores socialmente excluídos, grande parte deles inquilinos, impossibilitados de participar no processo de reconversão, pela progressiva marginalidade económica, social e habitacional a que ficam remetidos.

Partindo de uma abordagem territorializada, a nossa análise centra-se na freguesia de Unhos, no município de Loures. A reflexão aqui apresentada tem como base a informação recolhida e trabalhada no quadro do projeto de investigação “Reconversão e reinserção urbana de bairros de génese ilegal” (2007-2010), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e desenvolvido no quadro do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, sob a coordenação da Professora Doutora Isabel Raposo (Raposo coord., 2011), bem como a dissertação de mestrado realizada pela autora (Jorge, 2010). A freguesia de Unhos constitui um laboratório rico pela diversidade de situações que reúne, quer do ponto de vista do processo de reconversão, quer do próprio tecido urbano e social. Através de uma análise fortemente apoiada na realização de entrevistas a vários dos atores envolvidos na transformação e reconversão do território, no levantamento exaustivo dos processos em curso e na observação direta, interessou-nos compreender de que forma e em que circunstâncias o modelo de reconversão vigente podia, ou não, contribuir para a qualificação e coesão socio-espacial, com vista à construção do direito à cidade preconizado por Lefebvre (2012 [1968]). Neste texto revisitamos e atualizamos as principais observações que apresentámos em 2010.

No primeiro ponto, analisamos a expansão e configuração do território de génese ilegal da freguesia de Unhos, antes do início da sua recon-

versão, sobre a qual nos detemos num segundo ponto, tomando como momento charneira o 25 de Abril de 1974. No terceiro ponto, mantemos a nossa atenção no processo de reconversão, tendo agora como referência as mudanças operadas após a entrada em vigor do atual regime jurídico, comparando a situação dos territórios de génese ilegal considerados suscetíveis de reconversão com a dos insuscetíveis de reconversão, mas também os territórios reconvertidos e os não reconvertidos, independentemente da sua viabilidade urbanística. No quarto ponto estabelecemos um paralelo entre a reconversão e qualificação urbana, nomeadamente do espaço público, tendo em conta a dimensão da apropriação e da realização coletiva. Por fim, tecemos algumas notas conclusivas, correlacionando as situações problemáticas identificadas e o modelo de reconversão vigente.

### 1. Expansão e configuração do território de génese ilegal em Unhos

Localizada na transição entre a zona Oriental do município e a várzea de Loures, a localização privilegiada da freguesia de Unhos – próxima da capital, de importantes centros de emprego e de eixos viários estruturantes – e a disponibilidade de prédios rústicos a baixo preço, favoreceram a expansão dos então chamados loteamentos clandestinos da freguesia, que se tornaram, a partir da década de 1960, o principal meio de produção do seu espaço urbano<sup>3</sup>.

O desvio às normas urbanísticas tem lugar desde a publicação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, em 1951, e desde a instituição da figura do loteamento urbano por iniciativa dos particulares e sujeito a licenciamento municipal, em 1965 (Decreto-Lei n.º.46673, de 29 de Novembro). No período entre o início da década de 1950 e a primeira metade da década de 1980, quando se proíbe a venda em avos de propriedades rústicas (Decreto-Lei n.º.400/84, de 31 de Dezembro), realizaram-se vinte e três loteamentos clandestinos na freguesia, um crescimento urbano que se fez acompanhar por um aumento demográfico igualmente intenso (Tabela

1890	1900	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
432	397	569	760	1.814	4.155	8.244	9.818	10.531	9.507

Tabela 1 - Evolução da população residente na freguesia de Unhos  
Fonte: autora (2010, atualizado em 2017), a partir de informação extraída dos Censos

<sup>3</sup> Para além dos territórios de génese ilegal, o espaço urbano da freguesia de Unhos inclui outro tipo de áreas: áreas de ocupação e construção ilegal, sem compra legal do solo; os núcleos históricos de Unhos e Catujal; a cooperativa de habitação “Moinho Velho”; o conjunto habitacional de promoção pública “Parcela 6”; e a urbanização de iniciativa particular “Josipal”.

1). A paisagem, outrora rural, tornou-se progressivamente mais urbana.

A maioria dos territórios de génese ilegal (16 em 23) localiza-se na zona sul e poente da freguesia, formando uma mancha urbana contínua, o Catujal. Os restantes territórios (7 em 23), mais dispersos e com pouca articulação entre eles, situam-se na zona norte (imagem 1). A expansão do fenómeno no território condicionou a sua forma urbana, a qual depende: (1) do limite do prédio rústico parcelado; (2) da máxima rentabilidade do solo, para o loteador clandestino; (3) da forma e dimensão das parcelas que compõem o loteamento; (4) dos eixos viários preexistentes e preservados; e (6) das características do terreno, mais ou menos acentuado.

O não respeito da legislação urbanística em vigor representou uma oportunidade para os grupos sociais de menores recursos, incapazes de aceder ao mercado legal de habitação, mas também para quem pretendia investir na aquisição de parcelas ou na construção para arrendamento. A população ou os pequenos investidores adquiriam uma parcela de terreno (rústico) para construção (sem licença), não urbanizada, ou seja, sem vias pavimentadas, nem rede de água, eletricidade ou esgotos, recolha de lixo, transporte ou equipamentos coletivos. O número de parcelas adquiridas, a dimensão de cada uma e a sua ocupação, dependiam sobretudo dos anseios e capacidade económica dos proprietários, bem como da conjuntura sociopolítica e das estratégias adotadas, variáveis ao longo do tempo e segundo os grupos sociais. Este alinhamento de fatores determinou as etapas e os ritmos do processo de construção, mas também as tipologias de habitação. Consequentemente, os territórios de génese ilegal apresentam, desde a sua origem, uma diversidade de tipologias, sobretudo habitacionais, com diferentes densidades e padrões de ocupação, desde a moradia unifamiliar – alinhada com a rua ou ligeiramente afastada da mesma, encostada ou não ao fundo do lote, com um ou mais pisos, mais pequena, precária e antiga ou maior e mais contemporânea – até ao edifício plurifamiliar – com vários pisos para arrendamento, ocupando geralmente a totalidade da parcela.

Entre o início do processo de produção destes territórios e o início da sua reconversão, destacam-se na freguesia de Unhos três períodos distintos:

1. até 1974 – É a “fase heroica dos clandestinos” (Keil do Amaral, 2002), marcada pela construção sumária de noite e a ocupa-

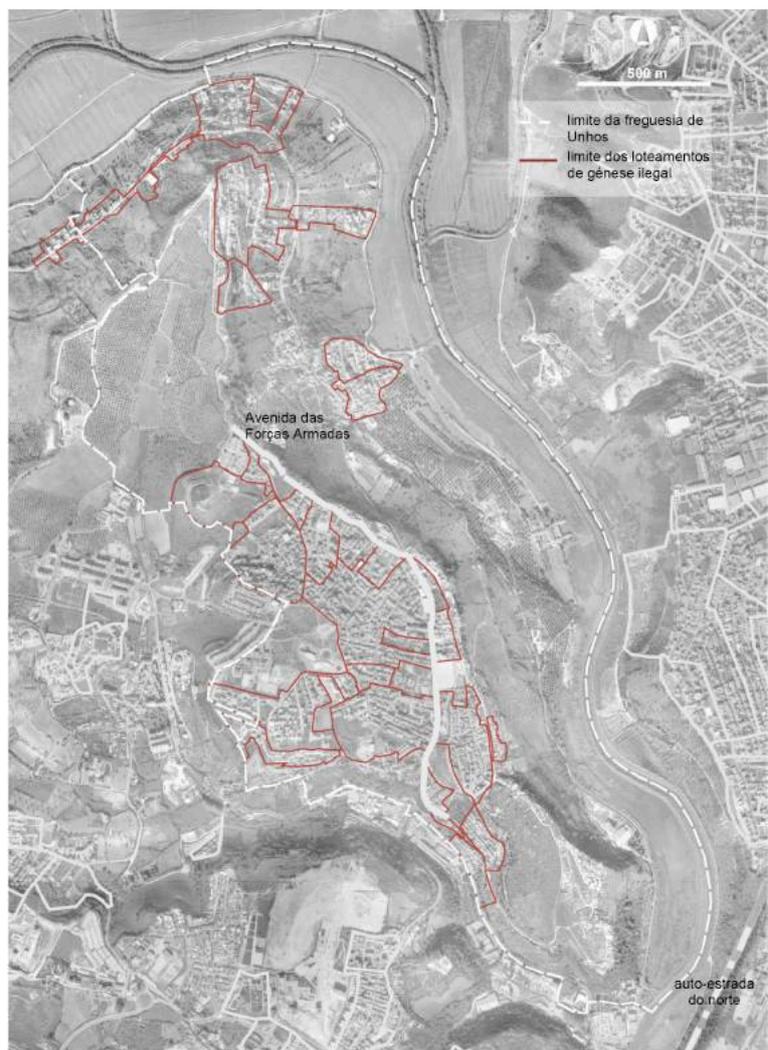


Imagem 1 - Localização dos territórios de génese ilegal na freguesia de Unhos

Fonte: imagem trabalhada em SIG pela autora (2010, atualizada em 2017), produzida no quadro do Projeto de Investigação “Reconversão e reinserção urbana de bairros de génese ilegal”, com base nos limites fornecidos pela DPAUGI/CML

ção imediata na manhã seguinte, para evitar o derrube da construção. Esta situação, conjugada com os baixos rendimentos dos moradores, vai determinar a construção de edificações de tipo precário.

2. entre 1974 e 1977 – o regime democrático e a falta de um programa habitacional para estes territórios levaram à generalização da permissividade de construção, havendo um novo impulso na autoconstrução, agora de maior qualidade, gerado pelo aumento dos rendimentos. Assiste-se à consolidação

das áreas loteadas ilegalmente, através da ocupação de mais parcelas, da transformação das construções existentes e do acesso às primeiras infraestruturas fornecidas pelo município: água e eletricidade. Associado ao aumento progressivo dos rendimentos dos proprietários e ao aparecimento de novos fluxos migratórios, provenientes sobretudo dos países africanos de língua oficial portuguesa, verifica-se um aumento do arrendamento.

3. a partir de 1977 – O início do processo de reconversão reflete-se no decréscimo da construção ilegal e no fim da expansão do fenómeno dos chamados clandestinos.

Contudo, como veremos adiante, o processo de reconversão tende a arrastar-se no tempo.

## 2. Os antecedentes da Lei das AUGI no município de Loures

O 25 de Abril de 1974 representou um momento de viragem na forma como a Câmara Municipal de Loures decidiu assumir o território de génese ilegal e nele intervir. Com o início da sua intervenção, em 1977, através da criação do “Gabinete dos Clandestinos” (Soares *et al.*, 1984, p.78), a Câmara Municipal distinguiu os “clandestinos” considerados suscetíveis de reconversão – através da realização das obras de urbanização e da aprovação dos planos e projetos de reconversão – dos considerados insuscetíveis de reconversão – localizados em vertentes muito acentuadas, alguns com inclinações superiores a 25%, em

leitos de cheias ou em terrenos com outras condicionantes. Aos primeiros era concedida a possibilidade de avançar com o processo de reconversão, da iniciativa dos particulares, enquanto os segundos ficavam a aguardar uma solução.

O entusiasmo e o envolvimento dos moradores (proprietários e inquilinos), assim como o empenho da Câmara Municipal de Loures, marcaram a primeira fase do processo de reconversão, até ao final da década de 1980. Neste período, destaca-se a formação de uma Comissão Coordenadora composta pelas várias comissões e associações existentes na freguesia. Esta Comissão, criada no primeiro “Encontro das Comissões e Associações de Moradores de Catujal e Unhos” organizado em Maio de 1985, apesar da sua curta existência (1985-1989), constituiu um momento importante de participação cívica, pautado pela atuação conjunta dos moradores em torno da urbanização e qualificação dos territórios de génese ilegal, independentemente da viabilidade urbanística da reconversão. Este modelo de gestão urbanística participada, gerado em articulação com a Câmara Municipal, teve como principal objetivo e fator dinamizador a compra de um prédio rústico, com 65.000 m<sup>2</sup>, cedido para espaços verdes e equipamentos, localizado no coração da freguesia e que ainda hoje concentra vários equipamentos, como a Escola Básica do Catujal e o Pavilhão Desportivo Alto do Moinho. Para além do acesso a infraestruturas e serviços básicos e da abertura à participação, esta experiência reflete, em parte, a luta pela cidade enquanto Obra a que alude Lefebvre (2012 [1968]), onde todos têm liberdade para satisfazer os seus desejos e conduzir coletivamente os processos de urbanização.

Neste período, a Câmara Municipal ajudava os moradores a organizarem-se em associações ou comissões, responsáveis pela reconversão, ou seja, pela contratação de equipas técnicas, pela aquisição de terrenos para domínio público e pela execução das obras de urbanização. Por sua vez, a administração local definia as condições urbanísticas, apreciava os planos de reconversão e apoiava a realização das obras necessárias, através da cedência de materiais, de máquinas e do apoio de técnicos municipais aos fins-de-semana (imagem 2).

As áreas passíveis de reconversão seguiram as etapas determinadas pela autarquia, avançando, a partir de 1985, com processos de reconversão junto da Câmara Municipal, sujeitos ao parecer superior da Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo<sup>4</sup>, enquanto as insuscetíveis de reconversão arrancavam com as obras



Imagem 2 - “As obras de fim-de-semana”,  
Catujal, década de 1980  
Fonte : CML, 1995

<sup>4</sup> Câmara Municipal de Loures, Reunião Extraordinária realizada no dia 2 de Novembro de 1988.

de infraestruturização, de forma a se assegurarem, segundo o então chefe de Departamento de Administração Urbanística, “condições condignas a quem lá morava” (entrevista, 2009). Geridas pelos proprietários e apoiadas pela Câmara Municipal, as obras eram em geral executadas através de administração direta e, em alguns casos, assentavam no forte envolvimento dos moradores. Satisfeitas algumas necessidades básicas, como o acesso à rede de água e eletricidade, a morosidade e complexidade dos processos de reconversão acabaram por contribuir para a perda gradual de interesse e motivação dos moradores, bem como para o isolamento das organizações locais. Entre os 23 territórios de génese ilegal localizados na freguesia de Unhos, apenas um acabaria por alcançar o tão desejado título de reconversão em 1988.

### 3. O novo regime excepcional de reconversão

O interesse pelo processo de reconversão reacendeu em meados da década de 1990, com a publicação da Lei n.º91/95, que diferencia claramente os territórios considerados suscetíveis de reconversão, delimitados como áreas urbanas de génese ilegal (AUGI), dos insuscetíveis de reconversão, para os quais se prevê a reafecção ao uso previsto no Plano Diretor Municipal (PDM), que em Loures foi publicado em 1994 e revisto em 2015. Cada reconversão de AUGI passa a ser assegurada pela figura da administração conjunta, constituída pelos respetivos (com)proprietários, sem inclusão dos inquilinos, e cada operação enquadrada “como operação de loteamento da iniciativa dos proprietários ou comproprietários” (artigo 4.º), de forma a não depender de parecer superior.

Apesar dos mecanismos de exceção introduzidos por este regime jurídico e do apoio da Câmara Municipal de Loures, que formou para o efeito a Direção de Projetos das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (DPAUGI), o “tempo longo de reconversão” (Raposo, 2010) continuou a caracterizar os processos que reiniciaram na freguesia de Unhos sob o seu impulso. A maioria das AUGI constituiu comissões de administração conjunta e persistiu no processo de reconversão, mas duas delas não o fizeram e a sua reconversão passou a ser de iniciativa municipal.

Entretanto os territórios de génese ilegal considerados insuscetíveis de reconversão, três no total, continuam ainda hoje a aguardar uma solução por parte da administração local ou da administração central, já que a Câmara Municipal

não possui os recursos necessários para avançar com a reafecção destas áreas e proceder à relocalização das respetivas famílias.

O arrastar dos processos dos suscetíveis de reconversão ao longo do tempo deve-se sobretudo a dois fatores: à falta de recursos da autarquia para avançar com as reconversões de sua iniciativa; e ao índice de ocupação da maioria destes territórios ser superior ao previsto no PDM. Para resolver esta situação, a Câmara Municipal decidiu avançar, em 1997, com a elaboração de um Plano de Urbanização para a freguesia de Unhos, mas este nunca chegou a ser publicado. Entre estes territórios considerados suscetíveis de reconversão, três obtiveram título de reconversão ao abrigo da chamada Lei das AUGI. Nestes últimos casos, analisados em 2007, identificaram-se três situações: (1) os lotes sem ocupação valorizaram exponencialmente no mercado imobiliário; (2) as construções realizadas com licenças condicionadas<sup>5</sup> foram facilmente legalizadas; e (3) as construções com estatuto de “manutenção temporária”, cuja legalização requer demolições parciais ou totais, mantiveram, por desinteresse ou por falta de meios financeiros por parte dos proprietários, esse mesmo estatuto, não se cumprindo o prazo estabelecido no instrumento de reconversão (artigo 7.º, n.º4, da Lei n.º91/95).

Seguindo a tendência geral esboçada para a AML (Raposo, 2010), o recurso à figura do loteamento urbano agilizou na freguesia de Unhos alguns processos de reconversão, sobretudo por dispensar o parecer da CCRD – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional –, mas acabou por fomentar a fragmentação do território. Por um lado, a delimitação do perímetro de cada AUGI foi feita com base no prédio rústico, não apelando à articulação com a envolvente, o que condiciona ou mesmo impossibilita a qualificação do espaço público, marcado: pela forte presença dos muros de vedação, que delimitam cada uma das parcelas, pela ausência de arborização das vias, pela inexistência de mobiliário urbano e estacionamento, bem como pela presença das infraestruturas aéreas, nomeadamente dos cabos de eletricidade e telecomunicação. Por outro lado, contrariamente à abordagem territorializada adotada na década de 1980, a cedência de áreas para espaços verdes, equipamentos e arruamentos é feita de forma fragmentada por cada AUGI, sem uma visão de conjunto.

Dos casos observados ao nível da freguesia, no final da década de 2010, foram raras as vezes em que o processo de reconversão se refletiu em ações de qualificação, um conceito que, de facto, não constitui um objetivo do regime jurídico vigente.

<sup>5</sup> Com o início do processo de reconversão, no caso dos territórios de génese ilegal considerados suscetíveis de reconversão, a maioria das novas construções passou a ser feita com licenças condicionadas, com o consentimento da Câmara Municipal, seguindo normas e regras formais com vista à futura legalização.

Os projetos consultados e as entrevistas realizadas em 2009, tanto a técnicos, como a moradores, mostraram: a falta de qualidade do desenho urbano, o que se pode explicar sobretudo pela abordagem fragmentada em que assentam; o desinteresse e desmotivação da generalidade das equipas técnicas responsáveis pela sua elaboração; e a supremacia do espaço privado em detrimento do público por parte da maioria dos proprietários (Jorge, 2010, 2011). Porém, o discurso dos técnicos municipais e de alguns representantes das comissões de administração conjunta denunciava na mesma data uma crescente preocupação com a qualificação do espaço público, incentivando-se a cedência de áreas para espaços verdes, equipamentos e arruamentos superiores às previstas no PDM e a demolição de muros e o alargamento dos arruamentos existentes, dificilmente aceites pela maioria dos (com)proprietários.

#### 4. Entre a reconversão e a qualificação

Ao não desencadear ações de qualificação, o processo de reconversão conduzido no quadro do regime jurídico vigente tem-se restringido, na maioria dos casos observados ao nível da freguesia de Unhos, à legalização fundiária e urbanística, consolidando um modelo de individualização do espaço urbano, sancionado pela Lei. Contrariamente à figura do loteamento urbano, o instrumento de gestão territorial, especificamente o plano de urbanização (PU) esboçado para a freguesia, podia ter fomentado uma abordagem territorial de reconversão. Todavia, este PU da freguesia de Unhos não chegou a ser aprovado, em grande parte, segundo o chefe da DPAUGI (entrevista Abril 2009), pela falta de estratégia e coordenação entre os departamentos municipais e pela complexidade inerente à aprovação deste instrumento junto da CCDR. Ao mesmo tempo, o PDM na versão da primeira geração e na da sua demorada revisão, apenas concluída em 2015, dificultou ou impediu o avanço de alguns processos em curso, devido aos parâmetros urbanísticos previstos, inferiores à ocupação existente.

Importa igualmente sublinhar o desajuste entre as disposições da revisão do PDM para os territórios de génese ilegal considerados “insuscetíveis”, que determina a “relocalização dos fogos e atividades económicas [aí] implementados” (SUOPG 14 do regulamento do PDM em vigor), e a falta de recursos (públicos e privados) disponíveis para as concretizar. Apesar de alguns destes territórios se situarem em zonas

sujeitas a riscos naturais (geotécnicos e inundações), este hiato entre as disposições do PDM e a falta de recursos da autarquia para as operacionalizar impossibilita qualquer intervenção e agrava as situações de precariedade. A ausência de intervenção nestes territórios considerados insuscetíveis de reconversão, mas também a complexidade, a burocratização e a morosidade dos processos de reconversão e legalização, contribuem para o agravamento das desigualdades sócio-territoriais, sobretudo devido à desmotivação e desinteresse de alguns proprietários pela qualificação, quer do espaço privado, quer do espaço público, bem como ao aumento progressivo do fenómeno do arrendamento, por vezes sem as condições mínimas de habitabilidade. Os edifícios alugados (unifamiliares e plurifamiliares), muitos deles sobrelotados, contrastam com as moradias unifamiliares com piscina, construídas com licenças condicionadas e habitadas pelos proprietários (imagem 3).

Ao nível da apropriação do espaço público, observou-se na freguesia de Unhos uma diferença entre os territórios de génese ilegal reconvertidos, onde predomina o modelo da moradia unifamiliar, e os territórios de génese ilegal ainda não reconvertidos ou considerados insuscetíveis de reconversão, marcados por edifícios plurifamiliares. No primeiro caso, o espaço público constitui a área sobrance do loteamento, conferindo-lhe apenas o atributo de acesso às habitações e prevalecendo a necessidade individual do espaço, enquanto no segundo caso observou-se uma maior apropriação do espaço público e a existência de fortes relações de vizinhança entre os residentes, grande parte deles inquilinos. Apesar da falta de condições de habitabilidade de algumas habitações, bem como de manutenção e qualificação do espaço público, ressalta aqui a dimensão do espaço social a que se refere Lefebvre (1991 [1974]), forjada a partir das práticas quotidianas, expressando a pluralidade dos modos de vida e das formas de apropriação do espaço.

#### Algumas notas conclusivas

Desde o início do processo de reconversão, nos primeiros anos após o 25 de Abril de 1974, a Câmara Municipal de Loures distinguiu os territórios de génese ilegal considerados suscetíveis de reconversão, aos quais foi concedida a possibilidade de avançar com a legalização fundiária e urbanística, e os considerados insuscetíveis de reconversão, que ficaram expectantes, à espera de uma solução. Numa primeira fase, a formação e

atuação da Comissão Coordenadora entre 1985 e 1989 privilegiou a atuação conjunta e integrada dos territórios de génese ilegal, independentemente da sua viabilidade urbanística. Numa segunda fase, já na década de 1990, o PDM (1994) e a Lei das AUGI (1995) acentuaram a diferença entre os territórios de génese ilegal considerados suscetíveis de reconversão, delimitados como AUGI, e os considerados insuscetíveis de reconversão, para os quais se propõe a reafecção ao uso previsto no PDM e a realocação das respetivas famílias. Contudo, os processos de reconversão revelam-se extremamente complexos e morosos, tendo sido emitidos apenas quatro títulos de reconversão até à data (2017), um anterior à publicação da Lei das AUGI, em 1988, os restantes três (em 23) enquadrados no regime jurídico vigente. Decorridos mais de trinta anos desde o início do processo de reconversão, identificam-se entre os casos analisados três situações:

(1) os territórios de génese ilegal reconvertidos tendem a não assentar na qualificação urbana, restringindo-se geralmente a reconversão à legalização fundiária e urbanística, consolidando um modelo de individualização do espaço urbano;

(2) os territórios de génese ilegal considerados suscetíveis de reconversão ainda não reconvertidos, mais consolidados e densamente ocupados que os anteriores, dificilmente cumprem os parâmetros previstos no PDM e, apesar da persistência dos técnicos municipais, das comissões de administração conjunta e/ou de alguns proprietários, os processos de reconversão arrastam-se no tempo e a maioria dos proprietários distancia-se gradualmente do “dever de reconversão” inscrito na lei;

(3) os territórios de génese ilegal considerados insuscetíveis de reconversão mantêm-se numa situação expectante, aguardando uma solução por parte da administração central, já que a Câmara Municipal de Loures não reúne as condições necessárias, técnicas e financeiras, para avançar com a reafecção e realocação previstas.

Sobretudo nos territórios de génese ilegal não reconvertidos, tanto nos considerados suscetíveis de reconversão, como nos insuscetíveis de reconversão, verifica-se com o arrastar dos processos de reconversão e com a falta de soluções



Imagem 3 - Tipos de ocupação habitacional predominante:

- (1) moradia unifamiliar, anterior ao início do processo de reconversão, para habitação própria;
- (2) moradia unifamiliar, anterior ao início do processo de reconversão, para arrendamento;
- (3 e 4) edifício plurifamiliar para arrendamento;
- (5) moradia unifamiliar com licença condicionada, posterior ao início do processo de reconversão;
- (6) moradia unifamiliar legalizada

Fonte: autora, 2009

alternativas um aumento gradual do fenómeno do arrendamento. Multiplicam-se os edifícios de rendimento, muitas vezes sem o mínimo de condições de habitabilidade, contribuindo para o aumento das desigualdades sócio-espaciais, sobretudo entre proprietários e inquilinos.

Os instrumentos jurídico-urbanísticos acabaram por introduzir uma rigidez regulamentar e normativa ao processo de reconversão que dificulta em alguns casos a resposta aos objetivos, necessidades e expectativas dos diversos agentes

envolvidos e, simultaneamente, se revela incapaz de resolver as situações mais críticas. O atual cenário clama para a necessidade de se adotarem estratégias de intervenção alternativas às vigentes, assentes numa abordagem reflexiva e próxima das realidades sócio-territoriais e das práticas quotidianas, priorizando a qualificação e a coesão sócio-territorial, e contribuindo para a melhoria efetiva da qualidade de vida dos cidadãos.

O processo de transformação e reconversão dos territórios de gênese ilegal da freguesia de Unhos mostra-nos igualmente que a abertura, ou não, à participação e gestão partilhada, mais próxima ou mais distante do direito à cidade preconizado por Lefebvre (2012 [1968]), está diretamente associada a contextos políticos e socioeconómicos distintos, destacando-se a este nível os anos que se seguiram ao 25 de Abril de 1974 e os que estiveram na origem da Lei das AUGI, em pleno contexto neoliberal. Como destacam Raposo e Valente (2010), diferentes contextos acabam por promover, não só diferentes escalas e distintas naturezas do fenómeno, mas também diferentes estratégias, instrumentos e procedimentos por parte da administração pública, desencadeando distintas (re)ações e formas organizativas por parte dos moradores. Na segunda metade da década de 1970 e ao longo da década de 1980, a forte mobilização e participação dos moradores, proprietários e inquilinos, em torno da urbanização e reconversão dos territórios de gênese ilegal, bem como o apoio da Câmara Municipal, contribuíram para a qualificação e coesão socio-espacial, abrindo as portas à apropriação e realização coletiva. Em contraponto, apesar do impacto positivo do regime jurídico vigente – a Lei das AUGI – no desbloqueio de alguns processos de reconversão e do investimento da autarquia no acompanhamento destas realidades, o modelo de reconversão preconizado neste regime e o espírito que o norteia, o da propriedade privada individual, impedem ou dificultam a (re) apropriação dos lugares comuns e a construção coletiva de formas alternativas de pensar e fazer cidade, idealizada, não enquanto produto, mas enquanto Obra (Lefebvre, 1991 [1974]).

### Referências bibliográficas

- Câmara Municipal de Loures (1976), *Relatório sobre a situação do Catujal*, Loures: Câmara Municipal de Loures.
- Câmara Municipal de Loures (1995), “Da recuperação à legalização: um passo inteligente”, folheto campanha de sensibilização.
- Craveiro, Teresa (2010), “Do ‘bairro clandestino’ às ‘Áreas Urbanas de Gênese Ilegal’, um problema que permanece em Portugal”, em Lúcia Bógus, Isabel Raposo, Susana Pasternak (org.), *Reconversão e reinserção urbana de loteamentos de gênese ilegal: análise comparativa Brasil-Portugal*, São Paulo: EDUC, pp.31-60.
- Jorge, Sílvia (2010), “Qualificação do Espaço Público de Loteamentos de Gênese Ilegal na Grande Área Metropolitana de Lisboa”, Lúcia Bógus, Isabel Raposo, Susana Pasternak (org.), *Reconversão e reinserção urbana de loteamentos de gênese ilegal: análise comparativa Brasil-Portugal*, São Paulo: EDUC, pp.143-159.
- Keil do Amaral, Francisco (2002), “Os heróis clandestinos”, em *Arquitetura e Construção*, Lisboa, Editora Abril.
- Lefebvre, Henri (1991 [1974]), *The Production of Space*. Nova Iorque: Wiley-Blackwell.
- Lefebvre, Henri (2012 [1968]), *O Direito à cidade*. Lisboa: Letra Livre.
- Raposo, Isabel (coord.) (2011), *Territórios de gênese ilegal*, Relatório final do projeto de investigação financiado pela FCT, Reconversão e reinserção urbana de bairros de gênese ilegal, Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Raposo, Isabel (2010), “Reconversão de territórios de gênese ilegal na Grande Área Metropolitana de Lisboa (GAML)”. Lúcia Bógus, Isabel Raposo, Susana Pasternak (org.), *Reconversão e reinserção urbana de loteamentos de gênese ilegal: análise comparativa Brasil-Portugal*, São Paulo: EDUC, pp. 143-159.
- Raposo, Isabel; Valente, Ana (2010), “Diálogo social ou dever de reconversão? As Áreas Urbanas de Gênese Ilegal (AUGI) na Área Metropolitana de Lisboa”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 91, pp. 221-235.
- Rolo, Helena (2006), *A actualidade do fenómeno clandestino. Práticas de reconversão em AUGI na grande Área Metropolitana de Lisboa*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa (dactilografado).
- Soares, Bruno; Bruno, Eugen; Stussi, Robert; Sá Fernandes, Manuel (1984), *Conjuntos Habitacionais Clandestinos na Região de Lisboa*, Lisboa: Grupo de Estudos Habitat.

## O processo da Iniciativa Bairros Críticos no bairro da Cova da Moura. Participação e reflexividade

Ana da Palma Valente<sup>a</sup>

### Resumo

Alguns programas recentes de qualificação urbana em bairros autoproduzidos têm sido palco de ação de agentes diferenciados, com a inclusão da participação da sociedade civil nos processos de decisão. O Bairro do Alto da Cova da Moura participou desse tipo de ações no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos, onde a sociedade civil organizada desempenhou um papel determinante na reclamação pelo direito à cidade, apelando à qualificação e contrariando posições favoráveis à renovação do bairro. Propomos neste texto, compreender a arena sociopolítica que se construiu neste processo e em que medida as ações participadas e incorporadoras de reflexividade foram produtoras nos resultados da Iniciativa na Cova da Moura.

### Palavras-Chave

Qualificação de bairros autoproduzidos, Processo, Arena, Reflexividade, Direito à cidade

### Abstract

Some recent programs of urban upgrading in self-produced neighbourhoods have been stage of action of differentiated agents, with the inclusion of the participation of the civil society in the decision processes. The neighbourhood of the Alto da Cova da Moura participated in this type of actions in the framework of the Bairros Críticos Initiative, where organized civil society played a decisive role in claiming for the right to the city, appealing to the upgrading and opposing positions favourable to the renewal of the neighbourhood. We proposed in this article, to understand the socio-political arena which was built in this process and to what extent the participatory and incorporating actions of reflexivity were produced in the results of the Initiative in Cova da Moura.

### Keywords

Upgrading of the self-produced neighbourhoods, Process, Arena, Reflexivity, Right to the city

### Introdução

O foco da investigação em que se insere este texto está na qualificação de bairros autoproduzidos<sup>1</sup> na Área Metropolitana de Lisboa. Muitos destes aglomerados foram objeto de intervenções visando a sua legalização, à luz de programas públicos de renovação, reconversão ou mais recentemente de qualificação urbana que se têm prolongado durante vários anos, uns com resultados incompletos, outros com níveis de sucesso mais satisfatórios, comumente envolvendo múltiplos atores e largos investimentos financeiros. Quais as razões que determinam o sucesso ou insucesso destas ações é a questão que nos tem inquietado ao longo dos anos que dedicámos à investigação.

A escolha do Bairro da Cova da Moura enquanto caso de estudo desta reflexão está relacionada com a experiência enquanto doutoranda, entre os anos de 2011 e 2014, em duas fases distintas da história recente do bairro. Na primeira fase, entre Março de 2011 e Abril de 2014, integrámos a equipa de apoio técnico do Gestual - FAUL<sup>2</sup> à Comissão de Bairro da Cova da Moura, no quadro do projeto de investigação-ação coordenado pela professora Isabel Raposo “Cova da Moura, olhares académicos: que desígnio que desenho”. Neste contexto, ocupámo-nos em particular do acompanhamento e avaliação do processo, primeiro na fase de realização e implementação do Plano de Pormenor para o bairro, promovido pela Iniciativa Bairros Críticos (IBC),

<sup>a</sup> Licenciada em arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, mestre em urbanismo pelo Instituto Francês do Urbanismo e pela Universidade de Marne-la-Vallée em Paris e é atualmente doutoranda em urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, tendo sido bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia. É investigadora no Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (GESTUAL), do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da FAUL.

<sup>1</sup> A noção de *bairro autoproduzido* que foi adotada pelo Gestual é aqui usada preferencialmente em vez de expressões de sentido pejorativo como “bairro ilegal” ou “bairro informal” e inclui os bairros localizados em território pericentral, como o bairro da Cova da Moura, onde os seus habitantes são autores ou coautores na produção do seu espaço habitacional e urbano, produção essa realizada à margem da cidade planeada e dos instrumentos jurídico-urbanísticos.

<sup>2</sup> O Grupo de Estudos Sócio-Territoriais Urbanos e de Ação Local está associado ao Centro de Investigação de Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. É composto por uma equipa multidisciplinar centrada nas áreas da arquitetura e urbanismo, em articulação com design e ciências sociais.

e, mais tarde, na fase de suspensão da Iniciativa e elaboração de um Plano de qualificação alternativo. Na segunda fase, entre Abril de 2013 e Junho de 2014, integrámos a equipa de investigação que levou a cabo o projeto de investigação “Espaço Relacional e a promoção do direito à cidade. Pesquisa experimental na Cova da Moura, Área Metropolitana de Lisboa”, financiado por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a referência EXPL/ATP-EUR/1772/2012 e coordenado pela antropóloga Júlia Carolino (GESTUAL/CIAUD/FA-UL).

O bairro Alto da Cova da Moura está localizado no Concelho da Amadora, na Área Metropolitana de Lisboa, e começou a sua ocupação no início da década de 1960, com a ocupação de terrenos privados e públicos. Numa fase inicial, as construções eram abarracadas, tendo sido gradualmente substituídas por construções de alvenaria, processo este que aconteceu longe da ação reguladora do Estado. Entre as décadas de 1970 e 1980, após o 25 de Abril de 1974, o bairro teve um crescimento particularmente acelerado intimamente ligado ao fluxo imigratório das ex-colónias, em particular de Cabo Verde. Durante as décadas de 1980 e 1990, o tecido construído densificou-se com a ocupação do interior dos quarteirões e de algumas vias anteriormente delineadas, resultando na diminuição da anterior legibilidade da estrutura urbana.

Considerámos cinco períodos distintos, dando sequência aos quatro períodos identificados por Raposo (2009) na forma como a intervenção pública atuou no bairro Alto da Cova da Moura: (1) desde a génese do bairro, no início da década de 1960, até 1974, a ação institucional é inexistente; (2) de 1974 a meados da década de 1980, o poder local, marcado pela dinâmica revolucionária da época, investe no bairro em melhoramentos das infraestruturas urbanas e promove as primeiras diligências na tentativa da regularização fundiária; (3) a partir de meados da década de 1980 até 2004, a intervenção pública é marcada por uma forte tendência globalizada neoliberal, que localmente tem a sua maior expressão, em 2002, no estudo prévio para o Plano de Pormenor encomendado pelo Município da Amadora a um gabinete privado de arquitetura (Vasco da Cunha, Estudos e Projetos), o qual incluía a demolição de cerca de 80% do bairro, defendendo a sua renovação em vez da qualificação do existente; (4) entre 2005 e 2012, depois de uma forte contestação da população do bairro ao Plano de Pormenor de 2002, desenha-se uma nova fase da intervenção pública assinalada pela Resolu-

ção do Conselho de Ministros nº143/2005, de 7 de Setembro, que aprova a Iniciativa Operação de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos e que inclui o Alto da Cova da Moura como um dos três bairros piloto; (5) a partir de 2015 até aos dias de hoje, após o abandono da Iniciativa Bairros Críticos pelas instituições públicas, precipitado pela crise económica que se impôs no território nacional desde 2008, considerámos o esboço de um novo período marcado pela indefinição ao nível da legalização fundiária e urbanística do bairro.

Este texto foca a atenção no período em que surge e se desenvolve a Iniciativa Bairros Críticos no contexto do bairro da Cova da Moura. Propomos uma leitura do processo entre 2005 e 2012, com articulação com os momentos imediatamente anteriores e posteriores, pretendendo-se contribuir para a compreensão dos seus resultados, atendendo ao enunciado do programa e ao seu carácter inovador.

Questionamos em que medida o processo de interação de atores, as dinâmicas e as estratégias geradas no terreno contribuíram para a construção do direito à cidade, entendido na linha crítica de Lefebvre (1968) e Harvey (2008). Os conceitos de arena política, na linha de autores como Olivier de Sardan (1995), e de reflexividade, no sentido atribuído por Patsy Healy (1997), serão abordados enquanto ferramentas para identificar estratégias, interesses, pontos de vista dos atores envolvidos, assim como os temas em debate. O texto articula conceitos teóricos e as observações recolhidas no terreno, no quadro de um processo de investigação-ação, conduzido pelo Gestual-FAUL e no qual se insere esta pesquisa.

Os dados empíricos foram recolhidos ao longo do acompanhamento dos projetos em curso, por via da observação participante, com periodicidade de cerca de duas visitas mensais entre Março de 2011 e Março de 2013 e com duas a três visitas mensais entre Abril de 2013 e Junho de 2014. Foram realizadas pela autora deste texto e por Júlia Carolino quatro entrevistas, três destas com representantes de três associações sediadas no bairro e outra à representante do Grupo de Apoio Técnico da 2ª fase da IBC. Serviram a esta reflexão, outras quatro entrevistas realizadas por diferentes membros do Gestual – FAUL a agentes envolvidos no processo da IBC (representantes da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território, do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, do Grupo de Apoio Técnico na 1ª fase da IBC, e um técnico da Câmara Municipal da Amadora). Estas entrevistas foram realizadas no quadro da preparação do Seminário

rio “Cova da Moura. Que desígnio, que desenho. Balanço e perspetivas”, organizado em Abril de 2013 pelo Gestual, no quadro dos dois projetos de investigação antes referidos, e em parceria com a Comissão de Bairro. Foi ainda realizada a leitura e análise da documentação produzida, como: i) documentos reflexivos de âmbito académico; ii) documentos protocolares; iii) relatórios sobre planos e memorandos do processo; e iv) documentos de avaliação.

O texto está organizado em quatro pontos: (1) A inovação programática da IBC e análise dos seus resultados à luz dos conceitos de direito à cidade e empoderamento; (2) O conceito de arena enquanto ferramenta de leitura dos processos sociopolíticos gerados; (3) breve análise sobre os momentos de reflexividade e os resultados dos mesmos; e (4) breves notas finais.

### 1. Direito à Cidade e empoderamento *versus* inovação programática da Iniciativa Bairros Críticos

Enquanto técnicos e investigadores, no quadro da pesquisa conduzida no Gestual-FAUL, procurámos identificar no terreno as múltiplas práticas que se referenciavam aos conceitos teóricos que orientam a pesquisa e ação do grupo. O conceito de direito à cidade, tal como proposto por Henry Lefebvre, no ano de 1968, permite-nos interpretar os pressupostos transformativos e emancipatórios inscritos no recente programa de intervenção pública Iniciativa Bairros Críticos, bem distintos dos princípios do paradigma de intervenção modernista que ainda hoje domina muitas das intervenções urbanas.

Como sublinha Raposo (2016), o conceito de direito à cidade desenvolvido por Lefebvre tem subentendido três significados que são relevantes para esta abordagem: (i) o direito de todos a aceder aos serviços urbanos; (ii) o direito à vida urbana e à cidade renovada, onde prevaleça, menos o valor de troca, o comércio e o lucro e mais o valor de uso, isto é, o direito a usufruir de lugares qualificados que facultem a simultaneidade, os encontros e as trocas; e (iii) o direito à atividade criativa e à Obra, ou seja, à participação ativa na transformação da própria cidade e o direito a dela se apropriar.

Para a nossa reflexão realçamos a noção, também reforçada por David Harvey<sup>3</sup>, do direito a transformarmo-nos a nós próprios à medida que transformamos a nossa cidade. Este é um direito

comum, mais do que individual, porque a transformação dos processos urbanísticos dependerá do exercício do poder coletivo (Harvey, 2008, p.1).

Esta última ideia, remete-nos para o conceito de *empowerment* desenvolvido por John Friedmann. Nos textos em que o autor desenvolve a hipótese de um desenvolvimento alternativo aos modelos de desenvolvimento neoliberal dominante, o *empowerment* dos cidadãos é o objetivo central à prática desse modelo (Friedmann, 1992). Esta abordagem, centrada nas pessoas, privilegia a autonomia nos processos de decisão de comunidades territorialmente organizadas, a emancipação local, a democracia participativa e a aprendizagem com base na experiência social. O conceito de *empowerment* tem subentendida a ideia de que a sociedade civil tem um papel ativo na resolução dos seus próprios problemas. Friedmann refere-se às aptidões inerentes à ação da sociedade civil na minoração das carências sociais e na conquista de poder de influência junto das instituições políticas e nos atos de decisão. Segundo o autor, o poder da sociedade civil não é ainda suficiente para se sobrepôr ao poder predominante dos sectores privados, todavia, as muitas manifestações sociais que acontecem em variados pontos do globo são testemunho de lutas emancipadoras e de resistência diária.

Destacamos quatro orientações apontadas pelo autor que podem colaborar na mudança dos modelos de desenvolvimento, transformando dialeticamente ideologias e práticas: i) a necessidade de atuar ao nível das políticas governamentais e assim fortalecer os projetos com base local que apenas têm tido resultados paliativos, como referem autores como Raposo e Ribeiro (2007); ii) o Estado deverá atuar como facilitador e proporcionar espaços de participação ativa, não se devendo substituir às organizações locais, no relacionamento com a sociedade civil; iii) a ação dos agentes externos<sup>4</sup> deverá ser catalisadora de ideias e recursos locais e orientadora das ações espontâneas que surjam no seio das comunidades locais, a que subjaz a ideia de processos de aprendizagem social; e iv) maior autonomia da sociedade civil, vis-à-vis o Estado, através de manifestos criativos e da criação de grupos de interesse organizados em rede.

O período que antecipou a Iniciativa Bairros Críticos, ocorrido na Cova da Moura entre 2002 e 2005, é manifesto do poder que o coletivo poderá representar na transformação dos processos urbanísticos. Em 2002, um abaixo-assinado reuniu a uma mesma voz as associações locais, os mora-

<sup>3</sup> Esta nossa leitura deixa de fora outras abordagens também importantes sobre a obra de David Harvey, nomeadamente o problema do controlo sobre as mais-valias de capitais produzidos pelo desenvolvimento urbano.

<sup>4</sup> John Friedmann nomeia como agentes externos um leque vasto de organizações: organizações não governamentais domésticas; organizações privadas de voluntariado estrangeiras; grupos informais religiosos; grupos de cariz político; jovens profissionais; estudantes universitários; o Estado atuando através de um departamento de desenvolvimento comunitário; o Serviço Nacional de Saúde; entre outros (Friedmann, 1992, p.145).

dores e ainda as juntas de freguesia em protesto contra o estudo prévio para o plano de pormenor da Câmara Municipal que propunha a demolição de cerca de 80% do bairro. Foi também este momento que motivou a formação de uma Comissão de Bairro que pretendia fortalecer e coordenar a ação conjunta das quatro associações locais na luta contra o conceito de tabula rasa e em prol da qualificação do bairro. No prisma dos agentes da administração central, a Iniciativa Bairros Críticos tinha como intuito encontrar as ferramentas para uma dinâmica colaborativa que amenizasse as posições antagónicas entre moradores e o Município da Amadora, extremadas entre a lógica da ‘favela romântica’ (manter tudo) e do ‘caterpillar’ (demolir tudo).

O desenho da Iniciativa Bairros Críticos tinha como objetivo “testar soluções institucionais, procedimentais e tecnológicas inovadoras” (RCM nº143/2005) em três bairros denominados como “críticos”: o bairro do Lagateiro, na cidade do Porto; e dois na Área Metropolitana de Lisboa, a Cova da Moura (Amadora) e o Vale da Amoreira (Moita). A inovação da Iniciativa apoiou-se em três eixos estratégicos: estímulo à participação e à capacitação cívica; coordenação estratégica através de parcerias alargadas e a diversos níveis organizacionais; e orientação para a qualificação. A organização do processo de parcerias da Iniciativa foi estruturada pelos seguintes grupos: o Grupo Interministerial (GTIM), envolvendo sete Ministérios em articulação com a Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e com o Instituto Nacional da Habitação<sup>5</sup>, coordenador da Iniciativa; o Grupo de Parceiros Locais (GPL) que reunia vinte e seis representantes de atores locais chave, entre eles a administração local e regional, associações locais e ainda representantes dos GTIM; um Grupo de Apoio Técnico; e ainda um grupo de consultores e de parceiros financeiros (Vasconcelos, 2007).

A Iniciativa foi organizada em duas fases: uma primeira fase de diagnóstico participado, com a curta duração de seis meses, que conduziu a um plano de ação local e à preparação de um protocolo de parcerias; e um segundo momento, que se estendeu por sete anos, que deveria implementar as ações definidas na primeira fase, mas que foi interrompido sem cumprimento total dos objetivos.

O plano de ação local incluía oito eixos de ação, entre os quais três correspondiam a ações de intervenção urbana e cinco de natureza imaterial. Os dois eixos principais do plano de ação local que se ocupavam, o primeiro, da legalização fundiária e do edificado, e o segundo, da qualifica-

ção urbana não foram concretizados, comprometendo, como refere Raposo (2016), o sucesso da Iniciativa. Segundo a mesma autora, a dispersão de recursos nas ações imateriais, já trabalhadas diariamente pelas associações locais, desviou a atenção das principais matérias de qualificação urbana (as quais exigiam o compromisso político promovido pela Iniciativa) e desvalorizou a capacidade de ação e de investimento já antes demonstrada pelas associações.

O direito aos serviços urbanos e à urbanidade renovada que enunciava Lefebvre (1968) não foram muito beneficiados com a implementação da Iniciativa. Esta acabou por provocar o agravamento das condições de habitabilidade dado o compromisso assumido pelas associações e habitantes na suspensão de obras de novas construções e de melhorias das existentes até à concretização do Plano de Pormenor (medida 1.2 do eixo 1 do Plano de Ação Local). Foram, todavia, concretizadas algumas ações de qualificação urbana: (i) de maior impacto – reabilitação do polidesportivo existente; (ii) de carácter pontual – pequenas intervenções nos espaços exteriores como a colocação de estruturas de ensombramento e mobiliário urbano; pequenas obras de melhoramento nas sedes de três das associações locais; e colocação de painéis fotovoltaicos nas quatro instituições do bairro. No âmbito do Programa Imediato de Pequenos Melhoramentos (PIPEM), do eixo 3 do Plano de Ação, foram ainda realizadas as seguintes intervenções de qualificação urbana: (i) melhorias da área envolvente de duas creches; (ii) pavimentação provisória de algumas vias em terra batida; (iii) renovação da iluminação pública; (iv) colocação provisória da toponímia das ruas; e (v) arranjo do espaço exterior do recreio da Escola EB1. Ficaram por realizar: a regularização da questão fundiária que permitisse a legalidade na ocupação dos terrenos; e o desenvolvimento e a conclusão do Plano de Pormenor para o bairro.

Quanto ao reforço do direito à obra (Lefebvre, 1968) e à capacitação cívica (Friedmann, 1992) implícitos no texto da Iniciativa, o resultado da sua implementação ficou muito aquém do desejado, apesar da complexa estrutura montada. Um dos constrangimentos apontados (quer pelas associações, quer pelo Gestual, quer pelo instituto coordenador da Iniciativa) para o insucesso da Iniciativa, está ligado à mudança das equipas do IHRU e do Gabinete de Apoio Técnico, criando desconinuidades e quebras de confiança entre parceiros (Gestual, 2013; Sousa, 2012). Embora o processo participado da primeira fase de diagnóstico seja avaliado como bem-sucedido pela maioria dos atores envolvidos, na segunda fase os atores das

<sup>5</sup> O Instituto Nacional da Habitação (INH) foi o órgão coordenador da Iniciativa, renomeado em 2007 de Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

associações locais consideraram que as principais decisões dependiam sempre do aval da Câmara Municipal da Amadora e que a equipa do IHRU da segunda fase não foi capaz de serenar o conflito inicial entre associações e Câmara Municipal.

Com o abandono da Iniciativa pela Administração Central em 2012, as associações continuaram a pressionar o Município para continuar com a qualificação urbana do bairro. Porém, em 2014, a Câmara Municipal da Amadora confirma o fim da Iniciativa e a cessação dos trabalhos para o Plano de Pormenor. Paralelamente, como refere Raposo (2016), o poder municipal garantiu “pequenos benefícios ou poderes a cada uma das associações locais”, contribuindo para a divisão no interior da Comissão de Bairro e para reforçar as diferenças entre associações.

## 2. A noção de arena como instrumento de apreensão da realidade processual da Iniciativa Bairros Críticos

Nas pesquisas que temos desenvolvido, o ‘processo’ tem estado no centro das nossas análises. Como alguns autores do campo urbanístico têm referido, não é apenas no desenho e nas estratégias programáticas que reside o sucesso ou insucesso das intervenções. Considera o arquiteto Nuno Portas (2005) que “o processo também desenha” em consequência das dinâmicas conseguidas no terreno. O autor refere que é necessário antever a alteração de resultados na sequência de acordos ou oportunidades não previstas. Segundo Patsy Healy, “os processos beneficiam de resultados do processo”<sup>6</sup> (Healey, 2003, p.111). Partindo do argumento de que qualquer atividade de planeamento implica relações de interação e algum tipo de processo de governança, a autora considera que o processo é gerador de maneiras de pensar e de agir, seguindo a ótica de John Friedmann sobre o papel da aprendizagem na transformação social (Friedmann, 1992).

Olivier de Sardan vê um projeto de desenvolvimento<sup>7</sup> como uma arena política que mete em relação, direta ou indireta, múltiplos atores de categorias diversas. A noção de arena, trazida para este texto no sentido específico proposto por Olivier de Sardan (1995), é compreendida como um lugar de confrontações políticas, geradas entre atores em interação, que negociam entre si questões estruturantes. Esses atores apresentam, à volta de um determinado projeto, estratégias pessoais e profissionais orientadas por múltiplos critérios, recursos, oportunidades e interesses, mais ou menos compatíveis, cada um deles dota-

do de mais ou menos poder relacional ou poder instituído (Bourdieu, 1989) e detendo sempre alguma margem de ação para influenciar o rumo do projeto. Olivier de Sardan caracteriza um projeto de desenvolvimento como um sistema de recursos e oportunidades que cada ator se apropria à sua maneira. A disparidade que se verifica entre as operações de desenvolvimento “no papel” e “no terreno” é, segundo o autor, o resultado da apropriação dessa mesma operação de desenvolvimento, ou seja, resulta da capacidade ou poder de determinados indivíduos ou grupos sociais de inflétir os resultados em seu benefício.

Tendo em conta as dinâmicas processualmente geradas, a noção de arena constitui uma ferramenta útil na identificação e análise de pontos de vista que, em confronto, apontam a formação de grupos estratégicos, o reconhecimento dos conflitos e das questões-chave que orientam o debate em torno de programas de intervenção pública, como seja o caso da Iniciativa Bairros Críticos.

A construção de uma arena sociopolítica em torno da Iniciativa Bairros Críticos na Cova da Moura é marcada pelo conflito de posições da Câmara Municipal da Amadora e das Associações locais, que defendiam, respetivamente, a renovação e a qualificação do bairro.

Durante as diferentes fases do processo, segundo Sousa (2012) e com base no relatório de avaliação intermédia realizado pelo Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia, foram as questões fundiárias e habitacionais que geravam maior entusiasmo e debate entre parceiros, em particular, daqueles que conviviam mais de perto com os problemas ou que tinham mais interesse na sua resolução (IHRU, Comissão de Bairro e Câmara Municipal da Amadora). Os parceiros menos “territorializados” tiveram um envolvimento, ora moderado, ora descontinuado, contribuindo, contudo, na introdução de temas de debate complementares aos temas centrais.

A primeira fase de diagnóstico foi de intensas negociações e possibilitou maior aproximação dos atores locais e a partilha das questões comuns às muitas instituições. Apesar das posições antagónicas de base, esta fase, conduzida por metodologias interativas e facilitada por um Grupo de Apoio Técnico, resultou no encontro de consensos e compromissos para o desenho do Plano de Ação.

A segunda fase de implantação do Plano de Ação foi marcada por maior dissensão entre a Câmara da Amadora e a Comissão de bairro e por longos tempos de consensualização, nem sempre alcançada, em particular: na estabilização dos Termos de Referência para procedimen-

<sup>6</sup> Tradução livre do inglês: “Processes have process outcomes”.

<sup>7</sup> Olivier de Sardan desenvolve o seu trabalho no quadro de processos de intervenção e desenvolvimento sobretudo em meio rural em África, dos quais retiramos analogias com o contexto urbano.

to concursal do Plano de Pormenor (PP); na seleção da equipa técnica responsável pelo Plano; na discussão dos critérios de demolição; e na avaliação dos cenários de intervenção. Consideram os elementos da Comissão de Bairro que estiveram sempre em desvantagem nas negociações, quer por inferioridade numérica (na escolha da equipa técnica), quer pelo descrédito dado às suas contribuições (por exemplo, da proposta de alargamento da discussão aos critérios de qualificação) e prevalência dos interesses camarários.

Para alguns parceiros, foi prejudicial às negociações a escolha da mesma equipa técnica, contratada pela Câmara da Amadora em 2002 e responsável pelo Plano largamente contestado pelos moradores (Sousa, 2012, pp.81, 366). Apesar da aceitação dos resultados da avaliação das condições de habitabilidade realizada em 2008 pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a divergência relativa aos critérios de intervenção revela distintas conceções no modo como a cidade deve ser planeada. Os técnicos e os elementos da Câmara da Amadora têm uma visão mais rígida quanto ao respeito pelas normas urbanas, enquanto a Comissão de Bairro considera abordagens mais flexíveis à semelhança do que é implementado nos centros históricos urbanos.

Quanto à participação pública, ela aparece com maior preponderância nos seis meses da primeira fase, enquanto na fase de implementação do Plano de Ação, esses momentos foram sendo adiados. Na Comissão Executiva de Março de 2012, onde foram apresentados três cenários de intervenção pela equipa técnica, a Comissão de Bairro (2012) considerou que era necessário “elaborar uma proposta verdadeiramente assente num processo participado, na consulta/envolvimento dos habitantes, na observação do terreno, na abordagem por quarteirão, integrando as várias escalas (...)”. Por seu lado, a equipa técnica solicitou a colaboração das associações para a realização de workshops em torno da casa, do bairro e dos cenários, através de uma abordagem etnográfica e por grupos focais («34ª reunião da comissão executiva da Cova da Moura - memorando», 2012). Este encontro aconteceu imediatamente antes da interrupção da Iniciativa e estas propostas não foram desenvolvidas.

### **3. Os momentos de reflexividade da Iniciativa Bairros Críticos e seus resultados**

No planeamento urbano, a negociação entre atores levanta dificuldades, desde logo pela multiplicidade de mundos sociais, racionalidades e prá-

ticas que coexistem em contexto urbano e pelas relações de poder que coexistem entre eles. Contudo, as abordagens processualistas centradas no ator distinguem-se pela procura de soluções formais legitimadas, mais justas e inclusivas. Healey (1997) considera que o “planeamento colaborativo”, por via de um processo iterativo entre estrutura e ação, tem o potencial de ser transformador ao nível dos discursos e das práticas. Segundo a autora, a prática do planeamento envolve diariamente escolhas subtis que vão na direção de “cumprir as regras” ou de as alterar (transformação da estrutura). Em processos de planeamento colaborativo, a adoção de abordagens reflexivas, conscientes e respeitadoras das perceções multiculturais sobre determinado contexto partilhado mobiliza forças transformadoras, em particular da maneira de pensarmos as coisas, informando as agendas e práticas políticas e urbanísticas. Healey observa ainda que a operacionalização destes processos implica um novo desenho do sistema institucional e dos instrumentos de planeamento (denominado pela autora de estrutura ‘hard’) e do enquadramento dos atores (‘stakeholders’ ou estrutura ‘soft’).

Se analisarmos por esta perspetiva os pressupostos da Iniciativa Bairros Críticos, torna-se evidente o carácter inovador ao nível do desenho institucional (parcerias alargadas e a diferentes escalas territoriais) e do enquadramento dos atores num processo participado e colaborativo. É possível identificar vários momentos reflexivos, porém, nem sempre mobilizadores de transformação no sentido empregado por Healey:

1. Reuniões de trabalho da fase de diagnóstico e de preparação do Plano de Ação: liderada por um Grupo de Apoio Técnico teve a duração de seis meses e compreendeu treze reuniões realizadas com todos os parceiros, três workshops com a população e entrevistas com atores chave. Segundo Vasconcelos (2007), elemento constituinte do grupo facilitador, foi possível nesta fase reforçar as redes locais e a ação das associações locais, intensificar a circulação de informação e ideias e consciencializar os atores da necessidade de encontrar uma resposta adequada e equilibrada para a situação do bairro. Por ter consistido numa fase participada e conduzida por uma equipa exterior e consensualizada, esta foi considerada a fase mais bem-sucedida (Gestual, 2013).

2. Reuniões de trabalho da fase de implantação do Plano de Ação, com coordenação do

IHRU e realizadas entre Setembro de 2007 e Abril de 2012, compreendeu 35 reuniões da comissão executiva (regularidade mensal); 22 reuniões da comissão de acompanhamento (regularidade trimestral); e uma média de dez reuniões por cada um de cinco grupos de trabalho criados (Sousa, 2012). Apesar de importantes aprendizagens no que toca ao planeamento em parceria e à negociação de interesses, foi nesta fase que os elementos da Comissão de Bairro mais sentiram as suas sugestões desvalorizadas e com pouco impacto nas decisões finais, considerando a sua participação quase como uma mera formalidade. Por esta razão e pelo incumprimento da maioria dos objetivos do Plano de Ação – com destaque para a resolução da questão fundiária e para a concretização de um Plano de Pormenor consensualizado e partilhado – esta fase foi considerada a mais problemática.

3. Revisão partilhada de todas as atas das reuniões entre parceiros: gerou processos reflexivos e colaborativos contribuindo para a construção de um discurso comum;

4. Criação de uma plataforma online de monitorização, prevista para ser partilhada/carregada pelos parceiros, sem, no entanto, conseguir, a adesão esperada. Segundo Sousa (2012), a complexidade da ferramenta inviabilizou uma utilização fácil da mesma;

5. Reuniões da Comissão de Bairro, conduzidas segundo um sistema de presidência rotativa dos elementos das quatro associações constituintes: consistiram em momentos de reflexividade interna que, geralmente, precediam as reuniões alargadas aos outros parceiros;

6. Relatórios de avaliação, decorridos em diferentes fases, umas promovidas pelo IHRU, outras promovidas pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu e informados pelos testemunhos dos vários intervenientes.

7. Seminário “Cova da Moura, que desígnio, que desenho”, realizado fora da Iniciativa e organizado pelo Gestual e pela Comissão de Bairro em 2013, que promoveu o balanço da Iniciativa, assim como perspetivou o debate para ações futuras. Convidou ao debate moradores, associações locais, atores académicos, atores camarários e dos serviços públicos, sendo que os dois últimos não compareceram.

## Breves notas finais

Entendendo a noção de arena política como ferramenta para compreender as dinâmicas geradas na interação de atores, lançamos duas reflexões finais resultantes da análise da operacionalização da Iniciativa Bairros Críticos, em termos da promoção do direito à cidade e da transformação que advém de abordagens reflexivas:

i) Apesar da insuficiência de resultados materiais, a Iniciativa foi capaz de fomentar aprendizagens ao nível dos processos de interação e dos procedimentos. Até que ponto, porém, poderemos considerar que existiu uma transformação real das pessoas envolvidas, no sentido da capacitação e autonomia, uma vez que a Comissão de Bairro acaba por sair deste processo fragilizada e, apesar dos esforços também por ela mobilizados, o bairro permanece na ilegalidade e a sua regularização urbanística dependente da ação das instituições públicas?

ii) Apesar da inovação dos pressupostos programáticos, o sucesso dos processos de planeamento depende das dinâmicas conseguidas na arena política, da continuidade das equipas técnicas coordenadoras e da vontade política em partilhar lugares de verdadeira colaboração e participação pública. Em processos como este, seria importante avaliar a transparência e a legitimidade das soluções, revelando algumas das forças, fraquezas ou contradições, de maneira a compreendermos qual a transformação real que se deu na maneira como os atores pensam o espaço que é partilhado.

## Referências bibliográficas

- Comissão de Bairro do Alto da Cova da Moura (2012), *Posição da Comissão de Bairro sobre relatórios II e III da empresa TIS.PT/Vasco da Cunha*, Amadora: Comissão de Bairro do Alto da Cova da Moura.
- Comissão Executiva Cova da Moura (2012), *34ª reunião da comissão executiva da Cova da Moura: memorando*, Amadora: Comissão Executiva Cova da Moura.
- Friedmann, John (1992), *Empowerment: The Politics of Alternative Development*, Oxford: Blackwell.
- Gestual - FAUL, Comissão de Bairro do Alto da Cova da Moura (2013), *Cova da Moura. Que*

*Designio, Que Desenho: A Qualificação Sócio-Espacial. Balanço e Perspectivas*, Lisboa: Gestual e Comissão de Bairro do Alto da Cova da Moura.

- Harvey, David (2008), "The Right to the City", *New Left Review*, Vol. 53, pp.23-40, disponível em: <http://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city> [Cons. 14/06/2017].

- Healey, Patsy (1997), *Collaborative planning: shaping places in fragmented societies*, Vancouver: UBC Press

- Healey, Patsy (2003), Collaborative Planning in Perspective, *Planning Theory*, Vol. 2, n.º 2, pp.101-123. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/14730952030022002> [Cons. 20/07/2017].

- Lefebvre, Henry (1968), *Le droit à la ville*, Paris: Anthropos.

- Portas, Nuno (2005), "Política Urbana e Política de Habitação", em *Nuno Portas (org.), Nuno Portas, escritos 1963-2004. Os Tempos das Formas, volume I: A Cidade Feita e Refeita*, Guimarães: Universidade do Minho, Departamento Autónomo de Arquitetura, pp.247-256.

- Raposo, Isabel; Ribeiro, Mário (2007), "As ONG, um novo actor do desenvolvimento urbano em Luanda e Maputo", em Jochen Oppenheimer e Isabel Raposo, *Subúrbios de Luanda e Maputo*, Lisboa: Edições Colibri, pp.175-218.

- Raposo, Isabel (2009), "Intervenção pública num bairro "crítico": o Alto da Cova da Moura", apresentado no *VI Seminário Internacional de Arquitectura: Arquitectura e Cosmologia, Do Retorno da Diáspora às Arquitecturas em Equilíbrio, Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design*, Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

- Raposo, Isabel (2016), "Marginal urban areas metamorphosis: a new global phenomenon needs new ways of thinking and intervening", em Ognen Marina e Alessandro Armando (eds), *Inclusive Exclusive cities*, Skopje: Sinergi Project /City Skopje /Europe for Citizens Programme of the European Union, pp. 68-92.

- Sardan, Jean-Pierre Olivier de (1995), *Anthropologie et Développement: Essai en socio-anthropologie du changement social*, Paris: Karthala.

- Sousa, Susana (2012), *Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos, RCM 143/2005: Registos do Processo*, Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

- Vasconcelos, Lia (2007), "Cova da Moura: uma experiência de intervenção sócio-territorial participada", *Inforgeo*, pp.107-113.

## Sobre o dissenso. Considerando o laboratório ‘Este Largo Podia ser Assim’, no Bairro da Cova da Moura

Joana Lages<sup>a</sup>, Danny Wildemeersch<sup>b</sup>, Júlia Carolino<sup>c</sup>, Joana Braga<sup>d</sup> e Inês Veiga<sup>e</sup>

### Resumo

Entre 2013 e 2014 decorreu no bairro autoproduzido da Cova da Moura o projeto de investigação ‘Espaço Relacional e Direito à Cidade’, inspirado no potencial transformador do conceito lefebvriano de direito à cidade. Na sua execução, o projeto veio a centrar-se especialmente num laboratório de intervenção urbana situada, ‘Este Largo Podia Ser Assim’, focado na reflexão, com os moradores, sobre perspetivas de transformação de um espaço público e a sua contribuição para os temas da qualificação urbanística numa dinâmica *bottom-up*. Este artigo foca-se na dimensão processual do laboratório através do olhar de uma equipa multidisciplinar, recorrendo às perspetivas de Mouffe e Rancière, explorando as implicações de discutir este tipo de processos como espaços de prática democrática, onde há lugar à articulação de dissensos.

### Palavras-Chave

Dissenso; Agonismo; Investigação-ação participada; Urbanismo tático; Liminar

### Abstract

Between 2013 and 2014 the research project ‘Relational Space and Right to the City’ was held in the self-produced neighbourhood of Cova da Moura, inspired by the transformative potential of the Lefebvrian concept of the right to the city. During its execution, the project focused particularly on a situated laboratory of urban intervention, ‘Este Largo Podia Ser Assim’ (This Square Could be Like This), centred on the reflection with inhabitants on the possibility of the transformation of a public space, and its contribution to the subject of the urban qualification, in a bottom-up dynamic. This article focusses the processual dimension of the laboratory through the eyes of a multidisciplinary team, based on the perspectives of Mouffe and Rancière, exploring the implications of discussing this type of processes as a space of democratic practice, where there is room for articulating dissent.

### Keywords

Dissent; Agonism; Participated action research; Tactical Urbanism; Liminar

### 1. Espaço Relacional e Direito à Cidade. Investigação-ação no Bairro da Cova da Moura

O bairro da Cova da Moura, integrado no município da Amadora, surge em finais da década de 1970, quando a ocupação dos terrenos de uma antiga quinta se intensifica e os usos agrícolas cedem de vez lugar à construção de habitação própria pelos ocupantes, na sua maioria migrantes rurais e imigrantes dos países anteriormente

colonizados por Portugal, com destaque para Cabo-Verde. Em 1978, no quadro de forte escassez habitacional que marca a época, os moradores da Cova da Moura procuram assegurar o seu futuro no bairro, dado que não eram proprietários dos terrenos onde construíram as suas casas. Organizam-se numa Comissão de Moradores e tentam obter da autarquia uma postura cooperante, quer através do apoio à infraestruturação básica do bairro realizada até ao início dos anos 1980, primeiro pela autarquia de Oeiras e mais tarde

<sup>a</sup> Arquitecta, doutora em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, investigadora do CIAUD e membro do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL).

<sup>b</sup> Professor emérito de ‘Cooperative, Social and Intercultural Education’ da Universidade de Lervén, na Bélgica, e Professor convidado da Universidade de Chulalongkorn, em Bangkok.

<sup>c</sup> Antropóloga e doutora em Antropologia, investigadora do CIAUD e membro do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual-CIAUD/FA-UL).

<sup>d</sup> Arquitecta, doutoranda em Arquitectura no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), membro do Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (Dinâmia-ISCTE-IUL) e do Instituto em Investigação em Arte, Design e Sociedade (i2ads, FBA-UP).

<sup>e</sup> Designer de Comunicação pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (UL) e doutoranda em Design na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, onde também leciona.

da Amadora (constituída em 1979), quer na preparação de intervenções urbanísticas e fundiárias de fundo que não chegam a concretizar-se (Craveiro, 1983).

Com a aproximação à década de 1990, a abordagem pública altera-se e distancia-se dos moradores. Em 2002, as organizações locais (que, entretanto, ascendem já ao total de quatro) são surpreendidas com um Plano de Pormenor para a Cova da Moura, encomendado pela autarquia a um gabinete privado, que prevê a demolição de cerca de 80% do edificado existente. Reagindo a esta notícia, as associações locais unem-se numa Comissão de Bairro<sup>1</sup>, mobilizam moradores e opõem-se abertamente à ameaça de demolição, empenhando-se na formulação de possibilidades alternativas para a Cova da Moura. Um embrião do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais e de Ação Local (GESTUAL) do centro de investigação da Faculdade de Arquitetura de Lisboa, coordenado pela arquiteta e urbanista Isabel Raposo, começa nesta fase a colaborar estreitamente com as associações, dando apoio técnico à Comissão de Bairro quando, em 2005, é lançada a Iniciativa governamental 'Bairros Críticos/IBC'<sup>2</sup> que incluirá a Cova da Moura como um dos seus três casos-piloto. Em 2012, IBC é suspensa sem que se tenham operado as tão desejadas regularizações da situação fundiária e urbanística. A Comissão de Bairro mantém-se empenhada em mostrar que é possível qualificar respeitando o tecido urbano construído pelos moradores com base numa metodologia de intervenção participada. É neste contexto que é desenhado e proposto o projeto 'Espaço Relacional e a promoção do Direito à Cidade. Pesquisa experimental na Cova da Moura, Área Metropolitana de Lisboa'<sup>3</sup> (ERDC)<sup>4</sup>, posto em prática entre Abril de 2013 e Setembro de 2014, numa articulação entre o GESTUAL e a Comissão de Bairro, focado num bairro onde vivem cerca de 6.000 pessoas, a maioria imigrantes cabo-verdianos e seus descendentes.

Tendo por ambição contribuir para vencer o hiato entre uma formulação abstrata do direito à cidade e os contextos efetivos de resistência urbana (Holston, 2008), o projeto ERDC propôs-se ensaiar formas mais horizontais de articulação entre a academia e a sociedade civil,

encontrando alternativas à crescente tecnicização da intervenção pública. O projeto articulou, propositadamente, objetivos parciais de investigações em curso no GESTUAL (três de doutoramento e uma de pós-doutoramento), com as preocupações e vontade de agir da Comissão de Bairro, interessada em participar como parceira em projetos de investigação que se saldassem em resultados materiais no bairro.

É ainda importante referir que a Cova da Moura tem sido desde o início dos anos 2000 alvo de inúmeras investigações académicas em diversas áreas. Da articulação entre o bairro e as rotas de imigração que lhe dão origem (Letria e Malheiros, 1999), às práticas culturais do *kola san jon* — forma de expressão musical e performativa cabo-verdiana, (Miguel, 2010; Miguel e Sardo, 2014) ou às práticas ligadas à cultura do hip-hop (Vaz, 2008; 2014), a Cova da Moura foi também contextualizada em termos de intervenção pública no bairro (Raposo, 2008) e analisada na ligação entre mercado de habitação e fragmentação sócio-espacial (Mendes, 2008), sendo que esta listagem não é exaustiva.

No entanto, apesar das inúmeras investigações e do corpo de conhecimento produzido, o rescaldo da IBC — mais uma intervenção pública que não se traduziu nos resultados esperados —, deixou novamente as associações locais com a percepção de que tanto conhecimento não se saldou nos melhoramentos que faziam falta ao bairro.

Neste sentido, a pesquisa proposta no projeto ERDC ambicionava identificar noções heurísticas e um *modus operandi* que apontassem caminhos para, à escala do lugar, possibilitar a formulação de propostas de qualificação urbanística que fizessem justiça à forma como o espaço é pensado e apropriado pelos que o habitam, numa investigação-ação participada (Carolino e Lages, 2012). Em coerência com este objetivo, discutiram-se ideias criativas quanto a como podia ser transformado um lugar no bairro. Ultrapassando o âmbito da investigação estritamente académica, cresceu entre a equipa a expectativa de que todo o processo culminasse na realização de melhoramentos concretos num espaço público em questão, dentro do que se poderia enquadrar como uma intervenção liminar no quadro

<sup>1</sup> As quatro associações que formam a Comissão de Bairro são: Associação Cultural Moinho da Juventude, Associação de Solidariedade Social do Alto Cova da Moura, Associação de Moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura e o Centro Social Paroquial Nossa Senhora Mãe Deus da Buraca. À exceção da última enunciada, com carácter religioso, as três associações da Cova da Moura trabalham desde os anos 1980 em áreas como a infraestruturização e melhoramentos urbanos, e também nas vertentes do desporto, da cultura ou da formação profissional, traduzindo-se num bairro com forte dinamismo associativo.

<sup>2</sup> A 'Iniciativa Bairros Críticos' — Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 2 de Agosto publicada no DR, I Série — B, de 7 de Setembro de 2005, consistiu num intervenção sócio-territorial integrada, assente num envolvimento interministerial, na participação de parceiros locais e parcerias público-privadas. A IBC focou-se em três territórios: Cova da Moura (Amadora), Lagarteiro (Porto) e Vale da Amoreira (Moita).

<sup>3</sup> O Projeto ERDC beneficiou de financiamento por Fundos Nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref.º EXPL/ATP-EUR/1772/2012). No website do projeto ERDC encontra-se uma síntese das atividades e elementos produzidos — <http://erdc.fa.ulisboa.pt> (acedido em 10 Junho de 2016).

<sup>4</sup> O projeto ERDC foi composto pela seguinte equipa multidisciplinar: Coordenação: antropóloga Júlia Carolino; Oficinas - Joana Pestana Lages (coord), Joana Braga, Inês Veiga, Sofia Borges, Teresa Sá, Arménio Brito dos Santos; Consultores - Isabel Raposo, Danny Wildemeersch, Eric Hirsch; Avaliação e Monitorização - Ana Valente; Design Gráfico - Inês Veiga; Documentação Visual - Sofia Borges, Walter Fortes, Celso Lopes; Colaboradores Locais - Associação de Moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura, Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura, Associação Cultural Moinho da Juventude.

do urbanismo tático. O espaço escolhido, o Largo de Santa Filomena, configura uma das poucas aberturas na densa malha do bairro, com carências fortes ao nível do espaço público.

Com o fim do projeto de investigação e do laboratório que lhe deu corpo não se verificou uma visão partilhada, e sobretudo legitimada, entre habitantes e associações locais quanto ao modo de operar uma qualificação concreta. Este desfecho interpelou fortemente a equipa que não deixou de sentir a falta de transformações reais como um insucesso, questionando as condições entre a dimensão processual e a dimensão dos resultados que os próprios processos geram.

Formulado em dois eixos principais, o projeto ERDC teve como primeiro eixo a constituição de um laboratório assente na permanência no terreno da equipa de investigadoras através da realização de oficinas participadas e pesquisa etnográfica, numa dinâmica de intervenção urbana situada que se designou ‘Este Largo Podia Ser Assim’, focada no Largo de Santa Filomena. As oficinas participadas organizadas em torno da representação do espaço, objetivaram compreender e criar condições para um desenho urbano inspirado nas práticas, saberes e anseios dos moradores. O segundo eixo do projeto ERDC pretendeu estabelecer uma relação entre a construção das propostas de requalificação e o enfoque no espaço relacional como modo de promover o direito à cidade, como pensado por Lefebvre (1968). Este segundo eixo, embora não seja o foco do presente artigo, substancia o primeiro, dado que é nele que estão ancorados os dois conceitos orientadores às oficinas: o direito à cidade e a conceção de trabalhar liminarmente em territórios autoproduzidos. A secção seguinte explicita estes conceitos, articulando-os com a ideia de dissenso enquanto espaço de prática democrática.

## 2. Do direito à cidade ao espaço do dissenso

O diálogo com o conceito antropológico de liminaridade (Turner, 1964) que remete para o hiato transitório caracteristicamente associado aos processos de passagem de uma condição a outra (neste caso, a passagem do ‘irregular’ ao ‘regular’), surgiu no contexto do projeto de investigação e da reflexão feita sobre territórios expectantes como o bairro da Cova da Moura (Lages, 2017).

Os territórios autoproduzidos da Área Metropolitana de Lisboa foram ao longo dos últimos 50 anos alvo de diversos tipos de respostas, quer na ‘erradicação’ dos chamados ‘bairros de barracas’,

quer na reconversão urbanística das extensas áreas de loteamentos ‘clandestinos’. Verifica-se que os programas e instrumentos são lentos, fazendo com que alguns destes territórios esperem durante décadas por uma intervenção que não chega, agravando-se as condições sócio-espaciais existentes, tal como verificado na Cova da Moura. Um agir mais tático na condição liminar, situação de transição, pode contribuir para combater os longos tempos do planeamento urbano que provam ser um fator disruptivo na praxis urbanística, promovendo a operacionalização do direito à cidade, fundamento do projeto ERDC. Foi sobre esta premissa, num contexto marcado pela impotência dos habitantes e associações locais em encontrar mecanismos legais e operativos para agir no sentido de melhorar as condições físicas do bairro — suspenso num limbo jurídico que assenta na ausência de titularidade da propriedade pelos seus habitantes — que a articulação entre o ‘agir tático’ liminar e o direito à cidade tomou forma. O urbanismo tático pode ser visto como ‘uma manobra mais ligeira, de resposta a uma falta, podendo agir como subversão política ou ação criativa, enquadrada ou não no planeamento convencional e sempre mais próxima das pessoas a quem se destina’ (*id.*, p. 48). No contexto destas recentes práticas de intervenção na cidade de carácter temporário ou ‘improvisado’ (Tonkiss, 2013), questiona-se a atual produção de cidade em contexto neoliberal, cujo mecanismo de produção de desigualdades sócio-espaciais foi descrito por Harvey (1973) há já mais de 4 décadas, fazendo o mesmo autor recentemente uma chamada de atenção para a insurgência e luta pela alternativa aos modelos hegemónicos de produção do espaço (2012).

Estes modelos hegemónicos de produção do espaço são também fruto da vertente racional dominante no planeamento urbano, já questionada pelas abordagens do planeamento colaborativo assentes no consenso (Healey, 1997; 2003). No entanto, verifica-se que muitas destas abordagens colaborativas são excessivamente centradas na obtenção de consensos, anulando espaço para o dissenso e para o conflito.

A incorporação do dissenso no âmbito do planeamento urbano sugere que as aproximações e o compromisso surjam do desenrolar da prática democrática, provocando a participação na tomada de decisões pela ação, por vezes conflitual, onde se expressam interesses e racionalidades, ao invés de os anular. Entre o apelo à participação das abordagens colaborativas (que suprime o conflito) e o excessivo centramento na técnica das abordagens racionalistas (que suprime a

participação), surge como alternativa o conceito de agonismo, desenvolvido por Mouffe (2005) e explicado no ponto seguinte.

### 2.1 Dissenso com espaço para a prática democrática

Chantal Mouffe (2005) considera ser o dissenso, não o consenso, um aspeto essencial da prática democrática. A seu ver, a democracia pluralista relaciona-se com a articulação, em arenas públicas, de perspetivas antagonistas, feita por 'adversários' em luta por hegemonia, que procuram 'criar ordem num contexto de contingência' (*id.*, p. 17). Na visão de Mouffe, tais arenas públicas são democráticas quando o 'antagonismo' se transforma em 'agonismo': 'Enquanto o antagonismo consiste numa relação nós/eles em que os dois lados são inimigos que não partilham qualquer terreno comum, o 'agonismo' consiste numa relação nós/eles em que as partes em conflito, embora reconheçam não haver uma solução racional para o seu conflito, reconhecem, no entanto, a legitimidade dos seus opositores (*id.*, p. 20). A autora considera que, nas últimas décadas, a ideia e a prática da democracia passou a dirigir-se demasiado para o consenso e o diálogo, negando que a política e a democracia digam respeito, antes de mais, não à troca de opiniões, mas sim à luta por poder. Na sua visão, 'a abordagem 'dialógica' está longe de ser radical, porque não pode haver política radical sem desafiar as relações de poder existentes. Tal requer identificar um adversário, que é, justamente, o que tal perspetiva exclui.' (*id.*, p. 51).

Outro autor que refletiu sobre a noção de dissenso foi Jacques Rancière. Também ele proporciona inspiração para explorar mais a fundo o processo ocorrido no Largo e em torno dele, em termos de prática democrática. Ao observar o estado atual da prática política, Rancière (2009), tal como Mouffe, é cético quanto à forma como os decisores políticos procuram chegar a consensos. Em consequência da orientação para o consenso, as práticas democráticas são limitadas, ao mesmo tempo que remetem para a esfera privada e das responsabilidades individuais as questões que deveriam debater-se na esfera pública. 'A democracia (...) é um processo de luta contra essa privatização, o processo que alarga esta esfera' (*id.*, p. 55). Este autor rejeita a tendência da função policiadora do Estado que atribui aos cidadãos lugares definidos na estratificação social, que os classifica de acordo com certas características (os pobres, os desempregados, os

não-ativos), identificando a política como um movimento no qual sujeitos políticos revogam os lugares e os nomes que lhes são impostos. Para Rancière, tais momentos de rejeição e as tentativas de articular e viver alternativas estão no coração da prática democrática como 'a ação de sujeitos que reconfiguram as distribuições do público e do privado, do universal e do particular' (*id.*, p. 62).

Rancière não se limita a situar o dissenso na esfera do político. Estamos perante um autor transversal, que teoriza e relaciona entre si desenvolvimentos ocorridos em diversos campos como a educação, arte e política. O fator de ligação entre estes diferentes domínios é o seu entendimento da estética, entendida de forma mais lata, para lá do domínio da arte, como a 'ordem do sensível'. A ordem do sensível refere-se à forma como os seres humanos interpretam a sua realidade vivida em diferentes domínios. Assim, na sua perspetiva, a política, educação e arte são atividades estéticas porque se relacionam com o questionamento desta ordem do sensível. Mudanças nos regimes estéticos são, por isso, muitas vezes, sinais ou sintomas de transformações na forma como nós entendemos a ordem social, cultural e política. Na linha deste seu lato conceito de estética, Rancière considera o dissenso 'não a designação de um conflito enquanto tal, mas um tipo específico de conflito, entre *sentido* e *sensível* (sense and sense); entre uma apresentação sensível e uma forma de lhe dar sentido, ou entre diferentes regimes e/ou 'corpos' sensíveis (2010, p.139). O dissenso cria uma interrupção na perceção da realidade inquestionada (ou naturalizada). É uma 'rutura na relação entre sentido (sense) e sensível (sense), entre o que é visto e o que é pensado e entre o que é pensado e o que é sentido (felt). Diz respeito à rutura com a específica configuração que permite que permaneçamos nos 'nossos', atribuídos, lugares num determinado estado de coisas. Raturas deste tipo podem acontecer em qualquer lugar e ocasião, mas nunca podem ser calculadas' (*id.*, p. 143). Das raturas de Rancière, à prática democrática entre adversários de Mouffe, o afastamento do consenso que omite — ou suprime — relações de poder, foi estruturante no modo como as oficinas no Largo de Santa Filomena foram desenhadas, e como se operou a discussão entre investigadoras e habitantes.

### 3. 'Este Largo Podia Ser Assim': a investigação-ação em processo.

O Largo de Santa Filomena, no bairro da Cova da Moura, sobre o qual veio a incidir a investigação-

-ação, constitui à escala local uma exceção, dado que configura o único alargamento da malha urbana capaz de configurar um espaço público no bairro, caracterizado por uma malha densa, sem grandes aberturas. Este facto levou à sua identificação na fase de diagnóstico da IBC como o lugar de maiores potencialidades em termos de valorização do espaço público: ‘No bairro [...] a convergência de ruas [...] define [...] pequenas centralidades. [A] mais importante é [a] do entroncamento da rua de S. Domingos com a rua de Sta. Filomena, pela sua dimensão e pela concentração de equipamentos e atividades e que já se constituiu num tradicional lugar de encontro tanto nas festas populares como nos dias feriados.’ (Malheiros, Vasconcelos, Alves, 2006, p. 15).

Tendo surgido com a demolição de uma casa de grandes dimensões na década de 1980, o Largo consiste num espaço delimitado maioritariamente por edifícios habitacionais de dois pisos. Três décadas após a demolição do antigo edifício, a área configura um vazio urbano usado sobretudo para o estacionamento de automóveis. De uma forma geral, o Largo é marcado por uma atmosfera sossegada, que contrasta com o ambiente animado e mais ruidoso que caracteriza outras zonas do bairro. Junto às habitações voltadas para o Largo há alguma animação quotidiana, que pode prolongar-se para a rua em conversas entre vizinhos e transeuntes. As exceções a este quadro, sobretudo residencial, vêm da atmosfera característica de uma creche ali sediada, equipamento da Paróquia da Buraca, e do café local, um foco de convívio masculino que se intensifica ao final da tarde e noite adentro. Ao fim de semana, o café atrai um público misto que enche o espaço interior e ocupa a rua em animada conversa, que pode prolongar-se até de madrugada. Estes momentos, associados ao café, são os mais animados e ruidosos da pacata vida do Largo, nem sempre apreciados pelos moradores.

Foi tendo este ambiente por pano de fundo que decorreu, entre Junho de 2013 e Janeiro de 2014, o conjunto de oficinas participadas ‘Este Largo Podia Ser Assim’, no âmbito das quais a equipa de investigadoras pretendeu cativar e mobilizar moradores e outros utentes do Largo para um processo coletivo de imaginação, desenho e execução de melhoramentos que enriquecessem a sua vivência no espaço público. Pretendia-se também testar, pela prática, as vantagens de dinâmicas participadas à escala do espaço vivido (tal como vinha sendo defendido e ensaiado pela Comissão de Bairro), conducentes ao desenho urbano inspirado nos anseios, práticas e saberes dos habitantes do lugar.



Imagem 1 - Este Largo Podia ser Assim.  
Aspectos das oficinas realizadas.

Fonte: Joana Lages

O laboratório compreendeu a realização de oficinas com moradores do Largo e outros habitantes da Cova da Moura, acompanhadas da realização de um jornal de parede destinado a noticiar as atividades realizadas e a divulgar futuros eventos, complementando ao nível de todo o bairro a interlocução estabelecida diretamente no Largo (Imagem 1). A equipa multidisciplinar reunida para a conceção e realização das oficinas do Largo vinha de campos disciplinares diversos. O encontro entre uma artista visual, uma designer gráfica e duas arquitetas, foi contaminado pelos estudos artísticos, particularmente pelo trabalho anterior de Sofia Borges (2010, 2012), enriquecida pelas discussões com um dos consultores do projeto, já com trabalho realizado no bairro da Cova da Moura nos anos 1980 e com experiência no campo da pedagogia e educação de adultos. Fruto destas contaminações interdisciplinares, as oficinas foram assentes na criação de objetos de forma experimental e criativa, questionando as práticas participativas centradas em objetos que os participantes não compreendem, como plantas e maquetas abstratas.

Nos primeiros momentos do laboratório, quando questionados sobre que tipo de espaço público poderia o bairro da Cova da Moura ter, muitos moradores idealizavam para o Largo um espaço verde e de lazer, de características em tudo semelhantes a um jardim público existente nas proximidades<sup>5</sup>. Em contraponto às referências feitas pelos habitantes, que de forma exclusiva se limitavam a um único jardim nas imediações, a equipa propôs expandir o espectro de possibilidades em termos de referências arquitetónicas e artísticas, explorando novos usos, diferentes materialidades e técnicas de construção disponíveis. Em Junho de 2013, um primeiro momento de encontro denominado 'Outros Largos', apresentou a projeção de um vídeo<sup>6</sup> numa das paredes do Largo de Santa Filomena numa noite de Verão. Por outro lado, este primeiro evento – que lançou um conjunto de ocupações e evidentes transformações do Largo por relação ao seu quotidiano - veio a revelar-se de forte impacto indireto, dado que dias depois, surgiram as primeiras interrogações e receios quanto ao que fazia ali a equipa de investigadoras e aos usos que a qualificação do Largo poderia atrair ao espaço até então com uma dominante residencial.

No mês seguinte, a par da pesquisa etnográfica, decorreu a oficina 'Ouvir'. Suspendendo-se, uma vez mais, o estacionamento no Largo, promoveu-se uma tarde de encontro e reflexão. Um

módulo expositivo retomou ideias anteriormente formuladas por habitantes e diferentes tipos de maquetas foram utilizadas para que os participantes pudessem ensaiar a possível expressão das suas ideias. A participação foi marcada pela presença predominante de mulheres e de crianças, limitando-se a maioria dos homens (de passagem ou no café) a observar de longe.

Realizada esta oficina, e a partir das ideias e compreensão até então atingidas, parte da equipa de investigadoras, duas arquitetas e uma designer, começaram a desenhar uma proposta específica, entendida como ponto de partida para trabalhar colaborativamente com os habitantes, numa perspetiva de 'pesquisa pelo desenho' (*research by design*) explorada por Lages (2015).

Em Outubro de 2013, a oficina 'Jogar' permitiu testar à escala real protótipos de jogos de pavimento, voltando a transformar o Largo, vivido nesta ocasião como um lugar de brincadeira. A organização da atividade privilegiou o envolvimento das associações locais, que trouxeram para brincar no Largo os grupos de crianças do pré-escolar que frequentam as suas instituições.

O conjunto de atividades previstas concluiu-se em Janeiro de 2014, com a 'Oficina de Projeto', organizada em torno da proposta de melhoramento do Largo desenhada pelas investigadoras com o apoio de alunos da Faculdade de Arquitetura - que foi apresentada e discutida com os moradores e representantes associativos que participaram na oficina. A fase preparatória decorreu num café inativo, centrando-se na construção participada de uma maqueta de representação do Largo, cultivando-se a proximidade espacial e relacional com habitantes que se haviam até então mantido distantes do processo. Esta estratégia saldou-se pela maior participação de homens na última oficina, mas, dada a aproximação aos utentes do café – um espaço de convivialidade encarado com certa reserva pelos moradores – conduziu igualmente ao afastamento e alguma animosidade face à equipa por parte de outros residentes, que não quiseram participar na oficina de projeto.

Concebida como uma solução de equilíbrio entre 'espaço para carros' e 'espaço para pessoas', a proposta sugeria a utilização partilhada do espaço disponível, mantendo e organizando o estacionamento, mas criando condições para que, na ausência de carros, as crianças brincassem no Largo. Previa, ainda, a instalação de algum mobiliário urbano na zona mais afastada da circulação automóvel.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> Corresponde ao antigo Jardim Central da Buraca, espaço público ajardinado requalificado ao abrigo do programa de iniciativa comunitária URBAN II (Damaia - Buraca) em 2004 e com obras de manutenção em 2012.

<sup>6</sup> O vídeo projetado está disponível no endereço <https://vimeo.com/95176889> (consultado a 15 de Fevereiro de 2017).

<sup>7</sup> O vídeo realizado para apresentação e divulgação da proposta está disponível em <https://vimeo.com/95164636> (consultado a 15 de Fevereiro de 2017).

O debate em torno do desenho proposto saldou-se em duas posições distintas: por um lado, os que continuaram a defender a permanência dos usos existentes, em exclusivo, mantendo o estacionamento como estava. Por outro, os que gostaram da proposta apresentada e defenderam, desde logo, a sua execução, criando no Largo novas oportunidades para brincar e conviver. Da exploração destas possibilidades divergentes surgiu por fim, de forma mais clara, a questão de quem controlaria com eficácia a transformação dos eventuais novos usos potenciados pelos melhoramentos, com os opositores à mudança colocando a hipótese de que se instalassem ou expandissem, no Largo, dinâmicas não residenciais receadas pelos moradores (como por exemplo jovens em permanência nas suas dinâmicas urbanas que trariam barulho, agitação e até tráfico de droga, nas palavras de um morador do Largo).

Não obstante a dinâmica estabelecida, o projeto chegou ao fim sem que se concretizasse uma intervenção física no Largo de Santa Filomena. Para além da explicitação de divergências entre habitantes locais, do processo participado resultaram, também, entre as investigadoras, divergências quanto à natureza dos processos participados e, especificamente, à natureza do papel por si desempenhado em todo o processo. É sobre estas duas dimensões que se questiona no ponto seguinte a abertura de um espaço democrático durante o processo com foco no Largo.

#### 4. Um espaço democrático?

Coloca-se, então, a questão se ‘Este Largo Podia Ser Assim’ criou um espaço democrático, na linha dos conceitos de Mouffe. Conclui-se que sobretudo durante a Oficina de Projeto, uma visão agonista claramente emergiu, nas tentativas divergentes de (re-)imaginar a qualificação do Largo e, por extensão, a qualificação do bairro. As intervenções das investigadoras criaram oportunidades para a articulação de perspetivas agonistas, parte de uma cadeia de acontecimentos democráticos, contributos para a luta pela hegemonia entre diferentes atores acerca da questão de como criar ordem no bairro. Tais perspetivas foram entendidas por todos, mesmo se não conduziram ainda a realizações tangíveis. A luta pela hegemonia foi, simultaneamente, uma luta pela legitimidade, na qual adversários opostos procuraram aliados entre habitantes individuais e as associações do bairro. Aqueles que favoreceram o *status quo* enfatizaram o carácter ‘externo’ das intervenções das investigadoras, vindas ‘de

fora’ e, portanto, sem familiaridade com as preocupações ‘reais’ dos habitantes e do bairro. As investigadoras, por outro lado, esperavam ganhar legitimidade através do conhecimento técnico que traziam e da interação aberta em correspondência com os habitantes, abrindo perspetivas para uma vida melhor através do (re)desenho de um novo espaço público para o bairro.

A fricção não se concluiu após a realização da última oficina. À semelhança de muitas outras lutas no bairro e em seu torno, o debate sobre o futuro do Largo mantém-se em aberto. O resultado final, se se chegar a um, será definitivamente influenciado pelas transformações que ocorrerem em termos das dinâmicas a nível sociocultural, económico e de poder político a nível municipal e para lá dele. No entanto, o processo democrático estimulado pelo projeto de investigação não perdeu significado. Já Rancière, e de forma um pouco



Imagem 2 - Discussão e Proposta de qualificação do Largo de Santa Filomena

Fonte: Joana Lages

diferente de Mouffe, argumenta que o dissenso é um aspeto importante do processo criativo, seja ele artístico, político ou educacional. Dissenso significa rutura, disjunção, ou interrupção do que é autoevidente. A presença de intervenientes 'de fora', demonstrando alternativas para o ambiente vivido, como foi o caso na experiência do Largo, consiste à luz destas ideias num ato legítimo, mesmo quando não é bem-vindo por alguns dos habitantes. A apresentação de diferentes imagens de 'outros largos', ou a ideia de que o lugar em questão poderia transformar-se 'noutro lugar', apelou à ordem do sensível, ou à imaginação dos habitantes, convidando-os a considerar formas alternativas de viver em conjunto no domínio público.

Não é claro, no entanto, até que ponto estes acontecimentos trouxeram de facto uma rutura nas mentes e aspirações dos participantes e da comunidade mais abrangente. A impressão geral, após a realização das oficinas, foi de ambivalência, estando algumas pessoas e associações claramente a favor, permanecendo outras em silêncio, outras expressando o seu desacordo. No final, foi difícil saber se a investigação-ação participada realmente operou ruturas em que 'um choque, fruto de duas formas heterogéneas do sensível, alberg[asse] um entendimento do estado do mundo [...] [que produzisse] a decisão de o mudar.' (Rancière, 2010, p.143).

As reflexões de Mouffe e Rancière sobre o dissenso foram relevantes no modo como a equipa de investigadoras operou e discutiu entre si durante o processo, trazendo diferentes visões quanto a como organizar as oficinas e como avaliar processo e resultados. O dissenso esteve presente, relacionando-se sobretudo com as diferentes perspetivas quanto à forma como o projeto poderia contribuir simultaneamente para a produção de conhecimento e o melhoramento do bairro. Logo num estágio inicial, durante o planeamento das oficinas, perspetivas divergentes emergiram, sobretudo entre as investigadoras do campo do design e da arquitetura com a investigadora da área da antropologia.

A principal tensão situou-se nos objetivos e métodos de pesquisa. Quanto aos objetivos, a discussão foi contínua em momentos intercalares de avaliação, questionando se a pesquisa deveria deixar algo de concreto, tangível, simbolizando a diferente perspetiva sobre o desenvolvimento do bairro (o ponto de vista das arquitetas e designer), ou se a pesquisa consistia antes de mais num meio para chegar a um melhor entendimento sobre como o espaço do Largo e do bairro está em construção através das relações

entre os seus habitantes, na perspetiva da antropóloga. As arquitetas e designer tendiam para uma abordagem reflexiva de investigação-ação: compreender no contexto da intervenção; enquanto a antropóloga recorrentemente expressou reserva relativamente às formas particulares de abordar o espaço que caracterizam a perspetiva do 'especialista' — no caso o arquiteto/designer —, que chega ao terreno com o seu conhecimento técnico, intervindo e pesquisando a partir da intervenção que o próprio, inevitavelmente, gera. No entender da antropóloga, a pesquisa não se deveria focar de forma dominante na intervenção, mas na compreensão daquele lugar, enfatizando a perspetiva etnográfica disciplinarmente mais ligada à antropologia.

Estas visões discordantes revelaram-se sobretudo quando eram necessárias decisões sobre a organização das oficinas, tornando-se mais intensas à medida que as visões divergentes entre os habitantes se expressaram mais claramente. A conceção de interdisciplinaridade que esteve no centro do desenho do próprio projeto ERDC teve como objetivo superar a fragmentação de saberes das diversas áreas de conhecimento envolvidas, colocando-as em posição de igualdade na importância que conferiam à produção coletiva de conhecimento. Acreditou-se, que numa pesquisa reflexiva de investigação-ação participada de carácter interdisciplinar, a tentativa de superar a fragmentação de saberes contribuisse para uma articulação entre a academia e as questões trazidas pelos habitantes e associações locais da Cova da Moura respondendo à produção coletiva do espaço, do desenho à construção. Contudo, o dissenso originado pelos diferentes posicionamentos disciplinares mostram a dificuldade inerente à produção de ciência, muito enraizada na tradição da divisão de saberes, numa luta de adversários.

Este dissenso mostra ainda que a investigação não é uma atividade neutra. Em todas as etapas da pesquisa, desde o planeamento até à avaliação, as decisões tomadas não foram isentas de valores. Particularmente no contexto da pesquisa interdisciplinar, como foi o caso no projeto ERDC, diferentes visões e paradigmas são postos em prática. Desta forma, a pesquisa tem também, inevitavelmente, uma dimensão política, tornando importante que os investigadores saibam lidar com o dissenso. Para o conseguir, evitaram-se paralisações em torno de oposições binárias do tipo certo/errado, mais uma vez recorrendo ao agonismo de Mouffe, através do reconhecimento da legitimidade entre opositores.

Na experiência no Largo de Santa Filomena e nas discussões ocorridas em ambiente académi-

co, na Faculdade de Arquitetura, os momentos de dissenso estiveram obviamente presentes, sendo por vezes frustrantes para as investigadoras envolvidas. No entanto, através da articulação explícita da diferença e do dissenso, houve momentos de genuína prática democrática, em que o antagonismo se tornou agonismo e onde se criou espaço para temporariamente ‘reconfigurar as distribuições do público e do privado, do universal e do particular’ (Rancière, 2005, p. 62).

## Conclusão

O Largo de Santa Filomena, um lugar real, atravessado e usado todos os dias, tornou-se durante as oficinas que deram corpo ao laboratório ‘Este Largo Podia Ser Assim’ um lugar também de experimentação, onde se levantaram questões sobre como viver em conjunto no bairro e sobre como conceber o seu futuro. Procurou-se inspirar este questionamento pelo desenho, que abrisse possibilidades a modos de usar o espaço entre as pessoas que o frequentam, e a relacionarem-se umas com as outras num espaço mais vivido. Ensaaiaram-se alternativas, nas quais a realidade quotidiana foi parcial e temporariamente interrompida. Pode considerar-se que, neste sentido, as oficinas construíram um ‘outro lugar’ que pode ser encarado como um lugar de dissenso, onde se criou um tempo e um espaço em que as pessoas puderam lidar de forma intensa com os problemas em questão e com as tentativas de tornar públicas as preocupações que tendem a ser individualizadas e privatizadas no contexto do atual planeamento urbano contemporâneo.

Os habitantes explicitaram as suas posições relativamente ao projeto/processo ‘Este Largo Podia Ser Assim’ através das suas próprias narrativas, muitas delas baseadas em perceções de transformações urbanas que derivam da não-intervenção pública no bairro nas últimas décadas. Neste sentido, a falta de legitimidade para agir foi sentida por todos (investigadores, associações e habitantes) como o bloqueio que levou à não implementação dos melhoramentos que associações locais viam como desejável. Esta intervenção liminar, ancorada na perspectiva do urbanismo tático, provou necessitar de uma ligação ao poder público, ainda que ténue, como forma de superar as perspetivas divergentes, sobretudo das associações e alguns habitantes, receosos dos potenciais efeitos da transformação do Largo. Permaneceu, pois, incerto, se o desejo de mudança foi despoletado entre a maioria dos habitantes da área em torno do Largo de Santa Filomena. O que esta experiência nos mostra é que existe, de facto,

dissenso quanto ao futuro do bairro, dissenso que reflete também, de diferentes maneiras, as perspetivas divergentes que existem na comunidade mais abrangente e para lá dela, provando que a luta pela hegemonia continua.

A pesquisa revelou ainda as dificuldades em superar a fragmentação de saberes disciplinares. No entanto, uma vez superados, a articulação da diferença e do dissenso resultaram em momentos de prática democrática que conduziram a uma democratização da própria ciência entre investigadoras e habitantes da Cova da Moura, num espaço de liberdade e aprendizagem mútua que não pode ser desvalorizado apesar da intervenção no Largo continuar, por enquanto, expectante.

## Referências bibliográficas

- Borges, Sofia (2010), "Quando os outros colaboram na prática artística", Mestrado em Estudo Curatoriais, Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6541> [Cons. 01/05/2017].
- Borges, Sofia (2012), “Quando o Artista decide abrir a porta do seu ateliê e começar a olhar à sua volta...”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 99, pp. 185–202.
- Carolino, Júlia; Joana Lage (2012), *Proposta de Pesquisa do Projecto ERDC - Espaço Relacional e a Promoção do Direito à Cidade*, Laboratório Experimental no Bairro da Cova da Moura, Área Metropolitana de Lisboa. Refa EXPL/ATP-EUR/1776/2012 - Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa: GESTUAL - CIAUD.
- Craveiro, Teresa (1983), *Cova Da Moura*, Câmara Municipal da Amadora. Policopiado.
- Harvey, David (1973), *Social Justice and the City*, n.º 1, Londres: Edward Arnold.
- Harvey, David (2012), *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*, Londres: Verso.
- Healey, Patsy (1997), *Collaborative Planning: Shaping Places in Fragmented Societies*, Vancouver: UBC Press.
- Healey, Patsy (2003), “Collaborative Planning in Perspective”, *Planning Theory*, Vol. 2, n.º 2, pp. 101–23.
- Holston, James (2008), *Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*, Princeton: Princeton Univ. Press.
- Lages, Joana (2015), “A pesquisa também desenha. Projectos de desenho participado em terri-

tórios autoproduzidos”, *Estudo Prévio - CEAET/UAL*. Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/42/joana-pestana-.a-pesquisa-tambem-desenha> [Cons. 01/05/2017].

- Lages, Joana (2017), *À Conquista de Justiça Espacial. Intervenções Liminares em Territórios Autoproduzidos Na Área Metropolitana de Lisboa*, Tese de Doutoramento em Urbanismo, Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

- Lefebvre, Henri (1968), *Le droit à la ville*, Paris: Anthropos.

- Letria, Pedro; Malheiros, Jorge (1999), *A Descoberta Dos Novos Descobridores*, Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa.

- Malheiros, Jorge; Vasconcelos, Lia; Silva Alves, Francisco (2006), *Relatório Diagnóstico: Síntese de Caracterização do Bairro do Alto da Cova da Moura*. VOLUME I. Lisboa: Iniciativa Bairros Críticos. Disponível em: [www.portal-dahabitacao.pt/pt/ibc](http://www.portal-dahabitacao.pt/pt/ibc) [Cons. 01/05/2017].

- Mendes, Luís (2008), “Urbanização clandestina e fragmentação socio-espacial urbana contemporânea: o Bairro da Cova da Moura na periferia de Lisboa”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia - Universidade do Porto*, pp. 57- 82.

- Miguel, Ana Flávia (2010), “Kola San Jon, Música, Dança e Identidades Cabo-Verdianas”, Tese de mestrado apresentada à Universidade de Aveiro, Aveiro: Universidade de Aveiro.

- Miguel, Ana Flávia; Sardo, Susana (2014), “Classificar o Património (Re)classificando as Identidades. A inscrição do Kola San Jon na lista portuguesa do PCI\*”. *E-Cadernos CES*, n.º 21.

- Mouffe, Chantal, (2005), *On the Political. Thinking in Action*. Londres/Nova Iorque: Routledge.

- Rancière, Jacques (2009), *Hatred of Democracy*. Londres: Verso.

- Ranciere, Jacques (2010), *Dissensus: On Politics and Aesthetics*. Londres/Nova Iorque: Continuum.

- Raposo, Isabel (2008), “Intervenção Pública Num Bairro “crítico”, O Alto Da Cova Da Moura”. em *Do Retorno da Diáspora às Arquitecturas em Equilíbrio, Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design*. Lisboa.

- Tonkiss, Fran (2013), “Austerity Urbanism and the Makeshift City”, *City*, Vol. 17, n.º 3, pp. 312–24.

- Turner, Victor (1964), “Betwixt and Between: The Liminal Period in Rites de Passage”. *The Proceedings of the American Ethnological Society*, pp. 4–20.

- Vaz, Cláudia (2008), *Kova-M Forever:*

*Samplagens da Zona. Identidades de Jovens da Cova da Moura*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Antropologia Cultural, Lisboa: ISCSP/UTL.

- Vaz, Cláudia (2014), “Reflexões e Práticas Identitárias de Jovens Da Cova da Moura (Amadora, Portugal)”, *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 3, n.º 2, pp. 90–105.

## Investigação-ação no bairro da Torre, em Loures

Daniel A. Lobo<sup>a</sup>

### Resumo

Este ensaio pretende analisar e refletir sobre uma intervenção de investigação-ação desenvolvida pelo Grupo de Estudos Sócio-Territoriais Urbanos e de Ação Local (GESTUAL) da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL), num bairro precário em Camarate, Loures – o bairro da Torre. Com enfoque na higiene urbana, esta intervenção é apresentada como alternativa ao modelo hegemónico de intervenção, tendo em conta o contexto de enfraquecimento do Estado e a noção de sociedade de risco. Faz-se também uma leitura da referida intervenção à luz do conceito de autogestão (o termo original em francês é *autogestion*) na linha de Lefebvre. Apresentam-se assim novos olhares sobre esta temática e reflete-se sobre os impactos da intervenção referida.

### Palavras-Chave

Investigação-ação; Enfraquecimento do Estado; Sociedade de risco; Autogestão.

### Abstract

This essay intends to analyze and reflect on a action-research intervention developed by the Urban Socio-Territorial Studies and Local Action Group (GESTUAL), Faculty of Architecture, University of Lisbon (FAUL), in a precarious neighborhood in Camarate, Loures, called Torre. With a focus on urban hygiene, this intervention is presented as an alternative to the hegemonic model of intervention, taking into account the context of the wearing down of welfare state and the notion of risk society. This intervention is also read in the light of the concept of self-management (the original term in french is *autogestion*), following Lefebvre's line of thought on the subject. Thus, a new take on this subject is presented and a critical reflection is done on the impacts of the referred intervention.

### Keywords

Action-research; Wearing down of welfare state; Risk society; Self-management.

### Introdução

Com a afluência de (i)migrantes à Área Metropolitana de Lisboa, e a falta de respostas públicas habitacionais e de gestão do território, têm proliferado fenómenos como os bairros precários<sup>1</sup>. No novo milénio, tem-se assistido a uma passagem entre uma ação do Estado de tábula rasa e periferização dos habitantes destes bairros para uma atitude mais integradora ao nível do direito do uso do solo e de intervenções de requalificação urbana. No entanto, apesar dos vários regimes jurídicos e programas de promoção pública, Portugal continua sem uma Lei de Bases para a habitação e vários bairros precários persistem há várias décadas em grave situação de habitabilidade, de exclusão sócio espacial e de atropelo de direitos como se verifica na limitação e/ou exclusão de acesso a bens essenciais.

Este artigo reflete, à luz de duas das dimensões mais determinantes do contexto de crise que vivemos - o enfraquecimento do Estado e a noção de sociedade de risco (Castells, Caraça e Cardoso, 2012) -, sobre uma alternativa de investigação-ação que colabora de modo complementar com a intervenção pública num bairro precário e empobrecido em Camarate, o bairro da Torre. Esta análise foca-se num dos temas da investigação-ação em curso, a higiene urbana, tendo-se seguido uma metodologia intervencionista através de observação participante, visando encontrar formas de melhorar as condições de vida dos moradores do referido bairro e identificar alguns dos principais obstáculos à mudança dessas condições. Pretende-se neste texto mostrar se e de que modo esta alternativa de investigação-ação contribuiu para contrariar o enfraquecimento do Estado, para empoderar a ação

<sup>a</sup> Membro colaborador do GESTUAL – Grupo de Estudos Sócio-Territoriais e de Ação Local do CIAUD – Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da FA-ULisboa. Doutorando em urbanismo na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (bolsa de doutoramento da Universidade de Lisboa).

<sup>1</sup> Refiro-me aos bairros em que predominam condições de habitabilidade precárias ou desadequadas (incluindo a falta da segurança de ocupação legal da propriedade; precariedade da habitabilidade, quanto a questões como a segurança estrutural da habitação, a salubridade e higiene, o conforto proporcionado pela proteção aos elementos da natureza e ruídos; e limitação e/ou exclusão de acesso a bens essenciais como infraestruturas básicas).

cívica cidadã, para estimular a criação de uma rede de atores locais e se aproximar do ideal democrático da autogestão na linha de Lefebvre (1968).

O artigo é organizado em duas partes, uma primeira onde se exploram os temas que constituem a base teórica (enfraquecimento do Estado, sociedade de risco e autogestão) e uma segunda onde se expõe o exemplo empírico (investigação-ação em torno da higiene urbana no bairro da Torre) e sobre o qual se reflete através da base teórica.

## 1. Sobre o enfraquecimento do Estado

São muitas as evidências do enfraquecimento do Estado Providência e dos atuais regimes democráticos representativos, bem como da sua gradual subjugação aos interesses económicos e políticos partilhados pelos grupos dominantes com prejuízo da maioria das pessoas, em particular das mais vulneráveis (Hamel, Lustiger-Thaler e Mayer, 2000, p. 153), como é o caso dos moradores do bairro da Torre. Nas últimas décadas, a influência ao nível nacional dos processos de globalização, em particular os do capital financeiro, a dualização dos mercados de trabalho, que levaram ao aumento dos empregos informais e precários, e a mudança nas políticas sociais, aumentou o número de pessoas sem-abrigo e pessoas a viver em condições de elevada precariedade nas maiores cidades de hoje (Hamel *et al.*, 2000, p. 145). Estes e outros processos de globalização têm sido apontados como as principais causas de exclusão sócio-espacial em grandes áreas urbanas (Dangschat, 1995; Huster, 1997).

O velho institucionalismo baseado na territorialização tem estado num processo de colapso, devido à crescente interconexão global ao nível micro-social, económico, político e cultural (Purera e Ferreira, 2002, p.12). Este fenómeno tem criado densas e complexas redes entre Estados, organizações intergovernamentais, regiões e empresas multinacionais, que marginalizam a participação efetiva dos cidadãos (Martin, 1997 e Teeple, 1995, citados por Hamel *et al.*, 2000, p.153).

### Sociedade de risco

Na introdução ao livro *Risk Society* (Beck, 1992), Scott Lash e Brian Wynne (1992) referiram-se ao debate pluralista e crítico do final do século XX sobre os paradigmas dominantes em torno dos riscos da sociedade moderna tecnológica. Esta discussão centrava-se no instrumentalismo e re-

ducionismo destes discursos, em que outras formas de experiência e conhecimento para além do científico-técnico-especialista só se integrava no seu enquadramento modernista ‘racional’ como se de um consentimento tácito se tratasse. Para Lash e Wynne (1992), apesar da força crítica de toda a atividade intelectual em torno do assunto, os riscos continuavam a ser definidos como “probabilidades de prejuízo físico devido a certos processos tecnológicos ou outros” (Beck, 1992, p.4), ou seja, dava-se primazia ao conhecimento técnico especialista na definição de agendas e delimitação dos contornos dos discursos sobre a sociedade de risco. Estes autores consideravam que a crise lenta da modernidade e da sociedade industrial, se encontrava “radicalmente e sistematicamente estrangida pelo seu património cultural e idioma não-reflexivo (para não mencionar as suas formas de patronato e orientações institucionais)” (Beck, 1992, p.4).

Sobre os riscos físicos, o livro *Risk Society* tece três importantes observações:

*“Primeiro, tais riscos físicos são sempre criados e efetuados nos sistemas sociais, como por exemplo por organizações e instituições que são supostamente responsáveis pela gestão e controlo da atividade arriscada. Segundo, a magnitude dos riscos físicos é, portanto, uma função direta da qualidade das relações e processos sociais. E terceiro, o risco primário, mesmo para as atividades mais tecnicamente intensivas (talvez mais especialmente para elas) é o da dependência social de instituições e atores que podem muito bem ser – e talvez sejam cada vez mais – estranhos, obscuros e inacessíveis à maioria das pessoas afetadas pelos riscos em questão”* (Beck, 1992, p.4).

A principal crítica de Beck parece ser a falta de reflexividade das interações políticas e sociais, entre especialistas titulares da validação científica do conhecimento e o resto dos grupos sociais, sobre os riscos da modernidade, devido à suposição da existência de um realismo sistemático da ciência (Beck, 1992, p. 71).

Mais recentemente, Gardner refere ser também alarmante o facto de cada vez mais pessoas estarem céticas relativamente às instituições a quem se confia a gestão dos seus riscos. As ciências políticas têm identificado nos países modernos, um decréscimo de confiança cidadã nas autoridades públicas (Gardner, 2008, p.127). E o risco aqui, segundo o autor, é passarmos do ceticismo

para o cinismo, em que o respeito pelo especialista é perdido e as pessoas são levadas a desistir de procurar saber, ou a procurar informação sem sentido crítico em relação às suas fontes, por terem deixado de confiar na sua validade e por não serem capazes de a confirmar, tanta é a quantidade de informação disponível, e o folclore, ruído e confusão em que esta está envolvida, sempre suspeita de interesse próprio e deturpação (Gardner, 2008, p.128). O autor receia que isto possa estar a criar um género de preplexidade irracional e a guiar as pessoas para um medo paralizador (*Idem*). Para Gardner (2008), a informação científica e a opinião dos cientistas pode certamente ter um papel importante em como as pessoas julgam os riscos, mas a crescente divisão e distanciamento entre a opinião do especialista e a dos leigos continua a excluir o cidadão comum de uma aceção mais racional e vantajosa dos riscos a que está sujeito (argumento comum ao de Beck). No fundo, continuamos a ser uma espécie poderosamente influenciada pela mente inconsciente, e pelo que os outros pensam (Gardner, 2008).

### Autogestão

A ideia de autogestão de Lefebvre vem da sua rejeição da lógica de mercantilismo e acumulação de capital, com as suas consequências destrutivas do espaço social, da vida quotidiana, e do ambiente natural (Lefebvre, 2009). Segundo Neil Brenner e Stuart Elden (2009), isto é transversal à obra de Lefebvre, que insiste nos limites das ideologias produtivistas, o que está na base da sua visão de uma alternativa que inclui: desenvolvimento em vez de crescimento; política da diferença em vez da abstração, da homogeneidade e do consumismo imposto pelo Estado e pelo mercado; e democracia radical de base popular<sup>2</sup>, em vez da hegemonia da tecnocracia e da classe social dominante.

O termo autogestão, em inglês *self-management*, no contexto em que é utilizado pelo autor, refere-se a controlo popular de base, ou em inglês, *grassroots control*. De acordo com Lefebvre (2009), o princípio da autogestão não é somente um ideal que deriva do ideal democrático, mas “a cada momento, a cada oportunidade favorável que é posto em prática, é uma experiência funda-

mental do nosso tempo”<sup>3</sup> (*id.*, p.150). O conceito de autogestão pode ser interpretado em torno da noção de “desaparecimento progressivo do Estado da tradição Marxista”<sup>4</sup> (Brenner e Elden, 2009, p.12), aparecendo como uma forma de democracia direta, ou uma prática política de base. Lefebvre não considera a autogestão como uma utopia, nem como uma estratégia política, mas como um elemento essencial dessa estratégia, sem o qual o resto de nada valeria. Nas palavras do autor:

*“O conceito de autogestão, hoje, é a abertura para o possível. É simultaneamente o caminho a seguir e o destino último, a força que pode carregar o peso colossal que pesa sobre a sociedade, e que o pode superar. Ele mostra a forma prática de mudar a vida, que permanece como a palavra-chave, o objetivo, e o significado de uma revolução. Somente através da autogestão podem os membros de uma associação livre tomar controlo sobre as suas próprias vidas, de tal forma que se torna o seu trabalho/obra. Isto também é chamado de apropriação, inalienação.”*<sup>5</sup> (Lefebvre, 2009, p.150).

Para Lefebvre, a existência de uma rede - a que chama de “*network of agencies of autogestion*” (2009, p.150) - é fundamental para evitar a transferência de poder para os agentes de gestão económica, evitando o risco de manipulação das populações por parte dos tecnocratas e programadores de máquinas, assim como para haver a possibilidade de superar a democracia política e realizar as possibilidades da autogestão. Segundo o autor, “cada vez que um grupo social (geralmente os trabalhadores produtivos) recusa aceitar passivamente as suas condições de existência, de vida ou de sobrevivência, cada vez que esse grupo se obriga a não só compreender, mas dominar as suas próprias condições de existência, a autogestão está a ocorrer”<sup>6</sup> (Lefebvre, 2009, p.135).

Segundo Neil Brenner e Stuart Elden, “Lefebvre promove a autogestão menos como um quadro institucional pós-capitalista totalmente formado do que uma orientação política através da qual vários setores da vida social – desde fábricas, universidades e associações políticas a unidades territoriais, como municípios e regiões – podem

<sup>2</sup> Tradução livre do autor do original: “*radical grassroots democracy*”

<sup>3</sup> Tradução livre do autor do original: “*at every moment, at every favorable opportunity it enters into practice, is a fundamental experience of our age.*”

<sup>4</sup> Tradução livre do autor do original: “*withering away of the state from the Marxist tradition*”

<sup>5</sup> Tradução livre do autor do original: “*The concept of autogestion, today, is the opening toward the possible. It is both the way forward and the endpoint, the force that can bear the colossal load weighing on society, and which can overcome it. It shows the practical way to change life, which remains the watchword, the goal, and the meaning of a revolution. Only through autogestion can the members of a free association take control over their own life, in such a way that it becomes their work [oeuvre]. This is also called appropriation, de-alienation.*”

<sup>6</sup> Tradução livre do autor do original: “*each time a social group (generally the productive workers) refuses to accept passively its conditions of existence, of life, or of survival, each time such a group forces itself not only to understand but to master its own conditions of existence, autogestion is occurring.*”



Imagem 1 - Multiplicação dos pães e peixes

Fonte: : Claudio Carbone, 2016

ser submetidos a novas formas de controlo político democrático de base popular e descentralizado, através dos atores sociais que são mais imediatamente apegados a eles.”<sup>7</sup> (2009, p.16-17).

Face ao enfraquecimento do Estado, como uma das principais causas de exclusão sócio-espacial e da falta de participação dos cidadãos em regimes democráticos representativos, pretende-se neste texto chamar a atenção para as principais barreiras político-administrativas subjacentes aos problemas identificados no exemplo empírico que abaixo se apresenta, os quais se enquadram nos problemas de âmbito mais alargado da noção de sociedade de risco. A investigação-ação do GESTUAL pretende contribuir para responder a esses problemas segundo uma prática que se enquadra no conceito de autogestão na linha de Lefebvre, tendo em atenção noções como a apropriação, a inalienação, a democracia direta, a prática política de base e o controlo das populações sobre a própria vida evitando o risco da sua manipulação por tecnocratas.

## 2. O processo de investigação-ação no bairro da Torre

O bairro da Torre localiza-se na freguesia de Camarate no limite este do município de Loures, e ladeia o aeroporto Humberto Delgado no seu lado Noroeste. É um bairro precário e empobrecido, de ocupação ilegal, construído em grande parte pelos próprios moradores ao longo de mais de 50 anos. Foi alvo de demolições em 2007 e em 2011 em re-

sultado da ação de despejo prevista no Programa Especial de Realojamento (PER). Mais recentemente, em Maio de 2017, no seguimento do corte de eletricidade em Outubro de 2016 que colocou o bairro numa situação de emergência social, a Câmara Municipal de Loures realojou 13 agregados familiares e pretende realojar mais 11 em Janeiro de 2018. Atualmente reside no bairro uma população de cerca de 220 pessoas e de 53 famílias, maioritariamente de nacionalidade portuguesa, de origem africana e de etnia cigana, que vive numa situação de grave precariedade, em muito más condições de habitabilidade, com baixos níveis de escolaridade, baixos rendimentos e uma taxa de desemprego elevada.

### Intervenção do GESTUAL

Em 2014, o GESTUAL iniciou um processo de colaboração com a associação de moradores do bairro da Torre – Associação Torre Amiga –, através de um projeto de investigação-ação, de experimentação metodológica e projetual. Este projeto visou uma análise sociodemográfica e das condições de habitabilidade, a identificação dos problemas e prioridades de intervenção urbanística, a identificação das patologias das habitações e a pesquisa de uma solução habitacional sustentável e adequada do ponto de vista urbanístico e das vivências locais.

Na sequência de um *workshop* internacional organizado pelo GESTUAL em Abril de 2016, para o desenvolvimento de propostas de qualificação do bairro da Torre, estreitaram-se as relações com a C.M. de Loures no sentido de melhorar a curto prazo a qualidade de vida dos moradores e a longo prazo de conceber um projeto e processo de realojamento participado *in situ* e de encontrar alternativas de financiamento. Em reunião com os moradores e técnicos municipais, em Junho de 2016, foi identificada como ação prioritária, face aos riscos de incêndio e de saúde, a problemática do lixo acumulado, especificamente, a gestão municipal dos resíduos sólidos urbanos e do entulho resultante das sucessivas demolições e despejos furtivos no bairro.

A investigação-ação inscreve-se num processo de permanente autorreflexão crítica, no âmbito do qual todos os envolvidos participam no processo de identificação de estratégias de ação e na sua execução com base num movimento sistemático de observação, reflexão e mudança. Tal processo visa o desenvolvimento individual e coletivo da população envolvida, a sua emanci-

<sup>7</sup> Tradução livre do autor do original: “Lefebvre promotes autogestion less as a fully formed postcapitalist institutional framework than as a political orientation through which various sectors of social life - from factories, universities, and political associations to territorial units such as municipalities and regions - might be subjected to new forms of decentralized, grassroots democratic political control through the very social actors who are most immediately attached to them.”

pação, o aumento da capacidade de autonomia e de resolução dos seus problemas.

### Higiene urbana

As visitas e diálogo das técnicas da C.M. de Loures com os moradores, combatendo o risco primário referido por Beck<sup>8</sup>, revelou ser um significativo avanço qualitativo na ação camarária no bairro da Torre. A sensibilidade dos atores institucionais perante a grave situação de higiene urbana descrita pelos moradores na primeira reunião de Junho antes referida suscitou o interesse da C.M. de Loures em iniciar uma ação de limpeza, com os moradores e com o apoio do GESTUAL. Este momento foi determinante, pois, contra a primazia geralmente dada ao conhecimento técnico especialista na definição da agenda de intervenção (Beck, 1992, p.4), estes atores municipais souberam perguntar, ouvir e deixar que os moradores definissem eles próprios a prioridade de intervenção, conferindo-lhes uma sensação de participação e de controlo que viria a promover entre estes um maior envolvimento e sentido de pertença e responsabilidade na ação, apesar de manterem uma certa desconfiança relativamente à administração local.

O GESTUAL apoiou a Associação de Moradores na criação de um Grupo de Moradores para o Combate ao Lixo (GMCL), constituído por oito pessoas, que serviriam de representantes do bairro perante outras entidades e de grupo de coordenação das ações locais no combate ao lixo do bairro. Graças à mediação do GESTUAL, estas ações foram realizadas em estreita articulação com a intervenção da autarquia e foram objeto de reflexão coletiva sobre o problema do lixo, visando a capacitação dos moradores. O GESTUAL serviu assim de mediador entre o GMCL e a C.M. de Loures. O processo incluiu a realização de um documento com os compromissos assumidos por estes grupos (GMCL e GESTUAL), onde se relata a história do lixo, se identificam os principais problemas e as propostas dos moradores, e se demarcam as zonas de maior concentração de resíduos do bairro (GESTUAL, 2016a). A 23 de Junho de 2016, foi realizada uma segunda reunião entre parceiros, desta vez entre o GMCL, o GESTUAL, a C.M. de Loures, os SIMAR (Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos) e a Junta de Freguesia de Camarate, Unhos e Apeiação (JFCUA), onde foi apresentado o referido documento e se estabeleceu um compromisso entre as duas principais partes envolvidas: a verificação do ambiente da C.M. de Loures compro-

meteu-se a fazer a limpeza do bairro e os moradores a combater os despejos ilegais de lixo no bairro e a manter livres de acumulação de lixo as zonas limpas pela Câmara.

A 4 de Julho de 2016, a C.M. de Loures e os SIMAR iniciaram o processo de limpeza em articulação com o GESTUAL e o GMCL. Neste processo o papel de mediador do GESTUAL permitiu aumentar o nível de confiança entre ambas as partes, e contribuiu para que o GMCL se responsabilizasse por várias ações, como o acompanhamento da intervenção de limpeza da C.M., a sensibilização e educação ambiental dos restantes moradores, ou a vigilância necessária para evitar despejos ilegais. Paralelamente à intervenção da C.M. de Loures, o GMCL e a Associação Torre Amiga, com o apoio do GESTUAL, iniciaram ações de limpeza de sua própria iniciativa, demonstrando-se empenhados em participar no processo, ainda que de forma limitada, tendo em conta a falta de ferramentas de limpeza ao seu dispor. Estas ações contribuíram para motivar a continuidade do investimento da C.M. na limpeza, o qual estava condicionado pela demonstração de vontade por parte dos moradores em manter esse investimento, através do cumprimento dos compromissos assumidos. A desconfiança entre as partes foi-se dissipando à medida que o trabalho ia sendo feito e tendo um impacto positivo.

O GESTUAL integra este processo com uma equipa de trabalho em permanência no terreno que foi apoiando na animação, mediação e facilitação da intervenção, procurando promover uma apropriação do processo atendendo ao ritmo e às capacidades dos moradores, e centrando-se principalmente na capacitação dos membros do GMCL e na resolução de eventuais dificuldades do processo. Foram realizadas reuniões regulares com o GMCL para a preparação dos trabalhos coletivos, definindo-se prioridades, objetivos, locais e datas das limpezas, ou de outras ações relacionadas. De acordo com o resultado destes encontros eram realizadas reuniões gerais de moradores onde se informava do trabalho realizado pelas várias entidades, se esclareciam dúvidas e se discutia e refletia entre todos sobre os próximos passos da intervenção, recorrendo sempre que necessário à votação, embora houvesse geralmente consenso e unanimidade nas decisões tomadas. Eram assim definidas as estratégias e prioridades, assumidos compromissos, animadas as vontades e programadas as ações de limpeza. Foram também realizadas com os moradores sessões de *brainstorming* e grupos focais para que os moradores pudessem

<sup>8</sup> “[o] da dependência social de instituições e atores que podem muito bem ser – e talvez sejam cada vez mais – estranhos, obscuros e inacessíveis à maioria das pessoas afetadas pelos riscos em questão” (Beck, 1992, p.4).

encontrar soluções para os problemas que se iam identificando, nomeadamente formas de reduzir os despejos ilegais, de melhorar os cuidados dos moradores com o seu próprio lixo doméstico, de obter ferramentas de limpeza e outros recursos e apoios, e em geral, de manter o bairro limpo.

O GESTUAL com o GMCL realizou ainda ações de sensibilização e educação ambiental com as crianças para a separação de lixos, com o objetivo de demonstrar à C.M. de Loures que a instalação de um ecoponto no bairro poderia funcionar. Fez-se uma limpeza mais profunda do terreno limpo pelas máquinas da C.M. de Loures o que melhorou de forma significativa a zona de jogos das crianças, tendo-se decidido marcar nesta zona um campo de futebol, projetado e construído pelos moradores e GMCL com o apoio do GESTUAL.

As várias reuniões de ideação, planeamento e análise conjunta das ações, as próprias ações de limpeza e os seus resultados foram desencadeando um crescente interesse e participação dos moradores, um maior sentimento de controlo da sua realidade, e momentos de convívio salutar, envolvendo uma rede cada vez mais alargada de entidades (por exemplo, JFCUA, Bombeiros Voluntários, Escuteiros e Paróquia de Camarate, igreja Assembleia de Deus e duas empresas vizinhas – Alves Ribeiro e Repnunmar). Esta rede, uma “*network of agencies*” segundo Lefebvre (2009, p. 150), permitiu superar a democracia política e realizar algumas das possibilidades da autogestão, em que os moradores assumiram o controlo sobre toda a ação coletiva das limpezas, com algum apoio do GESTUAL, sem ficarem dependentes de determinado ator ou entidade. Este processo colaborativo e os seus resultados também contribuíram para a transformação da ação e da perceção sobre o bairro e sobre os moradores, dos vários atores exteriores a trabalhar no terreno, incluindo os técnicos municipais, na medida em que viam o seu trabalho correspondido, reagindo em troca com mais apoio e novos compromissos.

Estas ações reduziram gradualmente o número de despejos ilegais, os moradores foram melhorando o despejo do seu próprio lixo doméstico, foi reduzido o risco de incêndio, e as entidades envolvidas foram reagindo positivamente ao trabalho realizado. A C.M. de Loures prolongou as ações de limpeza relativamente ao que tinha sido inicialmente proposto, comprometeu-se a promover uma campanha pública de limpeza para o bairro, a evacuar as grandes acumulações de lixo, a encontrar uma forma de instalar mais contentores de lixo no bairro e a equacionar a instalação de um ecoponto. Os SIMAR

comprometeram-se a recolher o contentor de lixo sempre que fossem avisados pelo GMCL sobre a sua necessidade de recolha, o que acabou com a acumulação de lixo em torno do contentor existente. As empresas vizinhas que apoiaram com as suas máquinas e trabalhadores em várias ações coletivas de limpeza, criaram uma relação de reciprocidade com os moradores, passando estes a respeitar e reconhecer mais os seus esforços, o que levou à redução das despesas destas empresas em danos provocados pelas crianças e jovens do bairro, que anteriormente, com atos de vandalismo ou brincadeiras, lhes causavam prejuízos na ordem de milhares de euros. A redução destes danos melhorou a relação de vizinhança entre estes e tem resultado num interesse acrescido, por parte destas empresas, em prestar ao bairro um apoio continuado e de longo termo.

A partir de 30 de Julho de 2016, a vigilância do bairro aumentou significativamente, depois de quatro cidadãos de nacionalidade argelina terem sido detidos por fuga ao controlo de passaportes e invasão da pista de aterragem do aeroporto Humberto Delgado. Este evento beneficiou os moradores do bairro da Torre uma vez que a vigilância noturna mais apertada acabou com o resto dos despejos ilegais de entulho de obra que ainda se realizavam furtivamente no bairro durante a noite.

Dia 3 de Setembro de 2016, realizou-se a inauguração da campanha pública de limpeza promovida pela C.M. de Loures, SIMAR, JFCUA, GESTUAL e Associação Torre Amiga, num momento de colaboração histórico entre os moradores e estas entidades. Esta ação resultou na recolha de uma parte significativa dos resíduos presentes no terreno público do bairro, único terreno onde a C.M. pôde intervir.

Até à data foi retirada uma parte substancial dos resíduos (cerca de 1/4) e foi limpa uma área total de 40.000 m<sup>2</sup> (cerca de 18% pela C.M. de Loures; cerca de 5% pela JFCAU e o resto por moradores, empresas e escuteiros), num investimento que ronda os 50.000 euros. Outros 10% desta área foram “limpos” por incêndios (resíduos vegetais combustíveis). No entanto, ainda permanecem cerca de 3.000 m<sup>3</sup> de resíduos no bairro, espalhados por uma área de cerca de 8.000 m<sup>2</sup>.

A transformação provocada pela redução dos riscos de incêndio, a melhoria da imagem e condições de higiene do bairro, e a colaboração ativa de uma parte significativa dos moradores durante o processo viria a ter um efeito multiplicador de melhoramento do estado anímico da população do bairro, da sua confiança e esperança num futuro melhor, da sua capacidade de comunicação

e relacionamento entre vizinhos e com entidades externas. Tal teve também impacto na sua autoestima e capacidade de trabalho em comunidade para o melhoramento das suas condições de vida, e de melhoramento de hábitos e comportamentos na gestão do lixo, o que beneficiou substancialmente a higiene urbana no bairro. Segundo a presidente da Associação Torre Amiga – Ricardina Cuthbert –, a limpeza foi uma oportunidade de melhoramento do comportamento dos moradores, que trouxe mais união, mais paz e mais felicidade à vida de cada um (GESTUAL, 2016b). O processo colaborativo e as melhorias na vida dos moradores permitiram-lhes adquirir maior controlo da sua própria vida.

O sucesso desta ação coletiva, ficou prejudicado pelo corte da rede elétrica do bairro em Outubro de 2016. Toda a dinâmica em curso com o processo de limpeza foi abrandando, até que os moradores deixaram de ter capacidade anímica para dar continuidade às limpezas manuais, a época de chuvas dificultou o trabalho e a limpeza acabou por parar. O corte da eletricidade bloqueou também as ações de limpeza da C.M. de Loures no bairro. Face à situação de emergência social em que os moradores ficaram, o executivo municipal decidiu apostar no seu realojamento e pressionou o Governo para acionar uma solução de realojamento urgente através do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Foram já realojadas treze famílias e outras onze deverão ser realojadas pela autarquia até Janeiro de 2018. Não se sabe o tempo que demorará a realojar as restantes famílias. Nesse sentido, o GESTUAL, a Associação Torre Amiga e outras entidades, defendem a continuidade das intervenções de melhoria previstas. Apesar da intervenção da Associação de moradores, com o apoio do GESTUAL e de outras entidades no levantamento da situação e na divulgação e comunicação pública das necessidades dos moradores, tem sido, todavia, difícil envolver a administração pública central e local e a sociedade civil na obtenção do apoio necessário para continuar ações de melhoramento do bairro para as famílias que aí continuam a residir. A continuação da limpeza do bairro ou a reinstalação da rede elétrica reclamadas pelos moradores, são, todavia, serviços públicos essenciais, para os quais a lei nº23/96 consagra regras em ordem à proteção do utente, de forma a restringir as situações que permitam a sua exclusão ou limitação.

À semelhança do que aqui se sugere com a descrição deste processo de investigação-ação, o livro *Risk Society* defendia que embora por vezes os cidadãos leigos não expressem a sua posi-

ção crítica de uma forma pública sobre os riscos em questão, não quer dizer que estejam alheios a eles, nem que não estejam alienados, céticos ou cronicamente desconfiados em relação às instituições responsáveis pelo controlo dos riscos. Nesta linha, os moradores do bairro da Torre parecem ter-se “resignado à dependência desse nexos institucional ou político, sem poder [...] para influenciar ou torná-lo mais responsável” (Beck, 1992, p.4). O problema poderá estar naquilo que Beck refere como o ‘cidadão dividido’, sobre o qual foi criado o projeto da sociedade industrial: um cidadão que por um lado se representa como tendo direitos democráticos, e por outro defende os seus interesses laborais, de forma que a esfera dos direitos da democracia representativa ou da participação dos cidadãos não se mistura com a esfera dos interesses, os quais não são considerados políticos (Beck, 1992, p.183).

### Conclusão

Apesar do contexto de Estado enfraquecido, o caso apresentado sugere que é essencialmente na perceção do indivíduo que está a pedra angular e a fundação para a edificação de uma agenda urbana democrática e participativa. A informação e consciencialização do indivíduo, a sua mobilização e empoderamento para a ação coletiva é uma condição para ultrapassar a contradição do ‘cidadão dividido’ de Beck.

O reconhecimento do risco como uma construção cultural e da necessidade de se considerar a subjetividade na análise do risco aparece também como uma condição para a construção de cidades mais humanizadas e mais inclusivas. O estreitamento de relações entre leigos e especialistas numa base de corresponsabilidade pelos processos de análise dos riscos e co-reflexividade sobre os riscos em causa, como se descreve no exemplo empírico deste artigo, afigura ser um caminho promissor para uma maior consciência, maior representatividade e confiança e menos conformismo por parte de todos. Com o aumento da confiança mútua entre as autoridades que gerem os riscos, os especialistas e os leigos, espera-se uma melhoria das relações entre grupos sociais e instituições, combatendo assim o ceticismo e o cinismo identificado por Gardner (2008).

A autogestão, como forma de governação local democrática visa ultrapassar alguns dos obstáculos encontrados nas ações/intervenções aqui apresentadas decorrentes do processo de enfraquecimento do Estado. Neste contexto,

a intervenção colaborativa desenvolvida pelo GESTUAL no bairro da Torre, como mediador entre os moradores e a autarquia e dinamizador da interação com outros atores, assente numa auto reflexão crítica permanente, no qual todos os envolvidos participam, contribui para: (i) colmatar as falhas do Estado e a falta de proximidade entre as entidades públicas e privadas e a sociedade civil; (ii) reforçar a democracia, ensaiando ações coletivamente discutidas e decididas pelas instituições responsáveis pelo controlo dos riscos em articulação com os principais afetados; (iii) criar uma rede de colaboração e de dinâmicas coletivas de desenvolvimento, contrariando a tendência para uma sociedade cada vez mais consumista, individualista e privatizada; (iv) promover o investimento público de 50.000 euros, numa ação decidida e promovida em colaboração com os moradores; (v) melhorar o território, através do acesso facilitado a um serviço público como a recolha dos resíduos sólidos urbanos e da proteção das casas contra o risco de incêndio; (vi) legitimar o direito de habitar no bairro, através das ações de limpeza e melhoramento. Todo o processo colaborativo desencadeado no Verão de 2016 em torno da limpeza do bairro teve um efeito transformador e contribui para o empoderamento local de uma população sujeita a sérios entraves no domínio das suas próprias condições de existência, através de um maior engajamento e controlo na ação coletiva e de um maior conhecimento do seu contexto, suas causas e efeitos, num ato de reflexão na ação em que se fortaleceu a confiança mútua entre técnicos e cidadãos.

Apesar do colapso deste processo participado em torno da limpeza do bairro, com o corte do acesso à eletricidade em Outubro de 2016, provocando a deterioração das condições de vida dos habitantes da Torre, a dinâmica colaborativa não se perdeu e ganhou nova configuração com o envolvimento ativo da Paróquia de Camarate, em estreita articulação com a Associação de Moradores, o GESTUAL e a Associação Habita, na procura de uma solução para o problema da eletricidade e outros problemas que afetam a comunidade. Esta dinâmica colaborativa ganhou nova dimensão através da articulação com outros bairros da Área Metropolitana de Lisboa, com situações similares, organizados desde Janeiro de 2017 em Assembleia de Bairros e ganhando no Verão de 2017 novo protagonismo com o lançamento da Caravana pelo Direito à Habitação. Estas redes contribuem de forma ativa para o debate em curso – reforçado em Março de 2017 com a aprovação da Resolução da Assembleia da República nº 48/2017, que

visa criar “um novo programa que garanta o efetivo acesso ao direito à habitação” – de uma Lei de Bases para a Habitação (lançada pela Assembleia da República) e de uma Nova Geração de Políticas de Habitação (lançada em Novembro de 2017 pela nova Secretaria de Estado da Habitação). Também importa referir a aprovação da Resolução da Assembleia da República nº 151/2017 que “recomenda ao Governo que adote medidas para assegurar o acesso dos habitantes de bairros ou núcleos de habitações precárias a serviços e bens essenciais”, incluindo a rede de energia elétrica. Toda esta dinâmica local e mais alargada tem ajudado a colmatar necessidades locais, a atrair novos apoios técnicos, financeiros e políticos e a continuar a imaginar um futuro melhor.

### Referências bibliográficas

- Beck, U. (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres: Sage.
- Brenner, N.; Elden, S. (2009), "Introduction - State, Space, World: Lefebvre and the Survival of Capitalism", em N. Brenner e S. Elden, *State, Space, World: Selected essays*. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 1-48.
- Castells, M.; Caraça, J.; Cardoso, G. (2012), "The Cultures of the Economic Crisis: An Introduction", em M. Castells, J. Caraça e G. Cardoso (eds.), *Aftermath: The Cultures of the Economic Crisis*, Oxford: Oxford University Press, pp. 1-14.
- Dangschat, J. (1995), "'Stadt' als ort und ursache von armut und sozialer ausgrenzung", *Aus Politik und Zeitgeschichte*, n.º 31-32, pp. 50-62.
- Gardner, D. (2008), *Risk*, Londres: Virgin Books.
- GESTUAL (2016a), *A problemática do Lixo*, Lisboa: GESTUAL/CIAUD-FAUL.
- GESTUAL (2016b), *Ata da Reunião geral de Moradores, Organização de Nova Limpeza*, Lisboa: GESTUAL/CIAUD-FAUL.
- Hamel, P.; Lustiger-Thaler, H.; Mayer, M. (eds.) (2000), *Urban Movements in a Globalising World*, Londres: Routledge.
- Huster, E. (1997), "Zentralisierung der Politik und Globalisierung der Ökonomie: Veränderungen der Rahmenbedingungen für die soziale Stadt", em W. Hanesch (ed.), *Überlebt die soziale Stadt?: Konzeption, Krise und Perspektiven kommunaler Sozialstaatlichkeit*, Berlin: Springer, pp. 57-75. Disponível em: <http://link.springer.com/openurl?genre=book&isbn=978-3-8100-1685-0> [Cons. 11/08/2017].
- Lefebvre, H. (1968), "On Self-Management", em *The Explosion: Marxism and the*

*French Upheaval*, Nova Iorque: Monthly Review Press.

- Martin, A. (1997), *What Does Globalization Have to Do with the Erosion of Welfare States? Sorting Out the Issues* (Working Papers), The Program for the Study of Germany and Europe, Center for European Studies, Harvard University. Disponível em: [http://www.people.fas.harvard.edu/~ces/publications/docs/abs/PSGE\\_7\\_5.html](http://www.people.fas.harvard.edu/~ces/publications/docs/abs/PSGE_7_5.html) [Cons. 10/08/2017].

- Pureza, J. M.; Ferreira, A. C. (eds.) (2002), *A Teia Global: Movimentos Sociais e Instituições*. Porto: Edições Afrontamento. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/globalizacao/4/4.php> [Cons. 09/09/2017].

- Royal Society for the Prevention of Accidents (1992), *Risk: analysis, perception and management*, Londres: Royal Society.

- Teeple, G. (1995), *Globalization and the decline of social reform*, Londres: Atlantic Highlands, N.J: Humanities Press.

# Intervir n(outr)o Local

## Encontro com arquitetos rebeldes em Lisboa

Rosa Arma<sup>a</sup>

### Resumo

A partir de uma breve aproximação à minha experiência como arquiteta em Portugal, reflito neste texto sobre os espaços de subversão que o atelier Artéria<sup>1</sup> tem vindo a abrir no tecido da cidade de Lisboa, através de práticas inovadoras e de uma postura de arquitetos rebeldes que questionam os paradigmas de intervenção globais e procuram encontrar novas formas de requalificar o espaço urbano e de colaborar na construção do direito à cidade. Refiro-me aqui a alguns projetos específicos do atelier, nomeadamente pequenas intervenções locais participadas que visam construir uma cidade mais democrática, empoderada, inclusiva, justa e qualificada.

### Palavras-Chave

Paradigmas de intervenção, Pequenas intervenções locais de requalificação urbana, Espaço produto social, Direito à cidade, Arquiteto rebelde.

### Abstract

Starting from a brief approach to my experience as an architect in Portugal, I reflect in this text about the spaces of resistance that the atelier Artéria has been creating in the city of Lisbon, as rebel architects and through innovative practices that question the global paradigms of intervention and seek to find new ways to requalify urban space and to build the right to the city. I reflect here on some specific projects of the atelier, namely small participatory local interventions aimed at building a more democratic, empowered, inclusive, just and qualified city.

### Keywords

Paradigms of intervention, Small local interventions for urban requalification, Space as social product, Right to the city, Rebel architect.

*«C'è un rapporto estremamente intenso tra lo spazio fisico e chi lo abita, questo m' interessa, altrimenti come potrei fare l'architetto?»*

Giancarlo De Carlo<sup>2</sup>

### Introdução: a construção do direito à cidade e o papel do arquiteto rebelde

Em linha com o pensamento de Lefebvre (1974), que lê o espaço como produto do social, a mudança do contexto sociopolítico e territorial determina também uma mudança de paradigma ao nível urbanístico, ou seja, nas teorias invocadas para pensar a situação socio-espacial e nela intervir.

As cidades contemporâneas enfrentam problemas e desafios que não encontram solução nos correntes paradigmas de intervenção, de

iniciativa pública ou privada, geralmente dominados pela lógica do capital, cujos benefícios recaem sobre os grupos de maiores recursos (Harvey, 1980). Para Wallerstein (2010), assistimos a uma crise do sistema capitalista, decorrente do confronto de duas forças em ação: de um lado, o autoritarismo e a desigualdade, do outro, novas formas de resistência que apelam por mais democracia e igualdade.

Com o crescimento populacional a nível mundial, o grande afluxo às cidades e a falta ou insuficiência de programas habitacionais dirigidos para os grupos de menores recursos, assiste-se ao crescimento das margens urbanas autoproduzidas e ao aumento das ocupações ditas irregulares, a par da degradação ambiental, da crise económica, do aumento das desigualdades sócio-espaciais e de fenómenos de exclusão urbana. Para contrariar este cenário, urgem novas

<sup>a</sup> Arquiteta italiana, membro do Grupo de Estudos Socio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (GESTUAL) e doutoranda em Arquitetura, na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, beneficiando de uma bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

<sup>1</sup> A Artéria é um atelier de Arquitetura que desenvolve projetos de reabilitação urbana singulares, numa perspetiva transdisciplinar, com metodologias de investigação-ação. A Artéria trabalha as dimensões social, cultural e artística da Arquitetura, através da participação direta das comunidades na produção dos programas de intervenção, estabelecendo parcerias com associações locais e entidades públicas ([www.artéria.pt](http://www.artéria.pt)). A minha colaboração como arquiteta com a Artéria desenvolveu-se em 2014 no âmbito do projeto europeu Leonardo e em 2015 no âmbito do estagio IEFPP.

<sup>2</sup> «Existe uma relação extremamente intensa entre o espaço físico e a pessoa que lá mora, isto é o que me interessa, se não como é que eu podia ser arquiteto?». De Carlo, G. (2013). *L'architettura della partecipazione*. Macerata, Quodlibet: p.19.

formas de ‘pensar o urbanismo’, como refere Raposo (2016), parafraseando Le Corbusier (1923). Urgem também novos instrumentos e estratégias de intervenção que promovam a participação das comunidades na tomada de decisões.

Harvey (1980) defende que a pressão coletiva gera condições de transformação. Atualmente, um pouco por todo o mundo, alguns cidadãos têm vindo a tomar a iniciativa de se reapropriar dos espaços urbanos e, dessa forma, redefinirem a relação entre valor, lucro, poder e interesse público, incentivando outros a fazer o mesmo. O que têm feito os arquitetos?

De um lado, assiste-se a uma prática da arquitetura de tipo ‘autoral’, distanciada dos cidadãos, tendo em vista a sua própria espectacularização. Tende-se a esquecer a dimensão da arquitetura vivenciada no dia a dia e a recusar ou reeçar a apropriação e manipulação do tecido construído por parte dos próprios habitantes, concebendo-se o espaço como um vazio sem história. Este tipo de arquitetura proporciona um imaginário perversamente deslocado da realidade social, económica e política contemporânea e não apresenta as condições necessárias para intervir nos territórios marginalizados pelo sistema dominante.

Durante a redação deste texto, chega de Itália a notícia, quase despercebida do grande público, de uma investigação judiciária que envolve doze arquitetos e professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federico II de Nápoles, acusados de favorecer organizações criminosas no âmbito de licitações públicas. Revelam-se os tentáculos de um sistema criminoso, em conluio com a *camorra*, que penetra na prática profissional da arquitetura e chega às salas da universidade. Notícias como esta colocam em evidência o domínio da lógica capitalista atual, no qual ganha expressão uma arquitetura que pode transformar-se em ferramenta de poder e submissão, uma arquitetura que veicula a violência dos poderes políticos e técnicos dominantes que apenas servem os interesses dos grupos de maiores recursos e maior poder económico e político.

Em contraponto, vai emergindo uma abordagem participativa que tem vindo a ser cada vez mais invocada, caracterizada por pequenos projetos de intervenção local que incluem os habitantes como autores da transformação do seu lugar. Como refere Raposo (2012), surge à escala mundial um urbanismo alternativo ao sistema dominante, de tipo colaborativo (Healey, 2005), que prioriza a coesão social e territorial, a valorização e requalificação das pré-existências (construídas, ambientais e também culturais e sociais), bem como o reforço

das identidades e solidariedades locais. No quadro deste novo paradigma, delineiam-se intervenções que visam a melhoria das condições de vida, baseadas nos direitos dos beneficiários e adaptadas às realidades sociais, enaltecendo a importância da formação, da investigação, da difusão da informação e do processo como parte da solução (Ascher, 2007; Portas, 2012).

A noção de participação vulgarizou-se na última década e, como referem Raposo, Crespo e Lage (2016), é hoje reclamada por diferentes linhas de pensamento, determinando diferentes práticas, algumas mais *top-down* e conservadoras, outras mais *bottom-up* e transformadoras, com diferentes resultados. Em alguns projetos, a participação tende a constituir apenas uma estratégia de cooptação de consensos e, processos que se anunciam como participativos, não são acessíveis a todos, assentando numa abordagem *top-down*, não acessíveis a todos, bem como no trabalho voluntário de estudantes ou finalistas do curso de arquitetura, ávidos por participar em ‘eventos’ que preencham os respetivos currículos. É o caso, por exemplo, dos inúmeros workshops de construção de micro-arquiteturas em espaço público, desconhecidos pelos próprios beneficiários e cujo impacte dura apenas o tempo do acontecimento.

Reflico neste texto sobre práticas comprometidas com a inclusão, a participação e a emancipação e que parecem questionar o paradigma de intervenção dominante, constituindo ensaios de construção do Direito à Cidade tal como preconizado por Lefebvre (1968), entendido, na linha de Raposo (2016), como: (i) o direito de todos de ter acesso aos serviços urbanos; (ii) o direito de todos a uma nova centralidade e a uma cidade mais democrática, governada pelo valor de uso; (iii) o direito de todos serem co-autores da transformação da cidade, o ‘direito à obra’, à participação ativa. O Direito à Cidade assim definido e a figura do ‘arquiteto insurgente ou rebelde’ delineada por Harvey (2004) são os conceitos estruturantes da leitura das intervenções aqui apresentadas.

Ao analisar as transformações operadas pelo capitalismo e ao defender um novo pensamento utópico, o ‘utopismo dialético’<sup>3</sup>, Harvey (2004) destaca a figura do ‘arquiteto rebelde’. O uso da imaginação é central na sua teoria e estimula-se a imaginação no sentido de esta poder construir possibilidades em direção à autotransformação do homem. Harvey aponta limites à capacidade de imaginar, que se encontram no vasto conjunto de regulamentações sobre o espaço e na negociação, “que está sempre na base de todas as práticas políticas e arquitetónicas” e que “envolve as pes-

<sup>3</sup> O ‘utopismo dialético’ “implica a disposição, mesmo que seja no mundo do pensamento, de transcender ou reverter as formas impostas pela acumulação descontrolada do capital, pelos privilégios de classe e pelas amplas desigualdades de poder político-económico” (Harvey, 2004 p.262).

soas que buscam transformar-se umas às outras e ao mundo, assim como a si próprias” (Harvey, 2004, p.309). Se, para Harvey, cabe ao homem tanto o papel de construtor do conjunto de regras e normas, quanto o papel de violador das regras e normas que cria, a emancipação do homem e a construção do novo vêm exatamente desta ambivalência. O arquiteto rebelde tem o papel de provocar, através do uso da sua imaginação, a crítica às regras do modo de produção capitalista e a revelação de contradições e possibilidades de superação das mesmas. As próprias contingências e ambiguidades da modernidade revelam-se assim o motor dialético da sua superação em direção à criação de novas possibilidades. O apelo para agirmos como arquitetos rebeldes comprometidos com o utopismo dialético é assim enunciado:

*“Imaginemos que somos arquitetos, todos dotados de uma ampla gama de potencialidades e capacidades, inseridos num mundo físico e social pleno de restrições e limitações manifestas. Imaginemos ainda que estamos nos empenhando em transformar o mundo. Na qualidade de habilidosos arquitetos inclinados à rebeldia, temos de pensar estrategicamente e taticamente acerca do mudar e de onde mudar, sobre como mudar, o quê e com que ferramentas. Porém também temos de continuar de alguma maneira a viver neste mundo. Temos aqui o dilema fundamental que se acha diante de todo aquele que se interessa por uma mudança progressista”* (Harvey, 2004, p.305).

O breve relato que aqui faço sobre o trabalho desenvolvido pelo atelier Artéria constitui uma primeira aproximação a uma reflexão mais profunda, iniciada no quadro da minha tese de doutoramento, sobre os processos e projetos arquitetónicos com maior potencial para contribuir para uma cidade mais democrática e empoderada, inclusiva e justa, qualificada e sustentável. O objetivo é aprofundar o estudo dos percursos realizados e interrogar o futuro no que tange às experiências participativas no cenário português, identificando as práticas que contribuem para uma verdadeira e mais radical transformação da cidade e da sociedade.

## Ao encontro de um percurso de arquiteto rebelde

O tema da (re)qualificação, da participação e da sustentabilidade tem vindo a ser trabalhado ou abordado: nos projetos que realizei sobre os vazios urbanos e o reuso da arquitetura (Arma, 2008), bem como nos projetos para países em vias de desenvolvimento (Arma, 2013); no curso de especialização em Territórios Colaborativos que frequentei no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (edição de 2016); e nos numerosos workshops em que tive a oportunidade de participar acerca do espaço público e da sua revitalização, da arquitetura vernacular, dos materiais naturais e da autoconstrução.

A minha colaboração posterior em projetos de cooperação internacional – ‘Una Casa Comunitaria per San Pedro’ em Oaxaca, no México, com a associação Archintorno e a organização não governamental Campo, e ‘WhyNotAcademy, the New School’ em Mathare, em Nairobi, no Kenya, com a LiveinSlums – obrigaram-me a dirigir a minha reflexão para um entendimento da práxis assente na responsabilidade social e na forte ligação com o contexto local.

Em Lisboa, tive a oportunidade de desenvolver, em colaboração com ateliers de arquitetura, organizações públicas e privadas, artistas e outros profissionais, uma diversidade de ações que não pertencem apenas ao domínio da arquitetura, tais como: explorações urbanas, acompanhamento de pessoas de várias gerações no seu dia-a-dia, mapeamentos colaborativos e *photovoices*, autoconstrução de microarquiteturas com as comunidades, eventos e ações performativas, instalações artísticas, implementação de plataformas e criação de redes, projetos de investigação, serviços educativos nas escolas públicas, workshops de ‘desenho de rua’ e mediação em grupos de trabalho. Através do coletivo Bairro Aberto<sup>4</sup> e das suas ações no Alvito Velho (Imagem 1), do projeto Pampulha Cria Valor<sup>5</sup> – em parceria com o ISCTE, a Fundação Aga Khan e a Junta da Freguesia da Estrela (Imagem 2) – e, sobretudo, dos outros projetos no âmbito do programa BIP/ZIP<sup>6</sup> que desenvolvi em colaboração com o atelier Artéria, tive a possibilidade de mergulhar numa realidade urbana desconhecida e não apenas geograficamente distante, tendo em conta a minha cidade natal, Roma.

<sup>4</sup> Bairro Aberto é um coletivo que se formou no contexto do Curso de Especialização em Territórios Colaborativos 2016 do ISCTE. Quer tornar o Alvito Velho em Lisboa num bairro acessível a todas as gerações, através de processos colaborativos com a comunidade local (Arma, Jacinto e Silva, 2015).

<sup>5</sup> ‘Pampulha Cria Valor’ é um projeto premiado no âmbito do Programa BIP/ZIP 2015 e 2016, promovido pela Junta da Freguesia da Estrela, a Fundação Aga Khan e o Centro Social e Paroquial São Francisco de Paula. A atividade ‘A Rua é de Todos’ teve como objetivo a avaliação e melhoria da acessibilidade urbana do território analisada num processo colaborativo com os atores locais, através do sentimento de confiança e conforto com que a população, especialmente idosa, entende e vive o espaço público (Arma e Jacinto, 2017).

<sup>6</sup> O Programa BIP/ZIP foi lançado em 2011 com a intenção de requalificar bairros e zonas da cidade, definidas de ‘intervenção prioritária’. Aposta na realização de pequenas intervenções locais, capazes de “criar respostas viáveis para situações de emergência social e urbanística” (<http://habitacao.cm-lisboa.pt>).

Foi em Lisboa que tive a oportunidade de efetivamente intervir no local, ou seja, num local que não é o meu local de origem. Esta circunstância, bem como a comparação entre ‘locais’ diferentes, foi fundamental no processo de aproximação às problemáticas e aos desafios da condição arquitetónica e urbana contemporânea nos territórios marginais. Nos novos espaços de subversão abertos por arquitetos através da inclusão crescente e da efetiva iniciativa cidadã na requalificação urbana, tive a possibilidade de uma aprendizagem prática sobre como intervir de forma participada no local.

Segundo Craveiro (2014), pode dizer-se que há hoje em Lisboa “uma crescente sociedade civil, mais moderna, que se está a organizar numa perspetiva de participação propositiva”. Lisboa tem de facto vindo a delinear diversas estratégias de reabilitação e regeneração urbana. O Programa BIP/ZIP – Programa para os bairros e zonas de intervenção prioritárias – foi lançado pelo Pelouro da Habitação e dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, tendo tido até hoje sete edições (2011-2017), com mais de 200 projetos aprovados, representando um financiamento superior a 9 milhões de euros e envolvendo cerca de 500 entidades. O BIP/ZIP visa dinamizar parcerias e pequenas intervenções locais, pois o objetivo do programa não é o investimento massivo em infraestruturas ou habitação. Procura promover a cidadania ativa e a capacidade de auto-organização, o diálogo entre os moradores e os diferentes atores presentes no local, para uma transformação participada dos bairros, bem como o reforço da sua integração na cidade. Segundo Raposo (2016), o programa BIP/ZIP contribui de maneira decisiva para o direito a uma vida urbana e a uma centralidade renovada; introduziu processos mais participados e democráticos e lógicas que criam novos equilíbrios de poder no planeamento da cidade, pelo que podemos considerar que contribui para o Direito à Cidade, na visão emancipatória de Lefebvre.

### Os projetos da Artéria

O atelier Artéria desenvolveu vários projetos no âmbito do BIP/ZIP destacando-se o projeto da Casa Comunitária da Mouraria, sede da Associação Renovar a Mouraria em Lisboa, financiado em 2011. A Associação tem como fim a revitalização e o desenvolvimento local do bairro da Mouraria, bem como a dinamização cultural e artística do território e a melhoria das condições de vida dos seus habitantes. Para isso, proporciona



Imagem 1 - Ação com maquete interativa do Alvíto, dia 14 de Maio 2016

Fonte : autora

Imagem 2 - Acompanhamento de idosos na Pampulha

Fonte : autora

(leitura de cima para baixo)

ações de sensibilização e capacitação dos moradores, de reforço das suas condições económicas, promovendo o sentido de comunidade, a defesa do património histórico, cultural e humano do bairro. Tendo como base a Casa Comunitária, a Associação organiza, entre outras ações, cursos de português, alfabetização, oficinas, cinema, concertos, jantares temáticos e visitas guiadas que contam com a participação dos moradores. A Casa Comunitária tornou-se um equipamento comum e representa um *Manifesto* pela reabilitação integrada<sup>7</sup>: um modelo de requalificação urbana e, ao mesmo tempo, de intervenção so-

<sup>7</sup> [http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto\\_7](http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto_7)



Imagem 3 - Anúncios luminosos na  
'Avenida Intendente'

Fonte: : autora

Imagem 4 - Instalação de luz na 'Avenida Intendente'

Fonte: : autora

(leitura de cima para baixo)

cial, cultural e económica, contrapondo-se a um urbanismo difusor de uma perspetiva de higienização e embelezamento, assente na transformação dos bairros populares em áreas centrais da cidade ou em intervenções de *fachadismo*, ou seja, de manutenção das fachadas e demolição do interior do edifício.<sup>8</sup>

Menos conhecido é o projeto da Avenida Intendente, elaborado em parceria com o Teatro Praga e a Associação Cultural Xerém, também financiado pelo Programa BIP/ZIP em 2014. A Avenida Intendente é uma intervenção nas ruas do Benfornoso e dos Anjos (Imagens 3 e 4), que contou com a participação da Artéria no Plano estratégico de Desenvolvimento Comunitário

da Mouraria (PDCM), iniciada com o projeto da Mouraria.

Na primeira década deste século, com a requalificação do Largo do Intendente em 2012, acentuou-se uma separação entre territórios contíguos, caracterizados por diferentes escalas e vivências. A Rua do Benfornoso e a Rua dos Anjos foram perdendo habitantes e visitantes, o comércio decaiu e, com ele, a vida de rua, devido à má iluminação e à degradação do espaço público, que alimentam uma sensação de insegurança a quem as percorre.

A intervenção da Artéria teve como objetivo a inserção das duas ruas na requalificação urbana já iniciada no Largo, impulsionando um processo de recuperação do passado movimentado de um dos eixos mais estruturantes da cidade, com um papel significativo na economia local, atraindo assim, o público do Largo para os seus bastidores. O projeto desenvolveu-se na forma de: anúncios luminosos para os bares mais antigos da zona – o Cantinho do Benfornoso, o Tominho, o Sarriá, o Maravilhas e a Tasquinha do Benfornoso –, instalações temporárias de luz em pontos-chave do eixo, cujo desenho foi feito com base nas histórias e memórias que comerciantes e habitantes do Intendente partilharam com a equipa acerca de locais míticos da zona, como o Aristof, o Império, o Istambul e o Sol; galerias de obras instaladas nas vitrinas das lojas ao longo do eixo, fruto do encontro entre artistas e comerciantes; leituras por André Teodósio, do Teatro Praga, no chafariz da Rua do Benfornoso, de materiais recolhidos e produzidos ao longo do processo; debates na coletividade local 'Os Amigos do Minho', para refletir sobre o território, o projeto e a oportunidade da geração de novas dinâmicas económicas, sociais, culturais e, talvez, urbanísticas. Permanecem ainda hoje na Rua do Benfornoso os anúncios luminosos, embora 'reapropriados' pelos novos donos dos bares e, a pedido da Junta de Freguesia de Arroios, as instalações de luz Istambul, Aristof e Sol Bar, que fortaleceram a ligação da Avenida Intendente ao Largo e convidam novos públicos a atravessá-la.

Embora tenha vindo a incidir a sua ação sobretudo nestas áreas mais centrais e históricas, a Artéria também tem vindo a intervir em áreas mais marginais do município de Lisboa. É o caso da Zona Não Viguada, projeto que recebeu o apoio do Programa BIP/ZIP em 2014, promovido pela companhia teatral Casa Conveniente, mais precisamente pela encenadora Monica Calle, que quis mover uma dinâmica cultural do Cais do Sodré até à Zona J, em Chelas. A Zona Não Viguada nasceu do trabalho da encenadora

<sup>8</sup> Esta política de renovação urbana marcou nomeadamente a parte baixa do bairro da Mouraria, no Largo do Martim Moniz, entre os anos 1930 e 1960.

em meio prisional e da integração de ex-reclusos provenientes da Zona J nas suas equipas artísticas e na abertura dessas a artistas sem formação académica e em situação de desemprego, oriundos do mesmo bairro. Nas palavras da encenadora: “A vinda para cá [para Chelas] correspondeu ao facto de o Cais do Sodré ter deixado de ser um sítio de margem e de fluxos. Era necessário recomençar outra vez [...]. Viemos para aqui, para um bairro social, aonde acredito que tudo é possível e vai acontecer”<sup>9</sup>. O objetivo era “agir a partir da margem, sobre a margem e, daí, questionar e repositonar o centro”<sup>10</sup>, através da criação de percursos dentro do bairro e de um movimento do centro para a margem, trazendo públicos fidelizados por um trabalho artístico reconhecido, de mais de vinte anos, para a Zona J e, dessa forma, abalando os preconceitos em relação a esta.

A Câmara Municipal de Lisboa cedeu à Mónica Calle um espaço vedado, uma casa desocupada, que o atelier Artéria reconverteu num teatro aberto sobre o bairro, criando duas portas de entrada e um espaço sem obstáculos à comunicação entre *o dentro e o fora*, onde todos os moradores de Chelas sintam como algo que lhes pertence. Não só a conceção do projeto, como a própria intervenção, decorreu de forma aberta, articulando-se com as atividades teatrais previstas e com as necessidades e variáveis que se iam gerando ao longo do processo. Cada espetáculo tinha uma cenografia diferente, ligada a uma fase específica do projeto de reabilitação. Dessa forma, atores e públicos participaram na transformação do espaço. As parcerias estabelecidas com grupos informais do bairro – um constituído por mulheres, outro por jovens criadores –, tem vindo a reforçar a inclusão pela arte e a interação com os habitantes do bairro. A realização de várias edições do Festival Zona Não Vigliada, que se torna cada vez mais uma referência no panorama cultural de Lisboa, parece progressivamente reduzir o medo dos ‘de fora’ em frequentar a Zona J.

Entre os projetos da Artéria, destacam-se outras intervenções mais ‘voláteis’, ‘construções virtuais’ de redes e conhecimentos, como por exemplo: a Rede de Carpintarias de Lisboa (2013), seguida da Rede de Artes e Ofícios de Lisboa (2017), com o objetivo de resgatar o saber técnico especializado e o comércio de proximidade; as interfaces Agulha num Palheiro e *Lisbon Skyline Operation*, que pretendem funcionar como ferramentas para a democratização

da regeneração da cidade de Lisboa; e os serviços educativos que convidam os alunos das escolas básicas a refletir em torno dos projetos, a desenvolver as suas capacidades de abstração, de leitura e representação espacial, bem como a transmitir a importância de cuidar a cidade e o seu património.

### A Artéria: exemplo de uma arquitetura comprometida

No livro *The Power of Experiment*<sup>11</sup>, publicado recentemente pela Artéria, explora-se a relação entre o ensino e a prática da arquitetura e, a partir do mote da 4ª Trienal de Arquitetura de Lisboa *The Form of the Form*, procura-se “analisar, interpretar e desmontar os ‘modos de fazer’, as ‘condições de produção’ da arquitectura”<sup>12</sup>. Nas palavras de Ana Jara e Lucinda Correia, fundadoras da Artéria, “as razões da crescente perda do poder de intervenção da arquitectura têm muito a ver com o afastamento dos arquitectos das questões do seu tempo e com a tendência para a construção de um argumentário subjectivo que tende a colocá-los fora do campo das tomadas de decisão”<sup>13</sup>.

No atelier Artéria investiga-se de forma crítica o papel do arquiteto, o cruzamento da arquitetura com outras disciplinas, a possível colaboração com organizações públicas e privadas, artistas e outros profissionais, com o objetivo de aprender a observar e transformar criativamente a cidade e de procurar as novas respostas e práticas que a cidade contemporânea exige.

A Artéria desenvolve projetos sensíveis às especificidades locais e usa táticas alheias às metodologias e aos procedimentos tradicionalmente aceites, alternativos aos instrumentos de gestão territorial consagrados. Os seus projetos de requalificação urbana vão para além do desenho e da construção de edifícios. Constituem dispositivos e estratégias de reativação da cidade e da cidadania e são sensíveis às noções do direito à cidade, da habitabilidade básica e do desenvolvimento territorial e comunitário, bem como às metodologias participativas e aos temas da coesão e inclusão social. Os principais públicos alvo dos projetos da Artéria são os grupos de menores recursos, comunidades à margem, organizações da sociedade civil, associações locais e privados, ameaçados pela lógica de mercado e, cada vez mais, por processos de gentrificação.

Estes projetos conduzidos numa abordagem

<sup>9</sup> Da reportagem ‘A Zona J quer sair da Redoma’ de Vitór Belanciano no *Público On-line* de dia 25 de Setembro de 2015.

<sup>10</sup> *Ibid.*

<sup>11</sup> *The Power Of Experiment* é o nome do Satélite Nórdico da 4ª Trienal de Arquitetura de Lisboa (2016), um Workshop, uma Exposição e um Livro, cuja curadoria é da Artéria, financiado pelo Nordic Culture Fund.

<sup>12</sup> Apresentação do livro *The Power of Experiment* na livraria Tigre de Papel (Lisboa), em Março de 2017.

<sup>13</sup> *Ibid.*

interativa, seja de iniciativa pública ou promovidos por associações locais, equipas académicas ou ateliers privados, em conjunto com os agentes locais, da sociedade civil ou do poder local, não estão, todavia, isentos de conflitos. Também nestes casos, estamos perante uma arena social (Sardan, 1995), na qual se confrontam atores com racionalidades e interesses diferentes. O resultado dos projetos participativos está dependente da relação de forças entre os diversos agentes envolvidos (Raposo, 2016a). O hiato entre os saberes político-técnicos e o saber comum, constitui um dos obstáculos dos projetos participativos (Raposo, Crespo e Lage, 2017) e também pode ser gerador de conflitos. Como refere Guerra (2010), o conflito faz parte dos processos participativos, requerendo resiliência da parte de todos os participantes, mas pode contribuir para o empoderamento cidadão.

Experienciei na Artéria a entrega diária a desafios e a práticas de trabalho comprometidos com a inclusão, a participação e a emancipação dos cidadãos. A prática de uma arquitetura ‘menor’, da arquitetura da quotidianidade (Tucny, 1978), marcada por relações de proximidade com as coletividades locais e promotora de processos abertos às particularidades de cada tempo e de cada território, pressupõe um comprometimento contínuo com a própria vida, com os modos de pensar e viver no quotidiano. A arquitetura torna-se deste modo uma ‘ciência nómada’ (Deleuze e Guattari, 1997), imprevista e aberta a deformações, metamorfoses, aberrações, intuições e ao acaso.

A Artéria promove esta abordagem investigativa, imaginativa e experimental, uma atitude quase ‘deambulatória’ de escuta dos lugares (alternativa a um sistema que procura policiar e limitar a complexidade contemporânea ao cumprimento de normas), e incentiva a troca de papéis entre o consumidor e o produtor, entre ‘professor e aluno’, a fim de estabelecer um novo diálogo. Com as suas práticas, as arquitetas da Artéria podem ser consideradas ‘arquitetos rebeldes em ação’ (Harvey, 2004) que contribuem para a construção de uma cidade mais democrática e empoderada, inclusiva e justa, qualificada e sustentável.

### Nota conclusiva

Ao longo desta viagem como arquiteta para longe da minha cidade, Roma, passando pelo México e pelo Quênia, até aos espaços de resistência em Lisboa, redescobri o sentido de uma prática profissional que recusa as lógicas tecnocráticas e as abordagens *top-down* e se centra no

local, seguindo uma abordagem interativa e que requiere a participação da população e de parceiros multidisciplinares.

Através do cruzamento das experiências desenvolvidas em Lisboa e noutros contextos, comecei a refletir em torno do impacte das pequenas ações locais participadas e na forma como estas podem contribuir para uma transformação mais profunda do bairro e da comunidade onde se intervém, bem como de toda a cidade e sociedade. Como refere Raposo (1999), na linha de Lefebvre (1974), o espaço urbanizado “resulta da interação entre condicionantes, determinismos ou constrangimentos estruturais (Estado – poderes, instituições, ideologias, instrumentos de planeamento, ... –, mercado, guerra) e as estratégias e capacidade de ação dos habitantes”.

A pesquisa em curso no âmbito do doutoramento, que este texto anuncia, pretende responder a duas questões principais: (i) quais são as praxis mais empoderadoras que têm condições de ser replicáveis ou transmissíveis para outros lugares, que favorecem uma maior aproximação às problemáticas e aos desafios da cidade contemporânea desigual e competitiva, em transformação contínua; (ii) que praxis podem contribuir para uma cidade mais democrática, empoderada, inclusiva e justa que se constitua como um texto aberto, no qual os seus habitantes se possam transformar em escritores de novas geografias mais humanas nas suas tramas esquecidas.

### Referências bibliográficas

- Altés, Alberto; Correia, Lucinda; Jara, Ana (2016), *The Power of Experiment*, Lisboa: Ed. Artéria.
- Arma, Rosa (2008), *Reconverting Spaces. A Napolitana, Antiga Fabrica De Moagem de Lisboa – Edifício dos Silos*, Tese da Licenciatura, Roma: Università degli Studi La Sapienza.
- Arma, Rosa (2013), *Architecture is a Human Right. Progetto di un Ospedale in terra cruda, a Itololo (Tanzania, Africa)*, Tese de Mestrado, Roma: Università degli Studi La Sapienza.
- Arma, Rosa; Jacinto, Rita; Silva, Diogo (2015), *Bairro Aberto. Acessibilidade e relações sociais no bairro do Alvito*, Relatório Curso de Especialização em Territórios Colaborativos, Lisboa: ISCTE.
- Arma, Rosa; Jacinto, Rita (2017), *A Rua é de Todos*, Relatório. Lisboa.
- Ascher, François (2007), *Novos Princípios*

do *Urbanismo*, Lisboa: Livros Horizonte.

- Craveiro, Maria Teresa (2014), *A experiência do programa Bip/Zip na recuperação das áreas centrais de Lisboa e as novas dinâmicas de reabilitação urbana*, 4º Coloquio Brasil-Portugal, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

- De Carlo, Giancarlo (2013), *L'architettura della partecipazione*, Macerata: Quodlibet.

- Deleuze, Gilles; Guattari, Félix (1980), *Mille plateaux*, Paris: Éditions de Minuit.

- Guerra, Isabel (2010), "Participar porquê e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 91, pp. 121-134.

- Harvey, David (1980), *A justiça social e a cidade*, São Paulo: Editora Hucitec.

- Harvey, David (2004), *Spaces of hope*, Edinburgo: Edinburgh University Press.

- Harvey, David (2008), "The right to the city", *New Left Review*, n.º 53, pp. 23-40.

- Le Corbusier (1923), *Vers une architecture*, Paris : Éditions Crès.

- Lefebvre, Henri (1968), *Le droit à la ville*, Paris: Anthropos.

- Lefebvre, Henri (1974), *La production de l'espace*, Paris: Anthropos.

- Olivier de Sardan, Jean-Pierre (1995), *Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social*, Marseille: APAD ; Paris : Karthala.

- Portas, Nuno (coord.); Domingues, Álvaro; Cabral, João (2012), *Políticas Urbanas II. Transformações, Regulação e Projectos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Raposo, Isabel (1999), *Urbaniser villages et maison*, Tese de Doutoramento, Paris: Institut d'Urbanisme de Paris, Université de Paris XII, Val de Marne.

- Raposo, Isabel (2012), "Bairros de génese ilegal: metamorfoses dos modelos de intervenção", em Manuela Mendes, Carlos Ferreira, Teresa Sá, José Luís Crespo (coords.), *A cidade entre bairros*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 107-109.

- Raposo, Isabel (2016), "Marginal urban areas metamorphosis: A new global Phenomnon needs new ways of thinking and intervening. Lisbon Metropolitan Area (Portugal)", em Ognen Marina, Armando Alessandro (eds.), *Inclusive/Exclusive cities*, Skopje: Sinergi Project, pp. 68-92.

- Raposo, Isabel (2016a), "Pelo Direito à Habitação e à Cidade: a Construção de redes alargadas de discussão", Fernando Matos Rodrigues,

António Fontes, Manuel Carlos Silva, André Fontes (coords.), *A cidade da participação*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 21-25.

- Raposo, Isabel; Crespo, José Luís; Lage, Joana (2016), "Participatory approaches in the qualification of semiurbanised periurban areas: The case of the Odivelas Vertente Sul Area", em Manuela Mendes, Teresa Sá, João João (eds.), *Architecture and the Social Sciences Inter and Multidisciplinary Approaches between Society and Space*, Londres: Springer.

- Tucny, Jan (1978), "Urbanisme de la quotidienneté", *Architecture Intérieure. Collectivités Locales*, n.º 134, pp. 68-69.

- Wallerstein, Immanuel (2011), "Structural Crisis in the World-System. Where do we go from here?", *Monthly review*, Vol. 62, n.º 10.

PRÁTICAS PROFISSIONAIS |  
TESTEMUNHOS E EXPERÊNCIAS

## Arquitetura do Comum: *doze anos de prática do ateliermob a trabalhar com os 99%*

Tiago Mota Saraiva<sup>a</sup>

### Resumo

Ao longo de doze anos de prática profissional regular, o ateliermob tem vindo a trilhar um caminho no qual se procuram alargar os limites da prática e respetivas áreas de influência. A partir da descrição de um contexto particularmente adverso e do registo da sua atividade ao longo dos últimos anos, elenca-se um conjunto de projetos e processos destinados e produzidos com grupos sociais de baixos recursos e elevadas carências materiais.

### Palavras-Chave

Ateliermob, Trabalhar com os 99%, Comum, Intervenção.

### Abstract

Throughout twelve years of regular professional practice, the ateliermob has been treading a path in which it has tried to extend the limits of practice and its respective areas of influence. Based on the description of a particularly adverse context and on the recording of its activity over the last years, it is drawn a set of projects and processes destined to and produced with the social groups with low resources and great material needs.

### Keywords

Ateliermob, Working with the 99%, Common, Intervention.

### Nota introdutória

Nas linhas que seguem discorre-se sobre os doze anos de trabalho do ateliermob associados ao conjunto de projetos enquadrados no “Trabalhar com os 99%” e ensaia-se uma explicação do que originou e como se tem vindo a desenvolver esta ideia. Inscrevendo-se numa abordagem crítica do urbano, este texto tem subjacente uma reflexão sobre o papel do arquiteto em contextos de austeridade. Alerta-se que esta é uma leitura feita a partir de dentro, da autoria de quem participou nestes processos e nas escolhas realizadas, não estando por isso isenta de um registo opinativo. Entende-se relevante adotar um registo descritivo e contextualizado, uma sistematização autorreflexiva sobre o processo de trabalho, que poderá constituir a base para um futuro artigo mais aprofundado. O texto situa, no primeiro ponto, a orientação politizada do ateliermob e contextualiza, no segundo, a falta de trabalho para os arquitetos no quadro da crise financeira de 2008 e os discursos hegemónicos em torno dos arquitetos e da arquitetura. No terceiro pon-

to, introduz-se a ideia do “trabalhar com os 99%” e a consolidação de redes com grupos afins a nível nacional e internacional.

### Uma prática politizada

A 17 de Julho de 2007, no Cinema Passos Manuel, no Porto, o ateliermob dava a sua primeira conferência no âmbito de um ciclo intitulado “A caminho do país das maravilhas”, organizado por cinco instituições<sup>1</sup>. Na sua apresentação do ateliermob, Luís Tavares Pereira, então vice-Presidente da ordem dos Arquitetos, caracterizava-o como o mais politizado das novas gerações. O que para Tavares Pereira constituía um elogio, à época e para a maioria da inteligência influente no meio da arquitetura, era cadastral. Viviam-se os últimos anos de glória da hegemónica arquitetura do estrelato e, em Portugal, era praticamente uma heresia sair das declarações de princípio de “apoliticidade”.

Ainda sem dois anos de atividade, o ateliermob apresentou, entre outras intervenções, o

<sup>a</sup> Arquiteto, sócio-gerente do ateliermob – arquitetura, design e urbanismo Lda., onde exerce atividade desde a sua constituição, administrador único da cooperativa “Trabalhar com os 99% Crl” e membro da direção da cooperativa “Sou Largo Crl”.

<sup>1</sup> O ciclo era organizado por: Espaço Cultural Passos Manuel, Secção Regional do Norte da Ordem dos Arquitetos, Fundação da Juventude, laboratório de Design da FBAUP e a plataforma de arquitetura internacional Wonderland, de intercâmbio e apoio a jovens arquitetos, sediada em Viena (Áustria). Todas as terças-feiras durante o mês de Julho de 2007 aconteciam conferências, debates e apresentações de arquitetos portugueses, dedicados ao tema “Jovens arquitectos em Portugal: road to wonderland”.

“Tribunal de Grande Instância” de Paris que recebera uma menção honrosa num Concurso internacional com centenas de participantes e a “Dinamização das Margens do Rio” no Médio Tejo, que conquistara o primeiro lugar em Concurso nacional.

O primeiro projeto tinha lugar num lote vizinho à Biblioteca Nacional de Paris e refletia sobre o confronto entre um programa de concurso ultra-securitário e uma realidade que havia originado a chamada *la révolte de la banlieue*<sup>2</sup>, uma série de manifestações que tinham ocorrido poucos meses antes nos subúrbios de várias cidades francesas e cuja reação originou semanas de confrontos urbanos. A premissa focava-se no filme *La Haine*<sup>3</sup>, que dez anos antes havia previsto a revolta, para construir uma proposta rebelde ao programa proposto, lançando a provocação de uma escolha programática entre uma visão de França com medo da sua própria sombra, então personificada pelo seu Ministro da Administração Interna (Nicolas Sarkozy) e a seleção francesa de futebol, na qual pontificavam homens de diferentes origens, cores e credos.

No segundo caso, a abordagem política era mais ténue, ainda que se partisse de um território ribeirinho mais desenhado para as populações locais do que para o turismo que havia de vir. O projeto consistia na criação de um equipamento coletivo (anfiteatro) de baixa dimensão que pudesse servir de palco a muitas das coletividades e clubes recreativos existentes na freguesia. A obra foi inaugurada em 2013.

Mas era no espaço do blogue (página oficial do ateliermob<sup>4</sup>) que a politização mais se expressava. Fugia-se da lógica das páginas institucionais de arquitetura para se registar o dia-a-dia do atelier, entre sucessos e insucessos, regozijos e lamentos. Procurava-se mostrar e valorizar outras práticas que não eram vistas como concorrenciais, mas como simbióticas. De uma forma não tão consciente e organizada como a que se descreve, rejeitavam-se alguns dos princípios fundamentais das práticas neoliberais – abdicar do ser político, cultura de estrela, precarização das relações laborais ou competição entre pares.

## Contexto de austeridade e a construção da imagem do arquiteto

Esta espécie de introito pretende contrariar a ideia de que a prática do ateliermob decorre exclusivamente de um contexto socioeconómico, num determinado momento histórico. É certo que, entre a crise financeira mundial de 2008 e o início da implementação do programa da *Troika*<sup>5</sup> em Portugal no ano de 2011, a angariação de trabalho de arquitetura dentro do país alterou-se drasticamente, com consequências significativas na prática do ateliermob. Os concursos públicos, forma mais comum para uma nova estrutura de arquitetura angariar trabalho, deixam de existir. A encomenda pública vai-se autossuspendendo, até ao bloqueio total. Grande parte da capacidade de investimento e endividamento do Estado é concentrado no programa de Reabilitação e Modernização das Escolas Secundárias, a partir de uma empresa pública, a Parque Escolar EPE, e os mais de 200 projetos são atribuídos entre 2008 e 2011, na sua esmagadora maioria, sem concurso. Com a mudança de governo e o início da implementação do programa da *Troika*, o investimento público em projetos de arquitetura reduz-se ainda mais. Paralelamente, o sector da construção sofre enormes perdas e as principais empresas deslocam-se para fora do país. Este é o momento que consolida um fluxo emigratório substancial resultante da escalada dos números do desemprego e dos elevados índices de pobreza no território nacional.

Os arquitetos mais mediáticos expressam-se em tom alarmista. Álvaro Siza Vieira, na sessão de atribuição do Prémio Luso-Espanhol de Cultura e Arte, declara que “são difíceis os dias de hoje, também para a arquitetura e para os arquitetos [...]. Muitos dos mais jovens são obrigados a emigrar e a forma como têm sido aceites em países como a Suíça, a Alemanha ou o Japão, comprova a sua boa formação e competência, mas constitui, também, no que a Portugal se refere, uma perda evidente e preocupante” (Agência Lusa, 2011). Mais tarde, em entrevista ao jornal *i* (Agência Lusa, 2014), Siza refere que, “se tivesse dez anos agora, de certeza que não ia ser arquiteto”. Afirma ainda noutros jornais diários que tem projetos parados ou suspensos por causa da crise.

“Jovens podem ir para fora sossegados” (Piedade, 2012) titulava uma entrevista de Eduardo

<sup>2</sup> *La révolte de la banlieue* teve origem na periferia da região de Paris, Clichy-sous-Bois (*commune* do *département* de Seine-Sant-Denis), na sequência da perseguição policial a três jovens que terminou com a morte accidental de dois deles. Pouco depois iniciaram-se confrontos entre grupos de jovens e forças policiais, espalhando rapidamente a revolta por toda a periferia de Paris, o que levou à declaração de estado de emergência em 25 departamentos. Estes acontecimentos ocorreram entre 8 de Novembro de 2005 e 4 de Janeiro de 2006.

<sup>3</sup> *La Haine*, dirigido por Mathieu Kassovitz, 1995, França, distribuído pelo Canal +.

<sup>4</sup> <http://www.ateliermob.com>

<sup>5</sup> Vulgarmente conhecido como *Troika*, o Memorando de Entendimento de Políticas Económicas e Financeiras, celebrado em Maio de 2011, entre o Estado português, o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu (entidades denominadas como *Troika*), estabelecia um conjunto de políticas económicas e financeiras que o Estado português se comprometia a executar como condição para o empréstimo por parte destas três entidades de 78 mil milhões de euros.

Souto de Moura ao semanário Sol. À pergunta “Como é que os arquitetos portugueses conseguem sobreviver?”, Souto de Moura respondia: “Eu acho que não conseguem. Não é agradável dizer isto, principalmente à gente nova. O Estado não investe porque não pode, os privados porque não lhes emprestam dinheiro e, portanto, não há encomendas. E se não há encomendas, não há arquitetura”.

A construção deste discurso de derrota por parte de alguns arquitetos, com larga aprovação e replicação entre pares, constrói, em nossa opinião, uma rutura entre o arquiteto e a sociedade. Deverá o arquiteto lamentar não ter trabalho quando uma parte da população não tem as condições mínimas de subsistência, com 1/4 da população a viver, de acordo com um estudo da OCDE publicado em 2014 (Aguiar, 2014) abaixo do limiar de pobreza? Mas a questão que colocamos como mote deste artigo pode ainda ser mais acutilante do ponto de vista disciplinar: em tempos de crise e miséria, o arquiteto deixa de ser necessário à sociedade passando a arquitetura a ser inútil?

Entre 2011 e 2014, a atividade económica para a maioria das micro, pequenas e médias empresas em Portugal caía a pique. As relacionadas com a arquitetura não eram exceção<sup>6</sup>. Vivia-se o presente temendo o futuro. Na verdade, este é o princípio estrutural que permitiu a aplicação do programa de austeridade. A partir da ideia de que se vivia acima das possibilidades, projetava-se um futuro mais negro, em perda, com menos direitos e remuneração. Ora estas são ideias contrárias aos fundamentos da arquitetura. Na arquitetura projeta-se o futuro para que se viva melhor, daí que a ideia de se estar num beco sem saída, apresentada por Álvaro Siza Vieira ou Eduardo Souto de Moura, não fosse desprovida de sentido. O problema é que diagnosticaram a consequência, replicando inconscientemente o discurso hegemónico, sem identificar as suas causas e objetivos. As medidas de austeridade são antagónicas à própria disciplina de arquitetura, tão-somente porque projetam um futuro pior do que o presente.

### O emergir, a rede, uma hipótese

O emergir da ideia do “Trabalhar com os 99%” não é alheio aos diferentes movimentos de pro-

testo contra a austeridade que ocorreram por todo o mundo. Foram os tempos das Primaveras Árabes, do *Occupy* nos Estados Unidos da América, do 15M em Espanha e do *Que se Lixe a Troika* em Portugal. A relação do ateliermob com inúmeros arquitetos que participaram nestes movimentos foi e tem vindo a ser feita ao longo dos anos. Em todos se têm encontrado arquitetos que colocam as ferramentas da sua prática profissional ao serviço das respetivas populações. Tem particular importância a relação que o ateliermob vai estabelecendo com colegas e coletivos que trabalham a partir do Estado espanhol – tais como Recetas Urbanas/Santi Cirugeda, Zuloark, Todo por la Praxis, dpr barcelona ou ecossistema urbano, entre outros – muitos deles focados nas bases técnicas/urbanísticas das candidaturas cidadãs a várias autarquias, designadamente de Madrid e Barcelona, e na assessoria técnica a alguns processos e governos da América Latina.

A ideia “Trabalhar com os 99%” terá começado a ser pensada em 2011, procurando constituir-se num gabinete técnico que pudesse prestar serviços a populações desfavorecidas. Contactando o município de Lisboa, com o intuito de providenciar soluções a uma seleção de pessoas carenciadas, destacaram-se de imediato dois bairros, PRODAC Norte e PRODAC Sul, onde residiam respetivamente cerca de 2500 pessoas e que já contavam com associações de moradores constituídas. Foi disponibilizado a cada um dos bairros apoio técnico para a regularização das casas autoconstruídas. O nome “Trabalhar com os 99%” surge com a candidatura desta ideia e o posicionamento sobre a prática de arquitetura, ao Prémio *Future Cities*, um dos eventos periféricos da XIII Bienal de Arquitetura de Veneza em 2012. Como demonstração da ideia, apresenta-se, a título de caso de estudo, o trabalho a ser desenvolvido no Bairro da PRODAC Norte que, em 2012, já tinha conseguido financiamento<sup>7</sup>. A candidatura é, numa primeira fase, selecionada para exposição e, no decorrer da semana inaugural da Bienal, é-lhe atribuída o Prémio *Future Cities*, juntamente com outros dois projetos.

Este reconhecimento teve um enorme impacto mediático, dentro e fora do país. Fora de Portugal, não é difícil de explicar. O mundo da arquitetura estava sedento de novidades sobre o país que estava a servir de balão de ensaio das práticas mais agressivas de austeridade e desa-

<sup>6</sup> No Relatório do Banco de Portugal para o ano de 2014, relativo a empresas que praticam atividades de arquitetura, estão registadas 2.723 empresas, com um volume de negócios médio anual de 67.280,00€ e 15.184,00€ de gastos com remunerações. O relatório indica que a média de trabalhadores em empresas de arquitetura no ano de 2014 foi de dois trabalhadores.

<sup>7</sup> Os processos de regularização do bairro PRODAC Norte obtiveram financiamento do programa BIP/ZIP, da Câmara Municipal de Lisboa, em 2012 e 2013. No primeiro ano foi um dos últimos projectos classificados a obter financiamento, no segundo – onde se propunha a conclusão do levantamento, desenho e elaboração do processo de licenciamento – foi o projecto mais pontuado. O bairro da PRODAC Sul, apesar de também se ter candidato ao programa BIP/ZIP em 2012, nunca obteve financiamento por essa via. O processo foi financiado, também pela Câmara Municipal de Lisboa, mas ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Apoios (RAAML), a partir de 2013.

nimava-se perante as repetitivas representações nacionais que mantinham uma férrea estratégia de afirmação da arquitetura portuguesa de autor, com exemplos cada vez mais escassos e menos criativos, produzidos para os próprios ou para as classes sociais dominantes. Em Portugal, o discurso sobre arquitetos a trabalhar nos bairros mais precários, onde a crise mais se faz sentir, surge como contracorrente ao do atelier sem trabalho. Não se pretende com a anterior afirmação reivindicar qualquer tipo de originalidade ou liderança, nem tão pouco fazer uma avaliação comparativa de práticas profissionais. “Trabalhar com os 99%” não seria o mesmo se não se tivesse inspirado fortemente em práticas passadas de arquiteturas feitas em Portugal, desde os processos de organização e autoconstrução nas periferias urbanas dos anos 50-60, às várias experiências de produção de habitação no pós-25 de Abril, bem como na partilha de informação e de ideias com vários companheiros e coletivos que, desde então, vão emergindo em Portugal.

A partir daqui sucedem-se os projetos: (1) a Cozinha Comunitária das Terras da Costa (2012-14), em Almada, e o início do processo de realojamento a partir de 2016; (2) a elaboração de projetos para a reabilitação dos espaços públicos dos bairros PRODAC Norte e Sul, em Lisboa, a partir de processos de autoconstrução assistida e respetivos espaços de anfiteatro (2014-17); (3) o desenvolvimento de processos participativos para decisão sobre operações urbanas em Potenza e Matera, Itália (2015-16); (4) um plano anti-gentrificação, com a construção de um parque inter-geracional na Rua de Marvila, em Lisboa, e consequente desenvolvimento do projeto de ocupação permanente do Palácio Marquês de Abrantes (2014-17); (5) um plano urbano para a Quinta do Ferro, em Lisboa, promovido por uma associação entre moradores e proprietários (iniciado em 2015); (6) um processo de realojamento de uma comunidade cigana a viver num bairro informal de construção precária numa cidade média do centro do país (iniciado em 2017); (7) a conceção de um manual de boas práticas de desenho urbano para a prevenção de riscos de violência sobre a mulher no espaço público (desde 2016); (8) o desenho de diversos espaços públicos da zona oriental da cidade de Lisboa, tais como passeadeiras, paragens de autocarros e ruas, de modo a torná-los acessíveis a cidadãos com menos mobilidade (2016); (9) o apoio técnico a diversos sindicatos e associações de moradores; e (10) a assessoria técnica ao Fundo gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian de apoio às vítimas dos incêndios ocorridos em Portugal no ano de 2017.

Contemporaneamente, vão-se construindo pontes e redes com outras práticas na Europa e, desde 2016, na América Latina. A ideia que subjaz ao “Trabalhar com os 99%” já terá sido apresentada e debatida em mais de 20 países, cruzando ideias com centenas de processos e projetos que estão a ser desenvolvidos pelo mundo fora.

Em 2016, decidiu-se formalizar este grupo de projetos numa cooperativa: “Trabalhar com os 99% Crl”. Esta cooperativa permite uma divisão mais clara entre o trabalho de encomenda canónica e o que aqui se descreve. A importância de manter estas duas linhas de ação permite um contínuo esticar e recentrar da prática profissional, tendo em conta que este é um momento de oportunidade a que se costuma seguir um período de fechamento.

Nessa medida, a cooperativa ambiciona dar um salto de escala, não apenas integrando dentro de si as entidades com quem trabalha, como cooperantes temporários, mas também partindo para a discussão política no espaço público e em todos os níveis de governação. Foi o caso por exemplo, a 19 de Maio de 2017, com a receção pelo Grupo de Trabalho da Habitação, Reabilitação Urbana e Políticas de Cidades da Assembleia da República<sup>8</sup>, no quadro da preparação da futura Lei de Bases da Habitação.

Se há algo que parece cada vez mais claro é que a prática profissional de arquitetura não se faz exclusivamente da dicotomia projeto-obra e, sobretudo, que não se deve partir para o terreno com a única ambição de lhe acrescentar construção. Uma parte significativa do nosso tempo é passado a construir as condições de produção e a projetar um sujeito coletivo, com o qual se virá a trabalhar. Mais do que dar forma, numa perspectiva assistencialista da arquitetura, interessará desenhar programas, providenciar meios e trilhar caminhos tendentes à emancipação, numa perspectiva de arquitetura de intervenção.

## Notas finais

Este texto não aprofundou as metodologias, as ferramentas, as escalas, os sistemas de produção, a transformação do território ou o posicionamento perante movimentos associativos ou sociais, nem aprofundou o quadro de relações e redes que se tem estabelecido dentro e fora de Portugal ou o enquadramento histórico, teórico ou ético que reivindica para a sua prática. Todos estes temas requerem uma análise mais aprofundada que não constituía o objetivo destas linhas.

<sup>8</sup> Audiência disponível em <<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1973&title=audiencia-com-a-cooperativa-trabalhar-com-os-99>>

Com este texto pretendeu-se contextualizar e registar um percurso de intervenção em territórios marginais, explicitar a sua visibilidade e abrir campo de estudo para práticas arquitetónicas que, em Portugal, têm vindo a ser silenciadas por, tantas vezes, serem descritas como difamatórias do exercício da arquitetura.

“Trabalhar com os 99%” não é uma solução, mas uma hipótese. Talvez uma linha de ação que permite vários caminhos. A diversidade de instrumentos que a arquitetura oferece permite esta permeabilidade, na perpétua certeza de que todos e todas podem contribuir para a sociedade em que vivem, enquanto cidadãos, mas que arquitetos a trabalhar enquanto arquitetos poderão dar muito mais do que têm dado nas últimas décadas.

### Referências bibliográficas

- Agência Lusa (2011), “Siza Vieira recebe galardão com referências à crise”. *Diário de Notícias*. Disponível em: <<http://www.dn.pt/cartaz/arquitectura/interior/siza-vieira-recebe-galardao-com-referencias-a-crise-2132345.html>> [Cons. 17/03/2017]
- Agência Lusa (2014), “Siza Vieira. Se tivesse 10 anos agora de certeza que não ia ser arquiteto”. *Jornal I*. Disponível em: <<https://ionline.sapo.pt/381748>> [Cons. 17/03/2017].
- Aguiar, Nuno (2014), “OCDE: Um quarto dos portugueses está abaixo do limiar da pobreza”. *Jornal de Negócios*. Disponível em: <[http://www.jornal-denegocios.pt/economia/conjuntura/detalhe/ocde\\_um\\_quarto\\_dos\\_portugueses\\_esta\\_abaixo\\_da\\_linha\\_de\\_pobreza](http://www.jornal-denegocios.pt/economia/conjuntura/detalhe/ocde_um_quarto_dos_portugueses_esta_abaixo_da_linha_de_pobreza)> [Cons. 17/03/2017].
- Piedade, Pedro (2012) – “Souto Moura: Jovens podem ir para fora sossegados”. *Semanário Sol*. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/63833/souto-moura-jovens-podem-ir-para-fora-sossegados>, consultado em 17-03-2017 [Cons. 17/03/2017]

# VISTAS

---

ENTREVISTAS

## Associação LocalsApproach: projetos participados de desenvolvimento local

Entrevista por Isabel Raposo e Sílvia Jorge (GESTUAL)

*O Gonçalo Folgado e o João Martins, atuais dirigentes da LocalsApproach<sup>1</sup>, concluíram o mestrado de Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, em 2012. Inquietos com o devir da cidade e atentos às desigualdades expressas no território que circundava a faculdade, desde os primeiros anos da sua formação, venceram juntamente com outros colegas as barreiras socioculturais e físicas que os separavam do bairro vizinho, o 2 de Maio, e interagiram em conversas informais com os seus moradores, em grande parte de etnia cigana. A vontade de intervir nestes territórios às margens da cidade urbanizada e em estreito diálogo com os moradores, levou-os a criar o u:iclc (instrumento criativo pela liberdade do conhecimento), um grupo informal de jovens universitários que*

*se entreajudavam nos trabalhos académicos, debatiam e questionavam os conhecimentos adquiridos em tertúlias improvisadas, festejavam a vida e imaginavam um futuro criativo e colaborativo obrando no terreno da cidade. Foi com toda a sua vontade de fazerem um urbanismo mais humanista que apoiaram o diagnóstico participado e discutido com os atores locais sobre o Bairro 2 de Maio, realizado em Dezembro de 2011 por um grupo de alunos do Mestrado Erasmus Mundus EURMed. No final desse ano, souberam aproveitar o desafio lançado através de uma candidatura a um projeto BIP/ZIP sobre o mesmo bairro, iniciando dessa forma uma outra maneira de fazer cidade: entusiasta e festiva, interativa e partilhada, criativa, sustentável e empoderadora.*

*Gestual: Quando e como surge a LocalsApproach?*

*Gonçalo Folgado (GF) – A Locals foi fundada em 2014, com base num grupo informal de amigos que partilhavam valores idênticos, estudantes da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, o u:iclc. Tínhamos tido a experiência de um projeto BIP/ZIP de intervenção local, o “2 de Maio, todos os dias”, e sentimos necessidade de nos formalizarmos para melhorar a qualidade de intervenção e integrar outros temas e abordagens, a partir da dimensão espacial onde tudo acontece.*

*João Martins (JM) – Também por uma questão de responsabilidade. Enquanto grupo informal, já assumíamos no terreno responsabilidades administrativas, de facilitação de contactos e de aplicação de metodologias participativas, mas queríamos ser reconhecidos como associação. Foi uma transição suave porque mantivemos o espírito da informalidade, que constitui a gema preciosa do grupo.*

*Gestual: Até que ponto a vossa formalização, com a passagem da u:iclc para a Locals, contribuiu para a vossa autonomia e para o*

*desenvolvimento do trabalho que pretendem realizar?*

*JM – Há coisas que ganhámos e outras que perdemos. Perdemos uma certa liberdade de ser um grupo informal, pois gastamos muito tempo com burocracias, certidões e afins, com a contabilização...*

*GF – Perdemos liberdade e ganhámos liberdade.*

*JM – Ganhámos maior visibilidade, que não é aquilo em que mais apostamos. Mas conseguimos novos contactos, que permitem a partilha de diferentes visões e ideias, e convidámos novas pessoas a fazerem parte da Associação. Se nos mantivéssemos apenas como um grupo de amigos, provavelmente estaríamos mais fechados sobre nós próprios.*

*Gestual: Quais os valores que vos unem enquanto coletivo?*

*GF – Queremos deixar a nossa pegada e partilhar aquilo em que acreditamos: o fim das assimetrias sociais, a luta pela igualdade, quer seja de classe, de género ou de tudo o que possa vir*

<sup>1</sup> Associação sem fins lucrativos voltada para a promoção de ações de desenvolvimento local, assentes em projetos participativos. Mais informação disponível em: <http://www.localsapproach.org/>

a ser discriminatório. Defendemos a *igualdade de oportunidades*, a nível individual e coletivo. O que nos move é que todos tenham acesso às mesmas oportunidades. À medida que o tempo passa, vamos ganhando uma visão cada vez mais holística e abrangente, mas tudo começou pelo *espaço* – da arquitetura e do urbanismo –, que influencia o mundo que nos rodeia e vice-versa.

*JM* – Os nossos valores têm a ver com a transformação espacial e com um desenvolvimento sustentável, da sociedade e do indivíduo.

*GF* – Queremos resolver os problemas com base na participação das pessoas. É importante definir o que é a participação, com quem e para quem. Nós queremos uma participação holística, das pessoas singulares e coletivas, dos representantes do Estado, do setor privado, dos atores do terceiro setor e do setor quaternário das TICs, se porventura este se concretizar. Nas nossas reuniões iniciais definimos três pilares de intervenção: (1) transformar para melhorar; (2) conhecer e informar, ou seja, transmitir e adquirir conhecimento e voltar a transmiti-lo, numa ótica de transformação recíproca; e (3) integrar todos os atores envolvidos no processo de transformação.

*Gestual: Tendo em conta que vocês eram todos alunos da Faculdade de Arquitetura, o que vos levou a refletir sobre esses temas e questões?*

*GF* – Primeiro foi compreender como o *mainstream* da *arquitetura* estava a funcionar. Começámos a perceber que, nem técnica, nem eticamente, nos revíamos no que se estava a ensinar e a transmitir na faculdade: (i) tecnicamente, perdemos o jeito artesanal de fazer as coisas, de aproveitar os recursos que temos à mão, ou seja, passámos a estar todos conectados na mesma esfera da globalização, como se uma abordagem ou opção utilizada no Alto Douro pudesse ser trazida de Nova Iorque – a arquitetura enquanto produto social, associada a um lugar, está a esvaziar-se; (ii) eticamente, começámos a perceber que éramos só mais umas rodinhas, peças descartáveis, da engrenagem dos *ateliers*.

Na faculdade, destacamos a cadeira orientada pela Isabel Raposo, “O Urbanismo nos Países em Desenvolvimento”, que nos permitiu um pouco “abrir os olhos” e perceber que há um conjunto de ferramentas que podem ser aplicadas em diversos contextos, para diminuir as assimetrias

e desigualdades sócio-espaciais. A partir daí, o salto para o Bairro 2 de Maio, vizinho da faculdade, foi simples. Lembro-me muito bem do dia em que fomos ter com a Isabel e lhe falámos do nosso interesse em trabalhar no Bairro e fazer uma proposta de intervenção. Começámos a ir ao Bairro e a ouvir as pessoas. No nosso primeiro contacto com o Bairro, colocávamos questões muito simples: O que se passa aqui? O que é que vocês fazem? Porque é que o Bairro está assim?

O Bairro 2 de Maio foi o nosso primeiro amor. Nesse primeiro contacto, percebemos que podíamos funcionar como mediadores e facilitar a comunicação entre os estudantes, a comunidade e os atores locais. As relações que então se estabeleceram com os moradores permanecem até hoje. Eles deixaram de ser estranhos, passaram a ser nossos amigos. Criaram-se laços muito fortes, muito distintos da perspetiva objetiva e distanciada do território que o *mainstream* defende. Esta relação entre o técnico e a comunidade local nem sempre é bem vista. Foi o caso em Turim, num workshop com colegas arquitetos-urbanistas, em que propusemos uma observação participante e metodologias participativas, mas fomos muito criticados e a abordagem muito desvalorizada. Acreditamos que o trabalho que estamos a fazer é a condição para um urbanismo mais humanista. Hoje continuamos a seguir a mesma abordagem, embora com outro grau de complexidade, pois envolve também o poder local, o governo e o setor privado.

*JM* – Na Faculdade há pelo menos quatro ou cinco professores que foram e são fundamentais para aquilo que penso hoje. Uma delas foi a Isabel Raposo. Com a sua optativa “Urbanismo nos Países em Desenvolvimento”, abriu-se-me todo um novo mundo. A outra foi a Sofia Morgado, pela importância da arquitetura e do desenho do espaço, enquanto elementos que podem beneficiar as vidas das populações. Os outros professores foram o Pedro George e o João Rafael, pelas questões associadas à realidade e ao concreto do urbanismo. Destaco também a Manuela Mendes, da área da sociologia, pelo acompanhamento que nos deu. Estas pessoas têm formas de ensinar distintas, mas, no conjunto, ajudaram-me a pensar.

*GF* – Queria só acrescentar que a Sofia Morgado foi a primeira pessoa da Faculdade que nos mostrou que não havia um manual para fazer arquitetura ou desenho urbano: “Sintam o terreno com a vossa sensibilidade e transmitam o que entenderem. Pode ser através de uma ma-

quete, de um texto, de uma poesia ou dança, mas sintam e tragam-me isso de volta”. Nesse grupo de professores, quero também acrescentar a Teresa Sá, porque a sua cadeira “Antropologia do espaço” no primeiro ano foi, para mim, determinante. Quando nos deu a conhecer o Marc Augé e o Levi Strauss, comecei a perceber que no trajeto entre a casa e a faculdade e vice-versa era apanhado numa corrente mecânica: casa-autocarro-metro-torniquete-metro-torniquete-autocarro-faculdade; faculdade-autocarro-torniquete-metro-torniquete-autocarro-casa. Também não me posso esquecer do Costa Lobo, pela questão da tramitação processual e da flexibilidade do planeamento, mas também pelo humanismo que ele imprimia nos trabalhos que fazia, na sua perspetiva meio infantil. O Costa Lobo parecia uma criança a jogar com os adultos o jogo dos adultos. E ganhava!

Outras referências teóricas são o *Direito à Cidade*, de Lefebvre, a *Reinterpretação*, de David Harvey, o *Urbanismo depois da crise*, de Alain Bourdin, e também o pensamento do Ascher e do Nuno Portas. Não nos podemos esquecer do Teotónio Pereira, quando destaca as condições de habitabilidade e a dignidade dos bairros, nem a Lia Vasconcelos, pela forma como sistematiza os níveis de participação. O trabalho do Gestual, sobre as áreas marginais da cidade, capaz de relacionar a esfera técnica e a esfera social, é também para nós uma referência. Mais ligado ao projeto *Muita Fruta*<sup>2</sup>, destaco a Pam Warhurst, que desenvolveu uma experiência piloto no Reino Unido ao nível das Paisagens Comestíveis, mas também o Bill Mollison e muitos outros autores...

*Gestual: E quem são para vocês os beneficiários das vossas ações?*

GF – No trabalho que fizemos no Bairro 2 de Maio, os beneficiários diretos foram os seus moradores, mas houve beneficiários indiretos, como nós próprios e os estudantes que se envolveram nestes processos e que ganharam experiência, bem como os departamentos da Câmara Municipal, que no seu envolvimento também ganharam experiência e uma melhor relação com a comunidade. Por sua vez, no Projeto *Muita Fruta*, estamos a valorizar o património ambiental da cidade e a reinterpretar a própria paisagem. A Locals tem um público muito lato. Eu gosto da ideia do Tiago Mota Saraiva de “trabalhar com os 99%”, mas ainda gosto mais da ideia de trabalhar com os 100%!

*Gestual: Qual o vosso campo de ação preferencial ao nível da intervenção local? Têm vindo a alargá-lo?*

GF – Tanto pode acontecer desenvolvimento local em meio urbano, com a reconfiguração de uma praça ou a construção de um equipamento comunitário, como em meio rural. O desenvolvimento local inclui, quer as cidades, quer as aldeias. Olhando para os incêndios que têm assolado o país, o desenvolvimento local rural tem de ser feito, quer ao nível da delimitação do cadastro, quer na sensibilização e prevenção dos incêndios. Os nossos destinatários são as pessoas. Procuramos perceber os recursos que temos à mão e reorganizá-los de forma a tirar o melhor partido deles, sempre tendo como base o envolvimento das pessoas que lá estão.

*Gestual: Quais os princípios que norteiam a vossa abordagem ao nível da intervenção local? Em que é que se inspiram?*

GF – Um dos princípios é o da horizontalidade. Geramos um processo horizontal, no qual convidamos as pessoas a participar e a assumir as suas responsabilidades. No Bairro 2 de Maio, procurámos não só envolver as pessoas, mas também contribuir para a sua emancipação. Ocuparam o bairro há mais de 40 anos, no dia 2 de Maio de 1974, logo a seguir ao 25 de Abril, mas depois deixaram de acreditar na sociedade e na defesa dos seus direitos, ficando à espera que a iniciativa partisse dos outros. Foram precisos quatro anos para os moradores incorporarem o que é um processo de organização e mobilização cívica e para voltarem a acreditar e a reorganizar-se para conquistar alguma coisa. Eles começaram a perceber que juntos e organizados podem dar continuidade ao que construímos juntos nestes quatro anos, sem nós estarmos lá.

JM – Não estamos com isto a dizer que os problemas do Bairro estão todos resolvidos. Continua a haver abandono escolar, violência doméstica, lixo no chão... A grande diferença é que, agora, já não são atores externos ao bairro que estão a identificar os problemas e a procurar soluções para eles: é a própria Associação dos Amigos do Bairro 2 de Maio, que integra moradores, pessoas da faculdade, de outras organizações e do setor privado. Cruzam-se várias esferas da sociedade civil e isso é muito importante. Esta Associação foca-se sobretudo no acompanhamento escolar e na promoção da cidadania. Esta

<sup>2</sup> Projeto da Cozinha Popular da Mouraria, em parceria com o Colégio F3 da Universidade de Lisboa e a LocalsApproach, financiado pelo programa BIP/ZIP da Câmara Municipal de Lisboa. Mais informação disponível em: <https://www.muitafruta.org/>

autonomia é a grande mais-valia do trabalho desenvolvido, não só pela u:icls/Locals, mas por todos os atores que participaram neste processo de emancipação.

Há também a questão da arquitetura. Foi-nos dada a oportunidade para reabilitar uma cave para a sede da Associação de moradores, a *Casa para Todos*. Este projecto e o do Largo do Cantinho, apesar dos processos terem sido diferentes, marcaram a dinâmica do Bairro. Assim podemos dizer que a arquitetura pode fomentar a integração sócio-espacial.

*GF* – A Casa para Todos teve um processo de trabalho, de projeto e de obra, com a porta aberta. Mais que a transformação física do espaço, funcionou como o *mindset* da comunidade. Os moradores perceberam que tinham ali um espaço onde se podiam apoiar. Apareceram pessoas com vários tipos de questões: à procura de casa, de apoio para obras em casa, de apoio para não serem despejadas, de apoio para filhos toxicodependentes, de local para as crianças terem explicações, ou de pessoas para falarem sobre a sua vida... Aquele projeto de arquitetura acabou por tocar em várias dimensões da vida dos moradores.

*JM* – Por melhores intenções e metodologias que tenhamos usado, se não tivéssemos trabalhado a questão da organização comunitária, hoje não haveria esta Associação, a *Casa para Todos*, nem haveria ninguém para continuar a dinamizar o espaço. Nem todos os projetos de arquitetura fomentam ou possibilitam a participação. Se promovermos desde o início do projeto a participação das comunidades locais e a transparência dos processos, a arquitetura pode contribuir para o desenvolvimento comunitário.

*GF* – Vou mais longe: este não foi só um projeto de arquitetura, foi um projeto de intervenção local em que utilizámos o pretexto da arquitetura para chegar às pessoas. A montante, houve um conjunto de atividades em torno da organização coletiva: festas, reuniões de consórcio onde eram convidados alguns moradores, pinturas de murais... Se não tivesse havido este fio condutor, a *Casa para todos* podia ter sido participada e ter tido obra de porta aberta, mas os moradores não teriam tido acesso à informação e experiência. Foi este esforço, ao mesmo tempo na intervenção física/espacial e na intervenção social, que permitiu responder a mais dimensões da vida social. É neste balanço que se cria a consciência cívica, a tomada de atenção para a cidadania ativa.

*Gestual*: Para além da emancipação, quais são os vossos objetivos específicos ao nível da intervenção local?

*GF* – Depende: é um exercício diferenciado e específico para cada local. Os objetivos do projeto no Bairro 2 de Maio foram diferentes do projeto no Casalinho. Têm em comum o estabelecimento de relações de proximidade e a participação como forma de reconhecimento territorial. Com as horas que estamos no terreno, absorvemos uma diversidade de dados qualitativos que não são integrados nos relatórios técnicos, mas são determinantes para compreender as comunidades e a vida nesses territórios.

Toda esta panóplia de dados que identificamos, sistematizamos e processamos deveriam ser absorvidos pelo sistema de gestão territorial, à escala municipal e local, para que as transformações fossem graduais e para que os moradores estivessem informados do que se está a fazer. Como é possível haver um *gap* tão grande entre os instrumentos de planeamento territorial decididos à escala municipal e a realidade e as necessidades locais?

Na plataforma da Câmara Municipal de Lisboa, consta o projeto de construção de 306 fogos no Campus Universitário de Lisboa, no terreno entre o Bairro 2 de Maio e o ISCSP (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas). A elaboração dos planos municipais e de habitação ganhariam em ser articulados com os atuais moradores e em ter em conta os dados que os mediadores no terreno recolhem nos projetos de intervenção local, de forma a garantir o diálogo entre as diferentes comunidades que vão ali viver. Ou seja, os planos de urbanização e os planos de pormenor deveriam integrar um relatório de participação, consubstanciado pelo trabalho de terreno, de forma a que os espaços projetados respeitem as pré-existências, não só ambientais, mas também sociais, incluindo os atuais residentes e os seus modos de vida. Se este conhecimento for previamente integrado, o valor da operação urbanística será muito potenciado.

*Gestual*: Estás a propor que a elaboração e implementação de planos municipais ou de habitação integrem a figura do mediador entre os técnicos dos planos e o território, de forma a garantir a inclusão das pré-existências sociais nas transformações propostas? Ou seja, estás a propor um novo papel para o arquiteto?

*JM* – Deveriam formar-se equipas multidisciplinares para facilitar o trabalho do arquiteto que está na Câmara e que não tem necessariamente que sair do gabinete, mas também dos agentes que estão no terreno a desenvolver um processo de facilitação e de comunicação. O relatório permitiria: responder a questões que se levantam no quotidiano do terreno; informar quer os técnicos das câmaras quer os moradores; garantir a transparência dos processos; e facilitar a gestão urbana. No projeto do Largo do Cantinho, a mediação com os moradores permitiu a geração de auto estima e a melhoria do seu quotidiano. As pessoas passaram a sentir que a proposta ou a intervenção tinha um toque seu.

*GF* – Cruzam-se dados e a análise torna-se mais complexa. A mediação permite gerar novos espaços mais adequados à realidade.

*JM* – Há outra coisa que gostava de destacar: a criatividade. Os arquitetos passam cinco anos a estudar, mas as questões do envolvimento dos moradores e da participação não são aprofundadas. Já existem muitas técnicas de participação. Da mesma forma que o arquiteto desenvolve a capacidade criativa para resolver um problema ao nível do espaço, também se deve apostar na criatividade ao nível do envolvimento das pessoas, da incorporação do seu conhecimento e da discussão participada do plano.

*GF* – As operações urbanísticas têm grandes impactes, positivos e negativos, na vida das pessoas, por isso, quer os atuais residentes, quer os novos, devem ser tidos em conta.

*Gestual: Nas vossas intervenções, como têm feito essa mediação e como têm garantido a participação das pessoas?*

*GF* – É com base nas regras de convívio e com a forma de se relacionar. Se eu chegar a tua casa e disser “esta mesa aqui está mal” e começar a mexer na mesa, estou a ser invasivo. Mas, se chegar ao pé de ti e te propuser “vamos os dois desenhar a tua casa e ver como podemos otimizar o espaço?”, a tua reação será diferente. O nosso trabalho é muito tático porque estamos a trabalhar com as pessoas e temos de ter em conta os seus interesses, expectativas e frustrações. Eu não posso decidir sozinho: “vamos fazer agora uma assembleia com trinta pessoas do bairro.” As pessoas têm a sua rotina, têm o seu trabalho, têm de dar comida aos filhos, têm de os ajudar a fazer os trabalhos de casa e muitas outras coisas. Para realizar uma assembleia têm de se envolver os

atores-chave locais que possam dinamizar o debate e garantir que a assembleia seja produtiva. As pessoas têm de sair com a sensação de que ganharam algo. Podemos ter um plano, mas as etapas vão-se alterando em função das dinâmicas locais.

*JM* – Tudo depende dos recursos que temos, de com quem estamos a trabalhar e, sobretudo, do objetivo final. Deve-se traçar um bom plano inicial, mas o alcance dos resultados varia de semana para semana. Estes processos são muito dinâmicos, quer para os técnicos, quer para os próprios moradores e para o território, portanto é difícil definirmos um plano rígido até ao final. No Bairro 2 de Maio chamámos a esta interação de “dinâmicas efervescentes”. Quando se inicia um projeto, traçamos as ideias base, mas quando começamos a concretizá-las, são necessários novos inputs, dando azo a novas atividades.

*Gestual: Qual a vossa articulação com entidades externas e outros parceiros? E quais têm sido as vossas principais fontes de financiamento?*

*GF* – Temos tido financiamento da Câmara Municipal de Lisboa, através do Programa BIP/ZIP, e da Fundação Calouste Gulbenkian, através de um programa de cooperação bilateral. Neste caso, estabeleceu-se uma parceria com a ONG *Citizens Foundation*, na Islândia, em particular com os seus fundadores, Gunnar Grímsson e Robert Bjarnason. Eles montaram uma plataforma de participação cidadã, sem qualquer vínculo com o governo. Um candidato a presidente do município de Reykjavik, sem programa eleitoral próprio, utilizou as ideias mais votadas da plataforma. Foi um sucesso.

*JM* – Apesar de mantermos algumas parcerias da Locals, queremos conhecer e envolver novas pessoas, novas associações e novos organismos que fazem trabalhos diferentes, mas com a mesma linha. Todavia, a relação com os parceiros pode correr bem, criando-se boas sinergias, ou correr mal, devido a diferentes visões do mundo e diferentes culturas organizacionais e isto também tem que ser exposto e falado. Temos de conhecer melhor os parceiros e perceber quem está do nosso lado ou no lado oposto. As organizações são compostas por pessoas e conhecer essas pessoas é importante. Hoje valorizamos mais a qualidade do que a quantidade de parceiros.

*Gestual: Que obstáculos têm tido nos processos em que têm estado envolvidos?*

*GF* – Estamos a trabalhar numa esfera de poderes partilhados, em que todos temos uma palavra a dizer. Acontecem fricções porque, para alguns, não é fácil ceder, delegar ou deixar de exercer determinado poder, por receio de perder o fio condutor ou o protagonismo. A partilha de poder e de (co)responsabilidade, quer ao nível dos parceiros, quer das entidades públicas e privadas, não é fácil. Não nos interessa repetir parcerias quando as formas de fazer e de alcançar objetivos são muito distintas.

*JM* – As responsabilidades de cada parceiro podem ser claras e não ser cumpridas. Existe demagogia, populismo e falsas promessas, não só na esfera política, mas também na esfera associativa. Temos de trazer de volta a emoção e o sentimento para estas esferas: é necessário decidir com base na racionalidade, mas também com base na sensibilidade.

*Gestual: Como ultrapassam os obstáculos? Como conseguem atingir os vossos objetivos e avançar nessa meta de colaborarem para um mundo melhor?*

*GF* – Uma das formas de ultrapassar obstáculos é por via da resiliência. É estimulante ter obstáculos e querer ultrapassá-los.

*JM* – Os obstáculos existem e são bastantes, mas procuramos solucioná-los de forma criativa. É também uma questão de tática e de sensibilidade, porque estamos a tratar de relações entre pessoas. Às vezes, basta uma palavra para estragar uma relação, portanto é importante medir aquilo que dizemos e fazemos. Há que procurar a melhor forma de comunicar e de dar a volta à situação. E não desistir. Acreditarmos no que estamos a fazer, embora haja dias em que questionamos o caminho.

*GF* – Temos o sentido de missão e de resiliência. Gostamos da ideia de que *o mais forte não é o que bate mais forte, mas o que se adapta melhor*. Se é com as comunidades que queremos trabalhar, temos que perceber os recursos de que dispomos para ultrapassar os problemas, trabalhá-los em conjunto e perceber quais os limites e os obstáculos a ser suplantados. Se fosse para nos deixarmos abater pelos obstáculos, nem valia a pena existirmos enquanto Associação.

*Gestual: O que gostariam de dizer aos estudantes de arquitetura e urbanismo que pretendem trabalhar, com alguma autonomia, em urbanismo participado e constituir em grupo organizado?*

*JM* – Falem com amigos e desconhecidos, porque na mesa ao lado pode estar um colega que pensa como vocês. Partilhem conhecimento. Lembrem-se que basta um passo para começar uma ação. Se o Gonçalo não tivesse ido falar com a Isabel Raposo, talvez nunca tivesse acontecido nada, apesar da nossa vontade de fazer. Quando queres mesmo uma coisa, o universo fala contigo.

*GM* – Não se deixem guiar a 100% pelo programa que vos é dado na faculdade, porque esse programa é para vos dar um conjunto de ferramentas, não para determinar o vosso caminho. Se só seguirem por ali, vão ser iguais aos colegas do lado. É sobretudo nas atividades que desenvolvem extra faculdade que conseguem apurar a vossa sensibilidade para resolver problemas. Ela depende muito das experiências que cada um tem. Não é necessário viajarmos para o estrangeiro para termos experiências, basta estarmos atentos ao lugar onde estamos e querermos resolver os problemas com que nos deparamos. Não é só a faculdade que interessa. Há todo um mundo lá fora. Na faculdade encontras as ferramentas e nos passeios da tua vida encontras os pretextos.

## Habita - Coletivo pelo Direito à Habitação e à Cidade

Entrevista por Isabel Raposo e Sílvia Jorge (GESTUAL)

*O Habita<sup>1</sup> é um coletivo de ativistas de várias áreas disciplinares que luta pelo direito de todos a uma habitação adequada e pelo direito à cidade. Este coletivo defende a habitação como um direito humano fundamental reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição da República Portuguesa. Criado em 2012, o Habita dá continuidade à atividade desenvolvida, entre 2005 e 2007, por um conjunto de mulheres ativistas do grupo pelo Direito à Habitação inserido na SOLIM (Solidariedade Imigrante, Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes). Tem acompanhado de perto as situações de bairros autoproduzidos na Área Metropolitana de Lisboa, ameaçados de demolição, dando apoio às famílias sujeitas a despejo e sem alternativa habitacional, mas também bairros do*

*centro da cidade, atualmente alvo de especulação imobiliária. Intervém em diversas frentes: no terreno, junto das comunidades, prestando-lhes apoio jurídico e organizativo, junto das instituições, municipais e do governo central, pressionando-as para serem garantes dos direitos dos cidadãos e, em particular, das famílias emigrantes ou de etnia cigana; na criação de redes nacionais e internacionais; na produção e divulgação de conhecimento, discutindo leis, políticas, programas e práticas, fazendo propostas de alterações e debatendo abertamente, com convidados especialistas sobre os direitos, as suas violações e as suas lutas. Rita Silva, técnica de desenvolvimento comunitário, fundadora e dirigente do Habita, é um dos principais rostos da luta pelo direito à habitação em Portugal.*

*Gestual: Antes de falares sobre o Habita, gostávamos de te ouvir sobre o teu percurso e o que te levou a interessar e a envolver com tanta energia na luta pelo direito à habitação.*

Rita Silva (RS) – Este envolvimento não foi planeado. Nunca me interessei particularmente pela habitação, nunca tive tendência para as “arquitecturas”, nem para a cidade. Gostava muito do campo e das questões rurais e estudei agricultura até ao 12º ano. Foi um acaso da vida. Estava no fim da adolescência e queria fazer voluntariado nalgum tipo de organização porque sempre fui, desde pequenina, uma pessoa muito preocupada com o mundo. Gostava das questões mais ligadas à natureza e fui parar à Olho Vivo (Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos), que depois deu origem à SOLIM. De repente, vi-me confrontada com a questão da imigração, muito dura, e quis ficar longe daqueles problemas todos, mas não consegui.

Depois, já no âmbito da SOLIM, tive acesso, por acaso, ao processo das demolições bárbaras que estavam a acontecer na Azinhaga dos Besouros. Comecei a falar com a população do bairro e, de repente, juntam-se muitos moradores à minha volta: “Nós não estamos organizados, estamos a

viver uma violência atroz, ninguém sabe disto...” Aquilo indignou-me e fiz ali a minha primeira reunião com a população. Não dormi nessa noite porque tive a sensação que estava a criar expectativas e a dar esperança às pessoas e isso era muito sério. Percebi que não podia sair daquilo enquanto tudo não estivesse resolvido, embora não fizesse a mínima ideia de como se ia resolver. Foi uma luta gigantesca que desenvolvemos no Bairro da Azinhaga dos Besouros, longa e muito absorvente. A partir daí, começo a aperceber-me das questões e dos problemas da cidade. Foi mesmo aprender fazendo! Nós na altura só dizíamos: “Não pode haver um despejo sem uma solução! Não pode haver um despejo sem realojamento!” Pedíamos um realojamento sem ter um pensamento crítico sobre o tipo de realojamento, o tipo de cidade ou o tipo de bairro que as pessoas queriam, nem sobre qual o tipo de participação. Nós não tínhamos nenhuma experiência, mas depois fomos evoluindo e começaram a surgir mais bairros em situação idêntica ao da Azinhaga dos Besouros. O processo de despejo não parava. Foi assim que entrei nisto.

Isto tem altos e baixos. Para mim, do ponto de vista pessoal, lidar com histórias de despejos ou de pessoas a viver em situação tão precária é muito duro, sobretudo quando há aquelas levas de demolições, em que temos grandes derrotas e

<sup>1</sup> Mais informação disponível em: <http://www.habita.info/>

assistimos à violência. Não há forma de descrever aquilo que sentimos: olhamos para as pessoas e não conseguimos fazer mais nada, não nos conseguimos organizar o suficiente para conseguir parar os processos. Há pessoas que não aguentam e eu às vezes também me vou abaixo e só me apetece fugir e desistir. Outras vezes, o contacto com as pessoas e com os processos coletivos e tudo o que vamos fazendo é tão apaixonante que nos dá um enorme prazer do ponto de vista pessoal, das relações humanas e de poder construir alguma coisa com os outros. É uma relação de amor/ódio: amor por estes processos tão necessários de tentar construir um coletivo e mudar as coisas e ódio por estarmos a lidar com uma realidade muito dura e difícil de mudar.

Foi por isso que entre 2008 e 2010 fizemos um interregno. Eramos um grupo de mulheres ativistas do grupo pelo Direito à Habitação e estávamos completamente exaustas. Precisávamos de cuidar das nossas vidas e esquecer isto. Mas este bichinho que cá ficou fez que, de repente, voltasse ao Bairro da Torre e voltasse a reconstruir um grupo. Hoje é onde me sinto bem, ou seja, parece que já não sei fazer outra coisa. Cada vez mais, quero aprofundar e compreender os interesses que estão em jogo na cidade, nos processos urbanos, e perceber como é que conseguimos lutar por maior justiça. Agora já não consigo sair disto!

*Gestual: Em que circunstâncias surge então o Habita?*

RS – O Coletivo Habita surge em 2012, com a demolição do Bairro de Santa Filomena, mas ele é um reavivar do grupo pelo Direito à Habitação, que estava inserido na SOLIM. O grupo pelo Direito à Habitação começou em 2005 e desenvolveu uma grande atividade até ao fim de 2007. Conseguimos algumas vitórias, como a suspensão de todos os processos de demolição que estavam a acontecer na Área Metropolitana de Lisboa. Houve alterações legislativas, como o Pro-habita, que criaram a expectativa de novos programas de realojamento e as câmaras pararam as demolições. Nós estávamos exaustas e parámos durante os anos de 2008, 2009 e 2010. Em 2011, recomecei a atividade no Bairro da Torre, mas sem grupo. Em 2012, começa a demolição de Santa Filomena e decidimos formar o Habita. Quando estávamos no Direito à Habitação, integradas na SOLIM, percebemos que a questão da habitação tinha de ser alargada e tratada de forma mais transversal. Com a crise,

adivinhava-se outro tipo de despejos e de problemas que não iam afetar só a população imigrante, daí o Habita não se destinar apenas à população imigrante.

*Gestual: Como definirias a identidade do Habita?*

RS – Nós somos, em primeiro lugar, um coletivo de pessoas envolvido numa luta política e cívica, não partidária, no âmbito daquilo a que se chamam os movimentos sociais urbanos, comprometido com uma maior justiça social e, neste caso, com a construção do direito à habitação e à cidade.

*Gestual: No reacender da vossa ação em 2012, que constituiu uma nova formalização do grupo, o que mudou?*

RS – Mudaram várias coisas. Em primeiro lugar, mudaram as pessoas e, na verdade, o que faz um grupo são as pessoas que lá estão, cada uma com as suas características. Nós parámos quando estava a rebentar a crise, em 2008, e retomámos a atividade no auge da crise. Notei muitas coisas diferentes a partir de 2012. A disponibilidade das pessoas para reuniões e para ações parecia ser muito menor, havia menos disponibilidade de tempo e as pessoas andavam muito mais preocupadas com a sua sobrevivência, sendo mais difícil a mobilização. O jornalismo também estava diferente: nas ações que fizemos de 2005 até final de 2007, por exemplo, tivemos uma comunicação social sempre disponível. Em 2012, já não. As demolições e os despejos de pessoas negras e pobres que viviam em bairros autoconstruídos deixaram de ser assunto perante tudo o que estava a acontecer no período de crise. Nesta altura, estávamos com o Bairro de Santa Filomena e foi muito duro sentirmos estas dificuldades de mobilização e de comunicação com a sociedade. Quando estávamos na SOLIM, tínhamos uma associação consolidada e com recursos, enquanto em 2012 estávamos na estrada outra vez, mas de forma autónoma. Tem sido um processo lento, que tem passado por várias fases. Houve alturas em que apetece desistir: vinham pessoas para o Habita e abandonavam, vinham outras e abandonavam. Parecia que não conseguíamos estabilizar nada. Mas alguém me disse que se demora cinco anos a construir um movimento social. Ainda não posso dizer que construímos um movimento social, mas já realizámos algumas mobilizações sociais importantes. E estamos a preparar-nos lentamente

para trabalhar, não só com a questão dos bairros alvo de demolições, que continuam a ser um foco muito importante da nossa atividade, mas também com o impacto da nova Lei das Rendas, que esteve em discussão e que vai provocar uma nova vaga de especulação imobiliária.

*Gestual: Até que ponto a ideia que lançaste da Caravana pelo Direito à Habitação contribuiu para o alargamento do Habita e para o seu fortalecimento enquanto movimento social?*

RS – Se estamos a construir um movimento, temos de desenvolver ações, propostas e projetos porque, se não há ação, o movimento morre. A Caravana teve em conta um processo muito interessante que já estava a decorrer, o da Assembleia dos Bairros, que começou a organizar algumas reuniões entre bairros e com grupos de apoio e lançou uma carta aberta. Pensou-se que se deveria dar continuidade. Há problemas de habitação e ameaças de despejo em muitos locais, não só em Lisboa, mas também em Beja, em Coimbra ou no Porto, onde há um pequeno núcleo do Habita. Era uma oportunidade para ligar pessoas, ligar grupos e alargar para criar uma frente pela habitação. Penso que estamos a caminhar nesse sentido. Não sei se é o Habita que cresce. É sobretudo a possibilidade de criar uma rede entre grupos, entre movimentos que podem ser mais solidários e construir uma frente comum.

*Gestual: O Habita, na sua origem, trabalhava sobretudo ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, mas agora está a estender-se a outras regiões do país. Quando é que assume outra escala?*

RS – Para além do novo núcleo do Habita no Porto e em Coimbra, no âmbito da Caravana, surgiu um grupo de pessoas que quer constituir um núcleo para trabalhar nas questões da habitação. Também temos estabelecido contacto com pessoas da zona do Alentejo interior, mais precisamente de Portalegre e de Beja, que nos falam das suas necessidades e problemas ao nível da habitação, face à nova Lei das Rendas e a todas as políticas que estão a promover Portugal como um paraíso fiscal e de investimento imobiliário. A Lei das Rendas e a atividade do turismo estão a ter grande impacto na questão da habitação. Há grupos que nunca saíram da precaridade, como a população cigana em Beja, e outros que estão

agora a entrar numa situação de maior insegurança relativamente à habitação. Quando damos visibilidade à ação e às propostas, algumas pessoas começam a ter a iniciativa de se organizar na sua área de residência e na sua cidade. Isso implica, da nossa parte, termos capacidade de apoiar as pessoas que estão a começar, para que não desistam e continuem a lutar.

*Gestual: Nesse sentido, quais são hoje os vossos principais objetivos?*

RS – Em primeiro lugar, o nosso principal objetivo é ter uma política pública de habitação que responda às necessidades sociais e uma habitação adequada ao que as pessoas querem e precisam e que se integre numa construção urbana sustentável e participada. Para isso, é preciso organizarmo-nos e melhorarmos a nossa relação de forças para fazer face aos interesses do imobiliário, que estão aí e são muito fortes. Os nossos grandes objetivos são assim: conseguir que as pessoas sejam as protagonistas da luta; e alargar o número de lideranças e protagonistas comprometidos com estas questões da habitação, para mudar as políticas e quem controla a cidade e a produção de habitação.

Temos também objetivos intermédios. Não se falava muito de habitação, correndo-se o risco de a habitação ficar fora do discurso dos partidos políticos e ser totalmente entregue ao mercado, esquecida enquanto pilar do estado social. A consciência coletiva da sociedade tem muito interiorizada a ideia que a habitação é uma questão que a família tem de resolver e uma questão do mercado. O despejo não choca muito as pessoas. Por isso, temos de trabalhar também ao nível da subjetividade e do que são as nossas conceções do que uma sociedade deve ter.

*Gestual: Quais são os vossos princípios de intervenção?*

RS – A nossa intervenção não é tão planeada como gostaríamos, devido à falta de pessoas, à falta de tempo e às urgências que estão sempre a acontecer. A nossa ação deveria ser mais refletida e discutida coletivamente. Sublinhamos dois princípios. Em relação às famílias que vêm ter connosco, procuramos não abordar o problema de forma individualista e assistencialista. Respondemos ao problema dentro das nossas possibilidades, mas tentamos integrá-lo numa abordagem coletiva, para que cada família se junte

a outras com problemas semelhantes e saia do isolamento, que anda muitas vezes associado a um sentimento de culpa ou de vergonha. Procuramos que a família ou a pessoa perceba que o problema não é dela: é da sociedade, é estrutural e tem a ver com políticas. Não conseguimos responder e resolver casos individuais. Trata-se de uma luta coletiva em que cada pessoa com um problema ajuda nessa luta. Estamos numa base de igualdade e todos na mesma luta.

Nos bairros onde trabalhamos, atuamos em termos coletivos, fazendo reuniões com os moradores e partilhando os objetivos, as propostas de estratégia e de ação. Agora, com o atendimento individual às famílias que nos procuram, de vários pontos da cidade, procuramos integrá-lo numa assembleia mensal coletiva, reunindo famílias com idênticos problemas, o que tem sido muito empoderador.

Outro dos princípios fundamentais é que não vamos para reuniões com o governo ou com outra entidade ou instituição sem a representação das famílias que estão em luta. Não podemos fazer uma luta por elas, sem elas.

*Gestual: Quais os recursos de que o Habita dispõe para desenvolver a sua atividade?*

RS – Conseguimos manter-nos de pé com muita força de vontade, porque às vezes não temos nada: nem pessoas, nem recursos. Mas há a força dos que conseguem atravessar os momentos menos bons e seguir em frente. É importante juntar mais gente e fazermos mais alianças. Temos trabalhado nesse sentido: com o debate que promovemos todos os meses em torno dos movimentos e da habitação, pretendemos formarmos-nos a nós próprios, porque estamos sempre a aprender, mas também estabelecer ligações com as pessoas que vêm aos debates e aproximá-las das ações que fazemos.

Também temos vindo a trabalhar a questão das alianças, com outros grupos, com outros movimentos, com a própria universidade. Foi criada uma plataforma, *Morar em Lisboa*, que, pela primeira vez, junta organizações que trabalham as questões da habitação, mas não comunicavam, e agora estão a fazê-lo. É muito importante chamarmos outros grupos e associações, de feministas, de imigrantes, antirracistas, para fazermos alianças. Também tentámos uma ligação com os sindicatos, até agora sem sucesso, mas vamos continuar a tentar porque era muito interessante abrir espaço nessa área, já que a questão da habitação afeta pessoas que trabalham, trabalhadores e trabalhadoras.

*Gestual: Essa força de vontade permitiu, por exemplo, terem uma sede no espaço MOB. Como é que surge essa oportunidade e qual a importância de terem um espaço para fazer encontros e receber pessoas?*

RS – É muito importante dispormos de um espaço de trabalho. Algumas organizações já nos cederam espaço: a primeira, em 2012, foi a UMAR, fazíamos as nossas reuniões no centro de estudos feministas; utilizámos também o RDA, onde fazemos alguns jantares benéficos para angariar fundos; quando o MOB abriu, passámos a utilizar esse espaço. Temos um espaço fixo, de que temos a chave e onde podemos guardar algumas coisas, é muito importante. Ainda não é uma sede, porque o MOB não tem as características necessárias para fazermos o trabalho e envolvermos mais as famílias – um espaço por exemplo onde pudéssemos comer juntos –, mas deu-nos maior estabilidade para crescermos e tornou-se uma referência para as famílias que sabem onde se dirigir e têm um horário e um dia certo de semana para atendimento.

*Gestual: Para além do estabelecimento de redes com outras organizações da sociedade civil e com a Universidade, qual tem sido a vossa relação com o poder público, local e central?*

RS – Com o poder local e central é uma relação sobretudo de pressão, mas em alguns casos de diálogo. Com as autarquias, quando intervimos é para interromper os despejos, para ter soluções para famílias que estão em habitações degradadas, que vivem na rua ou estão numa situação de despejo iminente. Quando as autarquias são dialogantes, nós dialogamos, mas, quando as autarquias não querem diálogo, nós não conseguimos obrigá-las. As autarquias são diferentes e têm protagonistas diferentes. Com algumas, conseguimos algum tipo de compromisso e de diálogo, como é o caso da Câmara Municipal de Lisboa ou da de Loures. Com outras, como a da Amadora, não há a mínima capacidade de diálogo, por isso a relação é de enfrentamento e de resistência. Em relação ao governo central, apresentamos propostas discutidas coletivamente, mas quando necessário também fazemos uma ação reivindicativa de desobediência, como ocupar o ministério.

*Gestual: Quais têm sido os grandes obstáculos ao desenvolvimento das vossas ações?*

RS – Em primeiro lugar, é a precariedade. O facto de as pessoas terem vidas tão precárias e tão difíceis, viverem longe dos centros, não terem dinheiro para o transporte, não terem tempo, não terem onde deixar as crianças, torna a participação muito complicada e constitui um grande obstáculo para a organização coletiva. A precariedade também é uma forma de controlo social. Numa sociedade atomizada e precária torna-se mais difícil a organização social.

Outro nível de obstáculos são os interesses imobiliários que hoje são fortíssimos, não têm rosto, envolvem muito dinheiro e recursos e uma enorme capacidade de lóbi ao nível da política. Segundo a minha experiência, quando os interesses imobiliários são muito fortes, a nossa luta é muito mais difícil, quando são menos fortes, obtemos algumas vitórias. Às vezes conseguimos enfrentar alguns interesses, como foi o caso recente da Rua dos Lagares, mas não é uma mudança estrutural, nem sistémica.

O poder político hoje parece estar nas mãos destes interesses, defendendo uma conceção de desenvolvimento urbano quase empresarial, de competição pelo investimento que dita todas as regras. As cidades tornaram-se empreendedoras e perderam a sua função de redistribuição, resumindo-se tudo à mercantilização. Do ponto de vista ideológico, isto entranhou-se na cabeça das pessoas, dificultando a luta. O mercado, o empreendedorismo e o investimento parecem mais importantes que a vida das pessoas. Em resumo, os grandes obstáculos ao nosso trabalho são: a mobilização e os recursos, de um lado, os interesses e a ideologia dominante, do outro.

*Gestual: Dizes que, quando o capital é mais forte, é mais difícil conseguir avançar com as lutas, quando ele tem mais fragilidades é mais fácil. Neste sentido, como é que estas ações podem ir para além das pequenas conquistas e constituírem intervenções mais estruturantes?*

RS – Têm havido muitas pequenas vitórias. Na Rua dos Lagares, conseguimos travar o despejo de 16 famílias e a renovação dos seus contratos por mais cinco anos, mostrando às outras famílias que vale a pena lutar. Em todos os processos em que temos lutado, há sempre pequenas vitórias. Há brechas que se vão abrindo aqui e ali. No 6 de Maio, nós somos uma pedra no sapato e o processo de demolição está a ser muito mais lento do que a Câmara Municipal da Amadora gostaria, porque nós temos-lhes dado algum

trabalho. No bairro da Torre, conseguimos travar um processo de demolições e agora, muito lentamente, vão-se abrindo perspectivas para um bairro com condições dignas. Há sempre aspetos positivos que se retiram dos processos, como o facto das pessoas não ficarem sozinhas e isoladas, mas com outras pessoas que estão solidárias com elas. É preciso não vermos só derrota, se não, desistimos.

Para mudar as coisas de uma forma mais estrutural, era preciso uma grande revolução para acabar com o capitalismo. Não podemos ser ingénuos. O que se conseguiu na Rua dos Lagares é porque estávamos num período pré-eleitoral e havia um partido que previa ganhar com maioria absoluta, mas essa maioria estava em risco por causa do problema da habitação. Quando há demolições na Amadora, nós ocupamos o ministério que fica muito atrapalhado sem saber o que fazer e as demolições param na Amadora. Isto também tem a ver com o mosaico político atual. Não teríamos os mesmos resultados se tivéssemos a direita com maioria absoluta no poder, quer na Câmara, quer no governo. Não acho que o sistema mude através da democracia parlamentar e representativa partidária que está desenhada para responder aos interesses que hoje existem e não consegue ir mais longe do que isso. Isto não significa que não seja importante, dentro da nossa estratégia de ação, ter presente o contexto político geral e perceber como é que conseguimos abrir brechas. Mas, para mudar as coisas de uma forma mais profunda, temos de trabalhar muito mais ao nível da base. Houve sujeitos coletivos que no passado eram muito fortes, como os sindicatos – que fizeram parte da base do desenvolvimento do Fordismo e conseguiram, pelo menos, mais alguma justiça –, portanto temos que reconstruir de novo sujeitos coletivos que tenham força. Estamos numa sociedade extremamente individualizada e atomizada e isso é um grande perigo. Para mudar as coisas de forma mais profunda, temos de reconstruir os coletivos.

*Gestual: Até que ponto as relações que têm estabelecido com os movimentos sociais europeus ajudam a reforçar e a estruturar as ações que desenvolvem no âmbito do Habita?*

RS – A relação com os países europeus é muito importante e inspiradora, ajuda a não nos sentirmos tão isolados, é uma forma de partilhar experiências e conhecimento, ou seja, uma forma de aprendizagem. Percebemos que há outros países da Europa com os mesmos problemas, que se es-

tão a organizar, embora cada contexto tenha as suas especificidades e não seja possível aplicar as mesmas receitas em todos. Estes movimentos são todos mais ou menos recentes e têm vindo a acompanhar o desenvolvimento ultra capitalista neoliberal das cidades. São parcerias que nos ajudam a partilhar diversos tipos de recursos, quer financeiros, quer materiais e de análise, mas também nos ajudam a construir uma plataforma para discutir estes temas e fazer propostas.

*Gestual: Para finalizar, gostaríamos que fizesse um balanço da Caravana pelo direito à habitação. O que pode emanar daqui?*

RS – Esta ideia da Caravana surge porque eu soube que uma fundação podia dar um financiamento pequeno para ações e pensei: “Que ação poderia ser interessante fazer neste momento dando continuidade à *Assembleia de Bairros*? Vamos pensar nos três bairros, vamos alargar... olha vamos fazer uma Caravana!”

Tivemos o apoio de uma Fundação, que nos deu a possibilidade de concretizar esta ideia. Os três bairros – 6 de Maio, na Amadora, Torre, em Loures, e Jamaica, no Seixal – estavam-se a juntar e portanto era muito bom continuar este processo de ligação entre bairros e territórios. A Caravana teve esse grande objetivo. Como se pode alargar esta ligação? Através do conhecimento mútuo. A Caravana ainda não está completamente acabada: queremos entregar os resultados da Caravana ao governo e devolver à sociedade e aos próprios bairros a informação que reunimos. Queremos aproveitar este momento para voltar a juntar os grupos que se envolveram na Caravana e ver de que forma se conseguem manter e consolidar estas ligações. Acho que a Caravana foi muito interessante, muito rica, porque mostrou uma diversidade enorme de problemas relacionados com a falta de uma política de habitação. Houve novos protagonistas que se afirmaram e ultrapassaram o seu campo de ação, levando a sua mensagem para outros sítios. Acho que estamos todos a crescer neste processo e a formar uma rede. Sinto também que, depois da Caravana, há mais gente a procurar-nos, a enviar-nos emails, a mandar mensagens no facebook, a pedir informação, por isso está a trazer múltiplos pontos positivos e a alargar o grupo.

NORMAS

---

NORMAS



## Normas para apresentação de originais da E-Revista:

ESTUDOS SOBRE A CIDADE

# ESPAÇOS

VIVOS • CONSTRUÍDOS

Requisitos para a apresentação de originais:

**1.** Os artigos propostos deverão ser originais, comprometendo-se os autores a não os candidatarem em simultâneo a outra publicação.

**2.** Os textos devem ser formatados a espaço e meio (inclusive as notas e bibliografia) e corpo de letra 12. Devem ser enviados por e-mail (cidade.convive@gmail.com), com o ficheiro de texto em Word for Windows.

**3.** O limite máximo de dimensão dos artigos é de 30.000 caracteres (com espaços), incluindo notas, bibliografia, quadros e figuras. Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo com um máximo de 650 caracteres, se possível traduzido em inglês. A seguir ao resumo devem ser acrescentadas três ou quatro palavras-chave. Cada artigo não deve ultrapassar um total de sete quadros ou figuras. Deve apresentar também um reduzido número de notas de rodapé.

**4.** Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, preferencialmente sem numeração, ou com numeração árabe.

**5.** As transcrições deverão abrir e encerrar com aspas. Os vocábulos noutras línguas devem ser formatados em itálico.

**6.** Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em quadros e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos.

**7.** Nas chamadas de nota de rodapé devem utilizar-se apenas números, sem parêntesis. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do artigo.

**8.** As referências bibliográficas das obras citadas devem obedecer às seguintes orientações:

a) Livro – Apelido, Nome Próprio (ano, ev. ref. da primeira edição),

Título do Livro: subtítulo, Local de edição: Editor.

b) Artigo em publicação periódica – Apelido, Nome Próprio (ano), Título do artigo: subtítulo, Nome da Revista, volume (número), páginas.

c) Textos em coletâneas – Apelido, Nome Próprio (ano, com ou sem ref. à primeira edição), Título do texto: subtítulo, em Nome Próprio e Apelido (org.), Título da Coletânea, Subtítulo, Local de edição: Editor, páginas.

**9.** Todos os trabalhos enviados devem:

a) conter a versão final do texto, pronta a publicar, devidamente revista de eventuais gralhas;

b) quando incluírem materiais gráficos, fazer-se acompanhar dos respetivos – no programa em que foram construídos – com indicação, no texto, dos locais onde devem ser inseridos. Todos os materiais gráficos devem ser concebidos em preto e branco ou em tons de cinzento. Os elementos extratexto (gráficos, mapas, gravuras ou fotografias) devem ser entregues em ficheiros autónomos devidamente identificados: os gráficos num só ficheiro Excel; outras figuras, em formato ‘.png’, ‘.jpg’ ou ‘.tif’, em ficheiro próprio único.

c) assinalar claramente as expressões a imprimir em itálico, ou a destacar por outra forma gráfica;

d) vir acompanhados de breve currículo do(s) autor(es), com indicação da formação académica e da situação profissional do(s) autor(es), bem como das instituições em que desenvolve(m) atividade e elementos de contacto (endereços(s) de e-mail).

**10.** Os artigos propostos para publicação serão submetidos a parecer de especialistas das áreas científicas em causa, em regime de anonimato. A decisão final de publicação é da responsabilidade do conselho de redação.



## REFEREES QUE PARTICIPARAM

Filipa Ramalhete, CEACTION-UAL

Isabel Raposo, CIAUD-FAUL

Jorge Malheiros, IGOT-UL

Júlia Carolino, CIAUD-FAUL

Luís Balula, ICS-UL

Luís Mendes, IGOT-UL

Maria Assunção Gato, DINAMIA-CET-IUL

Maria Manuela Mendes, FAUL e CIES-IUL

Nuno Martins, CIAUD-FAUL

Sílvia Jorge, CIAUD-FAUL

Sílvia Viegas, CES-UC

Sónia Pereira, IGOT-UL

Teresa Sá, CIAUD-FAUL

Vanessa Melo, CIAUD-FAUL

Walter Rodrigues, DINÂMIA-CET-IUL

